UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

LIANDRA RIBEIRO

Projetos de cidadania
uma leitura de iniciativas de participação social
em favela paulista

São Paulo
2008

LIANDRA RIBEIRO

Projetos de cidadania

uma leitura de iniciativas de participação social em favela paulista

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Psicologia Social e do Trabalho
Orientador: Prof. Dr. Paulo de Salles Oliveira

São Paulo
2008

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Ribeiro, Liandra.

Projetos de cidadania: uma leitura de iniciativas de participação social em favela paulista / Liandra Ribeiro; orientador Paulo de Salles Oliveira. -- São Paulo, 2008.

227 p.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social e do Trabalho) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Favelas 2. Participação 3. Cidadania 4. Responsabilidade social 5. Solidariedade 6. Identidade I. Título.

HV4028

FOLHA DE APROVAÇÃO

Liandra Ribeiro

Projetos de Cidadania: uma leitura de iniciativas de participação social em favela paulista

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Psicologia Social e do Trabalho

Aprovado em:

Banca examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

Aos meus queridos pais, José Felipe Ribeiro e Wilma Rose Coelho Ribeiro, que tanto me ensinaram sobre a arte de amar ao próximo e reverenciar a vida e cada ser vivo que dela faz parte.

Ao meu marido Olavo Pereira Oliveira que com muita ternura abriu seu coração para me acolher e que, a cada dia, busca tecer uma vida compartilhada no rico pulsar da convivência. É comovente poder ser tocada por seu amor e seu cuidado.

Ao meu filho Mateus Ribeiro Pereira Oliveira, com quem aprendo, a cada dia, a alegria que vive na experiência da entrega e da doação e a grande virtude da confiança entre os homens. Você é minha luz, minha estrela-guia.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Wilma Rose Coelho Ribeiro, pela sua afeição e seu amor incondicional, que sempre me guiaram pelos caminhos da vida.

Ao meu pai, José Felipe Ribeiro, meu espelho e meu amigo companheiro.

Aos meus irmãos, Aline Ribeiro e Ricardo Ribeiro, pelo precioso aprendizado da convivência fraternal, pela estima e, sobretudo, pelos laços de amor que nos unem.

Ao meu amado marido, Olavo Pereira Oliveira. Agradeço-lhe por encher minha vida de amor, carinho e atenção. Seu entusiasmo, sua paciência, sua coragem e sua perseverança são meu alento e meu bálsamo.

Ao meu querido filho Mateus Ribeiro Pereira Oliveira, que desde pequeno faz ressoar em minha alma as mais ternas imagens da vida. Sua presença é uma inspiração divina com a qual fui abençoada.

A cada pessoa da minha família querida, que preenche minha vida de respeito, amor, amizade, alegria, mesmo estando longe. Quero agradecer em especial à minha tia Regina Helena Ribeiro, pelo amparo amoroso de suas palavras e sua confiança que sempre me incentivam a buscar o melhor em mim. Também quero agradecer às tias Marlene Alexandroff e Eliane Zavala por terem se dedicado à conclusão deste trabalho com esmero e pelo calor da sua torcida.

Aos membros da minha nova família (família Bandeira Maia e família Pereira Oliveira), sempre atenciosos e prontos para ajudar. Obrigada pela amabilidade com que me receberam em suas vidas e por tanto me ensinarem sobre a arte de cuidar de quem se quer bem.

Ao professor Dr. Paulo de Salles Oliveira, admirável pela integridade e humildade perante o mundo. Agradeço-lhe por aceitar o desafio de embarcar comigo nessa rica travessia. Professor e amigo que sempre com muita atenção e afeto compartilhou sua experiência de vida e sabedoria comigo.

Agradecimento especial à Associação Comunitária Estrela do Norte que permitiu que eu acompanhasse os desafios de seu trabalho social; principalmente à Valéria pelo apoio amigo sempre que preciso e à Raquel pela atenção dada ao meu trabalho e pela sua orientação.

Minha profunda gratidão a cada morador da comunidade que me recebeu de braços abertos, num gesto amigo e solidário e se dispôs a compartilhar um pouco de suas histórias. Nunca esquecerei sua atitude cordial de ajudar a tecer este trabalho em conjunto. Em especial, quero expressar meu apreço pela moradora que, com sua doçura e alegria, me recebeu em sua casa. Difícil descrever a bem-aventurança dos aprendizados recebidos nesses encontros.

À Fernanda Aparecida de Oliveira Deolindo pela delicadeza e carinho dispensada no zelo com minha família. Sua assistência foi minha fortaleza em momentos importantes desse trabalho.

Aos meus queridos amigos, pela cumplicidade partilhada nos anos de amizade, pelos momentos memoráveis de alegria, camaradagem e afeto. Seria incompleta sem vocês...

Às professoras Dra. Ianni Regia Scarcelli e Dra. Maria Lúcia Carvalho da Silva. Obrigada pela solicitude em participar da banca examinadora desde a qualificação. Também gostaria de agradecer pela dedicação cuidadosa à leitura deste trabalho e as generosas contribuições.

Aos professores e funcionários da Pós-graduação do Instituto de Psicologia com quem tive a oportunidade e o prazer de compartilhar momentos importantes desse desafio e que ajudaram a transformar nossos encontros em oportunidades de grandes reflexões e aprendizagens. Agradeço também a equipe da Biblioteca do Instituto de Psicologia pelo gesto solícito em me ajudar a encaminhar questões da vida acadêmica.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) que confiou em meu trabalho e, com o apoio financeiro da bolsa de mestrado, permitiu dedicar-me a elaboração dessa dissertação de maneira mais íntegra. Sua contribuição é inestimável para minha qualificação profissional de pesquisadora e também para a minha realização pessoal como mãe, por possibilitar que eu acompanhasse de perto o crescimento do meu filho.

À presença viva de Deus em minha vida, que me proporcionou encontros extremamente especiais que se inscrevem na minha biografia de maneira profunda e verdadeira.

Gostaria que soubessem que, todos, com seus diferentes tons e nuances fazem parte dessa vitória. Espero que, de alguma forma, consigam se reconhecer nas palavras impressas aqui, pois foram escritas de mãos dadas com cada um de vocês.

A todos, muito obrigada.

*A esperança tem duas filhas lindas, a indignação e a coragem;
a indignação nos ensina a não aceitar as coisas como estão;
a coragem, a mudá-las.*

Santo Agostinho

RESUMO

RIBEIRO, Liandra. **Projetos de cidadania: uma leitura de iniciativas de participação social em favela paulista**. 2008. 227 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

Este estudo se dedica à compreensão dos modos de vida dos moradores da favela Estrela do Norte, localizada na zona sul da cidade de São Paulo, para pensar como estes se enxergam no processo de construção de sua comunidade e como, nesta iniciativa, suas identidades vão sendo re-elaboradas, em meio às práticas sociais deste exercício de cidadania. A reflexão parte das experiências locais e da interiorização da idéia de pertencimento, no âmbito da trama cultural de significados que recobre a vida destas pessoas. Percorre um movimento em que se constrói a noção de cidadania como elemento integrante da formação da identidade social, com base nas atividades referentes à construção do espaço social comum. Este espaço é compartilhado e forma um terreno em que os princípios da ética e da solidariedade retomam e redefinem relações pessoais diretas no interior da vida comunitária, dando novas projeções políticas e identitárias a estes sujeitos assim como adquirindo especial relevância política e psicossocial.

Palavras-chave: Favelas. Participação. Responsabilidade social. Cidadania. Solidariedade. Identidade.

ABSTRACT

RIBEIRO, Liandra. Citizenship projects: an understanding of initiatives of social participation in a São Paulo slum. 2008. p. 227. Thesis (Master)– Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

This study investigates the interactions of Estrela do Norte slum residents in an attempt to understand their way of life. The research conducted in this slum, nested in the south area of São Paulo city, offers us the opportunity to understand how their residents perceive themselves in the construction process of their community, and how this process affects their own identity as citizens. It reflects on the local residents' experiences and the feeling of social belonging that had emerged within the cultural web such lives are immersed. This study describes the path in which the notion of citizenship emerges as a crucial element of social identity as a result of the activities organized while building their social public space. The sharing of this public space builds the principles of ethics and solidarity, regains and redefines the residents' personal relationships within the community. This process gives a new political self-identity to the slum residents by enabling them to assume a special political and social-psychological status.

Key-words: Slums. Participation. Social responsibility. Citizenship. Solidarity. Identity.

SUMÁRIO

PALAVRAS INICIAIS	1
1. PROJETOS DE CIDADANIA: UM OLHAR SOBRE AS ESTRATÉGIAS COLETIVAS DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL EM FAVELAS	8
1.1 Entrecruzamentos de propostas de participação social na esfera pública: poderes paralelos?	8
1.1.1 Iniciativas sociais, oportunidade ou oportunismo?	16
1.2 Apontamentos sobre cooperação social	21
1.3 Cotidiano como substância social: a importância de propostas comunitárias	25
1.4 Práticas de campo, uma abordagem interativa	29
1.4.1 Pesquisa como campo de colheita	33
1.4.2 Apresentação dos depoentes	36
1.5 A favela como questão social	41
1.5.1 O fenômeno mundial das favelas	41
1.5.2 O imaginário da favela brasileira	47
1.5.3 Favelas e a questão social no Brasil	50
2. DO IMAGINÁRIO DAS FAVELAS À FAVELA ESTRELA DO NORTE	58
2.1 A comunidade e seu território	59
2.2 Uma história de grandes transformações	67
2.2.1 Urbanização da Estrela do Norte	70
2.3 Os sons do dia-a-dia	76
2.4 Em presença da violência	89
2.5 Adentrando a intimidade das casas	101
3. CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA EM FAVELAS	111
3.1 Cidadania: um conceito e muitos contornos	111
3.1.1 Pilares da cidadania	114
3.1.2 Cidadania vista como direito	117
3.2 Cidadania na teoria e na prática	122
3.2.1 Cidadania e a criação de um espaço público de participação política	128
3.2.2 Educação para cidadania	138
3.2.3 Alicerces globais da cidadania	142

3.3 Uma proposta de participação social cidadã	146
3.3.1 Caminhos de participação	149
4. RAÍZES IDENTITÁRIAS DA CIDADANIA	155
4.1 Identidade em perspectiva	155
4.1.1 Facetas da identidade – entre possibilidades e desafios	155
4.1.2 Redefinindo identidades	159
4.1.3 Identidade no contexto da favela	164
4.2 Identidades enraizadas na participação social	167
4.2.1 Enraizamento e identidade	167
4.2.2 Cidadania e laços identitários	175
4.3 O espelho da cidadania	181
4.4 Emancipação social e resistência: projetos coletivos de transformação social	187
CONSIDERAÇÕES FINAIS	194
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	201
APÊNDICES	212

Palavras Iniciais

*Se podes olhar, vê.
Se podes ver, repara.
José Saramago*

Nos tempos em que o individualismo enfraquece os elos de solidariedade e comunhão nas relações humanas e imprime uma lógica mercadológica e fragmentada à cultura e à vida social, reconhecemos a importância de dirigir nosso olhar para os recantos luminosos das práticas comunitárias populares. Estas constituem espaços de participação e enraizamento que engendram possibilidades de recusa às formas de vida e de convivência praticadas pela economia capitalista globalizada ao estamparem contornos mais humanos e responsáveis, de comprometimento com o outro e com o mundo, revigorando valores humanos como amizade e cidadania. Em contraposição ao fluxo de pessoas absortas na velocidade apressada e mecânica, concentradas no mundo dos interesses pessoais e imediatos e pressionadas pelo imperativo produtivo contemporâneo do mercado mundial, as práticas comunitárias representam uma porta aberta para a conversa acolhedora e que dá voz à vida que pulsa nos recantos do cotidiano popular.

A vida popular muitas vezes habita em situações calamitosas, que desqualificam seres humanos, despojando o homem de sua humanidade ao resguardar mínima e precariamente sua sobrevivência física - como o caso das favelas brasileiras. No entanto, não podemos deixar a insensibilidade cultivada nos modos de vida capitalista tolher nossa percepção do drama humano e desconsiderar as pessoas que ali vivem. Se nosso mundo é marcado por uma divisão social de extrema desigualdade, a ponto de ferir nossa dignidade e liberdade, a experiência da história humana encerra intermináveis chances de despertar para horizontes mais humanos e justos no presente. Como as plantas que crescem, apesar das condições desfavoráveis e muitas vezes árduas, em pedras duras ou terra seca e desnutrida, cada homem tem em si potencial de transformação infinito, mesmo quando dentro de um contexto ameaçador e desfavorável. A dificuldade, ao invés de obstáculo, adquire caráter de força desafiadora das atividades humanas para aqueles que buscam se manter firmes na luta diária

pela opção solidária e cidadã. Uma chama que ilumina o caminho para quem deseja conhecer e ver frutificar formas alternativas de agir e se relacionar com o mundo.

A transformação humana nasce em cada indivíduo, mas se realiza na esfera social e política de sua existência. O encontro com a alteridade é indispensável para a formação dos indivíduos e para a interação humana, locus privilegiado do processo contínuo de elaboração e significação da substância social. A mobilização coletiva traz ao mundo “uma força invisível, densa e calorosa do suporte material e afetivo” (OLIVEIRA, P.S., 2001, p.15) que revitaliza a auto-estima dos sujeitos e contribui para a edificação do sentido da sociabilidade em nossa sociedade. Um sentido que adquire novas significações, pois possibilita o ensejo de uma visão de vida alegre, esperançosa e integradora, na medida em que rompe com a indiferença ao outro e cria a oportunidade de transpor a condição de dominação e os males que dela decorrem, como fome, violência, opressão, preconceito, humilhação, guerra, etc. Em uma sociabilidade que resgata a valorização dos sujeitos, a importância dos vínculos sociais e comunitários e a crença na interdependência entre os homens, os membros participantes são capazes de se reconhecer protagonistas da própria vivência e como sujeitos cidadãos capazes de contribuir ativamente com o mundo.

É no âmbito da participação social e construção intersubjetiva, de si e do outro, tecida na rede das relações cotidianas na favela Estrela do Norte - localizada na cidade de São Paulo - que nosso trabalho busca entender a experiência coletiva dos sujeitos-viventes. Para isso acompanhamos os moradores que de alguma forma escolheram trilhar o caminho dissidente ao elegerem práticas solidárias a partir de grupos coletivos de ajuda e respeito mútuo em contraposição a um mundo socialmente embrutecido e guiado pelo cálculo do interesse econômico. Pessoas comumente esquecidas e marginalizadas se revelam fontes de aprendizado e referência em sua busca de “conferir sentido digno para a existência” (idem, 2007, p.20).

A constituição do sujeito cidadão e solidário demanda dos homens o exercício de pensar em conjunto para formular reivindicações e projetos coletivos que ultrapassem os confines de ideais virtuais de mudança e se concretizem diante das condições da vida. A integração do grupo em torno da história da cultura local aparece como uma fonte identitária preciosa na produção da subjetividade. É nesse movimento que a Psicologia Social pode se revelar importante para captar o potencial de mudança política inerente às atividades

cotidianas e reconhecer a urgência em se conhecer os elementos individuais e grupais mobilizados nesse processo. O cotidiano representa, nessa visão, um local “no qual subjetividades mutuamente implicadas, afetam-se e desestabilizam-se, [e que] possibilita deslocamento e transformações que abrem caminho para o surgimento de novas relações condizente ao acolhimento e responsabilidade pelo outro” (GOMES, 2005, p.12). Nele encontramos sujeitos que aspiram ao sentido da sua existência na ação miúda, às vezes tão pequena que passa quase despercebida aos olhos menos sensíveis e atentos, como um projeto contínuo de construção edificado paulatinamente no dia-a-dia em proposições tecidas através da luta e da esperança. No caso deste trabalho, uma *reproposta* que vive e pulsa na práxis.

O título *Projetos de cidadania* traz a idéia de que “nossas faculdades, para continuarem vivas, dependem de nossa atenção à vida, do nosso interesse pelas coisas, enfim, dependem de um projeto” (BOSI, E., 2003, p.38). Expressa que o engajamento em causas que nos transcendem e que dão significado aos nossos gestos cotidianos perpassa o campo das práticas de solidariedade para constituir um vínculo com a dimensão política dos seres humanos. A cultura cidadã e solidária, em suas diferentes manifestações, permite a constituição de uma nova percepção da organização coletiva, além de apresentar uma proposta de modos de vidas mais humanos à sociedade capitalista. Por isso, é portadora de uma promessa. “Define-se simultaneamente como um projeto e um processo, voltados para uma prática política de transformação” (OLIVEIRA, P.S., 2001, p.20). Implica esboçar um futuro desejável para o mundo além de constituir uma maneira de lançar-se ao futuro a partir deste desenho delineado por valores mais acolhedores e humanos.

Nesse sentido, nossa consideração de projeto distingue-se da acepção comum engessada na noção de políticas pragmáticas de desenvolvimento social, de um plano de ação específico e limitado para implementar uma idéia, para encontrar uma nova solução a problemas técnicos e financeiros em empresas ou então em planos de pesquisa, desenvolvidos principalmente na área acadêmica. Nesta percepção, perde-se espaço para se refletir sobre projetos no seu sentido mais amplo, imbricado na rede da experiência cotidiana. Falamos de projetos pessoais ou projetos de vida, que dão significado à biografia das pessoas e coletividades e que fogem da obrigatoriedade de ter um desenvolvimento linear e planejado com início, meio e fim. Constituem elementos da vida humana que encerram um caráter de continuidade que transcendem a existência física dos sujeitos para se incorporarem à história da humanidade e, por isso, vivem carregados de possibilidades latentes. Um projeto de

cidadania é expressão de uma vontade, bem como de um comprometimento pelo outro e pelo mundo. Mas não se pode falar em um projeto único, pois ele é tão plural e diverso quanto as infinitas potencialidades que nascem com cada ser humano e que se expressam no seu mover-se pelo mundo. Ele dá sentido e ao mesmo tempo é ressignificado no processo de constituição dos homens dentro da trama de relações de convivência e co-educação.

Partimos então da noção de cidadania como elemento integrante da formação da identidade social, com base nas atividades referentes à construção do espaço social comum e compartilhado. Encontramos em nossa pesquisa a comunidade, a localidade, como portadora de sentido de identidade comum a todos, encerrada na vida dos seus moradores como um *lugar nosso*. É através do nosso lugar no mundo que se percorre o caminho familiar dos depoentes e se percebe como os acontecimentos compartilhados são integrados à biografia individual, transformando-se em uma história comum, de convivência e de construção da memória da vida comunitária.

Procuramos reparar e discutir a qualidade política e identitária da cidadania, conduzidos pelas reflexões de autores como Ecléa Bosi, Hannah Arendt, Maria da Glória Gohn, Paulo de Salles Oliveira, Simone Weil, entre outros, no intuito de estabelecer um diálogo entre referencial teórico e empírico, de modo que um possa servir de suporte para o outro. A ação de reparar adquire um novo valor para nós, como ensina Paulo de Salles Oliveira (1999, p.12), “significa interagir com aquilo que, por vezes, se olhamos, não vemos”.

Os principais recursos utilizados em nossa pesquisa foram entrevistas e observações de campo, em diferentes situações da vida cotidiana dos moradores. Essas atividades nos ajudaram a desenvolver a habilidade de ouvir e atentar para detalhes importantes e corriqueiros, além de trazer à tona as múltiplas interpretações da oralidade. A intenção foi entretecer a perspectiva formada nas aprendizagens de campo e na fala dos depoentes e a formação teórica que recebemos na leitura dos autores e nos debates em sala de aula. Buscamos destacar a auto-imagem presente nos relatos dos moradores desde quando chegaram à favela, ou no caso dos que ali nasceram em função de suas lembranças de infância. Partimos de um ponto do passado para então conhecer aspectos importantes das trajetórias de mudanças e de construção da comunidade, com os vínculos pessoais e sociais entre seus moradores. Nessa caminhada, perpassamos as representações sobre a estrutura física desse contexto - suas cores, seus sons, seus cheiros - até encontrarmos a dinâmica das

suas relações sociais, num movimento envolvente de reconstrução do sentido da vida em comunidade.

O que está em jogo, portanto, não são palavras soltas e sim conceitos, elaborações que exprimem práticas pensadas e que, neste caso, ajudam a distinguir armadilhas imediatistas, generalizações diletantes ou reflexões que instrumentalizam teorias, destituindo-as da riqueza explicativa que poderiam comportar. (OLIVEIRA, P.S., 1999, p.43).

Instigados por estas inquietações e pela esperança de termos sido porta-voz de formas de sociabilidade que rechaçam as correntes práticas que distanciam os homens daquilo que os humaniza, lançamo-nos à busca de uma leitura viva e dinâmica das reflexões dos moradores acerca da sua vivência na Estrela do Norte. Nosso intuito sempre foi compreender a participação social nas relações comunitárias, interessando-se por sua natureza política e formadora de cidadãos. Para tanto, investigamos formas de construção de cidadania dentro desta favela, em que há trabalho solidário de uma associação comunitária, para conhecer a relação entre as concepções que compõem a cidadania e o senso de engajamento social, visto aqui, sobretudo, através de práticas de ajuda mútua e de luta pelos interesses da organização coletiva, além do imaginário que os integrantes da comunidade da favela desenvolvem a respeito da sua identidade psicossocial e seu vínculo com as práticas de cidadania.

Foi um caminho de observação das facetas da cidadania, compostas na concretude do dia-a-dia dos moradores, procurando entender o que mobiliza os indivíduos a se envolverem em ações comunitárias e que repercussões esse processo de participação na vida coletiva tem nos indivíduos e no grupo social. É um movimento que contribui para a emergência de sujeitos políticos implicados com práticas solidárias e cidadãs? Possibilita a promoção de uma consciência de si e da responsabilidade pelas ações no mundo? Viabiliza experiências de recusa das formas de opressão e humilhação social? Abre caminhos para a vivência mais criativa e autônoma dos sujeitos sociais? Configura-se em um espaço de afloramento da negociação dos interesses coletivos na formação de uma verdadeira comunidade?

A opção por substituir os nomes verdadeiros da favela, bem como da organização não-governamental (ONG) - que atua em seu território visando encontrar soluções para as necessidades básicas da comunidade por meio de um plano de ação em conjunto com os integrantes da favela - e dos moradores entrevistados por nomes fictícios preserva sujeitos e instituições, sem descaracterizar ou desviar os rumos da pesquisa. Acreditamos ser responsabilidade ética e moral do pesquisador encontrar meios de resguardar a intimidade

compartilhada nos depoimentos colhidos e a confiança recebida pelas pessoas que nos acolheram com hospitalidade.

O primeiro capítulo traz a discussão em torno dos movimentos coletivos de transformação social na contemporaneidade e a emergência de novos sujeitos sociais. Aponta desafios e perspectivas das iniciativas solidárias em um retrato ampliado da situação da pobreza e da favela, no Brasil e no mundo. Aborda o caminho da pesquisa social realizada, revelando sua configuração, suas inspirações e seus desafios. O segundo capítulo é um aprofundamento no contexto da comunidade Estrela do Norte. Constitui um esforço de construir uma imagem viva dos seus modos de vida através de um mergulho no dia-a-dia inesgotavelmente rico das classes populares. Dessa forma, os leitores têm a possibilidade de se aproximar da vivência dos moradores e compreender melhor as complexas relações enraizadas na participação cidadã da favela. O terceiro capítulo revisita as concepções de cidadania vigentes nas leituras acadêmicas para então dialogar com os elementos coletados nos meandros da construção da experiência compartilhada na comunidade estudada, propondo a cidadania como participação ativa e responsável no mundo. O quarto capítulo trata das imbricações da relação entre cidadania e identidade psicossocial, debruçando-se sobre a perspectiva da identidade enraizada nas práticas de participação social e cidadania. O último capítulo não se propõe a trazer respostas conclusivas, mas traz um convite para refletir sobre as questões levantadas ao longo de nosso trabalho.

Queremos enfatizar que esta dissertação é uma aproximação ao tema e que buscou relatar um momento da vivência dos moradores, um registro fugaz que, longe de oferecer respostas irrefutáveis e conclusivas, tem como intuito expandir e aprofundar o leque conceitual em torno do tema da cidadania e identidade. Sem esquecer-se de que são reflexões que precisariam ser retomadas e revisitadas a todo instante. Nosso trabalho não esgota tudo o que se produziu a respeito da temática, mas de alguma forma busca complementar a rica produção existente. Autores, textos e narrativas escolhidas representam um caminho trilhado entre uma possibilidade infinita de visões de mundo. Almejamos com este trabalho, inspirando-se em Oliveira (1999), construir uma partitura de três vozes composta pela interação entre pesquisador, pesquisado e leitores, preservando a contribuição dos timbres de cada um, sem encontrar um unísono.

Espera-se que esta pesquisa possa contribuir com subsídios, fundamentados teórica e empiricamente, que permitam gerar uma reflexão mais nuançada das dificuldades enfrentadas por esta população e, eventualmente, oferecer alguma ajuda para a organização e o desenvolvimento de projetos sociais e humanistas e, quem sabe, inspirar ou sensibilizar o incremento de políticas públicas com uma visão mais aproximada da experiência popular e comunitária. Dessa forma, a construção do conhecimento poderia ser vista não apenas como meio de entendimento do tecido social, mas como abertura para outro horizonte que se descortina quando consegue se constituir num referencial para ajudar na promoção de cidadania, nesta e em outras comunidades. Um novo referencial possível e desejável, mesmo sabendo que encontraremos muitos entraves nas trilhas de transformação, aceitação e sustentação de valores solidários e cidadãos.

Capítulo 1

Projetos de cidadania: um olhar sobre as estratégias coletivas de transformação social em favelas

Não basta ter sido bom quando se deixa o mundo. É preciso deixar um mundo melhor.

Bertolt Brecht

1.1 Entrecruzamentos de propostas de participação social na esfera pública: poderes paralelos?

Estima-se que há mais de 2.000 favelas na cidade de São Paulo, levando à associação da cidade ao título nada honrado de “campeã da desigualdade”¹. Nesse contexto, é inegável que os projetos sociais implementados pelo governo são incapazes de suprir todas as necessidades da sociedade brasileira e o problema da miséria das favelas torna-se cada vez mais crônico. Sem diretrizes adequadas e com uma base referencial frágil, muitos esforços governamentais, assim como do setor privado direcionados ao desenvolvimento social são desperdiçados ou enfraquecidos.

Ao mesmo tempo, o reconhecimento mais amplo do termo ‘responsabilidade social’, como forma de chamar a atenção para a perspectiva solidária e cidadã da vida na sociedade civil², pode ser evidenciado através de ações comunitárias, apoiadas ou não por fundações e

¹ Declaração feita durante a propaganda política veiculada na Rede Globo em 27/10/2004.

² Para Gohn (2005), sociedade civil ocidental é uma forma de aperfeiçoamento dos processos deliberativos democráticos com o fim de aumentar o espaço público. Na filosofia política de Gramsci, significa um espaço de disputa pela hegemonia que é complementada pela sociedade política. Já Tocqueville (1998, citado por GOHN, 2005) a define como associação cívica, uma espécie de entidade assistencialista. Compreende a visão de instituições fora do Estado. Os comunitaristas, assim como Bell, assinalam a importância da sociedade civil para operar nos setores onde as instituições políticas não atuam, proporcionando coesão social local, segundo eles, um agente de mudança social. O estudioso Alexander (1998, citado por GOHN, 2005) nos traz que a compreensão atual de sociedade civil faz um retorno às teorias democráticas, por isso o interesse das ciências sociais nas

organizações não-governamentais, nacionais e internacionais, além de ações patrocinadas por empresas. Um movimento que conta também com a participação das iniciativas particulares de pequenos grupos e até mesmo de indivíduos isolados.

Verifica-se, no final do século XX, a formação de novos agentes na política social e a redefinição dos antigos, assinalando mudanças nas regras e nos procedimentos tidos como legítimos no campo da ação social. Nessas circunstâncias, Rocher (1968) aponta que o grande aparelho interlocutor da esfera civil deixa de ser prioritariamente o Estado, havendo uma abertura para a sociedade civil atuar de forma conjunta em demandas que este não consegue atender em ações sociais como mutirão, trabalho voluntário, alfabetização de adultos, creches, entre outras. Atuações que, em conjunto, formam o que o autor chama de *esfera pública não-estatal*. Seguramente não é por acaso que Ianni (2004) defende que a questão social atualmente no Brasil remete à discussão das relações entre segmentos da sociedade civil e o poder estatal.

A sociedade civil tornou-se protagonista dos impulsos de inovações e transformações sociais no plano nacional e internacional, impulsionando o surgimento de *atores sócio-políticos*³ (GOHN, 2005) como sujeitos de poder. Estes se organizam em defesa de interesses coletivos no processo da formação de uma nova conjuntura social e política. Este processo culmina na reinvenção da esfera pública e no reconhecimento da necessidade de discussão da idéia de sociedade civil. De acordo com Rocher (1968), também possibilita o destaque da solidariedade como motor de ações sociais que, em muitos casos, passaram a ocupar o lugar do Estado.

Os anos 90 evidenciaram o surgimento de vários movimentos pró-solidariedade, geralmente em forma de campanhas, dentre as quais citamos: movimento rural, movimento

relações informais e no processo de solidariedade desassociada do âmbito estatal. É um espaço para ações individuais com senso do coletivo, das obrigações comuns, isto é da responsabilidade social.

³ Muitos autores, entre eles Ruscheinsky (1999), Castells (2006) e Gohn (2003, 2005), utilizam-se das palavras atores ou protagonistas para referir-se aos indivíduos que se mobilizam para tentar oferecer uma atitude e compreensão responsável e comprometida às questões importantes de nossa época. Tal posicionamento nos conduz à necessidade de se colocar em discussão a conotação que a palavra ‘atores’ carrega consigo. Seu emprego é válido na perspectiva de jogar luz sobre a ação dos sujeitos sociais, isto é, a participação ativa de artistas em busca de criar sua história. Porém existe o perigo de se incorrer no sentido oposto deste esforço, isto é, na imagem de pessoas encenando papéis e histórias em um palco de espetáculos sem um vínculo significativo com as transformações do mundo real. Imagem de uma farsa, de representação sem interesse na mudança. Nesse sentido o termo ‘atores’ deixa de ser válido ou até mesmo desejável, preferindo-se o uso da expressão ‘sujeitos sociais’ ou ‘autores sociais’.

em defesa da vida, movimento de moradia, entre outros. A cidadania se tornou um conceito de toda a sociedade e não mais restrito aos indivíduos ou tampouco à esfera jurídica, uma vez que está inserida em uma nova circunstância demarcada pela reinvenção da esfera pública e o questionamento do papel da sociedade civil.

O que para muitos é uma situação de crise, para Santos (2005) significa uma fase de transição, de semi-cegueira, na qual valores e comportamentos antigos são reavaliados e as formas de relacionamento e convivência humanas são desconstruídas, num esforço de encontrar novos caminhos para a humanidade.

Santos (2005) formula cinco perplexidades analíticas que se tornaram desafios para o pensamento crítico nas décadas de 1980 e 1990. Apontamos três que interessam ao presente trabalho: a marginalização, o enfraquecimento do Estado e a percepção do indivíduo como protagonista das práticas e processos sociais, muito embora este aparente estar mais massificado do que nunca. Dessa observação se inscreve que devemos voltar nossa atenção e nossos esforços para a abertura dos horizontes de possibilidades que partem da criatividade da ação humana realizada individualmente ou em movimentos coletivos. Com efeito, como diz Benjamin (s.d, citado por SANTOS, 2005), a verdadeira crise é deixar as coisas continuarem como estão.

Segundo o pensamento marxista, é o Estado quem organiza o desenvolvimento social. Um movimento pós-marxista, por sua vez, defende que o Estado deve ter sua atuação encolhida, deixando espaços para a atuação, tanto dos movimentos sociais quanto do assim chamado terceiro setor (SANTOS, 2005). Nesse contexto de desenvolvimento da participação social, a cidadania, no Brasil e em países periféricos, aparece muitas vezes como doação pelo Estado na forma de favor. Este mesmo Estado transferiu a incumbência de suas obrigações com a esfera social - comumente realizada através de políticas públicas - para a sociedade civil sob o cunho de responsabilidade social, que adquiriu um caráter de obrigação, tanto dos indivíduos quanto das empresas. Qual poderá ser a solidariedade, ou a coesão social que irá se formar nesse novo cenário?

Gohn (1997) observa que as mudanças na sociedade e na economia induziram mudanças na natureza dos movimentos sociais. A autora reforça a história da conquista de grupos e movimentos sociais que se organizaram e lutaram para se tornarem sujeitos da sua

história. Dessa forma, propõe que as pressões da sociedade civil fazem com que os discursos estatais destaquem seus problemas e reformulem - principalmente a partir da década de 90 - o sentido de suas ações, transferindo muitas de suas responsabilidades para a iniciativa privada com o intuito de conseguir reorganizar e enxugar a máquina estatal, a chamada “desregulamentação do papel do Estado na economia e na sociedade”. Depois de perderem a visibilidade na década de 90, os movimentos sociais voltaram a chamar a atenção dentro da área urbana. Acabou-se com a impressão de que os sujeitos sócio-políticos estavam atuando somente no campo, por meio de ações do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). A questão social ganha destaque nos centros urbanos e se institucionaliza em ONGs que, além de criarem alianças com o poder estatal, elaboram novas táticas e estratégias de pressão para as demandas não atendidas.

Novos movimentos sociais têm sido criados nas zonas periféricas, que também se tornaram heterogêneas, sob a forma de organizações locais, e luta de comunidades territoriais específicas. Organizações não-governamentais (ONGs) que demandam e constroem ações pela cidadania (em lutas contra a pobreza, a exclusão e a discriminação) e programas e políticas sociais de inclusão social completam o cenário onde o novo associativismo se desenvolve articulado por diferentes redes sociais (GOHN, 2005, p.14).

Como desdobramento desses movimentos, observa-se a formulação de novas formas participativas e uma nova conjuntura sociopolítica e cultural. No entanto, para compreender a relação da população brasileira com o governo do país faz-se necessária uma série de reflexões encaminhadas não apenas pela visão crítica dos estudiosos do tema, mas incluindo nesse panorama o ponto de vista da população menos privilegiada, a quem o governo se diz empenhado em ajudar. É conveniente frisar que expomos apenas algumas peças de um mosaico mais amplo e mais complexo. Destacamos também que este não é um tema sobre o qual todos os entrevistados se sentem à vontade para falar, como o caso de Sr. José Evandro, que não sabia definir a função do governo e preferiu não fazer comentários a respeito do tema. Joana, outra depoente, aponta para o imaginário corrente de que política é uma atividade ao qual se dedicam somente os políticos, quando afirma que “eu não sou muito de política não. Respeito o governo, mas tem umas coisas [que trazem aborrecimentos]... Eu não gosto muito de política”. O constrangimento com o tema simboliza uma dificuldade de incorporar a idéia de política como prática cotidiana e que diz respeito à vida de todos. É possível que o descontentamento com a política nasça dessa percepção de distanciamento e impotência em relação à mesma.

Os moradores que tivemos oportunidade de ouvir sentem que o papel do governo, em geral, é desenvolver projetos sociais com o objetivo de trazer melhorias para a vida das pessoas. “Eu acho que o papel do governo na vida das pessoas seria melhorar um pouco a pobreza no Brasil. Está demais. O papel do governo seria dar escola para as crianças que não têm, creche para as crianças que não têm. Melhorar um pouco essa pobreza, que está demais”, no dizer de Dona Ana. Joana assinalou essa percepção ao reforçar a necessidade do governo de “fazer mais trabalhos sociais. Eu acho que eles [os governantes] têm que ajudar mais os trabalhos sociais”. A indicação da depoente é reiterada pelas observações de Vicente e Adriana. Adriana disse em dado momento que: “O papel do governo era ajudar. Ajudar não só financeiramente, mas com outras coisas”. Em seguida avalia o desempenho do governo em relação à expectativa de cumprimento da função apontada: “Mas eu não vejo o governo fazendo nada para a gente”.

Muito embora a maioria dos depoentes tenha para si uma idéia da função do governo, grande parte preferiu destacar o sentimento de descrédito. Centraram-se na discussão a respeito do governo atual. No entanto, podemos deduzir as expectativas dos moradores em relação ao governo a partir das insatisfações com as atividades do governo. “Eu vou falar a verdade. [...] Eu acho que a gente fica no meio de uma briga partidária onde se quer provar um monte de coisa um contra o outro, mas se esquece da população. A gente não tem um hospital digno, transporte digno ou segurança”, reclama Marcos. A indignação é constante na alma de Marta e João Paulo. Este último chega a afirmar que:

O governo para mim ‘já era’. Não existe mais um governo no nosso país. Acho que não existe mais ninguém, nenhum líder que imponha as coisas. Acho que não existe mais isso. Acho que existe um bando de ‘pilantra’, que não está nem aí para a sociedade. Pensam: ‘o povo que se vire’.

O jovem encaminha sua resposta para a questão da ausência de um governo atuante, conjecturando sobre a possibilidade de se extinguir a estrutura atual, para então formar uma força comunitária no país:

Se o povo tem alguma coisa é porque o povo luta. Eu penso desta forma. Acho que ficaria muito mais fácil deixar a cidade sem um governador. Deixar na mão do povo seria bem melhor do que ter um governador que só quer colocar a mão no dinheiro do povo. Eu acho que deveriam ter guetos separados, e ter uma grande central onde cada representante de cada comunidade se juntasse e falasse sobre o que estava acontecendo. Acho que seria muito melhor do que ter um Senado, um monte de gente que vai lá e ganha um monte de dinheiro sem fazer nada.

O tom de Ricardo retoma a visão pessimista do governo. Porém, como veremos a seguir, faz questão de comparar a imagem que têm do governo com a de Deus, instituído do poder de reger a relação entre os homens, conduzindo seus passos no mundo:

Deveria ser um papel no sentido mesmo de um Deus. Deveria. Se eu pego a Bíblia, ela me ensina a seguir as regras de Deus. Se eu pego a constituição, são os homens governantes que escreveram para a gente seguir como andar perante a lei dos homens. O governo diz que você tem direito à alimentação, à educação, mas não segue isso. Isso não existe [para eles]. Eles não seguem! Por exemplo, o cara é deputado, como o Clodovil, que não sabe nada de política. Ele ficou afastado porque estava com suspeita de dengue, mas ele está num hospital público? Ele não está. A consciência desses governantes só iria mudar quando eles comessem a freqüentar coisas públicas, [...] quando os filhos deles estudassem no colégio público, fossem para o hospital público, andassem de transporte público - não de carro de chapa preta, furando o farol só porque é um diplomata, é um vereador, é um sei-lá-o-que quem está lá dentro. É ruim essa regra aqui do Brasil. De quem tem poder, deita e rola. Então, o governo não faz nada. Não faz nada. Fala a verdade mesmo, o governo não faz nada!

Vemos então outra faceta de tensão ser desenhada na representação presente acerca do governo e de sua relação com os cidadãos brasileiros: os representantes eleitos responsáveis por cuidar do bem comum, da ordem e das leis o fazem para os outros e não o tomam como verdade para si. A falta de integração entre o discurso e a prática revela-se como fonte de desapontamento a conduta do homem público. No entanto, devemos nos perguntar se esta contradição também não está presente em nossas práticas cotidianas e como isto se reflete na situação de nossa vida presente, seja ela particular ou comunitária.

O morador atenta claramente para a dissociação entre discurso e a prática humana. Nossa sociedade passou a focar-se no nível da retórica e esqueceu-se da importância da coerência na ação. É como se a palavra, sozinha, adquirisse o poder mágico de transformar o mundo. Essa herança cultural é desastrosa, pois desmobiliza os seres humanos, que se tornam incrédulos no poder (e responsabilidade) presente em seus atos. O olhar de Ricardo toca em um dos pontos fundamentais para se construir transformações concretas e sustentáveis no mundo, denunciadas também na frase de Ricardo Cabral de Melo Neto: “É difícil defender a vida só com as palavras”. É fundamental se lançar ao desafio de se engajar no mundo de maneira coerente. Do contrário, a cidadania e a solidariedade são apenas palavras para descrever um mundo que não se alcançará.

É preciso considerar as ambigüidades presentes no que Ana Doimo (1995, citada por FERREIRA, M.P.C., 2007, p.118) chamou de “movimentos de ação direta”. Em determinado

momento o Estado é criticado e contestado porque serve aos interesses das elites, em outro é legitimado pelo seu provedor.

O mais surpreendente disso tudo talvez seja constatar, inspirando-se em Vera, que apesar do reconhecimento da corrupção nos diferentes âmbitos do poder público permanece a crença na importância da ação governamental.

O papel do governo é muito importante para as pessoas. É muito importante. Se ele não estivesse presente, eu acho que o mundo [todo] estava em guerra. Se não tem um pulso firme... Tudo bem que têm os corruptos, têm os ‘errados’, no meio sempre tem duas ou três ovelhas desgarradas, mas é muito importante o papel do governo.

Alguns depoentes, todavia, observam – além do valor estruturante do governo – a importância da co-responsabilidade. É assim com Sr. Pedro. O depoente argumenta que “hoje, todo mundo só quer falar que o governo é ruim e que ninguém pode fazer nada. Tem que trabalhar para ajudar todo mundo”. “Eu acho que não é só através do governo que as coisas devem ser resolvidas. Se você tem uma sociedade consciente dos seus deveres, da sua ação, ela vai ajudar o governo. E vice-versa”, pondera Sandrinha. A moradora reconhece que as pessoas podem contribuir individualmente, começando pela cobrança e também em trabalhos organizados, entre os quais cita mais adiante a criação de ONGs:

Primeiro [passo para a contribuição]: cobrança. Eu estou falando da coisa da eleição. Cobrar. Não votar pela pessoa que é bonitinha, pela propaganda que passou na televisão, e sim acompanhar a vida política da pessoa que está no governo e que a gente escolheu para nos guiar. Muitas pessoas não fazem isso. E também a gente não tem acesso.

Em suas palavras reconhecemos a percepção de que poderia haver uma substituição da estrutura governamental nos moldes da política representativa por movimentos de sociedade civil organizada.

Por isso é que as ONGs são muito importantes. A ONG, para a periferia e para a sociedade, é muito mais importante do que o governo. Eu diria até que poderia acabar com essa questão de governo e ter só ONGs pra fazer o trabalho social no mundo. Porque quando se está em ONGs, se está mais próximo do problema da sociedade. Com o governo não. Vejo uma imagem assim: o castelo. Lá está o castelo, existe o rei e os plebeus que estão por aí. O rei não tem noção da vida dos plebeus. Então, se a ONG tomasse o papel do governo, iria melhorar bastante. As pessoas que trabalham nas ONGs têm um pensamento mais humano. Não quer dizer que o governo não seja humano, mas ele é o rei que colocou a coroa na cabeça, e que precisa dos seus súditos para trazer informações. Como essas informações estão chegando até ele? É difícil saber. As pessoas das ONGs estão ali, em contato com o problema das pessoas, no dia-a-dia, acompanhando melhor [suas questões e suas necessidades]. Eles formam grupos pequenos. As ONGs são grupos pequenos e o governo é a nação toda.

Apesar de defender a participação das ONGs, suas palavras finais demonstram a relevância da existência de um poder central que represente a população brasileira, enquanto nação. Acreditamos que apesar da desilusão demonstrada muitas vezes nas entrevistas, não é a função do governo em si que é negada, mas a qualidade de sua atuação no contexto contemporâneo e seus laços com a sociedade como um todo que é questionada, como expressam as palavras de Raquel.

O papel dele é importante para a sociedade, para o país. Ele deve administrá-lo. Quer dizer, não é só ele que trabalha, é um conjunto todo. Ele faz o fechamento final. Ele administra todos os problemas dos estados. Às vezes tem governo que só tem nome. Só está ali exercendo uma profissão e acaba não administrando do jeito que a população precisa. Apesar de tudo, não tem nenhum santo, nenhum rei para administrar, para fazer aquilo que o povo quer.

Gohn (2005) vê no Brasil um movimento de ampliação da atuação do *protagonismo civil*, isto é, sujeitos que configuram as ações de um movimento social, na sociedade política, através das suas parcerias com o Estado, possibilitando o desenvolvimento de uma nova esfera pública. No entanto, ela ressalta que, para compreender este protagonismo, deve-se ter como referência quem são os “atores” envolvidos, como se transformam em sujeitos políticos, que forças sociopolíticas expressam, qual o projeto de sociedade no qual se apóiam, quais as redes que criam ou se articulam, entre outras questões importantes.

A avaliação da autora sobre a origem desse cenário é que o desenvolvimento de políticas públicas implementadas no país se orienta pela descentralização do papel do Estado e de novas formas de gestão de fundos públicos. O Estado passa a funcionar como gestor e repassador de recursos, deixando espaço para que haja uma flexibilização e desregulamentação de políticas sociais, além de contribuir para a emergência de novos parceiros no atendimento das questões sociais, bem como à privatização dessas ações. Desse modo, resultam em políticas sociais excludentes, onde a pobreza ganha caráter hierárquico na divisão entre pobres e miseráveis.

A partir disso, é possível pensar que houve uma modificação na organização dos movimentos sociais. Parte dos grupos que compunham os movimentos sociais acabaram se transformando em ONGs. Outros se incorporaram àquelas ONGs⁴ que os apoiavam. Nessa

⁴ No Brasil, essas eram inicialmente instituições de apoio aos movimentos sociais e populares que tinham como objetivo fortalecer a representatividade das organizações populares, assessorando na organização e estruturação destas. Elas funcionavam, portanto, como suportes para a ação destes movimentos. A denominação “terceiro setor” surgiu com a ampliação deste cenário e com a entrada das empresas e fundações no movimento. Essas

perspectiva, “mobilizar passou a ser sinônimo de arregimentar e organizar a população para participar de programas e projetos sociais, a maioria dos quais já vinham totalmente prontos, e atendiam a pequenas parcelas da população” (idem, p.76). Em contraposição a esses, encontramos a articulação dos movimentos de bairro, principalmente sob a forma de associações de moradores. Estes se configuram como uma forma de resistência à abordagem utilitarista e pragmática apresentado por muitos programas sociais do Estado e de ONGs.

1.1.1 Iniciativas sociais: oportunidade ou oportunismo?

Com o fortalecimento das políticas neoliberais do Estado, na virada do século XX, surgiu no Brasil e nos países conhecidos como de “terceiro mundo” ou “em desenvolvimento”, a *indústria da ajuda*, termo emprestado de Kaplan (2005) para designar um dos traços dominantes de nossa época. Oriundo do mundo administrativo dos negócios, o termo nos revela uma feição reducionista da complexidade do âmbito social. Tal postura encontra grande ressonância com a tendência atual de “promoção social” de empresas, instituições e figuras públicas, que se utilizam do reconhecimento obtido pelo seu investimento na área social como critério de notoriedade e status, para não falar daquelas que ambicionam somente a dedução de taxas e impostos, oferecida pelo governo às empresas “socialmente responsáveis”. Vale ressaltar que a mídia exerce papel igualmente importante na atribuição de um valor de mercado para as ações “solidárias e responsáveis”, através do *marketing social*, uma vez que reforça o ideal em voga de exercer cidadania e de engajamento em causas sociais.

Aqui vale a crítica de Alfredo Bosi (1987) à ideologia conservadora para a qual a cultura é algo que as pessoas possuem, um objeto que se tem e que, portanto, pode ser comprado. Uma concepção de cultura que pressupõe a existência de um proprietário, bem como a relação de classes sociais e estratos culturais diferenciados, uma vez que ter a posse de cultura, uma *soma de objetos culturais* (idem, p.35), remete-nos a certos direitos e privilégios

trouxeram consigo um perfil ideológico e projeto político definidos, e passaram a se posicionar de modo mais ativo, intervindo diretamente no movimento e executando projetos ao invés de atuar como assessoria. A partir de então as ONGs se especializaram em diferentes temas e assuntos e passaram a atuar em redes temáticas de abrangência local, regional, nacional e internacional. “O trabalho com políticas públicas levou a trabalhos concentrados em projetos e programas focalizados, para clientelas específicas, desconsiderando-se os processos, os conflitos envolvidos e a universalização das demandas...” (GOHN, 2005, p.91). Nessas demandas, inscrevem-se cursos, seminários e treinamentos para o terceiro setor que muitas vezes não são formulados segundo as características das necessidades dos demandatários, e sim estabelecidos segundo a agenda das políticas públicas.

que nos diferenciam dos demais. Esta reflexão o levou a conclusão de que a cultura, na sociedade capitalista, recebe o status de mercadoria ou algo que se herda. O autor denominou essa designação de cultura como *reificada*.

A cultura passa a existir então como um divisor de classes, onde as pessoas que a possuem são identificadas por seu comportamento característico, além de serem preservadas do esforço do trabalho manual destinado somente às pessoas destituídas de cultura. O autor critica esse entendimento para então propor uma reformulação. A cultura, para ele, deve retomar seu lugar no cotidiano como um processo que se recebe e se transmite, isto é, como um trabalho, e não apenas como objetos que os homens acumulam para se exibir. Sustenta ainda que essa atitude da nossa civilização perante a cultura nos torna bárbaros, e nos distancia da vida verdadeiramente democrática. Ao invés de ser vista como mercadoria, a cultura deve ser vista como resultado do trabalho humano, ou seja, algo a ser empreendido, como um processo orgânico e reflexivo do dia-a-dia, noutras palavras, *vida pensada* (ARENDT, 2005; BOSI, E., 1997; GOHN, 2003; OLIVEIRA, P.S., 1999, 2007).

Ressalta-se também a preocupação em considerar o impacto das diversas iniciativas para a promoção sustentável da vida social, no sentido da configuração de um processo de desenvolvimento humano e autônomo dos participantes envolvidos nessa interlocução. Ou seja, também a responsabilidade social não deve ser transformada em um produto a ser consumido pela sociedade brasileira. Antes, esta deve constituir uma prática - mais do que um conceito - integrada às atividades cotidianas dos seres humanos.

Ressaltamos que nem todas as iniciativas que se intitulam de cunho solidário têm a real pretensão de cumprir os encargos a elas conferidos, e acabam se escondendo por detrás da fachada da solidariedade com o objetivo de se aproveitar da nova situação, procurando associar sua imagem à de organizações sociais bem sucedidas. Frente a esse quadro, percebemos que, apesar do oportunismo existente obscurecer a imagem desse movimento como um todo, existe uma oportunidade de olhar a cidadania para além da sua concepção jurídica e repensar a nossa posição na coletividade da qual fazemos parte.

Gohn (2005) tece críticas importantes às inúmeras instituições que atuam segundo critérios denominados de humanismo liberal: voltado para ajudar o próximo através de trabalho voluntário, vinculado a políticas públicas com ênfase no atendimento focalizado do

projeto e despreocupado com as reais causas dos problemas sociais. Nessa abordagem da vida social, não há a integração da população envolvida e tampouco uma consideração destas pessoas como *sujeitos de uma história em construção*. A interatividade e a riqueza das trocas sociais são apagadas e o foco concentra-se apenas no aspecto racional e prático presente nas atividades necessárias para a implementação dos projetos. Por isso, há a preocupação com as avaliações, impactos, resultados e desafios das intervenções. Postura, que no nosso entendimento, compromete a qualidade dos trabalhos sociais, pois retira dos projetos o substrato humano e enraizador que deveria nutri-los.

Mobilizar as pessoas envolve não apenas um chamamento para uma ação diretamente relacionada com um interesse de sua categoria ou classe social (...) deve ser uma tarefa integral: mobilizar corpos, emoções, pensamentos e ação de forma que se a provoquem mudanças nos hábitos e no comportamento dos indivíduos, alterando o resultado de sua participação política (p. 93).

Muitas das iniciativas governamentais, ao mesmo tempo em que defendem a promoção da solidariedade social em suas campanhas, têm a postura reducionista nos seus programas, com ênfase em aspectos técnicos, que visam a tratar de problemas focalizados sem a dimensão da participação da população à qual se dirigem, além de desintegrar a sua ação em fases sequenciais independentes, que muitas vezes não são concluídas, dispensando a reflexão sobre projeções de médio e longo prazo. Muitas vezes, a ênfase é o estabelecimento de acordos que atendam aos interesses de determinados grupos nacionais e internacionais. Estes se colocam, segundo a autora, como defensores do capital e do mercado. Os direitos humanos ficam restritos às páginas de projetos ou palavras de discursos, mais evidentes em épocas de processos eleitorais. Em síntese, concordamos com Gohn (idem, p.12) quando afirma que

a linguagem dos gestores é técnica, com argumentos etapistas em que os parâmetros não são os problemas e as necessidades da população, e sim a lógica financeira. Daí a contínua citação de cifras, a pretensa responsabilidade no cumprimento das metas das etapas, o apelo à necessidade de se manter a governabilidade. A dialética das relações sociais não é considerada, não há políticas desenvolvimentistas, políticas de mudança ou políticas emancipatórias.

Os movimentos sociais pautados em comportamentos culturalmente solidários engendram possibilidades para ações oportunistas também por parte da população chamada “carente” ou “beneficiária” ou às vezes “público-alvo” das ações e projetos sociais. As falas de nossos depoentes reportam a momentos de autocrítica e de desabafos, no quais vemos emergir a consciência da importância da participação popular na luta por melhores condições de vida. Sr. Pedro defende que as pessoas podem contribuir através do seu próprio esforço. No entanto, o que muitas vezes acontece é que a “a turma monta pensando [que o responsável

pela ajuda é] o governo.” O morador fez questão de enfatizar que é preciso tomar parte e ajudar nas conquistas, e perceber que “o governo não é quem vai fazer tudo”. Observações análogas podem ser feitas a partir das falas de outros entrevistados, indicando um reconhecimento do conflito existente em torno da forma como as ações sociais, de caráter público ou privado, são recebidas e reelaboradas pelos indivíduos. Como argumenta Adriana:

Eu acho que se todo mundo quisesse, se juntasse, fizesse uma passeata, campanha, essas coisas, eu acho que ajudaria [a mudar a situação das coisas]. Mas todo mundo, a maioria das pessoas, principalmente as pessoas carentes, espera muito das [outras] pessoas. Elas nunca vão procurar, sempre esperam as coisas chegarem até elas. Eu acho que são pessoas acomodadas, que acham que por que estão daquele jeito alguém tem que ajudá-los. Ninguém sabe falar: ‘Ah, eu vou levantar e vou procurar uma coisa, eu vou atrás’, [preferem] esperar que a ajuda venha até eles.

João Paulo também reclama da postura de acomodamento demonstrado por alguns moradores de sua comunidade e defende a necessidade da parceria e da ajuda mútua:

Tem que ter consciência de que para receber, você vai ter que fazer alguma coisa em troca. Tem que ter essa troca mesmo. Não adianta só dar e pronto. É como o caso da renda mínima. Eu não sou contra, mas eu acho que eles deveriam avaliar um pouco mais o ser humano que a recebe. E se [as pessoas] pegam aquele dinheiro e ficam ali, na boa, não trabalham e ficam sem fazer nada o dia inteiro?

O morador admite também que existe “o lado das pessoas que precisam, daqueles que não tem estudo”, revelando outra nuance da complexidade e da contradição inerente às ações sociais. Dona Marlene não deixa de sublinhar que muitas pessoas na Estrela do Norte acreditam que “tudo é a associação. É a associação que tem que fazer. A associação não tem que fazer [mais] nada. Eles já prestam o serviço deles aqui e fazem muito bem feito”. Vera mostra uma percepção semelhante, quando nos diz que apesar da colaboração de muitos moradores nas atividades da comissão de moradores, às vezes

eles mais querem do que dão. Eles querem receber. Acham que, devido à presença da associação e da comissão, elas são obrigadas a fazerem [coisas por eles]. Querem pedir ajuda para a associação, esperam muito dela. Acham que a associação é como uma mãe e [por isso] tem que fazer tudo. Então, a associação é obrigada. E [assim] eles não buscam.

A moradora confessa que se existisse mais união,

se tivesse um trabalho que o grupo poderia fazer [junto], poderia abrir uma cooperativa. Os moradores buscariam as pessoas idosas - existem pessoas idosas que sabem bordar, sabem fazer tricô, sabem costurar. As pessoas não arrumam trabalho que [as pessoas mais idosas] possam fazer. Muitas coisas [poderiam fazer], eu acho; como ensinar aos mais jovens.

Estas demonstrações de autocrítica retratam elementos da cultura solidária. Paradoxalmente, a vontade de contribuir para as iniciativas coletivas e a percepção da

necessidade de atuar em conjunto em prol do bem comum coexistem com a visão egoísta da vida nos grandes centros, percebida como uma batalha solitária (MELLO, 2003, citada por OLIVEIRA, P.S., 2007) que deve ser vencida sozinha, através de ações individualistas que dispensam um cuidado com as pessoas e com o mundo e impedem o florescimento de espaços solidários e cooperantes.

Dito isso, encontramos a imagem trazida por Dona Marlene do mundo como nosso lar. Em um dado momento da entrevista, ela faz referência à sua comunidade como um lugar que depende do trabalho de colaboradores externos (dentre eles, a prefeitura, a associação e as diversas iniciativas particulares), mas não deixa de notar também que é um lugar que deve receber o cuidado dos moradores que ali vivem e que, portanto, deve ser tratado como se fosse sua casa e sua responsabilidade.

Tem coisas que requerem ajuda de fora], as demais coisas são como se fossem a nossa casa. Cada um de nós tem a nossa casa, o nosso espaço. Então, o vizinho não pode ir lá falar que você vai fazer isso ou você não pode fazer aquilo. É você, somos nós, que temos que fazer. Comunidade é isso, explana Dona Marlene.

No entanto, em todos estes casos que forçosamente não esgotam todas as situações ou tampouco todos os meandros que envolvem a participação social, já é possível perceber o reconhecimento da importância da responsabilidade e do compromisso nas ações humanas como forma de se recriar coletivamente valores solidários.

Nossa caminhada pela vida compartilhada das pessoas da Estrela do Norte enseja uma oportunidade de perceber - como entende (2007, p.34) - que a vivência em uma *sociedade mutualista*

está sempre a nos desafiar, a questionar nossa acomodação, a rechaçar nossas certezas, principalmente quando abrigam raciocínios dualistas e, portanto, simplistas. Parece difícil supor que esta sociedade em que vivemos possa ser olhada sem reservas; definitivamente, não está voltada para a promoção dos sujeitos sociais solidariamente, embora comporte numerosas iniciativas pontuais nessa direção.

Isso significa admitir que a cultura cidadã e solidária existe como semente tanto em algumas práticas comunitárias - sobre as quais nos debruçaremos mais profundamente nesse trabalho - quanto individuais. Chama-nos a atenção a força dos indivíduos comprometidos com essas práticas de não se entregarem às determinações individualistas e desumanas comuns às sociedades capitalistas.

1.2 Apontamentos sobre cooperação social

Hannah Arendt (1987), em sua análise histórico-filosófica sobre as capacidades humanas gerais advindas da condição humana, parte da designação das três atividades humanas que ela chama de fundamentais: o labor, o trabalho e a ação, que juntas compõem a expressão *vida activa*. O seu caráter fundamental deve-se ao fato de estarem associadas com as condições gerais da existência humana: nascimento e morte, assim como as condições básicas, nas quais a vida é dada ao homem e sem as quais a vida humana deixaria de existir na forma humana. A ação deve a sua existência à condição dos homens de viverem em uma pluralidade humana, ao invés de estarem isolados no mundo. Esta visão baseia-se, ademais, no fato de todas as atividades humanas estarem relacionadas à condição humana de *natalidade*, de estarmos vivos. Mas considera-se que a ação é que está mais profundamente ligada à natalidade, uma vez que proporciona ao mundo a iniciativa do novo, do “recém-chegado”. “Com a criação do homem, veio ao mundo o próprio preceito de início; e isto, naturalmente, é apenas outra maneira de dizer que o preceito de liberdade foi criado ao mesmo tempo, e não antes, que o homem”, lembra a autora (idem, p.190). O homem, através da ação carrega consigo o potencial do inesperado, o *infinitamente improvável*. E isto decorre do fato de cada homem ser singular.

A autora acrescenta à singularidade dos homens o fator do poder grupal. A iniciativa surge como um ato pessoal realizado pelo sujeito singular. Contudo, a iniciativa de um sujeito é impotente sem a sua experiência no campo plural, das relações interpessoais, determinado como o campo da política. Para a iniciativa se concretizar como poder de mudança é imprescindível a adesão de outros homens⁵. Seguindo essa perspectiva, deve ser algo que *inter-essa*, isto é, que está entre as pessoas e as relaciona e interliga. Baseado nisso, buscamos conhecer a responsabilidade pelo interesse comum numa vida em sociedade; em outras palavras, a *responsabilidade compartilhada ou co-responsabilidade*.

O processo de conscientização pode propiciar o desenvolvimento de agentes transformadores, que se inserem em trabalhos comunitários com o objetivo de enfrentar problemas sociais fazendo da “co-responsabilidade” (GIACOMINI ET AL, 1983, p.22) um instrumento de cultura cidadã. Esta perspectiva ofereceu-se, também, para nós, na leitura do

⁵ Informação obtida em aula do professor José Moura Gonçalves Filho no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo em novembro de 2006.

trabalho do sociólogo Betinho que traduzia em ações as suas palavras: “a sociedade civil tem um papel central; o poder está na sociedade civil, não no Estado” (s.d, citado por GOHN, 2005, p.78).

Partindo do pressuposto de que o ser humano está inserido numa condição social e histórica que o constrói e que simultaneamente permite o estabelecimento de uma relação de influência mútua e contínua com seus semelhantes, verifica-se que as vivências cotidianas de elaboração da cultura humana compõem elemento-chave para o surgimento da consciência. A consciência é um processo constante de reflexão acerca do mundo, do outro e de si mesmo – ensina Mannhein (1974), ajudando-nos a conceituar o termo. O homem se define, se percebe e constrói sua imagem na relação com o que se costuma chamar de “outro”, a nossa alteridade. É neste processo contínuo de convivência com esses “outros” que o homem é capaz de pensar a si mesmo. Portanto, pode-se afirmar que o conhecimento do mundo é construído dentro da vida social. A existência através da experiência social é a origem da consciência de grupo, sendo que essa experiência - como ressalta o autor - deve ser compartilhada, uma vez que permite uma base comum para avaliar a posição de cada sujeito no seu contexto de vida.

A propósito, Asch (1977), com base em seus estudos sobre a influência da ação grupal sobre o indivíduo, lembra que, quando se vive em um campo social compartilhado mutuamente, o grupo passa a desempenhar autoridade sobre seus integrantes. A afirmação de que “em sociedade, tornamo-nos dependentes dos outros para a compreensão, o sentimento e a expansão do sentido da realidade” (idem, p.201) nos mostra a sua perspectiva acerca do impacto das forças coletivas na modificação e na formação dos julgamentos. O autor defende ainda que esta relação de dependência está pautada na compreensão e no sentimento individual na busca de um consenso.

Ao se dedicar à investigação das atividades que tornam os homens compreensíveis uns aos outros na interação humana, Asch sustenta que a capacidade de perceber uma situação social, abrangendo uma visão de si e do outro como ligado à mesma situação, é a primeira exigência da relação grupal dentro do campo psicológico. Esse processo individual inclui a interpenetração dos pontos de vista dos participantes e do grupo, e permite que o participante retenha sua individualidade na afirmação de sua perspectiva. Isso denota que existe uma mutualidade de ação na relação grupo-indivíduo e não uma determinação cega da opinião do grupo sobre o indivíduo.

A condição humana da pluralidade é a condição da vida política (ARENDT, 1987), entendida aqui como a vida pública do ser humano, voltada para o cuidado com os assuntos de interesse da coletividade. É ela quem cria e mantém a estrutura política, além de permitir aos homens possuírem história e memória. Nesse contexto, a iniciativa é a possibilidade de fundação de um destino novo, a fundação do futuro. Quem toma a iniciativa excede a autonomia da natureza e as determinações da vida dentro de coletividades. No entanto, a visão da autora (ARENDT, 2005) enfatiza que, na sociedade atual, as pessoas passaram a não se instalar como sujeitos de sua ação e acabam pronunciando discursos inconsistentes com suas práticas cotidianas. É importante lembrar que a modernidade, como retrata Berman (2002) em sua reflexão sobre a tragédia do desenvolvimento descrito por Fausto, vive a dialética da destrutividade, na qual o ser humano se vê isento de responsabilidade por suas ações. O homem passou a acreditar na ampla estrada do desenvolvimento como um imperativo a seguir através da ação livre e descomprometida com as pessoas e com o mundo.

Nesse mundo fundado no desenraizamento, divisamos a possibilidade recíproca de crescimento e mudança. Dentro da dialética da destrutividade encontramos um momento histórico no qual a promoção de formas alternativas de interação social entre os pares podem contribuir na concretização de uma sociedade cooperante. Mas para isso se faz necessário conjugar a compreensão de que os protagonistas das transformações são cada um de nós e que devemos ser expressões vivas da cidadania que almejamos.

Rocher (1968) adverte no mesmo sentido: o que faz com que as coisas mudem é o homem, o ser humano. Durante a nossa existência, executamos ações sociais que carregam em si o potencial para a mudança, se assim quisermos. Assim, Santos (2005, p.18) mediatizava que “(...) as transformações não são mais que nós todos, todos os cientistas sociais e todos os não cientistas sociais deste mundo a transformamo-nos”. Não se deve deduzir, todavia, que toda ação social é transformadora da história humana.

Muito embora as possibilidades de realização da transformação coletiva encontrem uma porta aberta nas mais diversas iniciativas sociais, as reflexões apresentadas neste trabalho voltam-se para o universo de uma micro-realidade da sociedade brasileira, criadora de projetos originais de cultura participativa que fazem dela um grupo que pretende atuar como o sujeito de sua história. Esta visão baseia-se, ademais, em expressões de interações sociais que

Paulo de Salles Oliveira (2001) distingue como não-individualistas, pois permitem encontrar formas de contrapor-se ao sistema de organização capitalista, colaborando assim, de diferentes maneiras, para a fundamentação de uma educação solidária.

Reservaremos o termo *cultura solidária* para designar a relação de interdependência com premissas humanas de mudança social (BOSI, E., 2003; GOHN, 2003; READ, 1986; WEIL, 1978; XIDIEH, 1999), isto é, que prescinde do cultivo dos sentimentos de ética, responsabilidade, respeito e solidariedade entre os homens. Compartilhamos da acepção de solidariedade que valoriza

relações sociais que grupos de indivíduos estabelecem em busca do acesso ou resgate de direitos de vários tipos; a solidariedade recoloca o tema da igualdade. É uma relação totalmente distinta do assistencialismo que se funda na desigualdade e, usualmente, a mantém à medida que assistência se estabelece entre os que têm e os que não têm, os assistidos (GOHN, 2005, p.97).

Oliveira (2001, p.16) acrescenta que as formas de interação social baseadas na organização coletiva, “abrigam um processo de influências recíprocas das pessoas entre si e destas com os contextos sociais, comportando não raro muitas contradições”. Um trabalho que tem o papel de ser catalisador de mudanças culturais, valendo-se da *reeducação* para consolidar o lento e difícil processo de aquisição de novos hábitos e valores (LEWIN, 2001). Elementos que poderão servir de respaldo para ações e para o pensamento dos indivíduos que dela participam.

A palavra ‘homem’ deriva de ‘húmus’, chão fértil, cultivável. Diferentemente do que se dá nos “bairros de periferia, despojando o homem da terra de sua própria humanidade”, afirma Ecléa Bosi (2003, p.177), em seu texto sobre desenraizamento. A autora se inclina para as histórias na periferia, no qual encontra um terreno fértil em possibilidades, pois brotam do esforço comunitário de promover mudanças e de reescrever a sua forma de convivência em coletividade, e que tem como base a cooperação entre os homens. A manifestação cooperativa entre os homens constitui uma oportunidade para que a dimensão coletiva dos valores solidários se expressem, principalmente na preocupação em zelar pela comunidade. Integrar movimentos voltados aos interesses comunitários ultrapassa a questão da crença na organização coletiva como empreendedora de conquistas de melhores condições de vida. Participar do espaço público é condição fundamental para a realização do homem político, que se reconhece e é reconhecido por seus semelhantes na ação e na fala como sujeitos da história. Além disso, é da cooperação social, do trabalho humano em conjunto que se criam

espaços para a emergência da consciência coletiva - através do exercício da convivência, do diálogo, da auto-reflexão e atenção para com o mundo e da potência de ação (SAWAIA, 2004 citada por CREPALDI, 2007), que resiste às adversidades e propõe respostas mais humanas e justas às questões sociais.

A solução comumente apresentada e defendida por diversas políticas públicas para o problema das favelas, até alguns anos atrás, era o que Côrtes (1959) chamou de *eliminação progressiva* das mesmas, exemplificada pela política de desfavelamento proposta e defendida por Jânio Quadros enquanto prefeito de São Paulo. Esta foi a resposta defendida para o chamado problema da *favelização*, isto é, a multiplicação numérica das favelas e da densidade demográfica desses aglomerados nos centros urbanos na época e que ainda hoje continua ressoando nas metas de alguns programas políticos sob a nova denominação de reurbanização.

Pode-se afirmar que as vitórias de diferentes iniciativas sociais na área evidenciam que há outros caminhos para essa questão que não os programas de extinção das favelas. Estas estão engendradas na possibilidade de re-elaboração das condições de vida nas mesmas.

1.3 Cotidiano como substância social: a importância de propostas comunitárias

Ecléa Bosi (2003) contribui significativamente para entender o cotidiano na vida humana. A autora argumenta que o cotidiano transcorre em um espaço delimitado no mundo, e, que por isso, contém significados próprios, que se tornam familiares e que servem de guia à nossa percepção do mundo. No decorrer das narrativas individuais, percebe-se que a vivência dos homens gera marcos de significação, registros que constroem o *caminho familiar* de cada indivíduo, um caminho que também, em muito pontos, é compartilhado com outros homens, na convivência.

Bosi parte, então, da premissa de que a nossa possibilidade de experiência, o nosso *espaço vivido* é limitado. Isto significa dizer que os caminhos possíveis de ação e percepção dos sujeitos encontram-se confinados em determinados espaços de vida. Acrescenta que a percepção das coisas é um trabalho do homem sobre o mundo, um trabalho perceptivo, isto é, uma construção do nosso ponto de vista sobre as coisas do mundo. Considera que existem

pontos de vista pautados no processo de escolha de elementos do real que juntos configuram a imagem definida - porém não imutável - dos fatos. Esse recorte torna-se nossa base de reconhecimento do mundo.

No entanto, ressalta que essa experiência pode levar os homens à prisão dos estereótipos, bem como a emancipação da consciência. Se os sujeitos perdem sua disposição para a *colheita perceptiva*, eles estarão mais propensos a serem dominados pelos padrões correntes e sucumbem a um plano restritivo, sem estabelecer nenhuma relação com as coisas do mundo que possam ultrapassar o limite da descrição e da classificação. O caminho da simpatia e da atenção - práticas citadas pela autora como meio de ampliar nossos elos com o mundo - exigem, por sua vez, a consciência da vida e o apreço das coisas.

A esse respeito, é muito curioso e, como veremos adiante, muito revelador, observar o imaginário social construído em torno do termo *comunidade*. Pode-se dizer que um estudo de favelas passa pelo entendimento da comunidade. Com efeito, não é por acaso que é recorrente o emprego da palavra “comunidades faveladas” como sinônimo de favela.

O desafio que se coloca para nossa reflexão é encontrar uma definição enraizada nas práticas cotidianas dos moradores, que nos permita escapar do uso vazio e inapropriado. Reiteramos aqui a observação colocada por Hobsbawm: nunca se valeu de maneira tão indiscriminada do emprego da palavra comunidade do que em nossa época, momento em que as comunidades, no sentido sociológico do termo, passaram a ser difíceis de encontrar na vida real (1996, citado por BAUMAN, 2003).

Assinalamos outra idéia que o termo comunidade usualmente abriga e que desejamos discutir aqui: a de localidade. Ao contrário do que afirma Alvito (2006), acreditamos que a definição de comunidade não deve ser reduzida a um determinado território geográfico e a sua população, como se fosse uma situação circunscrita e de isolamento, ou emprestando as palavras do autor, a um “universo microcosmo”. Esta definição destoa da representação de quem vive em locais denominados comunidades, como o caso da Estrela do Norte. Os depoentes revelam uma concepção que ultrapassa as fronteiras teóricas, alargando-se ao sentimento de estar vinculado a uma vivência e fazer parte de uma história em comum, que lhes possibilita construir a noção de pertencimento a uma coletividade. Por outro lado, não significa que não haja a noção de comunidade associada ao fato de ter nascido no local, como

para Marta: “... eu nasci aqui e eu me sinto parte daqui. Tanto é que eu não consigo sair mais daqui”. A moradora faz menção ao fato de ter nascido no espaço da Estrela do Norte. Importa perceber que este fato isolado não basta para compreender o que se entende por comunidade. É preciso caminhar além do território e encontrar os vínculos, raízes “sociais” que a façam sentir parte integrada e integrante da vida que transcorre ali; uma qualidade atribuída à noção de comunidade em quase todos os relatos ouvidos em nossa pesquisa.

Talvez seja oportuno, portanto, lembrar que dentro da idéia de localidade é preciso considerar que as favelas possuem arranjos originais e distintos de organização espacial. Em cada favela existe uma relação única e, portanto, distinta com seu território. Em outras palavras, é um equívoco supor que a imagem de comunidade possa ser equiparada ao território restrito dos microcosmos.

Bauman (2003) oferece-nos uma crítica intrigante aos significados vinculados à palavra comunidade. O autor defende que o termo comunidade não suscita apenas idéias ou imagens, mas também sensações no ser humano. A sua abordagem inicial do tema parece nos conduzir a uma ácida percepção do uso da palavra e dos efeitos que esta utilização quase romântica e indevida do termo representa para a convivência humana. O entendimento de comunidade, na perspectiva do autor, perpassa a observação das mudanças decorrentes do capitalismo moderno, desde o desmantelamento das comunidades tradicionais, à ascensão do individualismo e da “modernidade líquida”. Somente após acompanhá-lo neste estudo é possível compreender o seu verdadeiro esforço em mostrar os diferentes níveis de desenraizamento sofrido pelos indivíduos e a importância do papel das comunidades. A busca pelo que o autor chama de “sonho de comunidade” ou do “paraíso perdido” é somente uma das conseqüências (e perigos) desta desintegração dos laços humanos. Constitui uma busca por reunir o que foi rompido em um momento de “grandes deslocamentos, desencaixes e desenraizamentos” e conseqüentemente buscas por formas de se reenraizar. Em tempos de desencajamento (p.115), assistimos ao esforço de encontrar o sentimento de pertencimento e constituição de uma história compartilhada.

A comunidade surge, nesse contexto, como o lugar ideal, cálido, acolhedor que pode abrigar a todos, onde podemos estar seguros e, portanto, viver “tranqüilos”. Oferece-nos, assim, um contraponto à ‘dura realidade’, onde não há amizade, não se conhece a boa vontade alheia, e inexistente uma harmônica vida em comum. A vida não-comunitária se caracteriza pelo

predomínio da competição implacável, pelo desprezo entre os homens e o egoísmo dominante vivido atualmente. A palavra comunidade adquire nessas condições o status de reconforto para o ser humano ou, como diria o autor, ‘música aos nossos ouvidos’ (idem, p.9). Música que alimenta a nossa imaginação e o nosso desejo da comunidade sonhada.

Em um mundo que rapidamente se globaliza, fica cada vez mais evidente a interdependência entre os homens. Essa qualidade da relação humana revela que nenhum homem é capaz de ser “senhor do destino por si mesmo” (idem, p.133). Isto implica admitir a necessidade de ações realizadas em conjunto, uma vez que somos incapazes de viver no mundo isoladamente. Os mecanismos individualistas e discriminadores criados para distanciar os homens uns dos outros e a mantê-los isolados atrás de muros e barricadas fazem com que estes trabalhos se tornem mais árduos. Isso significa que as respostas coletivas aos desafios da vida demandam, cada vez mais, um grande esforço e persistência. Esta é uma constatação válida para grande parte dos homens. A comunidade realiza aí um papel essencial.

Não queremos incorrer em uma visão ingênua dos vínculos entre os seres humanos. Reconhecemos que manter-se em comunidade às vezes alude a uma busca pelo sentimento de aconchego do lar na linha de frente da vida cotidiana. Apesar dos desafios impostos pela idéia e pelo ideal de comunidade, ressaltamos seu valor, que transparece nas palavras de Bauman, quando este nos diz:

se vier a existir uma comunidade no mundo dos indivíduos, só poderá ser (e precisa sê-lo) uma comunidade tecida em conjunto a partir do compartilhamento e do cuidado mútuo; uma comunidade de interesse e responsabilidade em relação aos direitos iguais de seres humanos e igual capacidade de agirmos em defesa desses direitos (p.134).

Ou, como nos lembra Santos (2005), fazendo referência à noção de comunidade em Rousseau, a comunidade concreta de cidadãos, na qual a soberania é efetivamente do povo e, acrescentamos, é estabelecida no firme compromisso para uma atuação em conjunto.

Nossa experiência sugere que o termo carrega consigo, além da referência à localidade, a presença de uma “comum unidade” na convivência em grupos. Transpondo esse sentido para o nosso trabalho, encontramos a unidade no significado da vida cotidiana, elaborada de forma conjunta pelos homens em seus espaços de vida. Nesse ponto encontramos uma interseção entre as imagens de comunidade e de favelas: a elaboração conjunta das histórias de vida.

Segundo Zaluar e Alvito (2006), estudar favela é trilhar o caminho da construção da mitologia urbana e combater a imagem denegrida da favela arraigada na idéia da desordem, violência e da carência. O termo “comunidades carentes” reforça a questão da falta, no entanto este aspecto é insuficiente para entender a vida que pulsa nas favelas. É mostrar que favela não é um fenômeno marginalizado, ela não é periferia; ela elege políticos e os faz perder credibilidade e cargos, gera material midiático valioso, enseja financiamentos nacionais e internacionais, é espaço para práticas de enriquecimento (lícito e ilícito) e berço de inúmeras manifestações culturais da sociedade brasileira, como o samba, a capoeira, o pagode e o bloco de carnaval.

1.4. Práticas de campo, uma abordagem interativa

Este estudo realizado na Estrela do Norte contou com o apoio da fundadora da Associação e seus colaboradores que permitiram o acesso às dependências da entidade, facilitando o entrosamento com os moradores da comunidade. É importante notar que se partiu da observação de algumas atividades desenvolvidas pela ONG nas quais existe a participação da comunidade, tanto no âmbito da tomada de decisões quanto no desenvolvimento prático dos projetos aprovados, como as oficinas profissionalizantes e a reunião com a comissão jovem de moradores. Entretanto, o foco esteve sempre na construção de cidadania entre os moradores da favela e não em uma avaliação estrita do trabalho da Associação Comunitária Estrela do Norte. Coube menção a ela apenas onde identificamos alguma influência do seu trabalho no movimento de participação social dos sujeitos da pesquisa e sua presença no território da favela.

Para compreender um pouco o ambiente escolhido para a pesquisa, seguimos as palavras de Ecléa Bosi (2003, p.71), quando nos diz que “a vida de uma rua densamente povoada é inesgotavelmente rica, se registrarmos os seus sons e movimentos”, pois ela nos traz uma ordem e um ritmo que, conjugados, compõem um quadro de vida compartilhado e conseqüentemente um sentimento de identificação e pertencimento a uma maneira de viver, a uma tradição, enfim, à alma de um lugar. Essa interpretação é trazida pela autora nas suas reflexões sobre a memória e a cidade, uma visão de quem trouxe a qualidade da atenção e simpatia para a escuta dos depoimentos e para o mapa sonoro dos habitantes da cidade de São

Paulo, destacando os sujeitos-viventes que a ajudaram a compor as lembranças paulistanas. Sons e imagens que constituem as bases vitais de equilíbrio e segurança para estes moradores, detalhes tão importantes do cotidiano destas pessoas que acabam por se revelar nas narrativas de cada um.

A prática de campo teve como pressuposto que a nossa interpretação deve ser feita a partir de um olhar interior, ou seja, dentro da convivência, tal qual foi proposto, entre outros autores, por Ecléa Bosi (2003). Nessa perspectiva, o pesquisador nunca vai ser o “outro”, o estranho, e sim o diferente. Não é por acaso que a palavra *compreender* tem como etimologia *aprender com*, isto é, aprender em companhia de outra pessoa. Na sua raiz está expressa a importância da interlocução. Nessa acepção, buscamos aprender com o outro em sua diversidade, para, dessa forma aprender outras perspectivas de construção da cooperação social no processo de desenvolvimento comunitário.

As reflexões da autora nos trouxeram orientações sobre o “dia-a-dia das oficinas escuras da investigação” que serviram de guia para a nossa pesquisa. A premissa do investigador é a de ver o depoimento como um trabalho do sujeito-vivente. A autora aconselha que o entrevistador recolha o máximo de informações sobre o assunto antes da formulação das questões a serem respondidas.

Consideramos ilustrativo também evocar a “expressividade das coisas narradas” (OLIVEIRA, P.S., 1999, p.258), isto é, a vida presente na conversa. Os relatos com os quais nos deparamos são dinâmicos e envolventes. Deles buscamos trazer o espírito presente na experiência de Oliveira (idem, p.266), onde o pesquisador revela ter se sentido tão próximo dos narradores, como que “incorporado simbolicamente na trama vivida”. Para ele, assim como para nós, cada momento era como uma oportunidade para o inusitado, gerando um “conhecimento tecido nos fios da experiência vivida” – sabedoria verdadeira e infinita permeada de momentos singulares e surpreendentes. Foi assim que nos guiamos para nossa prática de campo.

Ressaltamos aqui a importância do resgate da memória de vidas soterradas pela opressão e pelo estigma da pobreza, o que nos faz repensar o papel do trabalho humano de relembrar, que se revela uma porta de acesso a dimensões esquecidas do próprio ser. Um trabalho que carrega a energia de renovação através das cores e sons da vida. Uma âncora de

enternecimento da história vivida, que retoma com intensidade contato com momentos que fomos forçados a deixar para trás. No movimento de rememorar, os homens se lançam à peripécia de alargar as fronteiras da vida presente, enraizando o passado e o futuro nesse presente construído. Estes recordadores trazem-nos paisagens de uma vida. Recorrendo a Bosi (1979, p.39):

não há evocação sem uma inteligência do presente, um homem não sabe o que ele é se não for capaz de sair das determinações atuais (...). Uma lembrança é um diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão e da localização, ela seria uma imagem fugidia. O sentimento também precisa acompanhá-la para que ela não seja uma repetição do estado antigo, mas uma reaparição (...).

Equivale a dizer que lembrar não é reviver, mas sim uma atividade de reflexão e ressignificação da experiência passada a partir do olhar do presente. A conversa com os moradores da Estrela do Norte - interlocutores da pesquisa - ensejou uma interpretação da vivência dos sujeitos, contribuindo para o entendimento de seu universo. A memória surge então, como o veículo de transmissão das lembranças de alguém; das histórias que se estendem para além do que é tematizado, entrando para os recantos infinitos e profundos da experiência vivida.

Ao compartilharem suas vidas no convívio cotidiano, pessoas que vivem em meio à opressão social ensinam e aprendem num movimento conjunto, e assim contribuem para a formação de cultura. Uma demonstração viva da força criadora dos homens unidos por laços solidários. Para nós significou um aprendizado, fruto do contato com perspectivas diferentes - compartilhadas e confrontadas - e das conversas do dia-a-dia, que também fizeram de nós cúmplices das histórias narradas. O domínio da palavra dita não foi a trilha privilegiada por onde se expressou a cultura solidária e cidadã nem a educação nos valores humanos. Foi possível discerni-la nos conselhos, nos gestos, nos cantos, nos contos, nos olhares e, porque não, no silêncio, sem esquecer as relações com os animais e com o ambiente que envolve a atmosfera da comunidade estudada.

A atenção foi um dos maiores instrumentos dos quais pudemos dispor nesses encontros, pois permite transparecer a variedade de espectros de humanidade, e quiçá assim auxiliar na humanização das relações sociais. Aqui convém repetir a frase de José Moura Gonçalves Filho (2008) sobre a riqueza da atenção na pesquisa social:

Mais do que percepção, é percepção sem pressa, é trabalho sobre as regularidades e irregularidades; olhar para todos os perfis, delicadeza, paciência para

ver surgir todos os seres. Fazem perceber o estranho como se fosse familiar e o familiar como se fosse estranho, é o lugar do silêncio. É o que mais devemos aos outros seres humanos. É um deslocamento político, retiramos do espetáculo das imagens controladas e nos traz para perto dos rebaixados, permitindo ver o ângulo dos humildes e dos humilhados.

A arte da atenção é uma referência apreendida nas obras de Weil, Ecléa Bosi e Paulo de Salles Oliveira que se tornou inspiração e guia do nosso olhar. Através dela pudemos não apenas ver a comunidade e seus moradores, mas nos aprofundarmos nos pormenores que neles vivem. Nesse sentido, a atenção é uma qualidade imprescindível para quem se dispõe à incursão ao mundo das histórias narradas que, como percebeu Oliveira (1999, p.23), “não são histórias-feitas e, muito menos, narrativas postiças. São histórias vividas, atravessadas visceralmente pelos dramas do cotidiano”. Somente através da simpatia e da atenção é que somos verdadeiramente capazes de vivenciar um processo de renovação dos sujeitos no desdobrar da convivência, criando espaço para que nasça a confiança. O trabalho de entrevistas requer proximidade, intimidade e principalmente confiança. “Só se abre o coração a alguém que mereça um mínimo de confiança”, revela Oliveira (idem, p.32). Esta confiança é tecida no interesse pelo outro e embalada pela paciência, outra qualidade essencial para um bom observador, apontada pelo sociólogo brasileiro Xidieh (1972). Lições amadurecidas na busca das pequenas histórias cotidianas guardadas na memória dos sujeitos-viventes.

1.4.1 Pesquisa como um campo de colheita⁶

A pesquisa de campo realizada de abril de 2005 a março de 2007 consistiu em quatro etapas. A *ambientação*, que significou nesse projeto uma familiarização com a vida da comunidade e dos seus integrantes, possibilitou, dessa forma, a integração da pesquisadora ao ambiente. Representou uma fase de introdução à comunidade e apresentação da pesquisadora e do seu trabalho à população pesquisada. O primeiro contato iniciou-se pelo acompanhamento das atividades das oficinas profissionalizantes oferecidas aos jovens pela Associação. Este momento do nosso trabalho foi complementado pelo período de *imersão*, noutras palavras, um acompanhamento do cotidiano da comunidade, uma vivência mais profunda de seu *modo de vida*. Para a realização desta etapa, tivemos o consentimento de uma

⁶ Buscou-se a idéia de colheita na acepção “colheita perceptiva” de Ecléa Bosi (2002), gesto cuidadoso e gentil como a colheita das uvas, imagem trazida por Weil (1979). Um trabalho que requer atenção, pois do contrário se perde a imagem do todo como um cacho que se desmancha quando se retira uma uva violentamente.

moradora para residir em sua casa. Seguimos da imersão para as *visitas periódicas*, momento que se caracterizou pela observação da comunidade e das diferentes nuances da cultura popular vividas ali. Estas permitiram o fortalecimento dos laços de familiaridade e convivência com os depoentes, fato este que ajudou na seleção e agendamento das entrevistas em momento posterior.

É preciso lembrar que muitos desses momentos se mesclam entre si, uma vez que temos a consciência de que dificilmente algum pesquisador de fora poderia declarar-se completamente ambientado na favela. Ressaltamos que, durante *todas* as fases do projeto, procuramos manter contato próximo aos sujeitos, em alguns momentos com um ritmo mais intenso do que outros, como forma de fortalecer os elos estabelecidos em nossa aproximação e dar continuidade ao trabalho de observação do pulsar da vida dessas pessoas. Para isso, buscamos, ao final de cada encontro, registrar em nosso diário de campo as observações e impressões recolhidas.

Encerramos nossa pesquisa de campo com a realização das *entrevistas*. O roteiro da entrevista foi previamente testado para certificar-nos da clareza das indagações e evitar direcionamento de respostas. Essa fase foi particularmente desafiadora, em função do contexto apresentado na comunidade no momento em que esta se desenvolveu. O ambiente na favela se tornou inadequado para a atividade de pesquisa na época em que faríamos as entrevistas, uma vez que o principal líder comunitário, Manuel, foi assassinado dentro da comunidade por um jovem da Estrela do Norte. O clima hostil e perigoso dominante, agravado pelo ambiente de tensão gerado pelos ataques da facção “Primeiro Comando da Capital”, o PCC, na cidade, iniciados no dia seguinte à morte de Manuel, nos levou a prorrogar o início das entrevistas pelo tempo necessário para que a vida da comunidade retomasse seu ritmo, apesar das marcas deixadas por essa experiência. Marcas expressas na apreensão demonstrada por vários depoentes, dentre eles, Dona Marlene e Raquel (que definiu a situação como “clima de guerra”) ou pela lembrança de Manuel presente em muitos dos relatos sobre a comunidade. Dificilmente algum morador deixou de citar o acontecimento ou fazer menção ao impacto que este causou na vida da favela. Representou, em muitos casos, um ensejo para falar da violência, da fragilidade, do sentimento de insegurança, das drogas e das relações de poder que permeiam a favela.

Além de zelar pela segurança pessoal da pesquisadora, a interrupção visou não comprometer os resultados da pesquisa que corriam o risco de ser redirecionados ao incidente com o líder comunitário e ao ataque do PCC, ou então, poderiam provocar nos depoentes uma atmosfera de desconfiança ao serem convidados a falar.

Outro fator que contribuiu para a extensão do período de entrevistas foi a dificuldade de acesso a todos os nomes escolhidos, uma vez que muitos contatos eram intermediados por moradores com quem já havíamos conversado e na maioria dos casos dependíamos da colaboração deles para agendar um encontro e até mesmo nos levar até seus “compadres”⁷. Foi o caso de Dona Ana e de Sr. Pedro, pessoas que tem o hábito de ficar nas dependências de sua casa, localizada em um ponto mais “interno” das vielas. Além disso, o fato de adentrar a intimidade das casas é uma tarefa que merece todo o cuidado e atenção. O contato amigável permite a entrada no lar, mas é preciso uma cumplicidade maior para se ter acesso às histórias de vida de seus habitantes, um trabalho que demanda tempo e dedicação.

A opção pela entrevista baseou-se em nossa vontade de facilitar a interação e o diálogo com os entrevistados. Além disso, permitiu uma interpretação mais cautelosa do conteúdo dos relatos coletados, bem como a associação das narrativas ao olhar propiciado pela observação na convivência. Para isso, as entrevistas foram registradas com o auxílio de um gravador e transcritas na íntegra. Estas foram um apoio fundamental para entender a forma como o homem responde às perguntas do seu tempo, ou seja, como este elabora sua experiência através do discurso e de sua prática.

Nesta tarefa, buscamos mesclar sexo, idade, engajamento e local de origem, de modo a apresentar um retrato mais amplo, tanto da visão de mundo quanto dos próprios moradores da favela Estrela do Norte. Foi intenção deliberada escolher residentes da comunidade que fossem membros da comissão de moradores ou da comissão jovem de moradores (que, como veremos, acabou se dissolvendo), participantes da Associação Comunitária Estrela do Norte e também pessoas que não tivessem nenhum vínculo direto e declarado com nenhuma dessas atividades. Dos 14 entrevistados, oito são mulheres, seis são homens. As idades variam de 20 a 72 anos. Apenas quatro depoentes nasceram e foram criados na comunidade, reflexo do fato

⁷ Por certo, uma mediação importante, se considerarmos que a raiz da palavra “colaborar” vem da idéia de *laborar com* outros homens, isto é, parte de interações solidárias que podem engendrar movimentos solidários mais amplos, entre eles os comunitários. Graças a essa ajuda, foi possível colher o depoimento precioso de pessoas cuja aproximação dificilmente se faria de outra forma.

da maioria dos moradores serem migrantes de outros estados, principalmente Pernambuco e Minas Gerais. Com relação à escolaridade, os mais velhos ou não estudaram ou não concluíram o ensino fundamental. No caso dos jovens, a maior parte concluiu o ensino médio. O que explica a situação de exercerem - ou terem exercido - atividades que exigem pouca qualificação profissional.

Nossa escolha foi guiada primeiramente pelos contatos estabelecidos no percurso das três primeiras fases do trabalho de campo e pelas próprias indicações dos moradores com quem tivemos a oportunidade de conversar. Todas as entrevistas foram previamente agendadas e consentidas pelos entrevistados. Os depoimentos com os mais jovens foram realizados fora de suas casas, em geral na residência de amigos, enquanto as entrevistas com pessoas mais velhas transcorreram no seu local de moradia, às vezes acompanhada por familiares. Lembramos que, como descreve Ecléa Bosi (2002), a casa do depoente é um lugar onde encontraremos uma atmosfera familiar e hospitaleira, ao mesmo tempo em que se corre o risco de ter a intromissão dos familiares, o que pode tanto auxiliar nosso trabalho e acrescentar algo para a entrevista como prejudicá-la.

Vale assinalar que houve a preocupação em ponderar as diversas perspectivas compartilhadas e confrontadas, bem como um esforço em reconhecer as incongruências, tensões e interesses de cada pessoa envolvida na pesquisa. Dessa forma, o conhecimento foi produzido na relação de interlocução entre pesquisador e pesquisados.

A convivência permitiu confirmar a percepção de que nossa caminhada nos proporcionou um encontro com pessoas portadoras de imagens e aprendizados conquistados através da experiência cotidiana em verdadeiras “lutas” que merecem ser compartilhadas. Pessoas que revelam uma capacidade incrível de inventar e recriar práticas, idéias, fazendo da sua vida uma “travessia de partilhas e mudanças” (OLIVEIRA, P.S., 1999, p.14) e não uma simples conformação com a situação.

Foi intenção deliberada revisar as falas. O nosso intuito foi proporcionar uma exposição mais articulada das narrativas com o cuidado de manter íntegras as reflexões e descrições colhidas durante as entrevistas.

1.4.2 Apresentação dos depoentes

Acreditamos que os trechos das histórias de vida narradas pelos depoentes ao longo deste trabalho ganham sentido e profundidade com a apresentação dos sujeitos dessas histórias. Esta apresentação permitirá aos leitores ter uma compreensão mais próxima de suas experiências de vida, dos dramas que os acompanham, das tensões e das conquistas cotidianas das pessoas que enfrentam a adversidade com uma coragem comovente e, muitas vezes, inspiradora.

Sr. Pedro é um senhor de 72 anos que veio de Minas Gerais há tanto tempo atrás, que não se lembra mais ao certo quando foi. Não sabe dizer quando veio para a *Estrela do Norte*; afirma saber apenas que “tem mais de trinta anos que eu moro aqui”. Estudou muito pouco:

lá [no interior] a gente não estudava - quem era nascido lá - não tinha nem esse negócio de tirar diploma. Eu acho que eu estudei por uns quatro anos. Quer dizer, o pai da gente era bravo, e a gente tinha que trabalhar muito. Com sete anos você tinha que ir para a roça trabalhar.

Hoje está aposentado. Trabalhou em diferentes firmas, na área de “metalúrgica e essas coisas”. Tem dois filhos nascidos e criados na Estrela do Norte. Mora com sua esposa e o filho mais novo. É apontado como integrante da comissão de moradores por várias pessoas com as quais conversamos, como Marcos, Vicente e até mesmo por membros da comissão, como Vera e Dona Marlene, embora ele negue essa posição dentro do grupo. Apesar da negação do entrevistado, vale ressaltar a constatação do Sr. Pedro como integrante importante no imaginário dos moradores. Também é conhecido por ser um dos primeiros moradores da favela. O Sr. Pedro coloca este fato de forma diferente em seu depoimento, afirmando que quando chegou, “não tinha quase ninguém”. Seu filho, Raul, ficou ao seu lado durante toda a entrevista, contribuindo com a tentativa de fazer seu pai entender algumas de nossas perguntas e às vezes nos ajudando a compreender as colocações feitas por Sr. Pedro.

Sr. José Evandro tem 67 anos, 37 na Estrela do Norte. Migrou sozinho de Sergipe com 24 anos diretamente para a comunidade, local mais próximo do seu trabalho. Depois de se estabelecer em sua casa mandou buscar seus filhos. Não pôde estudar.

Eu estudei o primeiro ano, mas não deu para continuar a estudar. Na minha época, nos anos 50, 51, 52, as coisas eram muito difíceis. A gente tinha que trabalhar para ajudar em casa. A escola mais perto era muito longe. A gente tinha uma roça, a gente trabalhava para comprar uma roupinha e para se alimentar. A vida era difícil. O serviço era difícil e a gente não tinha dinheiro. Hoje a gente ainda não tem. As coisas são meio difíceis. A vida é muito sacrificada, por isso não deu para estudar.

Eu cheguei aqui em 1967 e procurei família e tive que lutar trabalhando direto e nunca segui na escola. Chegava dez horas da noite, onze horas... Eu fazia muitas horas, só tinha sossego no dia de domingo. Não tinha condição de estudar.

Trabalhava de carpinteiro, mas agora está aposentado. Assumiu como função ajudar, ou “dar uma mão”, como ele mesmo coloca, na limpeza da comunidade e no trabalho das creches da Associação Comunitária Estrela do Norte, localizadas dentro da favela.

Dona Ana é uma senhora de 60 anos que nasceu em Minas Gerais, mas teve que migrar para Espírito Santo ainda pequena (onde ficou dos sete aos 14 anos). Desde os 14 anos de idade vive em São Paulo. Ela está na cidade há 42 anos, segundo seus cálculos. Em São Paulo, ela se casou e teve sete filhos, dos quais dois já faleceram. Morou em diferentes bairros da cidade, mudando conforme “ia arrumando serviço”. Sempre procurou morar próxima do trabalho, já que seu marido faleceu quando as crianças ainda eram pequenas e ela sentia a necessidade de trabalhar em um lugar que ficasse perto de casa. Trabalhou em fábricas, metalúrgicas. Era operadora de máquina. Seu último trabalho, porém, foi em “casa de família”. Atualmente não trabalha fora, em função de um problema de saúde. No entanto, assume o cuidado de sua casa e dos netos. E ainda encontra tempo para se dedicar às reuniões e às atividades da comissão de moradores. Mora há 25 anos na Estrela do Norte, não exatamente na casa onde fizemos a entrevista. Afirma já ter morado em cinco locais diferentes dentro da favela e justificou suas mudanças pela vontade de ajudar outras pessoas que precisavam do espaço mais do que ela e uma vez porque “teve uma confusão aqui, mataram um rapaz. O pessoal pegou o meu marido e deram umas coronhadas nele. Até ameaçaram a minha filha”. A sua última moradia estava em situação de risco e por isso foi indenizada pela prefeitura com a sua casa atual, onde mora há 12 anos com sua filha mais nova. Dona Ana é uma das integrantes mais antigas da comissão de moradores.

Dona Marlene tem 59 anos e é uma referência para muitos moradores da comunidade. É comum encontrá-la encostada na varanda da área de serviço em frente à sua casa olhando para o movimento da viela ou simplesmente conversando com suas comadres e compadres. Nascida em Minas Gerais, mora na Estrela do Norte há “30 e poucos anos”. Ela veio para São Paulo por falta de opção. Seu marido decidiu vir em busca de melhores condições de vida e de trabalho. Lamenta não ter estudado. É casada com Sr. Antônio e é mãe de cinco filhos. Em sua casa moram seu filho mais velho, Welington, e uma de suas filhas com sua respectiva família (marido e dois filhos). Trabalhou como servente em um colégio, depois em uma firma

de cosméticos. Seu último trabalho foi como cozinheira da associação durante 20 anos. Hoje, aposentada, cuida da sua neta e tenta contribuir quando pode nas reuniões da comissão de moradores. Disse-nos em diversas ocasiões que gostaria de participar mais, no entanto sua saúde não lhe permite. Fica feliz, pois Welington tem participado das reuniões e lhe traz notícias do que tem sido feito. Dessa forma, ela consegue se sentir integrada ao trabalho da comissão.

Joana (47 anos) veio de Pernambuco com 17 anos de idade para morar no Jardim Elmira. Aos 19, casou-se e mudou para Estrela do Norte, onde está há 28 anos. Trabalha como auxiliar de dentista no ambulatório da associação desde 1986. Antes disso, dedicava-se a tarefas em casa de família. Começou a estudar depois que ingressou na associação e orgulha-se do fato de cursar a oitava série nesse momento e conseguir assinar seu nome. É mãe de dois filhos e perdeu seu marido recentemente, emoção muito presente em sua narrativa.

Vera tem 45 anos e mora na favela há 21. Deixou sua cidade natal, Recife aos 14 anos de idade para morar na favela próxima, Jardim Elmira. Mãe solteira de sete filhos trabalha como auxiliar de limpeza para uma empresa terceirizada e, na ocasião, estava de licença por causa da mão fraturada. É integrante da comissão de moradores. Vera é irmã de Joana. As duas foram citadas como pessoas de importância central na comunidade pela sua atuação e conhecimento das causas ligadas à Estrela do Norte. O parentesco das duas nunca foi comentado por ninguém e foi uma surpresa revelada durante a entrevista com Vera, que participa da comissão de moradores desde a criação do grupo.

Raquel, 44 anos, é moradora recente. Nasceu no interior de Goiás, mudou-se para Brasília e depois veio para São Paulo para ser babá. Completou o 2º grau e teve a oportunidade de concluir um seminário de pedagogia para aprimorar as suas habilidades no cuidado com as crianças. Foi ela que gentilmente nos recebeu em sua casa, com todo o cuidado e carinho.

Sandra, mais conhecida como Sandrinha, é baiana, tem 33 anos e está em São Paulo, mais exatamente na Estrela do Norte, há 14 anos. Mudou-se diretamente para favela, sua única opção de moradia na época e se viu obrigada a viver em “um barraquinho de madeira”, condição diferente da qual estava acostumada. Seu ex-marido tinha um problema no coração

e, por isso, veio fazer um tratamento no Hospital das Clínicas e ela lhe acompanhou nesse processo. Logo em seguida, ingressou na associação onde atualmente trabalha como *mãe-de-creche*. Tenta colaborar com a comissão de moradores, mas encontra dificuldade para participar já que, além do trabalho, ocupa-se com a faculdade de educação no período noturno e o cuidado com suas duas filhas.

Eu conheço muito [a comunidade]. Até digo para as pessoas que eu sou muito popular por fazer tranças e por ser uma educadora. Muitas crianças que eu comecei a cuidar com três anos [de idade, hoje] já são adolescentes. Conheço quase todo mundo aqui dentro.

Marcos é um jovem de 29 anos que nasceu e foi criado “aqui, dentro da Estrela do Norte mesmo”. Conseguiu terminar o segundo grau e hoje trabalha como representante comercial de perfumes importados. Quando o conhecemos, morava com os pais, Dona Marlene e Sr. Antônio. Marcos sempre foi muito cordial e solícito, disposto a contribuir de alguma forma. No momento da entrevista, acabara de se casar e se mudar da comunidade. Mas faz questão de frisar sua presença constante na favela, como que querendo dizer que não a abandonou nem traiu suas origens. Atualmente tenta acompanhar o trabalho da comissão através do engajamento da mãe, Dona Marlene e seu irmão, Welington.

Ricardo, 28 anos, nasceu em Pernambuco e veio para São Paulo quando tinha seis para sete anos de idade. Morou na favela Jardim Elmira e está a mais ou menos quatro anos na Estrela do Norte. Atualmente mora de favor e pensa em se mudar para os Estados Unidos para poder aprender inglês e poupar um pouco de dinheiro. Ressalta que conhece bem a comunidade, pois frequenta o seu espaço desde doze anos de idade e participou das atividades da associação quando criança. É um dos poucos entrevistados com segundo grau completo e tem um sonho de fazer faculdade. Trabalhava de *motoboy* porque sua namorada engravidou e ele quis se responsabilizar pelo filho e, portanto, se viu obrigado a conseguir um emprego fixo. A respeito disso ele comenta: “quando eu me vi num beco sem saída, tendo que trabalhar, fui atrás do emprego mais fácil. Porque não nasci para roubar. Sempre achei uma idiotice roubar. Depois, o fim sempre é muito trágico; você pode ver pela experiência de vida dos amigos”. Fez cursos de segurança, mas não exerceu a profissão. Trabalha atualmente na associação dando aula de cidadania para jovens. Participa de um curso de formação de educadores sociais, que lhe dá subsídios para lidar com seus alunos.

Marta nasceu na Estrela do Norte 28 anos atrás e vive na comunidade desde então. Está terminando o segundo ano do colegial e cuida de seus dois filhos pequenos. Trabalha na casa da Dona Marlene todos os dias auxiliando-a na faxina.

Adriana é uma moça de 25 anos de idade, nascida no interior do Estado de São Paulo e que se mudou para Estrela do Norte aos três anos de idade, noutras palavras, está ali há 22 anos. Completou o segundo grau, já trabalhou com recreação infantil e também já fez parte do quadro de funcionários colaboradores da associação. Hoje se encontra numa loja de produtos importados como recepcionista. Participou da tentativa de formar a comissão jovem dos moradores, porém não pôde continuar em função do pouco tempo disponível para se dedicar; tempo que deve ser repartido entre os compromissos com seu trabalho, sua casa e atenção para seu filho pequeno, do qual deve cuidar sozinha, já que seu companheiro foi assassinado no período em que estava grávida.

Vicente nasceu na Estrela do Norte, tem 21 anos e fez o ensino médio completo. Participou de alguns cursos profissionalizantes na área de atendimento ao cliente, de telemarketing e de marcenaria. Estudou noções básicas de informática, espanhol e “alguma coisa para entender inglês”. Sua ocupação é realizada em uma prestadora de serviços da prefeitura de São Paulo, pintando guias, capinando e limpando a sujeira da rua. Já trabalhou como auxiliar de escritório e como autônomo na área de montagem e desmontagem de móveis. Tomou à frente da comissão jovem dos moradores e ainda dá continuidade ao projeto. Hoje sente a necessidade de se dedicar ao seu trabalho, uma vez que seu pai faleceu quando era criança e ele se coloca como responsável pela mãe e as duas irmãs, com quem mora. É uma pessoa ativa na comunidade, sempre presente, coordenando algum trabalho, como o projeto “A cor da vida” ou auxiliando algum morador (voluntariamente ou como “bico”).

João Paulo, 20 anos, se intitula “cria da Estrela do Norte”, pois nasceu no ambulatório da associação, quando esta disponibilizava esse serviço na Casa de Parto. Ele acabou de terminar o segundo grau, não está trabalhando e pretende fazer curso de cabelo e maquiagem profissional. Seu sonho é trabalhar como maquiador de atores e atrizes famosos.

1.5. A Favela como questão social

1.5.1 O fenômeno mundial das favelas

Slums, bustee, villa miseria; diversas designações que nos levam à um mesmo destino: à vida nas *favelas*. É grande a lista de autores cujos incisivos estudos vem situando a favela como algo presente no mundo todo, embora com suas peculiaridades e diferenças. Citamos, pela sua importância, a obra “Planeta Favela” (DAVIS, 2006) que contextualiza a favela como um fato mundial, que a despeito das denominações e características diversas - que variam de acordo com o local onde esta é erguida e a cultura do povo que a constrói - carrega consigo elementos que fazem dela um fenômeno singular. É para ela que voltamos nosso olhar.

Davis coloca a discussão da favela no contexto da rápida urbanização da terra, fenômeno para o qual dá o nome de *climatério urbano*. Este fenômeno relativamente recente representa, em sua perspectiva, um divisor de águas na história da humanidade, comparado somente ao período neolítico e às revoluções industriais. Pela primeira vez, a população urbana é mais numerosa do que a rural. Este aumento da densidade populacional nas áreas urbanas culminou na criação das *megacidades*, que comportam hoje mais de oito milhões de habitantes e conseqüentemente no aparecimento das *hipercidades*, que devem servir de abrigo para no mínimo 20 milhões de pessoas, principalmente nos países ditos de “terceiro mundo”. Estima-se que haja mais de 200 mil favelas, o que contribui para aumentar ainda mais a complexidade desse quadro. De acordo com os dados divulgados pela ONU, UN Habitat Urban Indicators Database (2002, citado por DAVIS, 2006), São Paulo ocupa o 4º lugar na lista das megacidades no mundo, com 19,9 milhões de habitantes e o Rio de Janeiro em 16º com 11,9 milhões.

Davis (2006) faz questão de ressaltar que a urbanização é uma transformação estrutural que intensifica as interações entre os homens nas mais diversas cidades no meio urbano e rural, podendo culminar em um contínuo entre o eixo urbano e rural. O preço a ser pago por essa nova ordem mundial é uma desigualdade social e econômica cada vez mais acirrada. Essa constatação o levou a afirmar que a superurbanização é impulsionada pela multiplicação da pobreza e não pelo desenvolvimento das cidades e oferta de empregos, “como resultado, [...] foi a receita inevitável da produção em massa de favelas” (p.27).

Atualmente, a grande questão é se as enormes concentrações de pobreza são sustentáveis. O estudo de Davis mostra a impossibilidade de se separar sustentabilidade ambiental, social e econômica da condição de pobreza em massa.

Nesta nossa pesquisa, os relatos dos depoentes mostram que a decisão de mudar para São Paulo foi impulsionada pela busca de trabalho e pela promessa de melhores condições de vida. Falam-nos do crescimento do local, da vinda aos poucos de outros “compadres”, em geral de Minas Gerais e do Nordeste para ali morar. A narrativa de Ferréz (2007, p.65) retrata a força do fluxo contínuo de migração para a metrópole: “o vizinho continua trazendo parente, uma prima, um tio, outro primo, o verde na Bahia secou, luz de lamparina, ninguém agüenta mais sofrimento, e São Paulo continua iludindo, com uma antiga máscara de felicidade”. Denuncia a ilusão presente na perspectiva da vida urbana como sendo um recanto de oportunidades mais promissoras, como muitas outras histórias de decepção e luta pela sobrevivência em condições tão precárias e indignas ao chegar à cidade grande. A fala de Sr. José Evandro complementa esta representação ao tratar do passado da antiga cidade ainda pouco habitada que vai sendo transformada com a chegada dos migrantes brasileiros de diferentes regiões do país.

Não tinha quase ninguém; tinha mais ou menos umas quatro pessoas. Foi chegando gente, foi crescendo, um dava orientação aos parentes quando ia visitá-los e acabavam trazendo o pessoal para cá. E quando chegavam aqui davam orientação para fazer um barraquinho na comunidade. Foi assim até chegar todo mundo que está morando hoje. Hoje está tudo cheio.

Está tudo cheio, ou, como coloca Sr. Pedro, “não tem como fazer mais nada aqui. Está quase um em cima do outro”, testemunhando a transformação radical da paisagem da favela que cresceu de modo desordenado a fim de receber novos moradores.

Todos esses depoimentos nos remetem a aspectos do surgimento das favelas apropriados pelo imaginário do povo brasileiro, um processo relativamente recente, mas bastante arraigado nos solos deste país. Convidamos à leitura da descrição elaborada por Padeirinho e Jorginho e transformada em música por Jards Macalé (s.d, citado por OLIVEIRA, N., 2007). Gostaríamos de compartilhar aqui suas palavras, esperando que possam contribuir com uma ilustração mais rica do processo de construção destas formas específicas de moradia e, em especial, de estilos de vida que emergem da experiência de um destino comum.

Favela

*Numa vasta extensão
Onde não há plantação
Nem ninguém morando lá
Cada um pobre que passa por ali
Só pensa em construir seu lar
E quando o primeiro começa
Os outros, depressa, procuram marcar
Seu pedacinho de terra pra morar*

*E assim a região sofre modificação
Fica sendo chamada de nova aquarela
É aí que o lugar então passa a se chamar Favela.*

O argumento central de Davis, que aqui se pretende reforçar, é aquele que designa a falta de recursos financeiros das pessoas pobres como a justificativa para a construção de barracos, para as locações informais, os loteamentos ilegais ou para a vida nas ruas nos grandes centros urbanos e nas suas periferias. Nessa visão, a favela nasce, num primeiro momento, da necessidade humana, da dificuldade de encontrar outras condições mais dignas. Isso não quer dizer que não seja possível trabalhar a partir desse contexto, buscar melhorias para as coletividades que construíram suas moradias com dificuldades e com pouca estrutura. Um esforço que demanda união dos sujeitos-viventes em torno daquilo que ‘inter-essa’, guiados pela imagem de um futuro menos árduo e menos sombrio em contraposição à resignação e à opressão vivida cotidianamente.

Na conversa com os depoentes conseguimos divisar o sofrimento de quem se viu obrigado a mudar para São Paulo e construir sua casa em condições bastante diferentes daquelas com o qual estavam acostumados. Joana, por exemplo, apresenta sua dificuldade em se adaptar às péssimas condições de vida que encontrou quando aqui chegou:

Quando eu vim para cá, uma imagem que eu [guardei] foi a de quando eu cheguei aqui na favela. Eu achei tudo estranho. Porque, lá no Nordeste, eu já tinha uma casa grande com um quintal grande. A gente tinha plantações no quintal; tudo. Quando eu cheguei e me encontrei com um barraquinho de madeira - só aquele espaço pequeno - eu tomei aquele choque. Até falei: ‘não é aqui que eu quero ficar’. Mas, por um lado, eu já estava grávida... Quando eu cheguei aqui não tinha luz, não tinha água, tinha que vir buscar água na mina. E para ter luz, a gente usava vela. Só depois foi que uma moradora daqui da rua começou a emprestar a luz da casa dela para gente, um bico de luz. Eu achei muito estranho isso. Uma lembrança que eu tenho é do frio. Nunca gostei de frio. Então, eu sofri muito, porque eu não tinha muita roupa de frio. Naquela época era muito frio, mais frio do que é hoje. Eu sofri muito, porque eu não tinha roupa. A única coisa boa que tinha em São Paulo era o emprego. Porque [naquela época] quando alguém chegava aqui já estava empregada. Mas o frio que eu passei foi muito [grande]. Na época em que eu cheguei aqui na favela, começaram a fazer bazares de roupa. O trabalho da Associação Estrela do

Norte já estava começando, aos poucos. E eu comecei a comprar roupa. Foi quando eu comecei a ter mais agasalhos. Mas eu sofri muito. Me deu muita vontade de voltar para minha terra.

Sandrinha compartilha desse “choque” na sua experiência de migrar para a Estrela do Norte. Certamente elas não foram as únicas moradoras que se mudaram para São Paulo atrás de um sonho e sentiram desejo de retornar à terra natal ao se depararem com uma situação tão adversa.

Era muita pobreza. Eu sou uma filha adotiva, cresci numa família que tem um poder aquisitivo “mais ou menos”. Então, quando cheguei era muita pobreza e eu não estava acreditando que eu estava naquele barraco de madeira. Queria muito voltar para minha cidade. Mas tinha uma coisa que me prendia aqui. Quando eu cheguei aqui [na Estrela do Norte] ainda não tinha essa urbanização. Era barro. Barro. Eu morava embaixo de uma grande árvore, tinha muito rato. [Me perguntava], ‘nossa, como as pessoas conseguem viver aqui?’. Depois eu ouvi a história de moradores que diziam: ‘Nossa! Aqui já foi muito pior. A gente andava na lama, os barracos eram de papelão. Hoje a gente já consegue ter um de madeira, bonitinho!’. O caminho é evoluir mais ainda, melhorar. Tinha um córrego a céu aberto e tinha casas com janelas que davam para o córrego. Eu falei: ‘Como eles conseguem comer? Como conseguem conviver com isso?’

Desde 1970, o crescimento das favelas ultrapassou a urbanização no hemisfério sul. Os dados divulgados pelo Banco Mundial (2003) demonstram que as favelas de São Paulo que abrigavam 1,2% da população em 1973 passaram a abrigar 19,8% em 1993, o que significa um crescimento de 16,4% ao ano na década de 1990. É o fenômeno de *favelização* que muitas vezes se confunde e vira sinônimo de urbanização. Isso quer dizer que o crescimento acelerado da cidade não é acompanhado pela oferta de estruturas habitacionais adequadas, fato este traduzido no aumento de moradias informais impróprias para abrigar seres humanos.

Os pobres urbanos têm de resolver uma equação complexa ao tentar otimizar o custo habitacional, a garantia da posse, a qualidade do abrigo, a distância do trabalho e, por vezes, a própria segurança. Para alguns, como muitos moradores de rua, a localização próxima do trabalho (...) é ainda mais importante do que o teto. Para outros, o terreno gratuito, ou quase isso, compensa viagens épicas da periferia para o trabalho no centro. E para todos a pior situação é um local ruim e caro sem serviços públicos nem garantia de posse (DAVIS, 2006, p.39).

O autor acredita que a decisão do recém-chegado nas grandes cidades é saber se tem condições ou não de pagar aluguel nas regiões onde se concentram as possibilidades de empregos. Às vezes, se constrói as habitações em lugares perigosos, como morros instáveis (sujeitos a catástrofes como deslizamentos e desabamentos de terra), várzeas sujeitas a inundações e montanhas de lixos, pois são locais desvalorizados e, por isso, de alguma forma, “protegidos” da especulação imobiliária. Com efeito, o que percebemos foi que a maioria das

peessoas que chegaram à Estrela do Norte não estavam certas do que encontrariam ao chegar em São Paulo. Desempregados, com poucas economias no bolso e muitas vezes sem familiares e amigos como referência, a favela Estrela do Norte tornou-se refúgio para eles e suas famílias. O que de início parecia uma solução temporária acabou se revelando o novo lar para muitos. Em nossas visitas descobrimos que todos pagaram algum valor pelo seu pedaço de terra, mesmo que baixo; parcelado ou então pago no momento em que a situação financeira lhes permitisse. Sr João faz menção de ter cedido parte de seu terreno a alguns compadres que o pagaram somente muito tempo depois, “quando puderam”.

A percepção da situação precária do ambiente aliada a todos os problemas e dificuldades vividas pelos depoentes e agravadas pelo crescimento da violência no local no fez querer entender o que fazia com que as pessoas continuassem suas vidas ali. Para nós, é mais fácil entender o motivo que as fizeram chegar até a favela, difícil é compreender o que as mantém na Estrela do Norte. Encontramos algumas respostas em nossa colheita de campo, mas sabemos que estas não esgotam o universo de motivação dos moradores. Destacamos a oportunidade de trabalho nas proximidades, como é o caso de Ricardo e Joana; acesso a uma infra-estrutura comunitária considerada hoje de qualidade; ter família residindo perto (Dona Ana, Sr. José Evandro e Sr. Pedro), entre outros. Chamamos atenção especial para a importância do vínculo com a comunidade e sua história, apontado em vários momentos e por diversos moradores, principalmente pelos mais jovens, mas também por outros como Sandrinha, Dona Marlene, Vera, Marcos e Adriana.

A caracterização negativa das favelas como local de habitações dilapidadas com grande contingente populacional, insegurança da posse de moradia, doença, miséria, vício e, muitas vezes, crime nos remete aos guetos e *slums* europeus do século XIX. Além da depreciação por fatores materiais, também recebiam uma conotação moral preconceituosa e estereotipada onde, por definição, vivia o resíduo social incorrigível e selvagem da cidade (DAVIS, 2006; OLIVEIRA, N., 2007; VALLADARES, 2005).

O recenseamento global das favelas coloca de lado as avaliações morais da era vitoriana, mas mantém a definição clássica de favela associada à infra-estrutura e condições de vida precárias, ou na própria definição da ONU (2002), às características físicas e legais do *assentamento*. O Dicionário Aurélio (FERREIRA, A. B. H, 1999, p.885) propõe a seguinte definição de favela: “conjunto de habitações populares toscamente construídas (via de regra

em morros) e com recursos higiênicos deficientes”. Nesse contexto, o Brasil ocupa a terceira posição no mundo no estudo em número absoluto sobre as maiores populações faveladas por país. Possui 36,6% da sua população urbana ou 51,7 milhões de pessoas morando em favelas. Só em São Paulo são entre seis a oito milhões de pessoas nesse contexto. O relatório publicado pela UN-Habitat intitulado *O desafio das favelas* divulga a situação da pobreza urbana no mundo, indicando a existência de uma desigualdade global. Além de um instrumento de análise, o relatório serve como um alerta sobre a catástrofe da pobreza mundial.

Valladares (2005) acredita que a questão da *habitação espontânea* presente nos meios urbanos não pode estar dissociado da questão social global. Por isso busca “decifrar” a questão da favela levando em consideração que esta é um fenômeno presente em outros lugares do mundo. Isso nos remete às palavras de Carlos Drummond de Andrade que, desde sua observação do cenário brasileiro, fala das favelas como estando “Aqui, ali, por toda parte” (1984, citado por OLIVEIRA, N., 2007).

1.5.2 Imaginário da favela brasileira

Favela

Castelo Forte

Composição: Xandão Ramos

*Favela atirada, revoltada e marginal.
A polícia dá batida e a reportagem no jornal.
Favela da sujeira e das crianças pela rua.
É a favela da pobreza sem nenhuma infra-estrutura.
Vamos fazer realidade diferente,
mas não varrendo pra debaixo do tapete.
Quem tem mais, tem que dar pra quem tem menos.
É o que manda o nosso Mestre Jesus.
Favela que implora um pouquinho de atenção.
Mas não pelas chacinas com seus mortos pelo chão.
Favela é um acidente, mas não é algo isolado.
Favela é um fato que não dá pra ser negado.
Aonde foi parar coração
para não enxergar os que de nós necessitam?
Nossa aparência importa mais que o caráter.
O amor é bem mais que a razão.*

Nelson de Oliveira (2007) coloca em discussão as infinitas falas existentes em torno da favela. Em sua perspectiva, a história do surgimento das favelas é “curta e retilínea” quando comparada à história do surgimento e expansão das cidades. Segundo ele, no passado brasileiro podemos encontrar senzalas, quilombos e cortiços, fenômenos sociais que não podem ser confundidos com favelas. As favelas são um fenômeno urbano recente, específico da era industrial nas regiões periféricas do capitalismo e, portanto, pertencem ao nosso tempo. Davis (2006) apresenta o exemplo do Morro da Favella ou Morro da Providência surgida em meados de 1890 como uma das favelas que tem uma longa história em contraposição à maioria das favelas que cresceram a partir da década de 1960. Podemos perceber, portanto, que no caso brasileiro o fenômeno da favela tem raízes sólidas na história do país.

Valladares (2005) considera o imaginário amplamente disseminado já na segunda metade do século XX como mito fundador da categoria favela a partir do qual se construiu as representações - multiplicidade de interpretações e olhares correntes. Vários autores - entre eles Valladares e Zaluar e Alvito (2006) - vêm enfatizando a necessidade de se produzir estudos acerca das favelas que combatam este olhar cristalizado e muitas vezes deturpado que acaba reduzindo a riqueza da vida a imagens injustas que representam apenas algumas idéias e práticas cotidianas das favelas.

A reflexão teórica sobre a favela tem sua periodização delineada na história do Brasil. Muitos autores se dedicaram a recompor essa trajetória. Este não é nosso desejo, buscamos aqui somente pontuar alguns dos elementos que consideramos mais relevantes a respeito do imaginário das favelas brasileiras para ajudar a pensar o aspecto que este toma na vida dos moradores entrevistados na Estrela do Norte. Como se verá ao longo do presente trabalho, a representação social problematizada nesta discussão inscreve-se de tal forma na concepção da população estudada, levando-a a contradições e à ambigüidade no seu uso em suas narrativas.

Definidos como um ‘inferno social’ e lócus da pobreza e epidemias no século XIX, os cortiços cariocas e, posteriormente, as favelas eram locais de moradia de trabalhadores populares, mas também de ‘vagabundos’ e ‘malandros’. Por isso eram vistos por muitos como um perigo para a ordem social e moral da cidade. Com base nesses argumentos, o discurso médico e sanitário passou a denunciá-los e condenar sua existência. Este discurso gerou a adoção de ações drásticas e violentas por parte da administração pública das cidades. Promulgaram-se leis para impedir a construção de novos cortiços e autorizou-se a destruição

daqueles existentes, conforme retrata o trecho do poema *Favelário Nacional* intitulado: “Urbaniza-se ou remove-se” (DRUMMOND, 1984 citado por OLIVEIRA, N., 2007).

Aqui convém reforçar que as políticas de remoção das favelas tinham como argumentação acabar como os *pontos de contágio* (termo traduzido da expressão em inglês *plague spots*), isto é, eliminar uma “praga” que ameaçavam a sociedade da época. A resposta dos governos ao florescimento das favelas era atacar os assentamentos informais através da demolição das casas, ação governamental que contava com apoio da população de classe média e alta.

Nelson de Oliveira (2007) coloca-nos o questionamento feito por John dos Passos em 1948 a respeito das favelas: estas eram apenas um grave problema de saúde pública como apregoavam os médicos sanitaristas ou configuravam uma nova civilização, com sua própria cultura e leis? O crescimento explosivo das favelas nas últimas décadas apenas confirma que esta é “um fenômeno crucial da nossa época” e por isso não pode ser concebida como um fenômeno marginal. As pessoas que nela residem não podem continuar sendo tratadas como “uma coleção dos que formam a parte de parte alguma, o elemento excedente da sociedade, a parte excluída dos benefícios da cidadania, os desenraizados e despossuídos, os que de fato não têm nada a perder exceto as correntes que os prendem” (ZIZEK, 2004 citado por OLIVEIRA, N. de, 2007, p.11).

O fenômeno da superurbanização conferiu grande visibilidade à questão da pobreza. A partir da década de 1960, fez-se uma crítica à teoria da marginalidade social, trabalhando a imagem dos moradores da favela não mais como marginais e isolados, mas inseridos de formas distintas na cidade. Essas representações acabam por reforçar a visão dicotômica cidade-favela da sociedade brasileira. Elemento que aparece de forma impressionante na fala dos depoentes quando estes se colocam com uma alteridade em relação à cidade, um “nós” e “eles” expressos na idéia de “dentro” e “fora” da comunidade, como veremos mais adiante.

É preciso registrar que o termo “favela”, quando usado dentro do seu espaço, geralmente não está carregado de valores pejorativos, mas assume a categoria de sinônimo de bairro, no sentido de espaço de habitação, um “lugar nosso”. As crianças, os jovens e os adultos o usam com naturalidade entre si ou com quem quer que estejam. Observa-se, porém, que ao lado dessa naturalidade coexiste, como foi visto em vários momentos da nossa

convivência, pessoas que admitem ter vergonha de falar que moram em uma favela quando se encontram “lá fora”, isto é, fora dos limites da comunidade, devido à forte conotação preconceituosa e discriminatória que o termo carrega quando levado ao contexto exterior. Nesse espaço é inevitável o confronto e o conflito da experiência de quem vive os desafios que a favela propõe a cada um de seus habitantes.

Aos moradores desses lugares reservou-se a designação humilhante e estereotipada de “favelado”. Nestes termos, os autores Zaluar e Alvito (2006) tratam o favelado como “bode expiatório” dos problemas urbanos, considerado como o ‘outro’, distinto do morador civilizado das metrópoles brasileiras. Valladares (2005, p.151) nos lembra que “o termo favelado, originalmente o habitante da favela, por outras palavras, de um lugar determinado, passou a designar de maneira pejorativa quem quer que ocupe qualquer lugar social marcado pela pobreza ou pela ilegalidade. Nesta representação, o morador de uma favela não só pertence ao mundo popular como também ao mundo dos problemas sociais. Com a crescente difusão da imagem da favela como enclave, reafirma-se a pobreza engendrando a pobreza, e a pobreza engendrando problemas”. Em seguida, deixa-nos a seguinte pergunta: “Será que não estamos diante do círculo vicioso da estigmatização?”.

Talvez por isso a favela seja um dos estereótipos mais “pitorescos e folclóricos” (OLIVEIRA, N., 2007) difundidos no Brasil e no mundo, reforçado pela complexa mitologia gerida nas últimas duas décadas com o crescimento do tráfico de drogas nos morros cariocas.

“Por ser o novo inconsciente urbano, ela propõe à metrópole em que está inserida e ao imaginário do homem de classe média o seu jogo de sedução e repulsa, compreensão e incompreensão, vida e morte. No plano mítico e simbólico, entre a cidade e a favela parece dar-se o terno cabo-de-guerra histórico que sempre houve entre a cultura e a barbárie”, diz o autor (idem, p.14).

Retratadas pelos pintores do modernismo brasileiro à arte moderna, filmes e livros inspirados na favela carregam consigo representações dos lugares-comuns presentes no imaginário brasileiro. São recortes da vivência deste mundo que merece ser revisitado e reelaborado, trazendo para ele novas cores e novas nuances.

1.5.3 Favelas e a questão social no Brasil

Segundo Octavio Ianni (2004), a questão social reflete as desigualdades econômicas, culturais e políticas presente no cotidiano de diferentes classes e grupos sociais. Por isso, constitui um desafio para os diversos setores da sociedade nacional. Diversos temas da situação nacional acabam por levantar elementos urgentes da questão, dentre eles, a favela.

“A questão social, hoje, coloca-se basicamente a partir da produção e distribuição de riquezas. Traduz-se pela erosão dos sistemas de proteção social, pela vulnerabilidade das relações sociais e pelo questionamento da intervenção estatal” (BÓGUS ET AL, 2004 p.7). Está relacionado aos vínculos históricos que compõem o amálgama da nossa sociedade e conseqüentemente, às tensões e contradições que podem levar à sua ruptura. Portanto, pode-se dizer que ela é componente básico da organização social que permite a continuidade e transformação da sociedade.

Segundo o sociólogo Wanderley (2004), a questão social na América Latina está associada aos vínculos históricos, tendo sua origem na colonização e adquirindo a sua configuração atual como resultado da relação multidimensional entre os sujeitos (como indivíduos ou coletividades) e os processos e estruturas sociais; o modo como estes se inter-influenciam e se constroem mutuamente e das especificidades do modo de produção e do desenvolvimento nacional. A relação da questão social com a história da sociedade a torna “parte constitutiva dos componentes básicos da organização social: Estado, Nação, cidadania, trabalho, etnia, gênero, entre outros, fundamentais para a continuidade e mudança na sociedade” (p.9). Para Gilberto Velho (2005, p.11) constitui uma “dimensão dramática do processo de urbanização da sociedade brasileira”. Mais ainda: a questão social é um desafio que impõe aos homens o questionamento acerca da sua capacidade de coexistir como uma sociedade, como uma teia de relações de interdependência (CASTEL, 2004).

Observamos que o termo *exclusão social*, comumente associado à questão social, é empregado para caracterizar e explicar inúmeros contextos sociais, da pobreza à violência e ao desemprego, e por isso deve ser usado com cautela. Na visão de Castel, a denominação *exclusão* leva à autonomização de situações-limites, uma vez que as retira do processo no qual estão inseridas e no qual adquirem seu sentido. Em sua perspectiva, não nascemos excluídos e não podemos estar sempre excluídos, ou seja, “fora dos circuitos vivos das trocas sociais”

(idem, p.22). O autor aconselha-nos a desconfiar do termo *exclusão* pela heterogeneidade de seu uso e pelo perigo que representa na autonomização das experiências sociais.

Empregar o termo *exclusão* também leva à descrição de *estados de despossuir* (idem, p.25) e, gera a necessidade de estudar as dinâmicas sociais globais que desequilibram o processo, desfocando a atenção do estudo dos mecanismos atuais da sociedade nas quais os fenômenos estão inseridos. Reforça, assim, a “percepção fragmentada, individualista e imediatista das interações sociais” (OLIVEIRA, P.S., 2001, p.16), predominante nas práticas na sociedade capitalista. Além disso, determina um olhar para os fenômenos sociais dirigidos a partir da falta material e das necessidades concretas, negando as potencialidades e possibilidades humanas que, como reconhece Arendt (1987), nascem juntamente com cada ser humano.

Não se pode falar numa sociedade de situações fora do social [...]. Os *in* e os *out* encontram-se no mesmo universo. Os *out* são produzidos pelos *in* e estão conectados a eles, por isso devemos atentar para a relação entre a lógica econômica e a coesão social; questão central para compreender as situações de ruptura social. Entretanto, é difícil definir quem está integrado, pois as vulnerabilidades oscilam cotidianamente. Hoje você pode ser *in*, no entanto não há nada que garanta que amanhã será *out* (CASTEL, 2004, p.25).

Neste caso, não é demais insistir, trata-se de uma visão preconceituosa que busca destituir o poder dos sujeitos de participarem da construção de suas próprias vidas e do mundo, e que aniquila a possibilidade dos homens vislumbrarem um horizonte mais promissor e, conseqüentemente, sonharem com a conquista de um mundo mais humano, solidário e responsável.

Ruskeinsky (1999), assim como Singer (2005) e Castel (2004), estabelece uma distinção entre assistência social e assistencialismo, reflexão importante no estudo sobre práticas sociais de caráter emancipatório. A primeira refere-se ao direito da população obter apoio governamental temporariamente, enquanto não tiver condições de subsistência ou tampouco condições físicas para lutar pelas mesmas. A segunda constitui uma política residual que tira do homem suas condições básicas de dignidade, enfraquecendo a perspectiva do exercício da cidadania.

Existe um cenário dramático que agride a sociedade brasileira atual caracterizado pela marginalização social, pelo desemprego e empobrecimento da população. Várias respostas têm sido criadas para dar conta dessa situação, e aqui destacamos a emergência de diversas

formas de interações sociais solidárias. Temos os exemplos das cooperativas populares, dos bancos do povo e dos clubes de trocas. Nosso olhar, porém, dirige-se para o contexto da favela, cujo imaginário social gira em torno deste ser lócus privilegiado da marginalização social. Buscamos reconhecer manifestações solidárias e participativas que colocam em discussão o termo *exclusão* para mostrar que há outras perspectivas a serem consideradas - principalmente no que tange à elaboração de políticas públicas - e vários sujeitos ativos que tomam parte da construção de uma comunidade que pode ser chamada de “nossa”.

Reiteramos que o termo *pobreza e carência* servem apenas para acentuar a questão da falta em detrimento a todas as possibilidades criativas e cidadãs que nascem e são criadas no interior das favelas. Além disso, corroboram as imagens dos estereótipos e dos preconceitos expressos, cujas marcas estão impressas de forma mais ou menos desveladas tanto em quem nunca entrou em uma favela, como naqueles que encontram nela uma casa.

Um sentimento de humilhação social integradas à vida dos moradores, como demonstra a fala de Marcos, quando este afirma não gostar de falar aos amigos e colegas de trabalho que mora em uma favela. Prefere não falar, pois teme ser tratado com restrição:

As pessoas têm preconceito. Eu mesmo quando vou fazer uma entrevista [de trabalho] procuro, no primeiro momento, não falar que eu moro em favela. Já tive amigos que trabalhavam comigo para quem nunca falei que eu morava em favela e que quando vieram na minha casa ficaram admirados, dizendo: ‘eu nunca imaginei que você morasse em favela!’. É um preconceito falar isso. Porque, às vezes, você sabe falar bem, se expressar sobre centenas de outros assuntos e o pessoal ‘lá fora’ acha que, pelo fato de você morar em favela, você não tem esse conhecimento. Isso é uma grande ignorância. O pessoal da favela também entra nas faculdades, frequenta cinema, teatros. Mas, o preconceito ‘lá fora’ é muito grande.

Quando o indagamos sobre a existência de preconceito no interior da própria favela, ele responde: “Das pessoas daqui de dentro? Também. Com certeza. Até mesmo para trazerem amigos para cá. Eu tenho muitos amigos meus que falam que nunca trouxeram ninguém com quem trabalham porque têm vergonha de falar que moram em favela”, demonstrando que existem inúmeras formas e atitudes que revelam as feições da experiência da humilhação social.

O morador acrescenta que, apesar de ser percebida como uma favela diferente - em função de sua infra-estrutura e atividades culturais -, a Estrela do Norte não deixa de ser uma favela. Dona Marlene também nos fala sobre o preconceito, mas o coloca como elemento do passado: “acabou aquele preconceito. No início tinha muito preconceito. Pensavam [as

peessoas não moradoras da favela] que quem morava aqui era bandido. Todo mundo. Não tinha uma separação, era tudo joio antigamente. Hoje não. Hoje não tem isso”. Sua visão se aproxima daquela apresentada por Sr. José Evandro quando este nos diz: “você vai andando pela cidade e todo mundo fala daqui, que aqui é um lugar bom. Antigamente o pessoal falava que aqui era ruim. Antigamente aqui era ruim. Só tinha ladrão e maconheiro naquela época. Hoje aqui é classe média. É lugar de amizade”.

Ainda no que toca ao termo *favela* e a visão que os moradores têm do seu *espaço vivido*, encontramos na voz de vários moradores a designação da Estrela do Norte como uma “Alphavella”. Pode-se depreender desse termo cunhado pelos próprios moradores - traçando um paralelo com a cidade periférica, cercada por condomínios no estilo norte-americano de Alphaville, localizada no município de Barueri, no estado de São Paulo, famosa por seu alto padrão de vida - para se referir ao seu espaço comunitário e local de moradia, um desejo de ser reconhecido como uma favela majestosa. Antes ainda, será que não é uma forma de esquivar-se dos problemas presentes, escondendo-se por detrás da fachada de uma “fortaleza de classe alta” ou então, uma demonstração da vontade de se aproximar das condições burguesas e não escapar do estereótipo da favela? De toda forma, reconhecemos que, se por um lado este é um imaginário dos depoentes, por outro há uma necessidade de relativizá-lo, já que são contextos sociais bastante distintos, sendo difícil encontrar neles pontos em comum.

As palavras de João Paulo mostram como as definições de favela, quando reduzidas às acepções pejorativas e preconceituosas, excluem diferentes feições desse contexto social:

Já foi favela. Hoje em dia eu fico pensando, parece mais uma vila do que uma favela. Favela, se você for ver mesmo, tem muitos barracos de madeira. Saneamento básico nenhum. Às vezes até tem, mas as pessoas mesmo não têm higiene, não têm consciência do que é aquilo e acabam sujando o que tem. E aqui, eu acho que se transformou, não num bairro, não vamos dizer bairro, porque bairro para mim, é o que tem rua, passa carro. E aqui não tem esse movimento. Eu acho aqui uma vila mesmo, como se fosse um condomínio fechado.

Carla também reforça essa idéia ao afirmar que considera a Estrela do Norte “um condomínio da periferia”.

Eu tenho uma imagem boa da comunidade. Para mim é uma coisa boa. Assim, mais do que as outras favelas, [quando se considera] o todo. Eu já fui a outras favelas, tudo, até a convivência no lugar é ruim. Com o trabalho que tem aqui dentro tudo é melhor. As pessoas podem entrar e sair, qualquer tipo de pessoa, em qualquer horário. Não tem esse pensamento: ‘Ah, eu vou sair e vou ser assaltada’, ou ‘eu vou sair daqui porque tem uma pessoa vendendo droga ali’, ‘eu vou sair, pois tem traficante em tal lugar’. Não. A gente fica mais tranquila. Aqui a gente pode deixar nossos filhos à vontade. Eles brincam à vontade porque tem como a gente

olhar e... Eu não sei. Para mim é bem diferente do que as outras favelas que eu já freqüentei. Bem diferente (Marta).

Seguramente, a nomenclatura ‘Alphavella’ pode ser relacionada ao sonho de se equiparar a condições habitacionais consideradas pelo mercado de alto-padrão. Esta é uma questão que deve permanecer em aberto, pois acreditamos que a reflexão em torno disso não se esgotará nessa perspectiva. Zaluar (2006) delineia um quadro similar: para a autora, a cidade de São Paulo seguiu o modelo norte americano de segregação espacial, diferenciando-se do movimento *criollo* ocorrido na América Latina. No entanto, reforça que as mudanças populacionais observadas na cidade têm provocado medo na população. Alguns efeitos desse processo na cidade, apontados por Zaluar, são as construções de muros altos, com grades, alarmes e cadeados e, principalmente, o descrédito da participação da população em espaços públicos, além da negação da civilidade no trato com estranhos como aspecto inerente da cidadania.

A declaração de Sr. Pedro é um retrato da valorização em termos monetários do espaço da Estrela do Norte, bem como uma denúncia da situação de supressão das pessoas mais pobres dentre aqueles em situação de pobreza nesta comunidade.

Eu morei mais em comunidade, favela, do que em bairro. Antigamente quando se falava em favela, as pessoas nem queriam saber; ‘favela? Eu não quero não’. Hoje, o cara quer comprar um barraco, mas não pode comprar um barraco aqui. Ele tem dez, quinze, vinte mil na mão e não pode comprar. Tem barraco aqui de 50, 70 mil reais. E o cara não tem esse dinheiro para comprar. Ele vive de aluguel.

Esse processo de valorização imobiliária local está fortemente entrelaçado com a visão da favela como um condomínio de segurança, como mostra o relato de Dona Marlene:

Como a gente já passou muita dificuldade, não tinha água, não tinha luz, não tinha calçamento, hoje aqui é um bairro Morumbi. É um condomínio. Nós costumamos falar que aqui é um condomínio aberto, que não tem a portaria, mas é aberto. É uma coisa gostosa.

De qualquer maneira, essa representação social da comunidade como um ambiente seguro, acolhedor e com boas condições de infra-estrutura habitacional é insuficiente para apagar a imagem dos pobres associada à ‘classe perigosa’ e que serviu como argumento para a intervenção governamental. A “criminalização da classe pobre” (VALLADARES, 2005) é uma das matrizes para as primeiras definições da população da favela: um problema social a ser administrado e controlado, que persiste de modo conflitante na auto-percepção dos entrevistados. A idéia da favela como o lócus de criminalidade e

violência ganhou reforços nos anos 1980 com as reportagens veiculadas na mídia brasileira e internacional. Este enfoque fez com que se deslocasse a questão da violência urbana para as favelas. Mas alguns moradores ampliam sua compreensão para nos lembrar que não são apenas os habitantes das favelas que se vêem obrigados a conviver com o crime. Talvez o façam de modo mais próximo e cotidiano do o restante da cidade. A fala de José Evandro trata a violência como um problema que acontece na Estrela do Norte, mas que não se restringe às suas fronteiras. É algo que afeta as cidades metropolitanas em geral.

Está tudo igual aqui. Estão matando, roubando, fumando maconha, estuprando as mulheres casadas, as mocinhas... Isso está geral. Aqui também tem. Aqui não tem muito, porque ‘os caras’ derrubam. A polícia. Os ‘pé-de-pato’ [explica nas suas palavras que estes são: maconheiros, matadores, pistoleiros] não existem aqui dentro, mas tem fora, na rua, na avenida. Em todo lugar tem matador. Alguns ‘caras’ ficam manjando as meninas quando elas vão para a escola. Eles ficam de olho. ‘Os caras’ ficam esperando as menininhas passarem para pegarem.

Registramos que a violência é um aspecto presente na comunidade, ao contrário do que aponta o imaginário construído em torno da favela nas entrevistas. Talvez seja oportuno, portanto, citar que no sábado seguinte à nossa saída da Estrela do Norte houve um tiroteio. Quando quisemos saber se houve feridos, a resposta veio em tom de obviedade, como se quisessem dizer “é claro, impossível ser diferente”. Porém, o fato não é algo sobre o qual se fala abertamente. Vemos, então, que este é um assunto restrito e de difícil elaboração por parte dos sujeitos. Um desafio que se coloca também para nós.

Aos escutarmos suas falas e conversarmos com outros moradores percebemos que o significado da palavra *favela* é carregado de estereótipos e incongruências que vivem em tensão no imaginário seus moradores. As dificuldades do passado muitas vezes parecem suprimir as conquistas obtidas nos anos de luta e melhorias ao serem associadas indiscriminadamente à conotação negativa do termo *favela*. Sandrinha faz um esforço para corrigir o costume de chamar o seu local de moradia pelo nome de favela. Em um momento da entrevista, interrogando-nos se o questionamento feito era a respeito da ‘associação ou da favela?’. Ao respondermos que estava voltado para aspectos da favela, a entrevistada replica “não é mais favela, por favor!”. O Sr Pedro traz a mesma perspectiva:

a favela mudou tanto em relação ao que era antigamente; hoje é muito bom. Hoje quase não é mais favela. Não tem nenhuma favela aqui agora. Aqui é a melhor favela de São Paulo. Se você sair daqui, com um pouco de tempo você vai querer voltar para cá outra vez. Ao longo dos anos, deu uma melhoria nas ruas e tudo. Tem até uma padaria. Aqui é muito bom.

Pode-se dizer, então, que o Sr. Pedro relaciona a melhoria da infra-estrutura da comunidade como condição desta não ser considerada favela. E logo em seguida assume a favela como sendo a sua casa, mas com distinção desta ser a melhor casa da cidade. Revelam-se aqui palavras permanentemente perpassadas pela ambigüidade, uma janela pela qual é possível perceber os conflitos vividos. Como superar esta lógica discriminatória tão arraigada dentro de nós? Acreditamos que as histórias dos depoentes nos ajudam a encaminhar algumas respostas.

Resta dizer que entre todas as designações possíveis, reservaremos o termo ‘comunidade’ para designar o espaço de convivência construído na Estrela do Norte, uma vez que em sua definição já assinala um sentido comum para a vida entre os homens. Sem deixar de fazer menção à palavra *favela*, que além de ser uso corrente, também carrega consigo as imagens da vida de seus moradores.

Chamamos a atenção para o fato de que é preciso pensar que “há favelas e favelas”. E mesmo dentro das favelas, existem inúmero aspectos a serem considerados, “há muitas favelas numa favela, muitos favelados em um favelado” (OLIVEIRA, N., 2007, p.16; DAVIS, 2006; VALLADARES, 2005; ZALUAR e ALVITO, 2006). Incontáveis faces da favela, entre as quais podemos citar a alegre, violenta, barulhenta, silenciosa, trágica, lírica, mágica, dinâmica, arcaica, espirituosa, etc.

Isso significa admitir que nem todos os pobres urbanos são favelados e que não é possível dizer que todo favelado é pobre. O que existe é uma sobreposição equivocada das categorias; um fenômeno que desvela uma construção simbólica pobre e distorcida em torno do modo de vida nas favelas. Não negamos a existência de moradores pobres ou da brutalidade nestes espaços urbanos, mas estes fenômenos existem em outros lugares da cidade para os quais se esquece de olhar: a pobreza vive nos subúrbios, loteamentos periféricos e clandestinos; existem os moradores de rua; a violência permeia toda a vida da cidade e o tráfico de drogas não está restrito ao território das favelas.

Em face dessa diversidade que mora nas favelas, devemos questionar os dogmas evocados a seu respeito. Valladares defende que a persistência desses estigmas demonstra a existência de indivíduos e grupos sociais aos quais interessa que a imagem da favela se cristalice dentro destes. Aponta que este grupo engloba pessoas envolvidas com o turismo

exótico, a mídia, as políticas públicas, as associações e as ONGs, sem contar com os jornalistas, os escritores, os diretores de cinema, e até mesmo os pesquisadores acadêmicos, ou como define a autora, “os doutores em favela”. A autora acredita que na medida em que certas questões ou problemas deixassem de serem estudados como exclusividade das favelas, eles poderiam revelar outras dimensões.

Nestes termos, a canção “Favela”, de Xandão Ramos, forma um retrato possível desse contexto social, apresentando algumas condições vividas em várias favelas brasileiras. É também um chamado para repensar o sentido - ou a falta deste - que damos para nossas relações sociais, para descobrir a nossa capacidade de assumirmos a co-responsabilidade pelo mundo como um todo, enxergando-o com simpatia (na acepção de BOSI, E.). Isto posto, convidamos os leitores para um esforço de acompanhar o caminho percorrido ao encontro de histórias de vida que nos trouxeram um pouco da descoberta de propostas responsáveis e compartilhadas para a vivência humana em grupo. Trata-se de uma busca pela originalidade da experiência humana na disposição de uma ação consciente com todas as suas barreiras, duelos e desafios.

Para nós, trata-se de rever o imaginário brasileiro sobre a favela confrontando o lugar comum reinante nas acepções descritas acima. Daí a importância de conhecer experiências de diferentes comunidades. Examiná-las permite, talvez, desconstruir estereótipos e completar as leituras que foram propostas porque, na verdade, existe uma pluralidade de vivências nestes espaços, e reduzi-las a uma imagem negativa é uma injustiça ou até mesmo uma violência com seus moradores e sua identidade enquanto grupo. Significa também entender um pouco mais sobre essa favela que vive, como disse Carlos Drummond (1984, citado por OLIVEIRA, N., 2007), *dentro de nós*.

Capítulo 2

Do imaginário das favelas à favela Estrela do Norte

Acorda Favela

*Levanta a panela
Quem manda é ela
Meninos, meninas abram a janela
O galo que canta o som que balança
Que faz qualquer um requebrar
Mas quando a criança entra para a dança
Vamos todos dançar
Moleque esse som que nos faz cada dia mais moleque
Moleque esse som que nos faz cada dia mais moleque
Eu sou o tal engraxate de sapato
O bicho feio de pé de pato tá querendo me pegar
Eu sou criança que pensa em ser jogador
Hoje sou um sonhador, vou pra rua trabalhar
Durante o dia escola está no papo
Cabulei pra jogar taco, isso não se faz
A minha mãe que trabalha todo dia
Esperando moradia que o governo nunca traz
Moleques, esse som que nos traz cada dia mais moleques.*

Michael (aos 13 anos), morador da favela Estrela do Norte, filho da depoente Vera⁸

A Favela Estrela do Norte, localizada na zona sul de São Paulo, abrange uma população de cerca de 2.000 moradores que vivem em aproximadamente 500 barracos, dos quais 95% são construções de alvenaria feitas, muitas vezes, por mutirões entre os moradores. Os residentes da favela, de acordo com as informações veiculadas pela associação e confirmadas nos relatos destes, advêm de diversos estados do Brasil, principalmente de estados da região Nordeste, de Minas Gerais e do Paraná.

De acordo com as informações disponibilizadas pela associação, a Estrela do Norte foi uma das primeiras cinco favelas de São Paulo a conseguir o documento de posse das habitações, recurso encontrado para legalizar a situação das terras ocupadas. Portanto, a questão da irregularidade não é uma característica dessa comunidade em específico.

⁸ Pedimos a autorização do morador para utilizar seu poema em nosso trabalho.

Em nossa observação, foi possível encontrar muitas das características associadas às imagens comumente divulgadas de favela. No entanto, tivemos a oportunidade de encontrar também espaço em que as pessoas pudessem revisitá-las e redimensioná-las.

Talvez fosse possível dizer que a elaboração de sentido para o termo *favela* não é clara e definida para os moradores que lá vivem como o é para seus estudiosos. Muitos o empregam em referência à comunidade para logo adiante contestar sua afirmação ao dizer que não se pode chamá-la de favela, pois ela hoje se coloca mais como um bairro. Houve até quem a chamasse de vila. Observamos que a palavra *favela* é de uso corrente por todos, quem sabe mais pelo o que já foi um dia no passado do que pelo o que representa para os residentes hoje.

2.1 A comunidade e seu território

Ao olharmos para o território que abrange e acolhe a Estrela do Norte, não conseguimos distinguir a sua real dimensão, nem onde começa e tampouco onde termina. Uma impressão compartilhada pela incerteza dos próprios moradores no que diz respeito à exatidão dos limites que a compõe, isto é, desde onde se é visto como estando “fora” e a partir de que delimitação se é considerado como “dentro”, onde é o bairro propriamente dito e onde é a favela. Esse é certamente um fator que complica muitas negociações sobre benfeitorias na comunidade, pois sempre resulta na discussão acerca de quem tem acesso às benfeitorias ou não.

As casas foram construídas paulatinamente no encontro do declive de um morro não muito alto. No pé desse morro descobrimos o centro da comunidade, com sua quadra de futebol (que comumente é palco de outras brincadeiras), parquinho para as crianças e a famosa mina de água. É lá também que se encontram a estrutura da padaria, do ambulatório, das oficinas profissionalizantes, do refeitório e da marcenaria da ONG Associação Comunitária Estrela do Norte, voltados para o atendimento de pessoas de baixa renda, principalmente da comunidade local. As residências crescem junto às pregas do monte, do centro até o topo, e ali se deparam com as ruas pavimentadas - área considerada “bairro”. Muitos moradores da favela cujas casas ficam à beira da rua ou nas suas proximidades

demonstraram uma dificuldade de definir sua inserção. A auto-percepção revelada por eles é conflitante: a casa está “na rua”, enquanto sua vivência encontra-se na esfera da favela, conferindo uma dimensão simbólica à inserção na comunidade, como revela a narrativa de Adriana. Segundo a moradora, sua habitação situa-se próxima à rua, mas ela é da favela.

Tampouco a localização das casas é algo fácil de identificar para os moradores, pois poucos sabem o nome ou o número da viela onde moram. Marcos, que também não soube dizer o número de sua viela, nos contou que já houve várias tentativas de afixar placas, mas sem êxito, pois estas acabaram desaparecendo. Muitas pessoas na comunidade para quem perguntei referências do local onde moravam, mal sabiam o número da sua casa, com a exceção daqueles que confeccionaram o número com um mosaico⁹. A localização espacial se dá no emprego de nomes não oficiais às vielas inspirados em nomes de moradores antigos e muito conhecidos, como “viela da dona Celestina”, ou a que ficou sobre o antigo córrego, chamada “rua das águas”.

Os números existentes foram estabelecidos pela prefeitura na época em que foi feito o processo de regulamentação - denominado por seus moradores de “urbanização” - da favela, mas estes não foram incorporados ao cotidiano da população local. Para os que vivem “lá fora”, poder-se-ia dizer que essas pessoas não têm endereços. Raquel relata que recebe sua correspondência através do auxílio vicinal de uma residente da rua acima da comunidade, que acabou se tornando amiga. Segundo Raquel, esta ajuda não é oferecida apenas para ela, mas também a pelo menos outras sete pessoas. É tanta correspondência reunida que a depoente conta que já teve suas cartas abertas por vizinhos que as receberam como sendo suas e só ao abrir perceberam que eram, na verdade, de Raquel. Uma situação integrada ao cotidiano da comunidade e que demonstra uma aparente falta de preocupação com o registro formal de endereço. Revela, por outro lado, a importância das relações sociais tecidas entre os moradores, imbricadas em uma teia social de interdependência, onde a ajuda mútua não representa somente um ato de solidariedade, mas elementos que permitem a própria existência da vida na favela.

⁹ A introdução da arte do mosaico na favela foi um projeto de estudantes alemães que vieram para São Paulo nas férias de julho de 2005. Falaremos um pouco mais a respeito disso ao tratar das ajudas recebidas pela comunidade mais adiante.

Alvito (Zaluar e Alvito, 2006) contribui para compreender o sentido simbólico conferido ao território pela população local quando afirma que qualquer delimitação espacial depende dos critérios escolhidos pela pessoa que está falando. Isso é verdadeiro, tanto na noção de espaço presente na palavra *favela*, quanto no termo *comunidade* e até *complexo de favelas*. Vemos então, uma dificuldade de definição advinda do estigma por detrás da imagem da favela conjugada às fronteiras que a compõem dentro de um mapa geográfico. Portanto, é preciso reconhecer que a denominação de favela como local de moradia é também uma construção subjetiva.

Após os primeiros contatos com a comunidade, observamos que a padaria parece ser o coração, o ponto de encontro que constrói os laços das relações sociais da comunidade. É um ótimo lugar para conhecer as pessoas e aprender sobre a favela. É o lugar de onde - como disse o filho do padeiro - “dá pra ver tudo”. Ao lado da padaria está a quadra de esportes que foi construída no lugar do antigo campinho.

Durante o final de semana, a padaria, administrada pela Associação, não mantém o funcionamento normal das suas atividades. O centro da comunidade passa, então, a ser a quadra. Os bancos de concreto em configuração de escada formam uma espécie de arquibancada ao seu redor. Nelas moradores de todas as idades conversam entre si, enquanto outros brincam ou apenas observam o movimento das pessoas para, provavelmente logo em seguida, começar uma conversa descontraída com algum vizinho que está de passagem.

Na sexta-feira de integração dos colaboradores da Associação, os locais onde ela desenvolve alguma atividade, como as creches, a marcenaria e até mesmo a padaria, encontram-se fechados, silenciosos e escuros. A padaria, normalmente um centro de encontro dos moradores e até mesmo de visitantes, transforma-se em lugar para se brincar de bola. E as crianças, que a esta hora geralmente estão com suas *mães-de-creche*, ficam soltas, à vontade, brincando na quadra.

Quando as crianças estão dentro no ambiente interno das creches, a comunidade sossega. No entanto, ainda podemos encontrar crianças que brincam ou passam para comprar algo para os pais na padaria ou na venda do Sr. Francisco (um ‘tem-de-tudo’ bastante conhecido na comunidade). O horário de saída das creches, por volta das 16h, também aumenta o movimento na comunidade. É um momento de encontros e conversas entre os

responsáveis que buscam as crianças, que por sua vez aproveitam para escapar e brincar mais um pouco com os amigos na rua.

Grande parte da estrutura da Associação está edificada nas dependências da favela e, por isso, integra de diferentes formas o cotidiano dos moradores da Estrela do Norte. Identificamos em nosso trabalho as creches, o jardim de infância, as oficinas profissionalizantes, a marcenaria, a lojinha, o ambulatório, a escola, o centro terapêutico para pessoas com necessidades especiais e a cozinha da creche. Apesar de não ser de nosso interesse discorrer sobre o trabalho da associação, é necessário apontar aquelas atividades que exercem influência direta na vida das pessoas e da coletividade. Mesmo os moradores que não acompanham o que acontece na Associação acabam sentindo a interferência dos ritmos deste trabalho em seu cotidiano. Percebemos essa contribuição principalmente em julho e janeiro, meses em que o ambiente sofre transformação em sua feição e dinâmica em função da suspensão do funcionamento de parte das tarefas da Associação, no período de férias.

Em geral, as crianças pequenas brincam no parquinho - também conhecido como *playground* - e os jovens tomam conta da quadra. A maioria das crianças e jovens passa o dia inteiro jogando o bom e velho futebol, alternado com o grupo que quer brincar de tênis. Para o futebol, vale até bola murcha e gol feito de tijolos. Além disso, existe a diversão das pipas, de todas as formas, cores e materiais. Durante vários dias, vimos crianças montando pipas com folhas abertas de caderno, um furo de cada lado, com um fio transpassado nelas. Prova de que às vezes o que vale é a criatividade. Não queremos dizer com isso que estas crianças não gostariam de ter uma pipa mais cara e sofisticada. Queremos somente reforçar que a precariedade das condições de vida não pode ser vista como um impedimento à diversão e que o lúdico pode ser cultivado nas coisas menos óbvias. Um aprendizado advindo da convivência com as crianças.

Ricardo reforça o aspecto de que a comunidade oferece um lugar tranquilo para as crianças brincarem como um privilégio dos moradores:

Eu vejo que é quase um condomínio, no sentido de lazer. Tem uma quadra dentro da favela! A favela está toda calçada, o córrego canalizado, tem uma mina d'água para a molecada tomar banho no calor e se você pegar as outras favelas, elas não têm isso. Nem em sonho. Então, [os residentes da Estrela do Norte] são pessoas privilegiadas sim, com certeza.

Um privilégio que, segundo o ponto de vista do depoente, às vezes não recebe o devido valor de algumas pessoas da comunidade, que se limitaram a reclamar da situação sem ter força de ação para impulsionar as mudanças que gostariam de acontecessem.

Quem chega à padaria, é recebido com um som que dá a impressão de circundar a comunidade, e que depois descobrimos ser muito particular do lugar, principalmente durante a semana: o som de crianças brincando. Frequente no período da manhã, quando elas estão entretidas com a alegria de brincar sob o olhar das *mães-de-creche*, as risadas e conversas revelam a emoção das crianças na sua descoberta diária do mundo, e ecoam para aqueles que se detêm em observá-las. Som que beira um canto na medida em que aumenta o número de crianças reunidas. Parecem passarinhos chamando uns ao outros para se encontrar. Isso é mais intenso nos dias de sol e calor, pois há a atração extra da mina d'água. Transformada em piscina, com um pano tampando a saída do fluxo de água, a mina convida todos para um banho. Aí é água para todos os lados. Em certo momento, o morador Vinícius nos perguntou, brincando, se não queríamos nadar na “piscina” deles.

Mesmo numa cidade como São Paulo - onde as crianças dificilmente brincam nas ruas, especialmente se estiverem desacompanhadas - é interessante encontrar um lugar onde crianças passam o dia inteiro, às vezes até oito da noite, correndo. O fato de estarem sem os pais não significa que estão completamente sós. Geralmente os irmãos, primos ou um parente mais velho estão ali para cuidar delas em caso de necessidade. Muitas vezes, mesmo sem estar ali especificamente para isso, acabam por fazê-lo. É quase como um pacto, onde os mais velhos sempre olham pelos mais novos. Por menor que seja a diferença de idade, estes já se sentem responsáveis pelas crianças menores.

O dia ensolarado é um convite para sair de casa e ficar na rua. As crianças aproveitam a tarde de calor para brincar na quadra, encher o *playground* e correr por todo o centro da favela. As mães as observam desde as escadas, onde, sentadas, conversam tranquilamente com outras moradoras. Um *basset*, chamado por eles de “cachorro salsicha” era a grande atração de um grupo de crianças que se entretinha brincando com ele. As brincadeiras e jogos dão um tom de alegria ao amenizar as faces da pobreza.

Os dias de chuva, por outro lado, são calmos, pois a chuva desencoraja a aventura de deixar suas casas. É quando há pouco movimento na rua, a não ser daqueles que têm que enfrentá-la com passos ligeiros para chegar ao seu destino.

Sábado é dia dos barzinhos. Os botecos do bairro estão cheios de gente. Basta estender uma mesa na calçada ou às vezes na rua, que em pouco tempo encontramos um grupo de pessoas reunidas ali. Há também um grande movimento nas ruas, de gente andando para cima e para baixo, muitas vindas do supermercado, próximo dali, e outras apenas paradas na calçada observando a passagem de pessoas e carros. Percebemos que é ainda um momento de encontro de vizinhos.

Vale ressaltar que, dentro da favela existem alguns bares, menos expostos. Os mais evidentes estão localizados “do lado de fora do muro” da comunidade, como se poderia dizer, pois existem em um trecho próximo à entrada murada para o acesso ao estacionamento. Nessas reuniões, é possível ver animadas rodas de samba. Expressões de festa e descontração para contrapor o peso do trabalho árduo da semana e também pontos de re-união da comunidade com o bairro.

Em um momento da entrevista, Joana e Vera enfatizam as festas e confraternizações como o elemento que mais gostam na Estrela do Norte. Ouçamos a respeito, a voz de Vera: “o que eu mais gosto é a época das festas, das festas das crianças, quando conseguimos as doações. Assim fazíamos as festinhas para eles. Você não troca o sorriso de uma criança por nada”. Joana acha que a tradição de comemoração comunitária está se perdendo e deseja resgatá-la:

eu gosto quando tem evento aqui dentro da comunidade, como as festas. A festa junina, eu gosto muito quando é feita aqui dentro da comunidade. Dia das mães, dia das crianças. A Associação Estrela do Norte se junta com um grupo de moradores e eles organizam essa festa. Sempre acontece aqui, nessa quadra, aqui dentro. Quando eu sou da comissão de festa, sempre falo que a gente tem que fazer mais festa aqui dentro da comunidade. Eu queria que resgatassem os anos antigos, quando a maioria das festas da Estrela do Norte eram feitas aqui dentro. [...] Agora tem o Centro Cultural e é feito mais lá em cima. As pessoas falam que não vão porque é longe. [...] Eu queria que acontecesse mais, para os moradores voltarem [a participar]; como antigamente. Antigamente todo mundo participava, ‘vamos fazer uma festa?’, todo mundo participava. Eu queria que isso voltasse.

No decorrer da convivência, descobrimos que a mina localizada no centro da comunidade, ao lado da quadra, foi o que provavelmente deu origem à Estrela do Norte. Há mais de 30 anos, as pessoas descobriram nessa mina uma garantia de abastecimento de água e

decidiram se estabelecer em suas adjacências. Uma origem comum com histórias de muitas outras comunidades de periferia, já que a maioria dos moradores não tem caixa d'água e recorrem à mina quando esta falta. Vale ressaltar que a comunidade Estrela do Norte possui uma estrutura que dispõe de serviços básicos de saneamento e de eletricidade instaladas com a colaboração da prefeitura, da associação e da população local. Todavia, não é possível afirmar que estas estejam presentes em todas as casas. Tampouco podemos assegurar que a estrutura existente seja consistente e de qualidade, já que sabemos que muitos moradores não têm condições de contratar mão-de-obra técnica especializada para realizar serviços essenciais, como combate ao mofo ou garantia de proteção à encanação responsável pelo fornecimento de água da casa.

Examinando um pouco mais a fundo a questão da rua, também encontramos na comunidade um olhar que muitas vezes compartilha da visão que a define como um locus perigoso e desvirtuado, no qual as pessoas podem encontrar o caminho das drogas e da violência. A apresentação do sentido das ruas na comunidade começou com o enfoque no lazer, na diversão e na possibilidade dos encontros. No entanto, faz-se necessário apontar a rua como problema em seus aspectos indesejáveis na representação de alguns moradores e que normalmente não aparecem diretamente nos discursos. Sentidos conflitantes que coexistem na vida da favela e são pouco observados pelos estudiosos das ciências humanas.

Para Zaluar (1994), houve uma redefinição do entendimento da categoria “rua” que passou a ser associada ao vandalismo, ao perigo, à violência e à bandidagem, transformando esse elemento da vida da “criança carente” (termo usado pela autora) um ponto trágico da sua socialização e do seu futuro. Daí a importância adquirida pelos programas que visam “tirá-las da rua”, um lema recorrente no enfoque dos projetos sociais desenvolvidos no Brasil.

Em nosso contato com a comunidade, principalmente com os jovens, descobrimos a preocupação, revelada no discurso dos entrevistados em deixar os jovens “soltos nas ruas”. Sandrinha cuida das crianças em uma das creches na Estrela do Norte e relata que sua maior preocupação é encontrar na comunidade “jovens que se perdem, por exemplo, não vão mais para a escola, ficam por aí sem fazer nada”. Apreensão que leva muitos pais a obrigarem os filhos a participarem das atividades da associação, o que resulta, muitas vezes, em desmotivação desses jovens em relação à sua participação nos programas oferecidos. E, de fato, é de se espantar que garotos e garotas com idade entre 14 e 17 anos, que na maioria das

vezes não conseguem imaginar sua vida dali a cinco anos - como tivemos a oportunidade de escutar em roda de conversas - busquem esta participação com alguma seriedade. Geralmente alegam preferir ficar com os amigos, em casa, dormindo ou vendo TV ou, ainda, “ficar fazendo nada, só ficar por aí”. Apreendemos nestas palavras a vontade de se desvencilhar de tarefas e compromissos e conseqüentemente, de responsabilidades. Uma faceta da juventude atual que não pode ser vista como específica daqueles que nasceram nas camadas populares. Acreditamos que esta característica sirva como uma espécie de alerta para nosso estilo de vida moderna e tecnológica que nos desobriga dos esforços manuais e da criatividade do trabalho, além de jogar luz sobre as relações humanas, cada vez mais impessoais e desinteressadas do próximo.

Certamente existem diversas razões para o engajamento ou distanciamento da participação nas atividades. Contaram-nos que, na verdade, muitos dos jovens que estão ali vem motivados pela garantia de acesso à comida ou como forma de dar sossego aos pais. Deve ser considerado também o fato de que muitos pais desejam ver os filhos aprendendo algo que possa sustentá-los no futuro. A partir dessas explicações, é possível compreender um pouco mais a dificuldade de manter a assiduidade e o interesse pelo que acontece nas oficinas, apesar de todo o esforço dos monitores.

Ricardo, um dos monitores das oficinas e também morador da comunidade, expressou o desejo de mostrar para os jovens que “ficar parado não está com nada” e por isso busca “tirar” os meninos da rua para não “se perderem” neste caminho. Muitos jovens são excluídos do programa ou acabam abandonando-o por terem “seguido o caminho das ruas”, algo relativamente fácil, tendo em vista a grande oferta de pontos de drogas em morros vizinhos e na própria comunidade. Os moradores defendem que a comunidade está livre da presença de traficantes por ora, mas que está cada dia mais difícil mantê-los afastados. Desejamos ressaltar que não é garantido que eles inexistam ali; frisamos, porém, que essa é a representação que a população local desejou retratar durante os nossos encontros.

Notamos que as meninas, em geral, não têm o costume de utilizar o espaço da quadra. Elas estão sempre de passagem, sozinhas ou em grupos, como se estivessem indo da casa de uma para a casa de outra. Observamos que aquele local é um espaço marcadamente masculino. As meninas parecem preferir conversar nas vielas em frente às suas casas ou dentro das mesmas, sendo que a de Sandrinha é uma referência para muitos moradores,

principalmente os jovens, como constatamos em nossas visitas à sua casa. Marta fala-nos a respeito dessa particularidade da favela, despontando uma explicação que até então não havia recebido devida atenção: não é fácil encontrar as meninas circulando no centro porque a maioria delas deixa de serem meninas muito cedo para logo assumirem a responsabilidade de serem mães. A presença de jovens grávidas é comum. A pouca idade de algumas mães torna difícil o reconhecimento dos laços familiares que as unem aos filhos, levando-nos, muitas vezes, a tomá-las por irmãs ou primas.

Ao lado da quadra, nos muros da padaria e do prédio da Associação estão expostos diversos grafites. As gravuras encontradas quando chegamos à comunidade no início de nossa pesquisa estampavam um desenho de Zumbi dos Palmares feito por algum morador da própria comunidade. Depois esta imagem acabou cedendo lugar para muitos desenhos, todos com diferentes temáticas feitos em “quadros” menores de autoria de várias pessoas, também da comunidade. Diversas pichações livres sem assinaturas compõem o ambiente da Estrela do Norte juntamente com as ilustrações assinadas, e, em geral, são atribuídas à “molecada” - nos dizeres da população. Essa mesma “molecada” é vista por eles como inconseqüente ou simplesmente “aqueles que não sabem o que fazem”.

2.2 Uma história de grandes transformações

A comunidade Estrela do Norte nem sempre foi assim. Tem uma história de grandes mudanças. “Quem vê a favela hoje não acredita”, afirma Carlos de apenas 17 anos. “Antes era só barro e os barracos eram de madeira. O córrego atravessava a favela e era um cheiro que ninguém agüentava”, completa ele.

Dona Marlene nos contou que as casas costumavam serem todas de madeira, bem diferente das que vemos hoje. Agora restaram poucas. Os moradores, segundo ela, demoraram a transformá-las em alvenaria. Isso aconteceu aos poucos, pois existia, ainda de acordo com o seu relato, um rumor de que a prefeitura embargaria a casa e tiraria o terreno se assim fizessem. Por isso, explica ela, os moradores começaram a construir casas baixas em alvenaria, em meio aos barracos. “Só assim, até a metade, para se esconderem”, conta. Naquela época, era tudo “torto”, já que os moradores não sabiam fazer suas casas. A partir da experiência, aprenderam o trabalho da construção e passaram a ensinar ao próximo que

decidia aventurar-se a fazer alguma reforma. As obras costumavam ser realizadas ao estilo mutirão, com um ajudando o outro. Portanto, era uma prática nascida entre os moradores, a partir da sua vivência, antes mesmo da chegada da associação e dos convênios com a prefeitura, e era feita somente quando se achava necessário ensinar e aprender juntos.

O ambiente externo das casas é composto de paredes de alvenaria, a maioria sem reboque. No entanto, depois do projeto “A cor dá vida” - uma parceria da comunidade com a Associação - acompanhamos a transformação de vinte casas que ganharam reboque e, em alguns casos até pintura. Mesmo representando uma mudança pequena quando comparada ao número total de residências, reconhecemos o impacto que o projeto causou no visual da favela.

Quando se chega à Estrela do Norte tem-se, de início, a impressão de estar em um lugar que cresceu em desordem e, na falta de espaço na terra, conquistou-se um lugar no teto de alguém, um crescimento irregular na vertical. Ao percorrermos um pouco este espaço, percebemos um aumento do número de casas que levantaram vigas para futuramente se ampliarem com um segundo andar. Valladares (2006) constata em sua pesquisa que os modos de vida na favela não são homogêneos, assim como seus aspectos espaciais. A autora percebe na Rocinha uma expansão dos espaços construídos, a multiplicação de lajes para possibilitar, o que ela chama de *verticalização das construções*, que podem alcançar seis andares. Esta seguramente é uma característica compartilhada pela Estrela do Norte, talvez porque, às vezes a única forma de ampliar a casa é subindo as paredes. Em muitos casos, esse sonho se torna impossível, pois em cima já existe outra casa.

Em um de nossos encontros, Dona Marlene, da varanda/área de serviço, olhou para as vielas e disse: “isso aqui tudo era muito diferente, cheio de mato e puro barro”. Ela nos contou que cansou de atolar os pés no barro. Afinal, “afundar no barro era normal”. “Hoje a ‘moçada’ reclama quando chove e a barra da calça suja com a poeira acumulada pelo chão da favela”, acrescenta. “Eles não imaginam como era diferente”.

A imagem de mato, capim e de muitas bananeiras surge em vários depoimentos, dentre eles, o de Sr. José Evandro e Sr. Pedro. Ambos são conhecidos como moradores “pioneiros” da comunidade; pessoas que mudaram por causa de dificuldades financeiras e se viram obrigados a construir casas em um lugar pouco habitado, sem condições de saneamento

básico ou energia elétrica, aproveitando tudo o que tinha na natureza circundante para sobreviver.

Descobrimos que na Estrela do Norte havia um córrego. Este cortava a comunidade e com o tempo, acabou sendo transformado em depósito de lixo e entulho, gerando mau cheiro e levando doenças. Hoje, está canalizado em sua quase totalidade; resta-lhe apenas um trecho - praticamente coberto por um matagal - para testemunhar sua existência. Marcos conta que o córrego vinha “lá de cima do morro”, onde hoje fica o bairro Estrela do Norte e que quando chovia trazia mais lixo para a favela e, junto com ele, objetos que seriam transformados em novos brinquedos das crianças.

Davis (2006) admite a importância de se incorporar ao elenco de observações a respeito da vida na periferia dos países considerados de “terceiro mundo”, a característica de a favela servir como “depósito de lixo humano”. Ressalta os casos em que o lixo urbano e os “indesejados” de nossa sociedade convivem em grandes *favelas-lixo*. Temos ressalvas quanto à sua idéia da favela como lugar de indesejados sociais, mas concordamos com a urgência da necessidade de repensarmos a questão do lixo. Um imperativo quando se trata do ambiente das favelas, uma vez que retira do ser humano a possibilidade de viver em condições dignas. Acreditamos que as pessoas no contexto das favelas-lixo se sentem tão desumanizadas em seus locais de moradia que aprendem a conviver com o detrito como uma coisa normal e admissível. A relação com o lixo desvela, em diferentes níveis, a maneira como os homens percebem o fruto do seu trabalho (vistos muitas vezes como objetos descartáveis e desimportantes), assim como se relacionam com as coisas, com os outros homens e com o mundo.

Outro elemento importante a ser considerado nessa reflexão é a visão da responsabilidade coletiva pelos espaços públicos. Essa percepção advém do encontro das nossas reflexões com as narrativas ouvidas em nossa experiência de campo. Vejamos a perspectiva de Joana a respeito da questão da limpeza e conservação do espaço comum da comunidade:

Acho que a gente até que faz um trabalho [para ajudar na limpeza], às vezes fazemos mutirão para incentivar os moradores. Mas, mesmo assim eles [os moradores] não cuidam. Eu acho que é porque, [...] antes, quando as pessoas mais antigas moravam na comunidade, existia a vontade de que a comunidade crescesse. Agora, eu sinto que eles [os moradores] estão aqui porque é o lugar que eles têm

para morar, mas eles só cuidam da parte da casa deles, lá dentro; eles não ligam para [o lado de] fora.

Sr. José Evandro pondera que muitas pessoas não levam em conta as necessidades dos vizinhos e, menos ainda, o trabalho da prefeitura.

“O pessoal daqui faz a sujeira. O pessoal vem do supermercado com alguma compra e joga. Aí, entope lá embaixo, dá prejuízo, e a prefeitura tem que vir limpar. Tem muita gente que não está mais recebendo água lá embaixo. Eles [habitantes das residências que se encontram na extremidade mais baixa do córrego] reclamam. Eles não gostam. Mas o povo insiste em fazer isso. Eu não sei por que fazem isso. Eles podiam jogar lá em cima [na lixeira] e botar num saco de lixo, ou ligar para o carro da prefeitura vir buscar. Mas pegam e jogam aí”, constata com ar de indignação.

O mais surpreendente talvez seja constatar que os mutirões de limpeza funcionam, ao contrário do que se ouviu nos relatos acerca da atitude individualista de alguns residentes, justamente porque algumas pessoas se importam com a preservação do espaço coletivo da Estrela do Norte. Contudo, isto não parece ser o suficiente para a preservação da limpeza da comunidade. “A gente sempre vinha mais com os nossos amigos. Só que a gente não achava justo, a gente limpava e passava uma semana já tava tudo sujo de novo. Se as pessoas não querem ajudar a limpar, pelo menos podiam conservar”, reclama Adriana.

2.2.1 Projeto de urbanização da Estrela do Norte

Em 2003, um projeto de urbanização da favela realizado por uma equipe de moradores com o apoio da prefeitura e da associação, conseguiu viabilizar a canalização do córrego em sua quase totalidade. A parcela não canalizada fica mais afastada do centro da comunidade, mais ao sul, e corre em esgoto a céu aberto, emanando um cheiro desagradabilíssimo. As pessoas demonstram estarem habituadas à convivência - e porque não dizer, conivência - com este cheiro. Alguns chegam a contribuir com sua degradação, jogando lixo no córrego. As crianças parecem não se incomodar e brincam tranqüilamente no parquinho construído junto ao que restou do antigo córrego. Muitas ainda se aventuram em tentar resgatar algum brinquedo que ali cai, mas são logo desencorajadas por algum adulto que eventualmente esteja por perto.

Ao passar com Marcos e Sr. Antônio pela parte do córrego/esgoto que ainda não foi aterrado, ouvimos reclamações do cheiro e da quantidade de entulho que ali existe. “Imagine quando o córrego passava em meio à favela desde lá de cima?”, exclamam em uma mistura de

alívio dado pela melhoria de vida conquistada com a canalização e o sofrimento de quem sabe o horror de viver em meio a condições não apenas desagradáveis, mas desumanas. Ambos consideram absurdas as explicações da Sabesp e da Eletropaulo para proibir a finalização da canalização. Quando perguntei o porquê das pessoas da própria favela conservarem a prática de jogar entulhos ali, apesar dos evidentes malefícios que esta ação acarreta para todos, responderam que elas estão acostumados a jogar imundice pelas ruas - como se fosse uma cultura local. Aprenderam também que lançar entulhos - principalmente restos de material de construção é um comportamento normal e admissível. Além das pessoas não se enxergarem como tendo a obrigação ou compromisso de cuidar dos espaços compartilhados da comunidade, elas se percebem no direito de transformar estes ambientes em depósitos de entulhos como solução a uma necessidade pessoal, mesmo que isto implique prejuízo do conforto comum ou de um vizinho não muito distante.

Marcos admite ter jogado seu entulho uma vez, mas logo justifica que o fez porque houve rumores de que o córrego seria aterrado em breve e, por isso, achou que não seria um problema. O aterramento nunca aconteceu e agora eles devem viver em meio a um cheiro horrível, às vezes tão insuportável que não compreendemos como as crianças conseguem brincar às suas margens com tanta naturalidade.

O lixo coloca-se como uma questão problemática e recorrente na comunidade. Muitas lixeiras foram espalhadas pela Associação, mas mesmo assim grande parte do lixo continua sendo atirado ao chão. Também é comum encontrar fezes de cachorros por terra. As mães apenas pedem para os filhos tomarem cuidado com o cocô, mesmo que estes estejam na porta de sua casa. As ruas e vielas estão constantemente sujas. O aspecto da limpeza proporcionado pelo trabalho de um mutirão (convocado pela comissão jovem de moradores durante o período de *imersão* da pesquisa de campo) dura aproximadamente duas semanas, e logo tudo retoma sua aparência anterior. Existe também o hábito de juntar entulho e atear-lhe fogo. Para as crianças, essa prática vira uma grande brincadeira, pois elas aproveitam para fazer uma festa ao redor da grande fogueira na viela. Não desmerecendo a tentativa dos moradores de se desfazer do seu entulho e a alegria das crianças ao redor do fogo, perguntamo-nos o que será preciso acontecer para que despertemos para a problemática do lixo e olhemos para a nossa contribuição nessa questão? Por que é tão difícil assumir nossa responsabilidade pelos nossos dejetos? É tão mais fácil querer que eles sumam das nossas vistas a todo custo, mesmo que todos sofram as consequências dessa escolha?

A questão da sujeira e do desrespeito ao bem comum demonstra que ainda há um grande caminho a percorrer na busca da vivência de uma comunidade de homens que considerem o bem-estar e as necessidades do “outro” nas suas atividades cotidianas. A narrativa de Marcos toca em delicados nós da questão da limpeza (e da falta dela) e do barulho, sobre a qual falaremos mais adiante. A sua primeira resposta ao ser questionado a respeito da existência de algo que ele menos gosta da comunidade foi: “nem tudo é perfeito”. Ele então explica que o que o incomoda é

a falta de consciência de muitas pessoas, apesar de ser uma favela limpa perto de muitas. Não é porque a pessoa mora dentro da favela que ela tem que às vezes jogar um papel no chão ou lixo, deixar o negócio feio. Isso me incomoda um pouquinho. E outra coisa também em relação à música. Não tem jeito, é uma casa encostada na outra, às vezes o vizinho está mais alegre, liga o som alto, tão alto que incomoda todo mundo. Isso me incomoda [ri com certo embaraço].

“Mas o que você faz quando seus vizinhos ligam música alta?”, indagamos curiosos, “é aquela coisa: quando ele está muito contente ele liga, mas quando eu estou muito contente também ligo [ri, achando graça]. Cada um entende o outro”. A resposta usualmente encontrada é a de que não há nada a se fazer em relação ao barulho, além de simplesmente aceitar e aprender a conviver com ele. Uma convenção tácita que revela certa tolerância com a situação das coisas, apesar dos incômodos ou sofrimentos que possam causar, e uma dificuldade de estabelecer acordos em comum quando alguns moradores não se envolvem com as questões da comunidade.

Esta observação vem para colocar em discussão os elementos necessários para a formação de uma comunidade. Se retomarmos o exemplo de Marcos de que existem pessoas que não tem uma consciência desenvolvida para a vida comunitária, percebemos que o reconhecimento da existência dessas pessoas não impede o trabalho de alguns para a melhoria da Estrela do Norte. Registramos, porém, como será discutido mais adiante, que apesar de não impedirem a participação social de muitos moradores, certamente tem o papel de desestímulo na luta, podendo também ser problematizado como motivo da ruptura dos laços sociais em determinados movimentos. A pergunta que fica neste momento é se a presença de pessoas desinteressadas no engajamento no grupo social faz com este deixe de constituir uma comunidade?

No caso da sujeira, a mobilização é mais evidente. Buscam-se alternativas para o problema tanto na esfera individual - como no caso reconhecido do Sr. José Evandro, aposentado, que dedica suas horas livres para limpar espaços da comunidade - como na organização dos mutirões de limpeza, prática de cooperação comum no passado. Esta perspectiva aparece em trecho da nossa conversa com Marcos:

Em relação à faxina ao lixo, acho que sim. Agora à música, acho que não. Já fizeram tanta coisa a respeito do lixo. Já fizeram, e isso desde criança eu lembro que faziam [lembramos que o depoente mora na Estrela do Norte desde que nasceu e acaba de completar 29 anos], o pessoal passava em frente às casas, a Associação reunia o pessoal e passava. A casa que estivesse limpinha - eu lembro disso até hoje; faz tantos anos - o pessoal aplaudia na frente da casa. A casa que tivesse suja era vaiada. Eu acho que tinha uns sete, oito anos, por aí. Aquela casa, lá em cima, aquela branca ali [aponta para fora de sua janela], não era nada daquele jeito. Ali eu lembro que o pessoal lá de cima, de fora da favela, jogava o lixo ali. Era um 'terrenão' vazio. Eu lembro que o pessoal passou ali, naquela rua - acho que ainda era de barro - não tinha nem asfalto. Olhou para lá e começou a vaiar. Já tinha um monte de lixo. Mas, quando a gente estava passando a mulher jogou mais lixo e o pessoal aproveitou para vaiar.

Do exposto nas conversas, trazemos alguns exemplos ilustrativos das alterações observadas na comunidade pelos seus residentes cujos méritos são atribuídos ao trabalho feito pela urbanização nos últimos anos: “A própria urbanização em si foi um baita avanço. Depois de canalizar o córrego, criar praças, todo mundo começou a sair de suas casas de madeira para construir de alvenaria”, relata Carla. João Paulo aponta para esse movimento de mobilização comunitária:

Ah, o saneamento. O córrego canalizado foi uma das maiores [transformações]. As casas já não são mais barracos, são todas de alvenaria. Tem casa já com ar condicionado, computador, banheira assim no banheiro... Suíte. Tem casas com suíte aqui, para você ter uma idéia! Então, mudou muito mesmo. O nível das pessoas subiu. Eu acho que essa coisa de querer aprender, de querer ter uma construção melhor, deu um pouco mais de valor material.

Ele sustenta que a melhoria das condições de vida da comunidade como um todo serviu de estímulo para a realização de benfeitorias internas. É claro que estas foram realizadas dentro da possibilidade financeira de cada um, o que demonstra também que a situação de pobreza extrema não pode ser generalizada para todos os moradores das favelas.

A fala dos entrevistados chama nossa atenção para outro tema importante: a energia elétrica. Há pouco tempo o gasto com energia era repartido entre a associação e a companhia de energia elétrica de São Paulo. A primeira contribuiu com o fornecimento de luz em suas dependências e no custeio da luz da quadra de esportes. A Eletropaulo, por sua vez, ajudava com a cobrança de uma taxa mínima aos moradores e arcava com o prejuízo e os riscos do

fornecimento ilegal de energia elétrica feita através dos famosos “gatos” (instalações ilícitas e muitas vezes mal feitas de fios elétricos nos postes de luz para receber energia gratuita, as chamadas “gambiarras”). Além de serem instalações precárias que oferecem o risco de desmoronar e provocar danos físicos e materiais à comunidade, podem implicar em sobrecarga de energia dos postos, gerando um curto circuito na rede e outros perigos, como explosões e incêndios.

Vera lança um olhar para esta antiga “tradição” dos moradores que acabou se transformando em um problema comunitário, reconhecido como uma das principais causas de incêndio em favelas. Mesmo sabendo do perigo a que estão expondo suas vidas e a de seus vizinhos, muitos preferem correr o risco a ter que se preocupar em pagar a conta de luz. Uma economia perigosa.

Uma mudança boa que está surgindo é a questão da energia. A Eletropaulo vai tirar todos estes fios que tem nos postes. Porque isso é um perigo. A Eletropaulo está tirando todos estes fios para que não tenha mais aquele *gato*. Eu acho muito legal. Cada pessoa vai ter seu poste, vai pagar sua taxa mínima. Se você passar do mínimo, você vai assinar um papel assumindo o que passou e vai pagar. Cada casa vai ter seu relógio. É um trabalho seguro e as pessoas não vão mais fazer os *gatos*, que são um perigo danado.

Contudo, apesar da importância da retirada dos “gatos”, devemos levar em conta também como a implantação de relógios individuais se refletiu na vida da comunidade. Seguindo o depoimento de alguns moradores como Joana, Raquel, Sr. Pedro, a situação piorou, pois a taxa de luz aumentou e as vielas ficaram sem iluminação. Isto porque a luz que clareava o caminho das vielas durante a noite vinha de “bicos” externos da casa dos próprios habitantes. Como estes decidiram economizar seus gastos com a energia elétrica, a comunidade passou a ficar no escuro. Voltemo-nos rapidamente às palavras de Joana, quando esta descreve a falta de luz como a característica que menos gosta da comunidade,

o que eu queria que melhorasse é só [a falta de] claridade das vielas. [É preciso] colocar mais luz nas vielas, que são muito escuras. Andar nas vielas à noite... Eu venho da escola, sempre à noite - [antigamente] tinha muita gente que deixava a luz do seu bico acesa do lado de fora - como agora cada um tem o seu relógio aqui dentro e paga a luz, eles não querem mais deixar seu bico de luz ligado a noite toda. Antes a gente fazia isso, cada um colocava seu bico de luz. Acho que a comissão de moradores está tentando resolver [o problema], a gente já colocou essa dificuldade. Eles estão tentando ver se conseguem alguma coisa. Antes a conta vinha e até pagávamos uma “taxinha”. Mínima. Agora a Eletropaulo adotou o relógio em todas as casas. Piorou. A luz aumentou. Mas, antigamente a gente tinha a taxa mínima e mesmo assim [as pessoas] não pagavam. Eu acho que eles [a comissão dos moradores] já fizeram abaixo-assinado para levar para a Eletropaulo, para ver se eles colocam luz [pública].

Raquel conta que a falta de luz é uma questão que também a incomoda. “É muito escuro do lado de fora. Dentro da minha casa não, é normal, tranquilo”. A energia elétrica no espaço comum da comunidade surge como um desafio a ser enfrentado.

Como se deduz de algumas falas, existem muitas questões presentes no imaginário dos depoentes que são compartilhadas entre os homens no mundo moderno e que merecem ser mencionadas uma vez que despontaram como aspectos relevantes e muitas vezes desafiadores na vida dos entrevistados. A situação de desemprego colocada por Marta é um exemplo, ou a desigualdade na distribuição de renda, sublinhado criticamente por João Paulo:

Acho que a renda de todos deveria crescer em todo lugar. O governo precisava olhar um pouco mais para isso. Eu acho que não deveriam existir pessoas vivendo com um salário mínimo. Mas aqui dentro tem. Essa é uma grande questão que deveria mudar muito. Deveria ter uma divisão de renda igual para todos, não importando cor, raça, meio social, nada. Acho que deveria ter uma divisão igual. Somos todos seres humanos, temos as mesmas necessidades.

Encontramos, ao lado da falta de emprego e renda, uma tendência ao consumismo exacerbado, que quando não consegue ser realizado na prática continua permeando os sonhos dos moradores, principalmente os mais jovens, às vezes instigando os a cometerem crimes a fim de conseguir concretizá-los, como registrado por Ricardo:

O jovem quer ter o que se mostra na TV. Ele quer ter o que o pessoal da classe média alta tem. Ele quer ter carro, TV de plasma, ele quer TV a cabo. Então isso, quando não está nas nossas condições, gera violência. O cara vai procurar um jeito mais fácil de conseguir isso. Porque ele acha que é mais fácil roubando, furtando. Isso acontece muito. Alguns meninos já foram para a FEBEM, outros estão presos. Então, tem esse choque que, com certeza, vem da cidade grande. Na verdade isso entra no nosso inconsciente. É uma coisa que você bebe sem querer beber. Quando você percebe, você já está falando: ‘eu quero ser igual àquele cara’.

Notamos, através de histórias como a de Carol, cuja mãe havia juntado dinheiro para lhe comprar o tênis Nike Shox (valor médio de R\$ 350,00) de aniversário e do diálogo entre crianças a respeito dos diversos jogos de *videogames* que tinham em casa e dos lançamentos que sonhavam em ter para si, entre outros casos observados, que o elemento do consumo está tão presente nas camadas populares quanto nas classes com maior poder aquisitivo. O que os diferencia é a possibilidade de concretização desses “sonhos de consumo” e o sacrifício realizado para obtê-los (o que muitas vezes implica em atos ilícitos de furtos ou compras de artigos roubados, contrabandeados ou falsificados). A escuta das palavras de Ricardo nos leva a pensar se este é um signo apenas das grandes cidades, pólos de produção e de consumo. A percepção de Ricardo mostra como a massificação dos desejos também alcança os jovens de baixa renda, e possivelmente em grau mais cruel: eles não podem ter acesso fácil à maioria

dos produtos vendidos e associam a posse destes com o status de pertencimento à classe média. Para o depoente é claramente um valor associado às pessoas da cidade, desenraizadas e sem vínculo com a tradição local:

Eu acho que no Nordeste tem menos isso porque se trabalha com [o valor] regional [aqui]. O cara não tem vínculo. O vínculo é a televisão e a televisão nunca vai te mostrar quem você realmente é, ou como o cara da periferia vive. Ela não mostra. Como ele [da periferia] faz? Ele vai comprar um tênis no camelô? Eles não mostram isso! Eles não fazem propaganda de um camelô. Fazem propaganda do shopping tal. O cara quer ir para aquele shopping, querem fazer mais não-sei-o-que. Isso é uma violência, que causa outra maior, que é essa deles [os jovens de comunidades menos favorecidas] quererem ter aquilo, mas não saberem como. Isso é verdade. Isso é uma coisa estranha, chega um momento em que você fica um pouco rebelde mesmo. Quando era criança, isso não era um sonho de consumo, era um sonho de sonho mesmo! Dormia, e sonhava que eu tinha uma bicicleta. E acordava, no sonho eu tinha bicicleta e andava e tal e tinha *videogame*, mas quando eu acordava não tinha. Então eu falava ‘que chato, eu não tenho isso. Estava no bem-bom gostoso e quando acordei não tinha nada’. Quando você começa a ter essa consciência, de que você é pobre e que seus pais não podem te dar as coisas que você assistia na Xuxa; aqueles brinquedos bacanas das propagandas - Compre “Master System”, Compre “Mega Drive” - e você não tem um real para comprar. Vai surgindo uma coisa estranha dentro de você. Quando eu me remeto a esse passado e fico pensando sobre isso [vejo que] era estranho mesmo. O que conta nesse momento é a família, alguém que limite esses pensamentos. Algo que venha te dar um equilíbrio. Senão, você se perde. Se perde e nem percebe. Você quer ter aquilo.

Outras dificuldades da vida na Estrela do Norte assinaladas como elementos comuns às grandes metrópoles foram a “facilidade de ter - principalmente o jovem - motos” e a “correria do dia-a-dia”, citado por Marcos, consequência da luta cotidiana pela sobrevivência: “Está todo mundo muito agitado, porque precisa correr para isso, correr para aquilo, precisa defender o seu”.

2.3 Os sons do dia-a-dia

Sete e meia da manhã já é possível despertar ao som do galo de algum vizinho. A favela ainda está adormecida, mas já começa a dar sinais do início de um novo dia. Oito e meia e o caminhão de gás traz outra sonoridade. Muitas pessoas, principalmente as crianças, de mãos dadas com suas mães, já estão nas ruas a caminho da escola ou das creches. As pessoas sobem e descem, vão e vêm pela escadaria da viela, que se tornou o nosso ponto de referência na comunidade. Um grupo de crianças joga bola na quadra e a criançada na creche, em frente à casa de Raquel, já se envolve animada e com muita cantoria nas atividades coordenadas pelas *mães-de-creche*. Todos os dias da semana de nossa estadia fomos

acordados ao som da cantoria das crianças de três a cinco anos da creche de Sandrinha. Ou então pelo som de crianças e jovens que caminham para a Escola Pública, localizada próxima à favela, acompanhados de pais ou familiares, seja na entrada ou na saída do horário escolar. O mesmo som de crianças brincando, que embala o período vespertino, também acorda pela manhã a visitante curiosa.

Encontramos na comunidade um som ambiente quase constante, como um fundo musical para as atividades cotidianas de todos que ali convivem. Este som sempre vem de alguma casa, dificilmente identificável, cujo morador não se importa em compartilhar a sua música, mesmo que isto signifique incomodar seus vizinhos. É incrível como se vive com a mistura de sons, de estilos e volumes diferentes em um mesmo espaço. Raras são as vezes que se pôde notar silêncio na comunidade, a não ser à noite. Na ausência de música ambiente, ouve-se o barulho dos passarinhos ou cachorros criados pela população local, que não são poucos.

Às nove e meia da noite, a favela está escura, contudo sempre há moradores na rua conversando. No inverno, os jovens às vezes acendem uma fogueira ao lado do parquinho, ao redor da qual conversam e se esquentam.

Aos domingos, a comunidade normalmente demora a despertar. Por volta das nove horas já é possível escutar o burburinho das pessoas se movimentando nas ruas ou envolvidas em suas atividades dominicais. No entanto, vemos poucas pessoas na rua. Talvez alguns vendedores ambulantes de vassouras ou alguns poucos vizinhos conversando na porta de casa. Para João Paulo, o melhor da comunidade é o domingo. O motivo é associado a este ser o dia da semana reservado para descansar e se divertir entre amigos e vizinhos. De preferência com um fundo musical bastante alto e diversificado.

É som para tudo quanto é lado. Então você não precisa ligar o som da sua casa, você sai, senta ali em baixo, na mina, e fica lá escutando o som de todo mundo. Você escuta música eletrônica, forró, pagode, você escuta tudo. Então, é o melhor. E a cara das pessoas? Nossa! A felicidade é surpreendente... Dia de domingo aqui é o que eu mais prefiro. Assim, a quadra também; na quadra é onde se junta todo mundo, tem toda concentração... As pessoas de todos os lados da favela ficam ali, então é o centro, é legal. Gosto dali, daquele espaço, no dia de domingo.

Tal presença da música também pôde ser registrada durante as entrevistas em diversos momentos, como quando, de repente, irrompeu o som da casa vizinha do Sr. Pedro; com um volume tão alto que tivemos receio de acontecer uma sobreposição deste às palavras quase murmuradas de alguns depoentes. As trilhas sonoras que comumente acompanhavam a

ocasião das nossas conversas foram, além da música, som de furadeiras, barulho de gente gritando para tentar se comunicar com alguém mais distante, crianças brincando, latidos de cachorros e até mesmo barulho de motos. Dependendo do horário do dia, barulhos de pratos sendo lavados e arrumados; dependendo das visitas, família ou amigos conversando. Por exemplo, na casa da Marlene, o som era dos ilustres moradores, os passarinhos. Era comum também ouvir pessoas cantando. A cantoria faz parte dos sons da comunidade. Dona Josefa, mãe de Vicente, discorre emocionada sobre a fase de cantor de seu filho, quando este ainda era pequeno. Soubemos por meio dela que ele não gostava de ficar sozinho em casa, pois tinha medo. Então se punha na janela a cantar “como uma cigarra”, descreve. A sua vizinha, que morava logo ali, mas já era falecida - Dona Josefa apontou para fora da porta como se houvesse apenas uma casa naquela direção - adorava ouvi-lo cantar, a ponto de pedir que todos em sua casa silenciassem para poder ouvir “Leandro e Leonardo” na voz de Vicente. O rapaz, que estava presente durante a narrativa, riu, um pouco envergonhado, e disse não recordar desse fato.

É corriqueiro ouvir barulho de batidas de construção e reforma vinda das casas. Na verdade, esse trabalho permanece e às vezes até aumenta aos domingos, o único momento em que algumas pessoas podem se dedicar a cuidar da própria casa. No entanto, os ruídos em geral são menos intensos que durante a semana.

Existe um sistema de som comunitário, facilmente identificado pelos alto-falantes alocados nos postes da quadra. Mas este é um recurso raramente utilizado. Tanto que nenhum dos meninos que brincavam na quadra sabia responder quem era o responsável pelo som no dia em que dois membros da associação jovem dos moradores veiculavam o comunicado acerca do mutirão de limpeza que estavam organizando e aproveitavam para tocar música. As crianças, por sua vez, não sabiam nem ao menos de onde o som se originava ou tampouco onde ficava a sala de controle; apenas reclamavam do som, que era bastante alto, e criticavam a seleção musical, que não os agradava. É importante frisar aqui que o som comunitário, de acordo com Vinícius, é uma iniciativa da comissão de moradores, que há cinco anos a transformou em uma ferramenta de comunicação com a população para transmitir

informações e comunicados¹⁰, quando necessário. Em poucas ocasiões é utilizado para tocar música.

A questão da música nos leva a ressaltar uma característica da Estrela do Norte, em geral compartilhada pelas favelas por ser intrínseca à configuração de suas estruturas: a falta de privacidade. A inexistência de alguma distância entre as casas - geralmente estão todas coladas uma nas outras - é agravada quando a matéria-prima é madeira ou quando a espessura das paredes é muito fina. Dificulta a criação de um espaço que pode ser considerado pessoal e privado. Este fenômeno pode ocorrer em menor ou maior intensidade dependendo da localização e da construção das casas, mas seguramente está presente na vida das pessoas que ali decidiram construir suas moradias.

Em nossa vivência, ficou claro que a vida do vizinho não é tão alheia quanto se imagina. O que experimentamos foi que a maioria das coisas que acontecem nas proximidades externas das casas parece dar-se realmente no interior das paredes da casa, dando-nos a sensação de estar participando ou pelo menos dividindo algum momento da vida das pessoas.

Em sua descrição dos bairros das classes pobres, Ecléa Bosi traz a imagem de “um lugar de uma sociabilidade calorosa na sua rede de parentesco e vizinhança que se estende aos bairros vizinhos. E num domingo de manhã tem cheiro de roupa lavada, de comida no forno, com vizinhos na porta, ranchos de mocinhas, muitas crianças reinando”. (2003, p.161) Através do seu olhar, fomos levados ao universo da Estrela do Norte como num passe de mágica, pois suas palavras nos reportaram à nossa vivência: “janela aberta para outras janelas vizinhas e sempre aberta, a ausência de um canto para se estar só”. (idem, p.162). Isso nos lembra a cena que presenciamos na *viela do córrego*: as crianças ocupavam a viela usando os pés de apoio, um instrumento empregado na construção, como gol e ali jogavam futebol. Colegas e amigos assistiam, alguns pendurados nas janelas ou em cima dos muros.

¹⁰ Estava abandonado, em desuso por muito tempo e, por isso, chiando muito, até que a comissão jovem resolveu consertá-lo e usá-lo na divulgação do mutirão. Segundo eles, era o modo mais fácil e econômico de fazê-lo, uma vez que dispensa o uso de cartazes e panfletos, outros veículos de comunicação comumente empregados com o objetivo de convocar a comunidade para as atividades de origem coletiva, os mutirões.

A impressão que temos é que, em decorrência disso, existe uma grande cumplicidade e tolerância entre os moradores. Do contrário, como uma comunidade com essa estrutura conseguiria estabelecer uma convivência pacífica? Talvez uma paz negociada por uma política de boa vizinhança? Seguramente é uma paz que se revela frágil e tensa. Marcos e Dona Marlene nos confidenciam, em momentos diferentes, um incômodo com a música do vizinho ou do barulho que vem da rua, mas dizem que precisam aceitar, pois não é possível brigar com o vizinho o tempo inteiro e dessa forma criar desavenças.

Os limites interiores e exteriores das casas acabam sendo relativos. Presenciamos de dentro da casa de Raquel uma briga do vizinho com outro homem, que ameaçou batê-lo caso se aproximasse novamente “dela”. “Você vai apanhar”, avisou. A nossa participação se deu como a de um ouvinte involuntário e oculto, pois a janela do quarto não pôde evitar que se ouvisse o que acontecia do lado de fora. É impossível fechar o mundo do lado de fora junto com a porta ou a janela. É como se o mundo invadissem a esfera do interior das casas. Às vezes, parece impossível estarmos completamente sozinhos, mesmo quando ninguém mais está no recinto. O nosso sono foi quase sempre embalado pelas vozes de vizinhos ou passantes da viela.

Esse é um dos motivos pelos quais as creches e as oficinas da associação estão intimamente coligadas à vida daqueles que moram em suas imediações. Ficar “próximo” significa, nesse contexto, ser quase uma extensão da casa dos residentes, como que seus quintais. Trazemos o exemplo do momento em que a moradora da casa detrás da creche *Criança Contenta* advertiu a *mãe-de-creche*, do alto de sua janela, do perigo que os meninos corriam ao ficarem em cima da árvore, já que um fio elétrico desencapado da casa vizinha atravessava seus galhos. Os pais que moram perto das creches às vezes berram com suas crianças, chamando-lhes a atenção para dar-lhes algum recado ou apenas para cumprimentá-los desde suas casas, mesmo durante o período de atividades das creches.

Nesse sentido, a comunidade - consciente e inconscientemente - vigia e monitora as atividades que ali ocorrem. Parece que todos sabem de tudo e se não sabem, em breve ficarão sabendo. Por isso, ressalta Vânia, uma *mãe-de-creche*, “você tem que tomar cuidado quando fala oi”. Em uma oportunidade, a moradora Gilda contou a Pedro que “a cunhada insuportável dela havia apanhado das vizinhas que haviam cansado dos seus desaforos e malcriações”. “Elas foram lá e bateram nela”, disse, “na frente de todo mundo”. Exclamou que não

acreditava que ele não soubesse do ocorrido, como se não pudesse ser verdade, visto que “todo mundo estava sabendo”, menos ele. João Paulo apresenta “a língua do povo” como a característica da comunidade que ele menos gosta. Em todas essas descrições, reconhecemos a frase de Paulo de Salles Oliveira (1999) que mostra como os vizinhos podem ser “co-patrocinadores de conflitos”. Um conflito que parece estar sempre iminente em decorrência do estreitamento dos laços de vizinhança impostos pela estrutura da comunidade.

Aprendemos com os depoimentos que essa potencialidade para o conflito convive com a necessidade e também a vontade de se construir uma boa convivência. Uma história vivida em conjunto e que possibilita uma modificação mútua dos indivíduos que dela participam. A rede de vizinhança é, portanto, um aspecto que carrega em si a ambigüidade de prover uma sociabilidade calorosa e conflitos iminentes.

Em alguns momentos, esse aspecto da favela a faz se assemelhar a uma pequena cidade de interior, com pessoas na janela apenas observando os acontecimentos da “rua”. Raquel descreve que sempre acorda com os passos de uma mulher desconhecida que passa pela viela em frente à sua casa todos os dias impreterivelmente faltando dez minutos para as 5h da manhã; ou no máximo às 5h - quando está atrasada - seguida de um homem, logo depois. Como as pessoas não têm campainha na frente de casa, é preciso gritar o nome de quem se quer falar. Há ocasiões em que as pessoas conversam do varal da casa de um para a janela de outro, em alto e bom som para quem quiser ouvir. Com isso, quem estiver perto sabe o que está acontecendo e, muitas vezes, o que está sendo dito. Tudo leva a crer que a vida de cada um está bastante atrelada à de seus vizinhos.

Muitas vielas são transformadas em varais. Se houver espaço para pendurar uma linha e não atrapalhar o trânsito das pessoas, estende-se um varal. Um morador brinca que a quadra da comunidade era o seu quintal e talvez seja assim que todos ali pensam, visto que é difícil fazer distinção entre o público e o privado dentro das fronteiras da comunidade. Mais uma vez, encontramos a confusão entre vida pública e privada, uma transfiguração do público em privado, e vice-versa. Em sua obra “Entre o passado e o futuro”, Arendt (2005) nos alerta para o perigo da diluição da distinção entre o público e o privado, bem como da perda do compromisso com o espaço público, características da sociedade moderna fragmentada e desvinculada dos fios da tradição.

A violação dos limites da propriedade alheia é comum e quase aceitável. Dona Marlene diz em sua entrevista que seu vizinho decidiu aumentar a casa dele e invadiu o terreno que supostamente era dela.

Quando a gente comprou essa casa aqui, [...] era um barraquinho. A minha sala hoje era a casa toda. Era tudo, era a casa inteira. Tinha um espaço, que era mais para cá [aponta para a parede à sua direita]; inclusive, o vizinho geminou a parede dele com a nossa. Vamos supor um metro, um metro [da nossa parede] para lá era nosso. Mas ele jogou para cá. A gente não quer confusão com ninguém e por isso deixou. A gente tinha um metro a mais para lá e um metro e meio para cá.

Richard Sennet (1978) é um autor que se ocupa em entender os aspectos problemáticos da vida psíquica privatizada das condições sociais de nossa época. Um dos elementos enumerados pelo autor é a confusão estabelecida entre a vida pública e a vida privada. Essa falta de distinção leva os homens a tratarem assuntos impessoais da vida pública com sentimentos de significação íntima e pessoal, culminando em nossa sociedade intimista. Para Paulo de Salles Oliveira (2007) esta sociedade lança-nos um desafio na elaboração de uma cultura solidária com base nas responsabilidades sociais. Um desafio representado pelo comportamento público com percepção privada dos moradores da Estrela do Norte.

A apropriação não consentida de objetos alheios raramente é denominada roubo, mas os verbos comumente empregados para descrever essa ação são “levar” ou “pegar”, como confirma a declaração de Raquel, que aparentemente se conforma com o fato dos enfeites que adornavam a frente de sua residência terem desaparecido. A casa de Raquel ganhou um Santo Antônio rodeado de estrelas e rosas. Aos poucos as rosas foram “levadas embora”, restando apenas a imagem de Santo Antônio. A depoente reconhece que ficou chateada, mas garante não se incomodar, pois é algo “normal”. “As pessoas acham bonito, gostam e querem levar”, justifica, quase em tom de defesa. Os ornamentos foram colados na parede com cimento, por isso seria ingênuo supor que caíram. É evidente a situação de furto.

Em outro momento de nosso convívio ela esclarece que costuma deixar sua casa sempre fechada quando sai, pois sabe que “a molecada” costuma entrar nas residências da comunidade. Atitude confirmada por uma criança que comenta seu gosto por passar pelas janelas abertas das casas, juntamente com outras crianças pequenas, de sua idade, só pela diversão do desafio. Um grande desafio, se considerarmos que algumas janelas da casa de Raquel têm em média um palmo de largura.

Ao contrário do que se espera, o espanto só acontece quando há respeito e conservação dos bens, públicos ou privados. Cezinha, como é conhecido, falou, em tom impressionado, que o pássaro instalado na entrada de uma das creches ainda estava lá. Seu amigo o avisou da história do sumiço do ornamento durante alguns dias, seguido de um súbito reaparecimento do mesmo. A reação de Cezinha foi como um alívio, como se o estranhamento em relação à situação de preservação tivesse passado e agora ele pudesse reconhecer novamente a prática de desaparecimento de objetos de moradores. O caráter negligente desse comportamento mostra-nos que ainda há conquistas a serem feitas em caminho a uma cultura verdadeiramente solidária e cidadã.

As “travessuras da molecada” - expressão emprestada da fala da população local - é uma justificativa para muitas destruições, pixações e furtos na própria comunidade. Aconselharam-nos a não deixar o carro no pequeno “estacionamento” próximo às dependências da Associação, alegando que apesar da favela não ser perigosa, tem sempre a molecada, “e você sabe, molecada é molecada!”. Um dos jovens colocou sua preocupação com a conservação do mosaico com o desenho de um sol que fazia em um muro da comunidade. em razão do que ele chamou de “vândalos” que passam pela comunidade. Depois, admitiu existirem “ovelhas negras” na própria favela.

No que toca à conservação da arte em mosaico, surgiu-nos o seguinte questionamento: será que a falta de zelo por esse trabalho se deve ao fato deste ter sido feito por jovens estrangeiros e não pelos próprios habitantes? Se eles tivessem se envolvido nesse projeto, as peças seriam mais valorizadas? Talvez não. Então, o que faz com que as pessoas se sintam responsáveis pelo mundo e ajam respeitosamente em relação às coisas que o compõe?

Sabemos que é preciso haver um limite para as atitudes desonestas e prejudiciais ao bem-estar comum. Do contrário, é impossível preservar a dimensão acolhedora e solidária da vida comunitária. Nesse sentido, atentamos para o fato de que “a transformação nos padrões de comportamento e valores que acontece em ritmos diferentes em cada um coloca à mostra dinâmica de poder nas relações e gera conflitos existenciais nos indivíduos (FERREIRA, M.P.C., 2007). Portanto, só podemos perceber as mudanças de forma descompassada e desigual, tanto nos indivíduos quanto nas coletividades.

Nesta pesquisa pudemos notar a permanência de alguns hábitos que pensávamos pertencer a um tempo passado. O aparecimento inesperado de alguns vizinhos para pedir algo emprestado aventa a possibilidade de contar com o vizinho em caso de necessidade. Em tempos onde mal conhecemos nossos vizinhos, e se os encontramos o cumprimento é um pouco sem jeito ou feito às pressas, esse pedido parece destoar. Vivemos em uma sociedade na qual os homens se curvam ao encanto do capital e às práticas de propriedade, e conseqüentemente ao seu poder de ofuscar ações solidárias como a partilha, o empréstimo, a construção coletiva de bens comunitários, sem contar a própria existência - e conservação - de bens coletivos. Gestos tipicamente humanos tomados atualmente como heróicos, ao destoarem dos valores vigentes ou ingênuos na visão daqueles que são incapazes de reconhecer sua devida importância. Esses “heróis” parecem existir somente como em ficções de cinema ou livros, mas, em realidade, estão vivos. O cerne da questão é que perdemos a capacidade de abalizá-las e, por isso, devemos buscar reaver nosso discernimento da disposição solidária de apoio ao próximo.

Acreditamos que esses retratos do convívio em comunidade sejam a possibilidade de abertura para o encontro com o outro. A convivência dentro das casas dos entrevistados revelou-se de grande valia para encontrar esses meandros da cultura popular. Cultura que ainda conserva a tradição de surpreender o vizinho com uma visita, sem telefonemas ou aviso prévio, nem data e hora marcada, simplesmente um impulso de aparecer pela vontade descompromissada de se encontrar e conversar.

Às vezes tem-se a impressão de que a favela é uma grande família, onde todos se conhecem, mesmo que a familiaridade não garanta a boa relação. A imagem que nos ficou é a da favela como a grande casa que acolhe a todos que ali vivem, com seus inúmeros dormitórios. Não é difícil encontrar um aglomerado de moradores interagindo nas vielas, principalmente na vendinha (que também é boteco) de Sr. Francisco. Ele pediu para colocar a frase bastante encontrada em traseiras de caminhão pelas estradas de nosso país: “não sou dono do mundo, mas sou filho do dono” na frente do seu estabelecimento, que é uma parte da sua residência, talvez a sala. Este é um lugar muito movimentado e freqüentado, pois além de servir de passagem para várias vielas, é uma “artéria” que compõe a rede de veias formadas pelas pequenas travessas localizadas atrás da quadra. A família de Sr. Francisco é composta por sete pessoas: Tiago, Gabriela, Rafael, Daniel, Henrique e Juliana (não mora com eles),

além da esposa, Dona Cristina, que trabalha como agente comunitária de saúde enquanto Francisco cuida da venda e da casa.

O dia em que conhecemos Dona Cristina marcou o seu primeiro dia de trabalho. Ela demonstrou contentamento em poder trabalhar fora de casa. O brilho do contentamento estava bastante apagado por causa de seu receio em trabalhar no bairro em que mora. Acredita que algum vizinho pode confundir suas horas de almoço e descanso com ausência de cumprimento de seu horário de trabalho. Teme a fiscalização da vizinhança, que tem o poder de controlar suas entradas e saídas de casa e fazer denúncias contra ela. Por meio de suas palavras, vemos o desafio inerente ao trabalho desenvolvido por moradores dentro da comunidade a qual pertencem. Ao mesmo tempo em que a rede de sociabilidade na vizinhança os ajuda a desempenharem melhor suas tarefas, facilitando o acesso às casas e às pessoas, esta mesma relação também propicia a tensão desconfortável de vigília constante.

Quando o pai, Sr. Francisco, precisa se ausentar, Daniel ou Gabriela cuidam do pequeno mercado, não obstante a pouca idade. O problema é que ainda são pequenos demais para fazer contas. Os vizinhos-clientes os orientam a fazê-las e se certificam de que sua dívida foi corretamente anotada na caderneta; uma demonstração de cooperação vicinal solidária. Muitas crianças pequenas, que mal sabem falar, vão à venda fazer compras para os pais: ovos, refrigerantes, entre outras coisas. Em geral, a compra é registrada para depois ser paga pelos pais ou responsáveis, assinalando um costume antigo que ainda é cultivado na comunidade, o de vender fiado. Acreditamos que este provavelmente é construído no cultivo da relação de boa vizinhança e dela não se prescinde para se manter vivo.

Ainda no que toca à experiência da relação entre o espaço público e o particular, Sr. Francisco nos narrou a história de quando decidiu brincar de soltar rojão na frente de sua casa com seus meninos, ou seja, em meio à viela. O artefato acabou entrando pela janela do quarto da vizinha de cima, que repousava em sua cama e teve que ser levada para o hospital às pressas, uma vez que estava se recuperando da operação que havia feito recentemente no coração. Assegura, no entanto, que ela não ficou com raiva, pelo contrário, foi bastante compreensiva. O morador tentou se retratar do ocorrido comprando-lhe um novo colchão, que, entretanto, ela recusou. Decidiu, então, comprar-lhe um novo cobertor.

Citemos outro exemplo, o da vizinha da frente de Sr. Francisco, que destruiu a parte de trás de sua casa e ergueu outra casa de dois andares “muito boa e bonita” no lugar, como ele mesmo colocou. Observamos, porém, que a água de sua cozinha passava, destampada, em valetas pela viela. Em uma demonstração de total desinteresse em arrumar a situação, colocou pedaços de madeira para “tampar” a água. Esta “solução” constitui um hábito disseminado em diferentes pontos da favela e que se tornou uma situação crítica para a comunidade. Em alguns lugares encontramos tudo “a céu aberto”, descoberto por pessoas que esbarram nas tábuas ou cães que empurram as madeiras. Um descuido e descaso visto como normal. Esta *normalidade* nos faz questionar, voltando à questão do lixo, o que leva os indivíduos a respeitarem o espaço público no qual convivem diariamente?

A consideração pelo bem comum deve habitar nossas ações cotidianas e não apenas na participação em ações coletivas focalizadas. Estas têm sua importância, que não pode ser negada, mas é preciso atentar para os pequenos esforços do dia-a-dia, com apreço pelos outros e pelo mundo. Essa é uma batalha que exige um esforço de resistência e superação contínua, significa um permanente movimento entre resignar-se aos costumes da nossa cultura individualista e agir em busca de melhorias, um exercício nada fácil, como nos lembra a conversa entre Sr. Francisco e seu vizinho, Sr. Felipe. Este último tocava música sertaneja, e às vezes descia para tomar uma dose, bater um papo, e então voltava para casa para cozinhar e cuidar do preparo de seu coração de boi. Em determinado momento, Sr. Francisco fez questão de chamar sua atenção, pedindo para que tomasse cuidado para não se distrair, como havia feito no dia anterior e deixar a comida queimar. Não lhe agradava a idéia de ter sua casa repleta de fumaça novamente. O que nos remete a outros odores, muitas vezes desagradáveis, de vizinhos que também invadem outras casas, como no caso de Aninha, que nos pediu desculpas pelo mau cheiro que exalava do seu banheiro, explicando que este advinha da casa ao lado, e que por isso não conseguia eliminá-lo. Reclamou que já havia feito inúmeros pedidos para que seu vizinho resolvesse o problema, mas até então nenhuma providência havia sido tomada nesse sentido.

Vimos, portanto, manifestações do modo de vida construídas sob o signo da convivência. Ao habitar o mundo, em companhia uns dos outros, elaboramos os sentidos da nossa existência juntos. Aprendemos a conhecer a diversidade e a reconhecer a importância da diferença na composição de nossa experiência, ao que chamamos de vida. É um ato contínuo de *co-educação* que se dá na relação entre os homens e pressupõe a aceitação

e o respeito à alteridade. Uma postura de humildade e consideração na relação humana em que percebemos que há sempre a possibilidade de aprendizado no encontro com o outro. Paulo de Salles Oliveira (1999) se vale do conceito de convivência para ressaltar a grandeza da vida vivida através da *co-educação*, um instrumento que ajuda os homens a se (re) conhecerem mutuamente. Ou, nas próprias palavras do autor: “é graças à percepção do outro como diferente que posso, numa dada relação, divisar meu inacabamento, quer dizer, enxergar as possibilidades que o outro sugere para minha mudança. É uma trajetória nada simples, mas que acena com promessas luminosas” (idem, p.277).

Depoimentos colhidos nas entrevistas demonstram que há uma força de vontade de mudar, embora haja também atitudes que resultem em problemas incômodos para o bem-estar pessoal e coletivo das pessoas da Estrela do Norte. De certa forma, essa ambigüidade aliada à situação de precariedade compõem um processo angustiante para aqueles que desejam recriar sua existência. Lembrando que

considerar uma idéia de positividade a respeito dos indivíduo significa também admitir o oposto, uma noção de negatividade. Pois o fato de ser de natureza do homem a busca de se constituir como sujeito, não significa que ele não seja tomado por momentos de desânimo, desesperança, alheamento e dificuldade de auto-reflexão. Um comportamento que pode levar à apatia e à inação (FERREIRA, M.P.C., 2007, p.121).

Certamente a disposição para olhar o outro - mesmo que não se consiga sempre fazê-lo - é um fator que contribui para a superação das adversidades. Na Estrela do Norte, a elaboração auto-reflexiva dos sujeitos é vivenciada de diversas maneiras. Apontamos a cordialidade como uma expressão do espírito acolhedor de solidariedade.

É surpreendente, talvez para quem seja de fora, a cordialidade entre os moradores da favela. Grande parte das pessoas nos cumprimenta, olhando nos olhos, mesmo se tratando de pessoas estranhas. Costumam cumprimentar-nos com “bom dia” ou pelo menos fazem um aceno com a cabeça, sem dizer nada, silenciosamente. Um comportamento que apresenta um contraste marcante com o tratamento entre os habitantes de apartamentos de classe média que muitas vezes são incapazes de se olharem ou se cumprimentarem quando se encontram nas dependências de seus prédios, isso quando não abaixam a cabeça para evitar contato com o vizinho. Sennett (1995) acrescenta um aspecto importante nesse campo ao alertar-nos que a vida na esfera pública foi dominada pelo silêncio nos espaços de convívio com pessoas fora do círculo familiar e de amizades. O que antes era um momento para a prática de civilidade,

das virtudes do homem social, agora se tornou um lócus de observação passiva, silenciosa, ou então de ignorar o próximo.

Na população estudada, as pessoas são tão ou mais atenciosas, em especial entre os moradores com quem têm grande intimidade - nem sempre acompanhada de afinidade -, com aqueles que moram ou apenas trabalham ali. Com isso, não queremos dizer que todas as favelas ou tampouco todas as pessoas da Estrela do Norte são assim. Contudo, é possível afirmar que pudemos encontrar em alguns moradores uma postura de cordialidade diante do próximo, difícil de ver hoje em dia. Essa constatação convida-nos a voltar aos depoimentos colhidos em campo. Transcrevemos aqui alguns trechos que remetem à resposta dada à nossa busca pelo imaginário construído em torno da Estrela do Norte. Marcos assinala que a representação que lhe vem em mente quando pensa em sua comunidade é a de “paz, união, alegria, cultura. Tudo isso aí. É um pessoal diferenciado [o pessoal da favela]”. Sandrinha nos remete à imagem de uma grande árvore acolhedora,

vamos dizer, um jequitibá. Daquela árvore de tronco bem grosso com raízes bem plantadas no chão e com galhos espalhados pra todos os lados e que tem uma sombra muito gostosa. Tem pássaros, tem flores, tem água limpa e suja correndo embaixo. Mas ele está sempre acolhendo as pessoas.

A moradora associa a comunidade a uma árvore típica da sua terra natal e por mais que ressalte as qualidades do lugar onde mora, não fecha os olhos para a água suja que também corre ali. Vale ressaltar que apesar dos depoentes reforçarem as qualidades positivas do local onde vivem, foi possível colher informações acerca das dificuldades e dos conflitos experimentados no dia-a-dia em nossos diálogos e observações de campo.

Uma presença constante na Estrela do Norte é a dos voluntários da associação, em sua maioria estrangeiros. As crianças menores se divertem com eles enquanto os jovens aproveitam para praticar algumas palavras em inglês. Alguns moradores vieram falar conosco achando que fôssemos alemães - para ensinar algumas coisas do português e até para galanteios. É importante ressaltar que, embora se desenvolvam laços de amizade entre os moradores e os voluntários da Associação, há dificuldades nas relações entre universos culturais tão diferentes, a começar pelo idioma. De qualquer maneira, há um esforço por parte de cada um de superar essas barreiras.

Destacamos que, além dos voluntários, também já se integraram ao círculo de convivência da comunidade os visitantes semanais da visita monitorada - programa de

apresentação do trabalho social da Associação. Mesmo com a presença costumeira destes, muitas vezes os moradores se sentem constrangidos. Alguns jovens demonstraram certa intolerância com as visitas, sendo irônicos ou tratando-os com desdém. Para muitos moradores, as visitas na favela não incomodam, desde que tragam benefícios para a comunidade. Alguns não gostam, como Edson, que diz que não o ajudam em nada. Marcos afirma se incomodar somente quando as pessoas “de fora” vêm filmar ou tirar fotos como turistas, isto é, sem estarem envolvidos em algum trabalho com a comunidade. Ele mesmo apareceu uma vez no canal televisivo “Futura” sem sua anuência e ficou bravo. Muitos compartilham da visão de que os visitantes gostam muito de tirar fotos reproduzindo imagens estereotipadas da favela. Focam-se nas crianças, principalmente quando elas estão se divertindo na mina d’água. Reclamam em especial dos japoneses que tiram fotos de tudo o que vêem ali, “até da nossa mão alcançando o saco de pão na padaria”, assinala Marcos.

A favela atrai muitas visitas pelo reconhecimento do trabalho da associação, mas também pelas transformações visíveis pela qual passou. Transformações que, como veremos mais adiante, foram feitas a muitas mãos, tanto da associação quanto dos moradores. Mas o fato é que a Estrela do Norte carrega como marca a sua estrutura e benfeitoria. Ouvir Sr. José Evandro, quando este nos diz que “a primeira imagem que eu digo sobre a Estrela do Norte é que o negócio ficou bem organizado; um negócio bem feito. Aqui era dentro do mato, não tinha nada de lâmpada, não tinha água”, dá uma idéia da importância da estrutura construída na comunidade aos longos dos anos e de seu impacto na vida dos moradores.

A Estrela do Norte não é reconhecida apenas pelas melhorias em sua estrutura física, mas também pelo baixo índice de violência. O que não significa que ela inexistia por ali.

2.4 Em presença da violência

Há um discurso predominante que a paisagem violenta da favela é coisa do passado. A violência é um tema espinhoso, pois ao mesmo tempo em que é possível caminhar nas ruas até tarde da noite, mesmo com poucas luzes domiciliares acesas, insuficientes para iluminar todas as vielas da favela, a violência continua presente na vida dos moradores. Nos inúmeros relatos colhidos durante nossa permanência na comunidade percebemos que esta é uma tensão que acompanha a vida dessas pessoas de diferentes formas. Vale ressaltar, no entanto, que a

violência nesse cenário não parece impor limites ao convívio social. Escutando a residente Carla, vemos que até mesmo uma dinâmica local afeita à solidariedade e ao afeto é obrigada a lidar com o longo e tortuoso caminho da luta pela não violência.

Ah, quando o povo fala Estrela do Norte, na verdade vem uma imagem de um monte de morro com uma estrela bem grande brilhando. Bem grande brilhando, onde todo mundo está feliz, está bem, está com segurança. Vive feliz com segurança, todo mundo se conhece, tudo é uma festa.

Há aproximadamente vinte anos o panorama seria completamente diverso, a julgar pelos relatos das lembranças dessa época, que sempre trazem imagens de alguma cena de violência. Atualmente esta surge mais sorrateira, disfarçada, mas muito viva na memória dos habitantes da favela.

O ponto de mudança é localizado pelos entrevistados no momento em que Manuel¹¹ transformou-se em “protetor” e líder da comunidade. Alguns dizem ser um matador que depois passou a ser um faz-tudo, tendo decidido formar um grupo para “colocar as coisas em ordem”. Ele colocava a “casa” em ordem, deixava-a “limpa” junto com o seu grupo, conforme observou Vinícius. Foram considerados os guardiões da Estrela do Norte e de tudo que nela acontecia. A solução muitas vezes era violenta e culminava no assassinato de alguém. Em alguns casos, como quando o rapaz é filho de um grande amigo de Manuel, a pessoa é “poupada”, mas não perdoada e, por isso, banida da comunidade. A paz na Estrela do Norte, como viemos a descobrir, se estabeleceu inicialmente pelo medo dos “guarda-costas”, na expressão de um morador, e desde então foi mantida sob o frágil manto da figura de Manuel que supostamente abandonara as práticas de violência, mas não perdera a fama de “durão”.

¹¹ Na semana do 1º ataque do PCC, em maio de 2006, Manuel foi assassinado à luz do dia em plena Estrela do Norte por um jovem da comunidade. Histórias contadas apontaram para a relação do acontecimento ao tráfico de drogas. Sua morte criou confusão na vida da Estrela do Norte e abalou a estrutura da relação social local. Como atesta a fala de João Paulo: “teve povo que falou: ‘Graças a Deus que este homem se foi’. Eu sou uma das pessoas que falaram: ‘meu Deus, e agora? O que vai acontecer? Eu sinto falta dele. Por mais que ele fosse rígido e tinha o pé duro, era ele quem mantinha a comunidade na linha, que mantinha as pessoas no caminho certo, mostrando o que era para fazer e o que não era. Ele que tinha essa regra. E agora ficou assim a Deus dará’. Passados seis meses, certa tranquilidade volta a reinar; no entanto, há na comunidade um sentimento de tensão nascido do receio de que esta esteja ameaçada. João Paulo prossegue dizendo: ‘Foi muito chocante. Não vou dizer que estão acontecendo muitas coisas [no momento], mas todo mundo fica com o pé atrás porque essa história não vai ficar assim. Não é o fim. Tem mais capítulos, com certeza. Acho que agora é uma trégua na temporada, na novelinha. Depois volta para a grande final. Está todo mundo inseguro por causa disso. Um pé na frente e outro atrás’. Raquel denuncia a possibilidade da vingança. É esta que mantém os moradores assustados e em estado de alerta. Segundo ela, ‘os cangaceiros podem chegar encapuzados a qualquer momento. Eles vieram atrás das pessoas que mataram Manuel, e sumiram logo após sua morte. Agora eles voltaram para a favela e estão jurados de morte. A qualquer hora podem [os cangaceiros] chegar. O pessoal falou outro dia para não ficar andando muito por aí de noite ou de dia por causa disso’. ‘Mas isso só nas semanas seguidas da morte do Manuel’, emenda ela, tentando amenizar a tensão.

Mesmo depois de ter renunciado à sua atividade de ‘justiceiro’ - outro termo empregado pela população local em nosso círculo de conversas - e se ocupar no trabalho com a equipe de urbanização, a presença de Manuel assegurava o sentimento de segurança na comunidade. Isso fez com que a lei local estivesse um pouco encarnada na sua figura. Não há dúvida de que ele era o líder comunitário da comunidade. Não é à toa que o temor se instalava na sua ausência, como se ouviu. Alguns moradores e traficantes tentam comercializar e usar droga na favela, o que - segundo dizem - não aconteceria com sua presença. A favela vizinha é conhecida como um lugar perigoso, dominada pelo tráfico de drogas. Os moradores costumavam se comparar a ela, que também recebe ajuda da Associação, para afirmar a diferença da Estrela do Norte. Esta, além de mais antiga, era protegida pelos “justiceiros”. No entanto, o que se conta é que os traficantes continuam fazendo pressão para entrar. A comissão de jovens expressou uma preocupação com o cerco que estava se fechando na comunidade para que se trafique drogas no seu território. O fato de a comunidade ser conhecida como ‘favela de gringo’ - expressão usada por eles em função de abrigar voluntários estrangeiros - a faz ter fama de ser um lugar onde existe bastante dinheiro.

O não-predomínio do tráfico de drogas na favela representa para alguns depoentes, como Vera e Vicente, um motivo de distinção da Estrela do Norte. Para Vicente, um motivo de orgulho: “uma das coisas que mais me orgulha [na comunidade] é a questão da molecada aí crescendo, não tendo problema com drogas, com armas; essas coisas. A maioria delas não tem problema com nada”. No caso da Vera, a existência de *pouca* droga permite que se desenvolva um ambiente menos hostil e mais tranquilo na comunidade:

Não existe muita droga. Nas comunidades vizinhas a gente já tem receio de entrar, de frequentar. Aqui nessa comunidade, se você buscar alguma coisa [para se entreter e distrair], você encontra, no final de semana: um show, crianças jogando bola. Se você vier um final de semana aqui, vai ver uma festa aqui em baixo - principalmente na época de calor - tem a mina, tem a quadra onde estão jogando bola ali; você está vendo. Em outros lugares não, eles saem de lá [de suas comunidades] para vir para cá. As crianças saem de lá para vir tomar um banho nessa mina. Não estão tomando o espaço dos nossos, mas estão aproveitando o espaço e a tranquilidade que é aqui. Então, é muito bom.

A moradora faz essa afirmação a partir de sua experiência no passado:

uma coisa que eu não gostava na comunidade era a época em que existiam esses moleques que vendiam droga aqui. Disso eu não gostava, porque, muitas vezes, é perto dos nossos filhos. A gente tinha que prender nossos filhos dentro de casa. Era muito ruim isso. Mas agora está mais tranquilo.

Enquanto Vera coloca as drogas no passado, Dona Ana a considera como aspecto incômodo do presente. Os pontos de droga são as únicas coisas que a entrevistada gostaria de mudar dentro da comunidade atualmente. Marta também manifestou aborrecimento com a tentativa dos traficantes de reinstalarem as chamadas “bocas de fumo”. Este é o ponto que ela menos gosta da Estrela do Norte.

Eles tentam. Já tentaram duas vezes. Graças a Deus não deu certo. Eles tão tentando novamente. É só isso que me aborrece. Isso me aborrece muito. Mas sempre ‘dá uma quebrada’, graças a Deus, porque as pessoas não vêm comprar. Aí eles ficam um tempo fora e depois eles põem outro menino. São pessoas de fora, crianças de 14, 13 anos, que vem aqui para vender droga. Você olha e dá até pena. Eu tento alertar o meu filho dizendo ‘olha, aquele menino está fazendo assim e assim’. Um dos lados da minha casa dá uma visão de tudo. De lá, eu e o meu filho já presenciamos esse garoto de 14 anos passando droga. Os traficantes estão tentando novamente e isso muito me aborrece, confessa Marta.

Com a aproximação do dia da Festa Junina anual da comunidade, escutaram-se comentários de que pessoas iriam morrer, “vão matar gente que compra e passa droga”. Mesmo os jovens que vêem o consumo de drogas como algo habitual no seu meio, se espantam em ver como este tem se difundido nos últimos tempos. Comentam histórias de como colegas fumam maconha no banheiro das escolas, a ponto de conseguirem sentir o cheiro da sala de aula. Existe certo choque entre as crianças que fumam maconha, e outros, da mesma idade, que são traficantes e tem amigos ou conhecidos - em geral vizinhos - que foram mortos em função de dívidas com traficantes. Em geral, todos conhecem pessoas próximas que são usuárias ou estão envolvidas com atividades do tráfico. Muitos vão para o “morrão”, localizado na comunidade, antes das atividades das oficinas da associação para se drogar. É possível até encontrar jovens que comparecem às aulas alterados pelo uso de drogas.

Dona Marlene nos contou que tinha muito medo da violência quando veio para São Paulo. Mas assegura, reforçando a representação difundida entre os moradores, que na Estrela do Norte não há traficantes, e que é bastante tranquila em comparação com o morro carioca onde mora sua sobrinha. Nunca presenciou uma cena de violência, mas conta a história dos filhos de sua amiga que morreram “de tiros” por “coisa pouca”, banalidades como um tropeço descuidado e um olhar mal interpretado. Convém insistir que apesar de algumas representações indicarem o contrário, o tema da violência povoa o imaginário da população. De acordo com Carla,

de [19]74 até [19]86, esse bairro era super comunitário, no sentido de ter festas nas ruas, todo mundo se conhecia, todo mundo lutava pelas coisas e tudo mais. Aí, de [19]86 até [19]90, 92 teve um pouco de violência. Começa essa coisa forte, mas de bandido mesmo, de assalto. É uma crise também que São Paulo estava

passando em termos financeiros, saqueamento e tudo. Então [a violência] ficou um pouco a florada. Depois disso deu um tempo, e aí de novo volta aquela coisa festiva, onde todo mundo se cumprimenta e vai crescendo juntos. Hoje a gente vê que volta de novo um padrão que é essa violência. Hoje, a partir dos jovens. Isso também tem assustado bastante as pessoas que aqui moram.

Sandrinha considera a temática da violência nas cidades como problema vivido na esfera da favela, mas ela nos lembra que há outras formas de violência que merecem nossa atenção:

Quando a gente fala em violência muitas pessoas falam ‘violência é uma palavra muito forte’. Violência não é só tiroteio, não é só luta de gangues, competição, e sim a miséria, a falta de programas sociais, o tipo de educação que dá orientação para as famílias. Os pais, as escolas também estão precárias. Tudo isso é violência... Contra a criança. Nós temos direito a uma vida digna. Escolhemos um líder para estar lá em cima para buscar essas coisas pela gente, porque nós não temos acesso. Eu vejo que há uma má distribuição de renda e isso que gera violência, principalmente na periferia.

Como complemento às suas impressões, vale destacar a opinião de Covre (citado por FERREIRA, M.P.C., 2007, p.122) a respeito dos elementos que colocam em risco a realização dos sujeitos sociais em nossos tempos, os “complicadores do mundo contemporâneo”: velocidade rápida das mudanças, o autoritarismo, a pobreza, a deterioração da vida cotidiana pelas drogas e pela violência e a destruição do meio ambiente.

Quase todos com quem tivemos a oportunidade confrontam-se em diferentes graus com estes complicadores. Identificamos que presenciar mortes violentas é uma experiência compartilhada pelos depoentes. Cada um descreve sua história com uma naturalidade assustadora de quem é obrigado a conviver com isso desde pequeno. Adriana explica que não possui uma imagem de sua infância na comunidade, pois sua mãe a mantinha em casa com o intuito de garantir a segurança da filha:

Na verdade a gente quase não vinha para cá quando éramos menores porque minha mãe não deixava. Eu sempre morei na ponta da rua [no limite da favela com a rua] e minha mãe não gostava de descer muito para cá. Antigamente era muito perigoso. Eu brincava lá na minha casa mesmo, no quintal. Minha mãe trabalhava muito e não deixava a gente sair para rua, a gente ficava só dentro de casa. Então, daqui debaixo eu não tenho recordação nenhuma. Só depois que eu entrei no programa para jovens da associação que a gente começou a vir para cá; mas eu já tinha nove anos. Eu considerava que eu morava na favela, mas não tinha contato com as pessoas aqui debaixo. Só depois dos meus 12, 13 anos foi que eu passei a ter contato. A gente ia para a escolinha e as tias traziam a gente para cá, para brincar. Era legal, eu achava legal. Não era assim, como é hoje, mas era legal de brincar. Antes o córrego era aberto, tinha uma ponte e um barracão ali, onde a gente fazia aula de dança.

A morte é banalizada também em outras narrativas, conforme sublinha a narrativa de Vicente:

Há tempos atrás, nos anos 80, aqui era complicado viver porque tinha crime. Uma taxa de crime muito maior do que hoje. Aqui, hoje, em vista do que era antes, é um paraíso. Antigamente era cedo; seis, sete horas da tarde ou da noite você não podia sair porque estavam trocando tiros. Eu já cheguei a presenciar vários homicídios aqui, mesmo quando criança. Até hoje, com 21 anos, eu recordo.

Escutando o depoente, percebeu-se a naturalização da convivência com cenas de assassinatos. Consideramos importante conhecer a relação do depoente com estas recordações e por isso perguntamos como essas imagens o marcaram. Sua resposta exige uma reflexão sobre a disseminação da violência na cultura da favela: “assim, não choca, mas sempre quando eu olho para algum lugar eu sempre lembro dessas imagens”. A perda da capacidade de se assombrar com as imagens de violência e barbárie, aliada ao medo de enfrentar a questão e as pessoas que estão envolvidas nesta trama, leva os seres humanos a se conformarem com a situação de violência e a deixarem adormecidos sua força de indignação e seu protesto contra ações tão desumanas. É como se o homem, aos poucos, perdesse sua humanidade em meio a experiências de medo e horror. Com certeza esse tema merece investigação mais aprofundada em outras pesquisas.

Os maus tratos contra animais domésticos geralmente são vistos entre os jovens como algo para contar e dar risada. Além disso, a violência não é encontrada apenas nas ruas. Muitas vezes está presente dentro de casa. Um cachorro espancado até a quase-morte, a mãe esfaqueada pelo filho, um colega esfaqueado na cama ao lado durante a noite ou polícias que matam a queima-roupa à luz do dia no meio da rua. São cenas que os residentes da Estrela do Norte carregam na sua história pessoal e compartilham enquanto grupo e classe social. Se a cena não acontece dentro de casa ou nunca foi presenciada na rua, há a assimilação das histórias violentas de amigos, parentes ou pessoas próximas. Essa proximidade com a violência parece trazer um pouco de cumplicidade, possível de ser sentida nas narrativas que carregam consigo uma emoção tal que parecem feridas abertas do próprio narrador. A reação oposta também aparece e expressa o que Hannah Arendt (1989) intitulou de “banalização do mal”. “É a vida”, foi o comentário final de uma menina que acabara de falar sobre o caso de sua colega da escola que apanhava em casa e agora precisa ficar internada no ambulatório.

Muitas vezes as histórias de violência física dentro de casa são conhecidas na comunidade. Afinal, é difícil naquela espacialidade específica não participar destes

acontecimentos. Mas, mais difícil ainda, a nosso ver, é não estabelecer uma relação fria e condescendente com a situação, principalmente se o seu ambiente familiar não lhe proporciona uma imagem que sirva de contraponto. Acompanhamos uma cena de um morador bêbado, de mais ou menos 30 anos, que invadiu o refeitório onde os jovens das oficinas e os colaboradores costumam tomar café da manhã e almoçar; falava alto e fazia gracinhas com todos. No início, as pessoas presentes tentaram fingir que estava tudo bem e sob controle. No entanto, sua insistência em permanecer ali e continuar incomodando provocou o pedido de alguns funcionários presentes para que se retirasse. Como não o fez espontaneamente foi acompanhado para fora. Após a sua saída, uma senhora sentada ao nosso lado revelou que não o suportava e estava cansada de ver a sua jovem mulher roxa, com o rosto inchado por ter apanhado dele. Segundo ela, o homem é casado e tem um filho pequeno, mas vive bebendo e descontando tudo na sua mulher. Outros colaboradores presentes confirmaram e comentaram sobre boatos que ouviram a respeito da família. Essa prática de calar-se e fingir que desconhece a conjuntura familiar do vizinho presente na relação entre os moradores reforça a cultura da indiferença que eles próprios criticam e anseiam transformar. Prova de que precisam encontrar novos modos de abordar a questão da violência para não recriarem a situação de barbárie.

A violência tem muitas faces. Conhecemos uma jovem de 16 ou 17 anos que resolvia seus problemas “com bala”, na expressão dela. Mas também descobrimos que costuma dormir com o irmão, temendo que alguém entre pela sua janela e a mate. Para nós, sua narrativa mostra que a brutalidade também assombra aqueles que a praticam e que desvencilhar-se dessas experiências não é tarefa fácil.

Mesmo em presença da violência, os moradores concebem sua comunidade como um lugar seguro. Segurança e tranquilidade foram qualidades citadas nas entrevistas inúmeras vezes, principalmente como elemento que faz a Estrela do Norte se distinguir positivamente das favelas confinantes. Welington relativizou a violência dominante em bairros pobres ao comentar que se sente mais sossegado andando nas ruas do Jardim Ângela, conhecida pelo alto índice de assassinatos, do que nas ruas do famoso bairro de classe alta paulistana chamado Jardins. Marcos exalta esse sentimento de segurança em sua fala e afirma que é grato a Deus por esta benção dada à sua comunidade:

Aqui na favela Estrela do Norte a grande minoria se ‘bandeou’. A grande maioria, graças a Deus, se salvou. São como eu, moram aqui dentro, mas nunca tiveram contato com nada errado. Lá fora, infelizmente, é o contrário. As pessoas

não têm apoio. A pessoa forte geralmente é o traficante. Coisa que aqui não tem, graças a Deus. Eu confesso que, por eu morar nessa favela, ter nascido e sido criado aqui, eu fico um pouco receoso de entrar em outra favela. Eu sei que pode até dar um choque dizer isso, mas é verdade. Eu fico um pouco receoso. Aqui você chega e a pessoa não te estranha, você pode guardar seu carro ali que ninguém vai mexer; porque a pessoa já foi criada dessa maneira, já tem essa estrutura. Agora ‘fora’, um carro que encosta, o pessoal pode pensar que é um rival. É um pouco perigoso. [Nessas favelas] a união entre o pessoal [conhecido] “de dentro” existe, mas com os ‘de fora’ é bem diferente.

A opinião de Marta completa a fala de Marcos a respeito dessa questão. Para ela - que transita livremente em favelas próximas, tidas como perigosas - a Estrela do Norte ainda é referência de um lugar pacífico e aberto a pessoas não-residentes.

quando eu vou numa comunidade vizinha, é lógico que eu vou bem na favela mesmo [isto é, no centro do comando do tráfico de drogas]. Eu conheço as pessoas “do lodo”, “lá da boca”. São coisas que a gente não vê aqui. Tem lugares que é demais! Demais mesmo! Você tem restrição para entrar. Você tem que conhecer alguém para entrar no bairro, senão, você não entra. Se você não conhecer ninguém, você vai ser barrado pelos próprios traficantes que comandam a periferia antes de poder penetrar dentro do bairro. A jovem explica que isso nunca aconteceu com ela “porque geralmente a gente conhece alguém. Mas a gente vê [como as coisas são feitas] com os outros que vêm de fora. Eles não deixam entrar mesmo. Se não conhecem, eles não deixam entrar.

É interessante observar como a convivência com favelas dominadas pelo tráfico de drogas cria uma percepção diferente, mais extremada do que seria a violência para os moradores, o que lhes permite transmitir a imagem de que se sentem seguros dentro do território da Estrela do Norte. Além da experiência a partir do contexto de favelas próximas, existe outro fator que contribui para o sentimento de segurança entre os moradores e que foi apontada em vários momentos durante o nosso trabalho em campo. Este elemento é a rede de sociabilidade dentro da favela, isto é, ser conhecido e reconhecido como integrante daquela comunidade. Isso é verdadeiro, por exemplo, para Marta:

Eu me sinto mais segura aqui dentro do que na rua. Às vezes eu vou para a igreja e quando eu venho de lá eu tenho que passar na rua ali [aponta em direção à rua que tange a favela]. Mesmo sendo perto eu não me sinto segura. Mas quando eu estou aqui dentro, eu já me sinto segura. Eu tenho medo só de andar na rua. Eu tenho uma insegurança muito grande de andar na rua à noite. Eu entro aqui e me sinto segura.

À pergunta “o que te faz se sentir segura aqui dentro?”, responde “eu acho que é o sossego, a tranquilidade. E o fato de você saber que você pode entrar e sair, que você conhece todo mundo. Tem esse lado também”. Sentir-se segura é um dos motivos pelos quais a depoente mais gosta de viver na Estrela do Norte. “Já tentei sair daqui, já tentei morar no Capão Redondo, mas todo dia eu vinha para cá. Acho que é pela paz mesmo, pelo sossego e a tranquilidade. E por causa dos amigos. Porque eu nasci aqui”. Ela reconhece que existe um

baixo índice de violência no local, mas acredita que os problemas que percebe na comunidade seriam melhorados “se tivesse um pouquinho mais de segurança, viaturas passando a toda a hora. Eu acho que essas coisas melhorariam. Mas não têm”. Percebemos nesse discurso que a noção de segurança é vivida como uma contradição, até para quem está habituada a circular em ambientes de tráfico de droga em comunidades adjacentes.

Outro fator que pode ajudar a compreender o sentimento de segurança expresso pelos moradores é ter vivenciado episódios violentos no passado. Esse é o caso dos moradores mais velhos que relembram dramas onde suas vidas estavam em risco e o medo dominava. A história de Vera ilustra bem a coexistência com a violência e o alívio de, atualmente, poder dormir, segundo ela, tranqüila:

quando eu mandei minhas filhas embora daqui foi porque um cara montou [em cima das casas] lá do outro lado e passou por cima do meu telhado. Os meus filhos estavam sozinhos em casa com tudo trancado, pois era noite e eu não tinha chegado ainda do trabalho e ele tentou entrar na minha casa. [...] Teve uma outra vez que um cara ficou dentro da minha casa para se esconder, com medo dos tiros, e eu pedi para ele não atirar porque tinha criança. Foi num final de semana e eu estava com a porta aberta [como o de costume, já que sua casa não possui janelas], tinha bastante criança, e minhas filhas estavam aqui. O cara levou um tiro na mão. E para se esconder, ele entrou na minha casa. Foi um Deus nos acuda. Não fiquei com uma peça de roupa limpa dentro de casa. Quer dizer, já aconteceu tanta violência e hoje é isso. Hoje eu estou dizendo que a gente vive num mundo na paz e no sossego. Hoje, agora, à tarde, eu posso escorar minha porta, deitar e dormir. Eu já passei por situações em que poderia dizer: ‘vou desistir de tudo e vou embora’. Mas não.

Diante desses momentos de apreensão e sofrimento fica mais claro compreender o motivo que os levam a definir o presente como sendo mais seguro. No entanto, não podemos deixar de enfatizar que esta é uma segurança relativa. Dona Ana rememora a época em que chegou à comunidade com palavras de quem reconhece que o crime persiste, mas ganhou novas feições, para ela mais amenas do que no passado - a ponto de lhe garantir a liberdade de ir e vir:

A recordação que eu tenho é que naquela época a gente não podia deixar porta aberta, não podia sair em certos horários da noite, nem durante o dia. Às vezes a gente vivia um pouco acuada porque existia muita violência. Hoje em dia é mais calmo. Hoje em dia a gente sai duas, três horas da madrugada, porque não tem problema. Já é um lugar mais tranqüilo. Ainda tem [violência], não vou falar que não tem. Mas não são pessoas daqui, são pessoas de fora que vem aqui. Daqui, aqui dentro tem, por exemplo, ponto de droga. Já ouvi falar de muitos lugares que tem. Mas não mexem comigo. A única coisa ruim que tem aqui dentro é só isso, a droga que roda. Mas isso todo lugar tem.

A aproximação à fala desta senhora, moradora da Estrela do Norte e de muitos outros relatos, permitiu perceber o significado dado ao termo *segurança* e o uso de *paraíso* para designar o imaginário referente à comunidade.

“A imagem que me vem em mente da Estrela do Norte hoje, para mim, é o paraíso. É um bom lugar para se morar, um bom lugar para criar as crianças. As crianças podem ficar à vontade. Para mim aqui é uma maravilha. Antes já era bom, não era tão bom à noite, mas hoje é melhor ainda. Hoje é um bom lugar para se morar”, faz questão de enfatizar Dona Ana.

Alguns jovens, como Adriana, Marta, Marcos e Vicente, trazem marcas de violência nas lembranças de sua infância na Estrela do Norte. Todos eles constataam uma mudança desse contexto, o que nos faz pensar que o clima de hostilidade e preocupação vivido outrora sirva de parâmetro na hora de avaliar a situação atual como “apaziguada”. Convidamos a ouvir Adriana e Marta com o intuito de aprofundar a percepção de segurança dentro da favela:

Antigamente era mais complicado porque tinha muita gente, muito pé-de-pato [definido pela entrevistada como pessoas que matam outras pessoas]. Na verdade, por um lado, eles cuidavam da favela, mas por outro, tinha muita gente que tinha muito medo de ficar na rua. Às vezes você estava na rua e eles mandavam você entrar correndo. Era meio complicado. Hoje em dia não. Hoje em dia eu acho que pelo fato destas pessoas conhecerem todo mundo, mesmo que você não saiba quem é, a pessoa está te vendo e sabe quem é você e você pode passar numa boa. Mas hoje em dia é bom viver aqui. Porque, pelo menos, dependendo do horário da noite, você pode passar aqui dentro tranquilo. Não é perigoso.

Marta traz na sua memória de infância o mesmo retrato de violência:

O que eu lembro da minha infância é que tinha muita violência. As coisas boas mesmo da minha infância que eu lembro... [pausa] é mais a parte violenta mesmo. A minha mãe nem deixava a gente sair muito. Era um pouco restrito. Eu vivia mais aqui dentro da casa da Dona Marlene. Passava os dias aqui com a filha dela, a gente é amiga desde criança. A gente passava os dias brincando aqui e à noite eu ia para minha casa. Como tinha um índice de violência muito alto, a gente não podia brincar lá em baixo...

Quando se buscou conhecer como é a vida na Estrela do Norte quase todos os moradores citaram a tranquilidade e conseqüentemente o sentimento de segurança que esta lhes traz. Em geral, a despeito dos transtornos ao coletivo, apontados pelos próprios moradores, a vida na Estrela do Norte é avaliada, nas palavras deles como “boa”.

“É muito boa. Que nem eu falei, eu estou casado vai fazer um ano e estou fora daqui vai fazer um ano, mas estou aqui dentro todos os dias. Eu te confesso, se hoje eu tivesse dinheiro para comprar uma casa, eu voltaria para cá. Justamente por causa disso. Se eu hoje tivesse aqui e tivesse filhos, eu ficaria mais tranquilo com meus filhos aqui dentro do que fora daqui. Muitas vezes eu trabalhei à noite, precisava chegar de madrugada em casa. Se você está na rua de madrugada não é legal. Eu trabalhava de segurança, de terno, e ficava apreensivo. Mas chegava aqui dentro, isso acabava. Chegava aqui dentro, sentia ‘estou dentro de casa’. A favela inteira é a casa da gente. Não é qualquer lugar. Estou dentro da minha casa. Não tem discriminação. Eu fico tranquilo”, ressalta Marcos.

Algo parecido se nota na conversa com Sandrinha. De acordo com ela, a tranquilidade coexiste com a insegurança. No entanto, esta insegurança não é resultado da baixa criminalidade, mas da falta de iniciativa e mobilização de alguns moradores em busca de uma vida melhor. Para a entrevistada esse é o verdadeiro perigo:

A vida na Estrela do Norte é tranqüila. Às vezes, como em qualquer outro lugar, você fica meio insegura com certas situações porque você, aqui dentro, tem que conviver com pessoas que tem pensamentos em comum e pessoas que tem pensamentos diferentes. Normal numa sociedade. Mas assim, eu tenho um ideal de vida que eu queria buscar para minhas filhas, eu tenho auto-estima, de querer o melhor para elas e eu me deparo com o vizinho, por exemplo, que não pensa igual, que não tem essa força de vontade de lutar pelos seus ideais. Eu fico triste de ver isso.

A relação de amizade e o apoio solidário também são colocados como fatores importantes no imaginário comunitário. Dona Ana sustenta que são eles que contribuem na formação de um lugar bom para se viver: “São pessoas que, se você dá um grito, elas já estão na porta para te socorrer. É um pelo outro. A gente aqui é uma comunidade unida. O que acontece com um, o outro socorre. É um lugar bom para se viver”. Verificamos, assim, que a rede de “relações sociais confere solidez ao espaço e ajuda a garantir a segurança pessoal dos familiares” (FERREIRA, M.P.C., 2007), fato este que confere à identificação com o bairro e à vizinhança um viés instrumental de sobrevivência.

“A vida aqui é boa. Eu gosto e tem muita gente que gosta. Inclusive os vizinhos de fora [da favela] que estão próximos e participam das coisas [atividades e festas]. No domingo mesmo eu estava assistindo um ensaio da folia de reis e tem uma mulher do outro lado [da avenida] que estava participando e eu brinquei com ela: “como você descobriu este lugar? [risos]. E [para complementar] tem a integração dos jovens com as pessoas adultas”, conta Dona Marlene.

A união é um elemento comum às narrativas dos depoentes, tanto entre os mais velhos quanto entre os jovens. Quando lhe perguntamos como é a vida na Estrela do Norte, vimos em diversos momentos os valores da amizade e das boas relações como elemento fonte da boa vida em comunidade.

“Para mim, ela é boa. Eu não tenho problema com ninguém, não bebo, não fumo, trabalho. Graças a Deus e ao meu esforço e ao meu trabalho eu estou seguindo as coisas aos poucos, tenho o que eu quero e necessito. Para mim não tem problema nenhum. A minha vida com a comunidade Estrela do Norte é totalmente aberta, não tenho problema com ninguém. Converso, brinco. Se precisar de alguma ajuda financeira, alimentícia, psicológica, eu estou lá para ajudar. Como já fiz muitas vezes”, aponta Vicente.

Como veremos ao longo deste trabalho, a questão da participação e da solidariedade apresenta diferentes perspectivas, além da idéia trazida por alguns entrevistados de união e

consideração pelo próximo. Estas nos ajudaram a observar o entendimento de cidadania na formação dos sujeitos sociais.

Outro elemento que transpareceu no depoimento dos moradores foi a importância das atividades da associação comunitária. “A vida aqui para mim é boa por causa dos meus filhos. Aqui eles participam de atividades, estão sempre ocupados, não têm tempo para pensar em outras coisas”, assume Marta.

Podemos perceber, portanto, que são diversas as qualidades que ajudam a compor uma “boa” vida em comunidade. Apesar das divergências de opinião, é possível destacar o fator da amizade e do sentimento de solidariedade, de poder contar com a ajuda dos vizinhos em caso de necessidade, além do sentimento de segurança como fundamentais. Buscamos as palavras de Raquel para melhor retratar o que acabamos de mencionar:

Morar aqui é muito gostoso. Eu conheci a comunidade no tempo em que eu estava fazendo trabalho voluntário e gostei muito do lugar. Porque eu acho que o lugar emite a tranquilidade de quem mora aqui. Quer dizer, se você for comparar com a violência de outros lugares, esse local transmite uma paz para a gente, para as pessoas que vem aqui numa primeira vista. Na primeira visita você já sente que tem algo diferente. Eu sinto que é uma coisa das pessoas, que as pessoas têm uma forma diferente de viver aqui. Você sente isso no convívio com as pessoas. Cada um tem seu modo especial de viver aqui. Sinto-me bem em morar aqui e ter essa tranquilidade. Não tenho medo de morar aqui. A convivência com as pessoas é muito boa. Eu gosto muito. Quer dizer, eu convivo muito bem com eles, me dou muito bem com as pessoas que me conhecem. Não tenho aquele contato direto, de estar junto no dia-a-dia, de conversar sempre. Mas tem a questão de se cumprimentar muito, de você passar e dizer: “oi, tudo bem? Como é que você está?”. É uma coisa assim.

Há de se considerar outros relatos que mostram as tensões e conflitos presentes nessa perspectiva. Ricardo nos diz que:

por mais que favela esteja transformada e tenha todas essas coisas que eu disse antes, existem pessoas ainda que passam fome dentro da comunidade. Ela continua sendo uma favela. Eu disse um condomínio e tal; sim, só que existe toda a carência de uma favela. Por exemplo, qual é o perfil das pessoas daqui? É a faxineira, é o pedreiro que faz bico e não tem um serviço fixo, é o próprio camelô, tem pessoas que vendem coisas em Santo Amaro, tem barraquinha e tudo. Mas, o povo também é - uma grande parcela da comunidade - é festeira ainda; mesmo com toda a carência. Tem um pouco dessa coisa do nordestino; a maioria é nordestina, então eles fazem as festas deles aqui mesmo. Por exemplo, a festa junina, é “de lei” [obrigatório]. Eles montam as barracas deles também para conseguir um dinheirinho. Então, tem todas essas problemáticas, porém eles têm uma motivação. Eles conseguem viver.

O fato de vislumbrarem uma vida boa na favela, a ponto de a verem como muito distinta das outras favelas, aproximando-a a realidade de um condomínio ou de Alphaville,

não apagam a visão de que o seu lugar de moradia prossegue sendo uma favela e que ainda há muita luta pela frente em busca de melhores condições de vida. Vemos então que esta tranqüilidade é relativa e pode ser facilmente abalada, como aconteceu no caso da morte de Manuel ou então pelos pontos de droga que surgem na comunidade. Sr. José Evandro ressalta que, apesar da perspectiva positiva a respeito da Estrela do Norte, existem problemas que devem receber o cuidado e dedicação dos moradores:

Ainda tem coisa errada aqui dentro. Tem cara que fuma maconha, “maconheirinho” que rouba... Rouba um celular; o que pode pegar com facilidade ele rouba. Fuma droga. Em maio do ano passado teve tiroteio de bala aqui. Morreu gente aqui dentro, acho que umas quatro pessoas. Ou foram seis? Tudo por causa de droga. Estavam fazendo boca de fumo aqui. Aqui era um barraco boca de fumo. Há seis meses derrubaram o barraco. Porque aqui é o seguinte: às vezes, no dia das mães, liberam os caras que estão presos para passar o dia com as mães. [Então,] liberaram os caras porque era dia das mães, e os caras eram do PCC. Eles já chegaram aqui [arrumando confusão], era para eles voltarem para a prisão, mas não voltaram. Ficaram roubando carro, fumando e fazendo ponto de droga. Conseguiram prender os caras, porque eles tinham roubado. Eles vieram aqui dentro - gente daqui com gente de fora. Tem gente daqui e gente de fora [nessa história]. Eles querem controlar droga aqui dentro. E os caras daqui ainda fumam. Mas aqui não pode fumar, aqui não é lugar. Tem creche com crianças que estão vendo e assim se um menininho desses [por esse caminho], estraga tudo. Elas vão ver os outros fumarem e os caras vão dar [droga] para uma criancinha dessas... Aí, está estragado. São meninos de 10, 12, 14, 16 anos. Aqui tem menininha com 10, 12 anos que já está grávida! Essas meninas estão todas “perdidinhas”...

Sawaia (2002, citada por FERREIRA, M.P.C, 2007) explica-nos que as formas de cooperação social variam de intensidade, motivação, temporalidade e espacialidade. Nesse sentido, registramos que o nível de envolvimento comunitário está atrelado às condições de precariedade e violência vistas aqui ao mesmo tempo em que encontra um ponto de apoio no solo fértil da amizade e solidariedade. Apesar de conhecerem motivos áridos para o desencanto com o mundo e com as pessoas, podem de alguma forma experimentar a força da luta conjunta e cidadã. É possível deduzir que haja um embate constante entre elementos tão contrastantes. O importante é não se esquecer do desejo de efetivar conquistas que tragam acalento à história humana e confiar que é possível realizá-las, mesmo que de modo imperfeito.

2.5 Adentrando a intimidade das casas

Visitar a casa dos depoentes representou, para nós, adentrar o seu recanto mais reservado, onde estes podem expressar seu modo de ser e suas condições de vida marcadas na

disposição dos móveis, na decoração do ambiente e até nos objetos usados nas atividades cotidianas.

A religiosidade dos moradores está estampada nos diversos artefatos da casa. A devoção a Nossa Senhora revela-se em sua imagem pendurada com os seguintes dizeres: “por fim, meu coração triunfará”. Entre as fotos dos filhos e dos netos desponta a figura de Nossa Senhora, a imagem da última ceia ou frases de salmos. No móvel ao lado da cama encontramos um quadro que traz os dizeres “Na presença do Senhor”. Até mesmo os ímãs de geladeiras atestam a devoção: “Deus é fiel” é a mensagem transmitida aos visitantes que passam pela cozinha. Expressões de fidelidade não se restringem ao ambiente interno, alcançam também a parede da frente de algumas casas com escritos em mosaico de frases bíblicas.

Dona Tereza, uma senhora muito religiosa, sempre comenta a importância da força de Deus em sua vida. O armário de ferro disposto na cozinha ao lado da geladeira recebeu, como item de decoração, três ímãs - um fazendo reverência às mães e os outros dois com mensagens de louvor: “Cristo: esperança universal” e “Eu e minha casa serviremos ao Senhor”. Na casa de Dona Ana, a música de fundo vinha de um DVD evangélico que tocava no quarto no qual a filha grávida dormia.

No entanto, nem todos os ornamentos revelam motivos religiosos. O retrato de Roberto Carlos é testemunha do apreço da família pelo cantor. Na residência de Sr. Pedro, o pôster do São Paulo Futebol Clube, seu time do coração, nos ajudou a iniciar uma conversa descontraída antes de iniciar a gravação da entrevista. Os calendários de papel, geralmente distribuídos por casas de comércio locais, são referências comuns, sempre penduradas na parede com um prego. Às vezes aparecem na frente de um quadro, como que servindo não apenas para informar a data correta, mas também para adornar o recinto. O som velho e empoeirado está guardado na estante, cumprindo o papel de enfeite. Na sala encontramos um quadro com a figura de bois pastando e sendo cuidados por um homem montado em um cavalo à beira do rio, presente de um amigo de Sr. Antônio, chamado Cavalcanti. “Mas esse é do Cavalcanti, cuidado para não confundir com o Di”, avisa seu filho Welington.

Ecléa Bosi (2003) aborda a questão da mobilidade do espaço no interior das casas, onde o ritmo natural do cotidiano impõe uma mudança contínua aos objetos para que estes se

adequem às necessidades dos seus moradores. A sala serve como quarto, ou um quarto que também é uma cozinha; são registros da nossa experiência na Estrela do Norte em comum com a exposição da autora. Alfredo Bosi (1987) também aponta para esta característica. “A arquitetura da pobreza é uma arquitetura multifuncional. Numa casa pobre, o mesmo espaço pode servir para comer, para dormir, para trabalhar; enfim a plurifunção do espaço, a sua flexibilidade, é própria de uma cultura da pobreza” (p.36). Para o autor, o convívio das funções é tolerado em contraposição aos espaços multiplicados e diferenciados. Não só os espaços, mas os móveis e eletrodomésticos também ganham esse caráter maleável e plurifuncional. Os fogões podem servir de armários para as tampas e painéis. Um armário antigo também é uma divisória nos 4 metros que compõe o comprimento da casa, com extensão suficiente para caber um pouco mais que um beliche e uma cômoda, que também serve de suporte para a TV.

A matéria-prima das casas, em geral, é como Ecléa Bosi (2003) testemunhou em seu trabalho sobre a cultura das classes pobres: móveis fracos de compensado, alguns revestidos de fórmica, junto com outros móveis de plástico. Cadeiras quebradas, mas que ainda podem ser úteis, dispostas na cozinha. Através das visitas, ficou-se conhecendo a presença de armários faltando puxadores ou pinos, entre outros que mal fecham, um exemplo de que a casa vive sob o signo da insuficiência; da espera por uma reforma que nunca termina, pois o dinheiro acabou e é preciso mais tempo para poder economizar um pouco e, quem sabe, dar continuidade. Muitas vezes, sem antes terminar de pagar a dívida do material usado para começá-la.

A porta de algumas casas, mesmo quando fechadas, apresentam frestas grandes o suficiente para deixar entrar água da chuva e frio do inverno. Os canos de água estão expostos entre o cimento do chão da cozinha. Na maioria dos casos, a situação que se apresenta é a de uma casa em estado quase permanente de reforma ou necessitando de consertos.

Muitas soluções criativas e engenhosas vêm para preencher essas necessidades. Podemos citar como exemplo os ganchos transformados em prateleiras, logo acima do beliche, para sustentarem os instrumentos musicais de Michael, filho de Vera. Algumas soluções são mais simples e eficientes, como panos compridos, que lembravam toalhas na função de divisória da entrada do banheiro. Um lençol vinho-uva com estampas florais

coloridas separa o ambiente de entrada do restante da casa. Um pregador azul-claro serve para segurar o lençol e dar passagem para os moradores.

Práticas criativas nascidas na cultura popular não podem ser confundidas com a falta de escolha. Em alguns casos, o morador tem condições financeiras para construir uma parede, mas prefere colocar um pano, uma vez que este pode ser retirado a qualquer hora, além de permitir uma economia de dinheiro para empregar em outros objetos. Paulo de Salles Oliveira (2007) nos ensina que é possível apreender da convivência no trabalho de campo um entendimento mais sensível do contexto em que vivemos. Uma educação fruto da divisão social que às vezes não permite que se enxergue a dimensão humana indigna do ambiente em que se vive. Uma cegueira passível de ser geradora de angústia e raiva. O autor lembra-nos que não podemos deixar de nos indignar com a dilapidação da condição humana, demonstrado na Estrela do Norte pela situação do lixo da comunidade ou pela iluminação externa composta por gambiarras.

O que nos chamou a atenção de maneira particular é a questão da iluminação. Em muitas casas, mesmo em dias claros e ensolarados, os cômodos permanecem na penumbra por falta de uma janela que não pôde ser colocada, já que a parede está colada junto à parede do vizinho, ou há uma janela, mas esta se encontra na sombra da casa do vizinho ou então dá para uma viela escura e fria. A impressão que se tem é que a claridade em algumas habitações se transforma numa espécie de luxo, algo do qual alguns se esquecem de sentir falta. Todavia, mesmo com um ambiente fechado e com pouca luz, encontramos um vaso com uma planta verde logo ao lado da máquina de lavar roupa. A falta de luz tampouco é um impedimento para ornar a janela com uma cortina marrom e amarela de crochê.

As paredes internas são pintadas com um branco já apagado pelo tempo. Na maioria das vezes são lisas e parecem servir somente para abrigar o teto. As escadas são simples, não apresentando acabamento e as crianças, muitas vezes, aprendem desde pequenas a subir e a descer sem a ajuda ou proteção de um corrimão. Algumas paredes apresentam-se sem revestimento, rachadas e com mofo. O mofo é um aspecto comum nas casas devido à umidade e pouca incidência de luz. Fica notória a relevância da presença da iluminação natural para o bem-estar de um lar, compondo a atmosfera de habitações dignas para seres humanos.

Vera mora em um “barraco”, como ela mesma o chama. Um barraco, que à primeira vista parece ser de madeira, mas depois que você é convidado para conhecer seu interior descobre que, na verdade, foi erguido com um mistura de materiais. “Metade bloco, metade madeira”, descreve a moradora.

Na entrada da casa, onde se erigiu a lavanderia e o varal, papagaios e outros passarinhos cantam dentro de suas gaiolas. Este recinto, além disso, pode servir como depósito; principalmente de brinquedos. O espaço, às vezes muito restrito, transforma a sala em lugar para armazenar sacos de adubo, dispostos ao lado do sofá. Entretanto, falta de espaço não significa necessariamente bagunça. Todos os objetos na casa de Vera estavam expostos de maneira organizada. Dessa forma, é possível conhecer um pouco mais de sua vida através de suas coisas, desde os sapatos, perfeitamente enfileirados, às taças de vinho colocadas em um canto da prateleira do armário às diversas bolsas penduradas acima de sua cama. Talvez vestígios de que a casa fora preparada para receber visitas, tamanho era o zelo com a ordem.

Um olhar mais desperto para os recantos escondidos da casa nos mostra “o engenho e esperteza populares” que conseguem fazer “muito do pouco”, emprestando as palavras de Viviana Bosi (2008). Aprendizados conquistados no desenlace cotidiano de suas vidas e da tradição da cultura popular repassada de pai para filho, e porque não, numa demonstração de acolhimento solidário, também para o vizinho.

Uma feição interessante diz respeito à paisagem sonora do interior das casas. Reconhecemos um burburinho de conversas com o acompanhamento da TV, o som de tarefas sendo realizados na cozinha a fim de garantir a alimentação da família no almoço que se aproxima, enfim, o vai-e-vem de pessoas, na maioria membros da família, é constante. A casa de Dona Marlene, por exemplo, está sempre cheia. Mora com sua filha e seus netos, Fabrício e Sabrina. Suas tardes são dedicadas à Sabrina, que exige atenção constante da avó, a quem é muito apegada. A televisão está sempre ligada, mesmo que não haja ninguém atento ao que se passa nela. Com som da TV ao fundo, a avó brinca e canta com a neta que, um pouco inibida com nossa presença, não hesita em responder - envergonhada - aos apelos da senhora para seguir os comandos da música que cantava: “coloque a mão na cabeça, agora a mão no joelho...”. Os netos além de contribuírem na composição musical das casas, participam na paisagem destas. Dona Ana - avó de 27 netos - mesmo tendo os filhos casados, vê sua casa

repleta de brinquedos. Estes estão espalhados por todos os cantos: carrinho em cima do microondas, a roupa de boneca largada no chão ao lado do portão...

A dificuldade financeira, contudo, não é barreira para gentilezas. Não foi raro a insistência dos entrevistados, ou de sua família, para tomar algo, geralmente “um cafezinho”. Ao perceberem nossa resistência, persistiam no convite em tomar “pelo menos uma água”, demonstrando a importância e a alegria em receber bem as visitas. Para nós a insistência revelava uma oferta genuína. Daí a nossa dificuldade em recusar, com receio de fazer desfeita. Nossa preocupação em não incomodar ou dar trabalho poderia ser interpretada como falta de consideração para com o gesto do depoente zeloso em acolher bem a curiosa pesquisadora.

Ressaltamos o fato de que nem todas as entrevistas foram feitas nas residências familiares dos depoentes. Adriana achou melhor conversar conosco na casa de Dona Marlene, que foi quem nos apresentou. Marcos nos encontrou na casa de sua mãe, e tanto Marta quanto Ricardo propuseram o local de trabalho dentro da favela. O caso de Sr. José Evandro é peculiar, pois foi feita na escadaria vizinha à sua casa. Ele preferiu assim. Este acontecimento nos fez pensar que talvez ele se sentisse desconfortável com a presença da jovem pesquisadora em sua casa ou, quem sabe, estivesse envergonhado de levar alguém que não fosse do seu círculo de convivência, ou ainda porque sua verdadeira “casa”, isto é, onde se sente mais à vontade, seja nas vielas da comunidade. Levantamos essa suposição, pois o Sr. José Evandro é uma figura muito conhecida na comunidade e é frequente encontrá-lo nas vielas ajudando no trabalho da associação ou conversando com todos os moradores que passavam - inclusive no decorrer da entrevista. Há também de se considerar a possibilidade do morador ter se constrangido em mostrar o lugar onde mora. Estas são apenas conjecturas às quais provavelmente não teremos respostas.

É conveniente frisar que as condições precárias dentro de algumas casas são reconhecidas pelos próprios moradores. Conquanto os depoimentos colhidos nas entrevistas tenham permitido captar, não se pode negar que essa precariedade interna é, de alguma forma, compensada pela infra-estrutura externa, da comunidade ou da associação. Dona Ana, por exemplo, frisa que o que ela mais gosta na favela é da existência das creches. Ouçamos a respeito, a voz desta senhora:

Porque as creches vêm beneficiar muitas mães. A gente aqui tem filho, às vezes não tem comida decente para dar em casa e a criança na creche tem uma boa alimentação. Por exemplo, eu aqui na minha casa não tenho ventilação, só tenho

uma janela no fundo e essa porta. Se as crianças ficam aqui, eles ficam respirando esse ar e ficam doentes. Lá não, lá eles estão à vontade, estão brincando e tudo. Eu achei uma maravilha.

Em nossa prática, entendemos o que um dia explicou Ecléa Bosi (1992, p.154): “na raiz da compreensão da vida do povo está a fadiga. Não há compreensão possível do espaço e do tempo do trabalhador manual se a fadiga não estiver presente e a fome e a sede que dela nascem”. Esta transparece nas feições cansadas de Dona Josefa, que continua trabalhando de segunda a sábado apesar da idade avançada. A situação é reforçada pelo pedido de desculpas pela “bagunça” da casa, seguida da explicação: “trabalhei tanto que não tive tempo de arrumar a minha casa”. Um fato recorrente em nossos encontros.

Na percepção do Sr. José Evandro destaca-se a presença do trabalho. “A vida na Estrela do Norte é trabalhar. A gente trabalha. Aqui todo mundo tem que trabalhar. Cada um tem que trabalhar na sua casinha. Não tem pessoa rica. Todo mundo nasceu para trabalhar”. Nesse trecho, vida torna-se sinônimo de trabalho. O labor como uma condição de vida das pessoas aparece também na voz de Marta: “[Minha vida aqui é] uma vida normal. Trabalho bastante, não só aqui, às vezes faço outros trabalhos fora”. Ou seja, a normalidade é viver para trabalhar. E a atividade humana criativa do labor é reduzida à meio de sobrevivência; um ganha-pão.

A conversa com Dona Josefa se desenrolou no breve tempo em que esperávamos por seu filho Vicente, já que havíamos chegado um pouco adiantados à hora marcada. Suspirou profundamente e sentou-se numa cadeira alocada no vão que faz a ligação entre a sala e a cozinha. A este sinal, sem saber o que dizer, lhe perguntamos o óbvio: “cansada?” Apesar da sensação de um ser exaurido visivelmente estampada em seu rosto, sentimos por parte dela o desejo de conversar e compartilhar um pouco de sua história. Afirmou que acabara de chegar do serviço. A única resposta encontrada naquele momento foi: “nossa, até aos sábados?!”. Foi o suficiente para ela narrar sua vida de mulher batalhadora e trabalhadeira. Mãe de seis filhos, sempre labutou, até mesmo quando eles eram pequenos. O seu marido faleceu quando Vicente ainda era bebê e sua irmã mais nova, que estava conosco no sofá, tinha apenas quatro anos. Naquela época, trabalhava varrendo ruas, um trabalho duro, pois mesmo com tempo ruim, não lhe era permitido parar já que havia bocas para serem alimentadas em casa, como ela mesma nos contou. Segundo ela, os filhos não escolhem à hora da fome, eles “sempre têm que comer,

não é?”. O dever do trabalho como força de sustento se expressa durante toda a conversa. Até mesmo quando se refere a Vicente. Trabalham juntos na mesma firma, mas ela espera que ele conclua logo os estudos para “conseguir crescer”. Com isso, não quis dizer que ele deveria conseguir um emprego melhor e fazer carreira, mas simplesmente mudar de atividade dentro da firma e ganhar mais.

O assunto da reforma de sua casa veio à tona durante a conversa com alguns moradores. Dona Josefa conta com orgulho de que a está fazendo - há quatro anos. Alegra-se com a cor verde do piso novo, declarando ser a cor que mais gosta, além do branco. Fez questão de contar que as vigas e o piso foram feitos por pessoas pagas e até mesmo caras, mas “o resto” foi feito com a ajuda dos filhos. Por isso, a demora em concluir a obra. Precisa comprar o material, terminar de pagar as prestações e depois juntar mais dinheiro para, finalmente, conseguir ver sua casa em ordem. As paredes da sala estão rebocadas, à espera de pintura, enquanto as da cozinha já exibiam seu novo azulejo branco com cinza, para combinar com o cinza e verde do chão. Observamos que o verde do chão quase não se vê, devido à baixa luminosidade advinda da única janela da casa, fixada na entrada da sala, no piso térreo, onde ficam o banheiro, a sala e a cozinha. Um agravante é que esta dá para uma parede, o que dificulta ainda mais a entrada de luz. Vale ressaltar, porém, que isso não parece ser problema. Dona Josefa expressou que gosta muito de morar ali, só não gosta de “todas essas escadas” distribuídas pela comunidade, pois dificultam sua tarefa de carregar - muitas vezes sozinha - sua filha para onde precisa. É complicado imaginar uma senhora de idade, de baixa estatura, ajudando a filha portadora de necessidades especiais a se locomover pela comunidade.

Surpreendemos-nos a cada relato, com as histórias de conquista e perseverança de pessoas que, enfrentando grandes adversidades, foram capazes de buscar forças - no apoio familiar, comunitário ou nas crenças religiosas - para criar um ambiente o mais digno possível dentro das possibilidades encontradas. A cada conversa, um aprendizado. Não há como não se encantar com a atitude de coragem da senhora Marlene, quando esta nos conta das aventuras e desventuras de construir seu lar:

Eu vim para cá por falta de opção. Porque o Tonho [seu marido], na verdade, não queria vir morar na favela, porque não era como é hoje. Era mato, tanto mato que as pessoas caçavam aqui. Sempre existiu essa mina. Quando a gente estava lá de aluguel - a gente morou lá durante nove anos e pouco - o dono da casa fez uma proposta para o Tonho comprá-la. Só que o Tonho não tinha condições de comprá-la e eu não trabalhava fora. Eu lavava roupas para ajudar a comprar uma verdura ou uma fruta para as crianças e para a gente. Mas eu ainda não trabalhava registrada, porque eu não tinha onde deixar as crianças. Não existia creche por aqui. O Tonho,

falou: ‘eu não tenho condição de comprar a casa’. O vizinho comprou. Depois que o vizinho a comprou, começou a pressionar para a gente sair da casa. Eu falei: Tonho, a gente podia comprar um barraco aqui na favela, a gente moraria lá, colocaria o dinheiro que você paga de aluguel numa poupança e depois a gente compra uma casa.’ Nessa época já tinha gente na favela, mas não tanto como hoje. Tonho disse ‘eu não vou morar lá, porque lá não tem luz e não sei o quê’. Não existia água canalizada, todo mundo ia ao poço. Muita gente vinha aqui nessa mina. Vinha gente de longe. Eu expliquei para ele e ele veio.

Acomodada em cima da cama, a depoente contou detalhadamente, com sua voz doce e paciente, a saga da sua mudança para a comunidade. Impressionou-nos com sua descrição minuciosa, capaz de fazer surgir na nossa frente uma imagem do que poderia ter sido aquela época.

Era um barraquinho muito ruim. Meu Deus do céu! Nessa altura, eu estava grávida da Dilma, a mais nova. Eu trabalhava numa firma de cosméticos. A gente veio para cá. E quando nós compramos, a mulher entregou a chave do barraquinho e com tudo meio “troncho”. O que tinha de pulga quando nós chegamos aqui! A gente só se coçava. ‘Tonho’ comprou criolina e jogou no barraco. Ele era feito daqueles pedacinhos de tábuas. Fizeram uma reforma na firma em que eu trabalhava e tiraram as cortinas. Aquelas cortinas não iam valer nada para eles, então eu pedi para o encarregado. A cortina era enorme, de pano. Uma cortina toda enrolada já ficava desse tamanho [abre bem os braços]. Daquelas de tecido grosso. Mas eles cuidavam, então ela estava limpinha. Não era coisa suja. Eles me ajudaram, limparam tudo, e o chefe me perguntou: “o que você vai fazer com isso?”; eu falei: “O senhor nem imagina”. Antes da mudança que eu fiz para tampar as frestas, eu peguei um papelão, forrei tudo de papelão; todo o barraquinho, todinho. Para não ficar muito feio, eu peguei papel: jornal, revista e enfeitei tudo. Ficou bonitinho lá dentro. O quarto, para você ter uma idéia, era tão baixinho, que tinha a minha cama e o beliche, e atrás da minha cama era o fogão. Atrás do beliche era uma caixa, mais ou menos dessa altura, onde a gente colocava a comida. E acabou o barraco ali. Não tinha mais nada. Por onde você passava, era tudo estreitinho. Para o meu filho deitar na cama de cima, ele subia no degrau e o resto ele já subia deitado, porque não dava para subir em pé, era baixíssimo. E ainda por cima, o Tonho comprou uma lona preta para cobrir tudo, porque quando chovia, [chovia aqui dentro] igual lá fora. Então, ele cobriu tudinho, até a gente ter condições de comprar madeira.

Além das lutas individuais, que talvez poucos tiveram a chance de conhecer, há de se considerar outras lutas, as coletivas, que contaram com a participação de muitos, como nos descreve Vera:

Na época em que eu mudei para cá era só barro. Só barro. A gente saía com um sapato, chegava lá em cima e tinha que trocar para poder ir para o trabalho. Senão, você não conseguia entrar no ônibus. A gente tinha, muitas vezes, que sair com dois sapatos, um na mão e o outro no pé, para poder chegar lá em cima [na saída da favela] e trocar. Essas escadarias todas eram barro, Era uma área de risco... Era barranco. Essas casas no alto, embaixo delas, tudo era barranco. Era madeira empilhada e a casa em cima, tipo um assoalho. Tinha muito deslizamento. Na época em que a gente resolveu buscar a urbanização para cá e trabalhar em conjunto com a prefeitura foi que a gente correu atrás [das mudanças]. Já tinha esse trabalho junto com a prefeitura, que sempre estava aqui por causa das casas nas áreas de risco, porque caía barraco, entrava água nos barracos - por causa do córrego. Um barraco deslizou e matou uma criança. Foi quando um grupo de moradores se reuniu e pegou força para buscar [soluções].

Reconhecemos que as comunidades são tecidas no entrelaçamento das histórias de vida de cada morador com as conquistas coletivas, compartilhadas. Em conjunto, essas histórias compõem um quadro de experiências e aprendizagens compartilhadas. Servem como contraponto às comunidades instantâneas ou estéticas retratadas por Bauman (2005), fenômenos voltados para uma “vida fatiada em episódios” (p.66) que dispensam a história lenta e cuidadosa feita em conjunto e não requerem esforço para garantir sua continuidade e permanência. Os vínculos entre os integrantes são superficiais e transitórios e, muitas vezes, descartáveis em oposição às raízes das comunidades tradicionais. Estes laços, portanto causam poucos transtornos e inconveniências, desaparecendo assim que deixam de ser considerados necessários. Por isso, possuem a capacidade de transformar a concepção de comunidade numa confirmação da autonomia individual, isto é, em relações incapazes de tecer uma rede de responsabilidade e compromisso duradouro. Estabelecem-se ‘vínculos sem conseqüências’ (idem, p.67), prontos para o consumo imediato e descartáveis quando não mais necessários.

Nesse contexto, o autor faz a distinção entre indivíduos de *jure* e indivíduos de *facto*; noutras palavras, pessoas que resolvem seus problemas por falta de uma pessoa para fazê-lo no seu lugar de um lado e “senhores do próprio destino” (p.68), que assumem a responsabilidade pela sua vida em cada ato e não somente em declarações públicas. Os indivíduos de *facto* buscam constituir comunidades éticas nas quais podem construir compromissos a longo prazo e consideram estas variáveis no planejamento cotidiano e em seus “projetos de futuro”, para fazer cumprir suas obrigações com o mundo.

A comunidade ética está baseada no compartilhamento fraterno do compromisso, “reafirmando o direito de todos a um seguro comunitário contra os erros e desventuras que são os riscos inseparáveis da vida individual” (idem, p.68). Assim, fazer parte de uma comunidade é uma tarefa que nos leva “ao reencontro do sentido da nossa própria existência”, uma “oportunidade de transformar a opacidade do presente e a incerteza do futuro num arco-íris vibrante e colorido, pontuado por um entusiasmo bem profundo, que parte das coisas mais singelas” (OLIVEIRA, P.S., 1999, p.19).

3º. Capítulo

A construção da cidadania em favelas

A conscientização não pode parar na etapa do desvelamento da realidade. A sua autenticidade se dá quando a prática de desvelamento da realidade constitui uma unidade dinâmica, dialética com a prática da transformação.

Paulo Freire

3.1 Cidadania: um conceito e muitos contornos

Quando não se considera a rica e complexa relação entre os seres humanos manifesta na linguagem simbólica das palavras verifica-se uma incongruência dos conceitos, na teoria, na semântica e na prática. Nossa visão de democracia e cidadania está baseada no mundo de 2.500 anos atrás e, portanto, continua vinculada ao contexto em que esta foi concebida. Além de expressar características próprias das práticas particularistas de uma época passada, traz em seu bojo a mesma lógica de representação de interesses de indivíduos, ou grupos específicos em um curto espaço de tempo, buscando efeitos imediatistas. O desenvolvimento da globalização e dos movimentos sociais mundiais trouxe para esses conceitos efeitos que nos obrigam a re-olhar os interesses e perspectivas em questão, de forma a considerar seus impactos estendidos a longos prazos, assim como as suas relações concretas do mundo.

É preciso observar que a cidadania é um tema bastante controverso e está em voga na atualidade. A atenção despertada pelo tema nos faz refletir: o que nos leva a pensar a noção de cidadania? O que ela diz sobre os seres humanos e suas relações neste momento? E, por último, qual é sua contribuição para a vida humana?

Constatamos que, em geral, ao se falar em cidadania, dificilmente se tem claro o que está em discussão. É possível que esta confusão ou falta de esclarecimento seja um reflexo do seu uso indistinto em diferentes contextos e com múltiplas conotações, muitas vezes avessas. Tudo leva a crer, como aponta Gohn (2005), que se tem feito um abuso do termo *cidadania*,

expresso nos seus significados e ressignificados constantes; tanto pelos intelectuais, quanto pela mídia e pela administração pública. Acrescentaríamos também seu uso excessivo e indiscriminado em discursos políticos e ideológicos por parte de governantes e de organizações privadas intituladas socialmente responsáveis.

Essas práticas de “cidadania” a transformaram em uma palavra vazia de sentido, e, portanto merecedora de reconsiderações. Estima-se aqui que o emprego corrente do conceito decorra do seu valor social e não do reconhecimento do significado que esta carrega. Ações sociais para o desenvolvimento da cidadania comumente são bem-vistas, mesmo quando não se tem definido a qual cidadania se almeja.

Em contraposição a este movimento, vemos surgirem novas discussões a respeito da cidadania e críticas ao conceito. Segundo Vieira (2001), encontramos-nos em um momento de “revitalização” da concepção de cidadania. O autor identifica um interesse renovado pela problemática no início do século XXI. Afirma, no entanto, que a grande produção de trabalhos teóricos na década de 1990 não denota necessariamente a existência de uma teoria da cidadania. A seu ver, temos importantes reflexões que contribuem para a composição de um entendimento da cidadania.

Na ampla literatura voltada para o tema, encontramos muitos autores dedicados ao estudo dos empregos do conceito ao longo da história, ou então a utilização da cidadania como qualidade inerente ao seu objeto de pesquisa, como a educação cidadã, tecnologia voltada para o exercício da cidadania; entre outros. O que se observa é que raramente têm a preocupação em delinear os contornos deste conceito. Acresce disso que, os que buscam aprofundar-se nesses méritos, em geral concentram-se em uma reflexão sem o esforço de tecer um diálogo com as pessoas, os cidadãos, comumente chamadas de atores ou protagonistas da sociedade civil (GOHN, 2005; NAVES, 2005; RUSCKINSKY, 1999, SINGER, 2005; VIEIRA, 2001), sujeitos da prática da cidadania no dia-a-dia. Um exercício fundamental para quem busca conhecer os meandros da vida e se dispõe a percorrer a trilha da construção da cultura solidária e cidadã.

A categoria *cidadania* apresenta a ambigüidade de fazer parte de universos culturais tão diferentes e de códigos sociais distintos. Daí a importância de não sufocar as nuances da experiência com uma teoria postíça e também de não cair nas armadilhas de aceitar o discurso

dos protagonistas como verdade irrefutável, sem qualquer ponderação crítica com base nas obras de fundamentação. Requer uma reflexão dialética entre observação e ação.

Escutando Dona Ana e Raquel percebe-se que não há um entendimento por parte de muitas pessoas do que seja cidadania. “Não sei. Não entendo, deixo por isso mesmo”, diz Dona Ana. Raquel atribui a sua incompreensão à falta de conhecimento: “você acredita que eu não entendo essa palavra cidadania até hoje?! Eu não consigo entender. O que é isso? É uma pergunta que ficou dentro de mim desde que eu a ouvi pela primeira vez. Até hoje eu fico me perguntando. [...] Acho que é falta de conhecimento...”. A reação à pergunta em geral era de acanhamento e surpresa. Uma depoente arregalou os olhos e completou com um “xiiiiiiii”, como que querendo dizer: não sei lhe responder. Estas respostas indicam que seu uso não é amplamente disseminado como se pensa e que existe uma lacuna a ser preenchida até que esta seja incorporada à vida dos sujeitos, mesmo que suas práticas já sejam, aos nossos olhos, cidadãs. É necessário que estes também se reconheçam como tal para que a cidadania se legitime. Pode ser também que esta dificuldade de apreensão do sentido do termo represente um indício de que o movimento de resgate da cidadania seja relativamente recente e, por isso, tenha mais expressividade na narrativa dos jovens. Expressão despontada no fato de que, de todos os entrevistados, apenas os mais velhos não se sentiram à vontade em falar da sua concepção de cidadania e alguns, como Dona Ana, Sr Pedro e Raquel, não se arriscaram a defini-la, por mais que tenhamos reforçado que não existe uma resposta correta e o que o queríamos, na verdade, era a opinião deles. Aos 72 anos, Sr Pedro alega não saber do que se trata e ensina que a cidadania é um novo aprendizado para ele: “Eu não sei direito. Não adianta falar porque eu não sei. Eu não tenho idéia. Hoje, com a idade que se tem, não se pode pôr tudo na cabeça. [...] As coisas mudam muito e é difícil colocar tudo na cabeça”.

Os mais jovens, no entanto, apresentam uma perspectiva diferente, mais firme e delineada, demonstrando mais familiaridade com o tema. Vera é ainda mais incisiva para retratar a inserção da cidadania em suas vidas como um fenômeno contemporâneo e que por isso, de pouco domínio popular: “o meu filho é que fala muito de cidadania [risos]. É melhor eu não tentar te explicar”. Após lhe relembrar que o que nos importava era a sua visão pessoal, ela considera que: “cidadania é um grupo que apóia [as pessoas], que busca trabalho, busca aconselhar, e encontrar uma estrutura para outra pessoa, [principalmente] adolescente, quer fazer algo por alguém”. Percebemos que ao concluir seu pensamento, a depoente revela ainda certa insegurança em relação à sua resposta. “Acho que cidadania é isso. Sei lá. Michael

[seu filho] é que entende [disso]”. A importante contribuição dos depoentes mostrou, como se verá adiante, que a incongruência do termo não é decorrência tão somente do seu mau uso, mas também do fato deste ser depositário de inúmeras e diferentes concepções, muitas vezes difusas e abstratas demais para fazer com que a cidadania seja reconhecida como elemento integrante de nossa vida cotidiana. Em função disso, apontamos para a necessidade de (re) construir uma percepção de cidadania menos imperfeita e destacada do cotidiano das pessoas daquela que encontramos hoje. E, portanto, faz-se necessário percebê-la como um conceito em mutação e enraizado no diálogo e nas práticas humanas. Devemos considerar que, apesar de possuir sentidos plurais, é possível identificar pontos convergentes entre as perspectivas apresentadas pelos autores estudados e os ensinamentos colhidos na pesquisa de campo. Examiná-los permite, talvez, rever e completar as leituras que foram propostas, contribuindo para a construção de novos entendimentos a respeito do assunto.

3.1.1 Pilares da cidadania

Lançamos um olhar sobre o conceito nascido e desenvolvido no mundo ocidental. É grande a lista de autores que sustentam a cidadania como sendo uma acepção geograficamente localizada e circunscrita, e por isso influenciada por organizações sociais peculiares; citamos, pela sua importância, Carvalho (2004), Funari (2005), Gohn (2005), Guarinello (2005), Karnal (2005), Pinsky (2005a, 2005b), entre outros.

As leituras de alguns autores que buscaram no legado dos hebreus as bases para sua compreensão, nos levaram da concepção clássica nascida na pólis grega, passando pelo mundo romano até encontrar as novas significações atribuídas pelo cristianismo e sua repercussão nas revoluções francesas e americanas do mundo moderno. Acompanhar essa incursão na história da cidadania nos permitiu conhecer o caráter dialético da cidadania que desejamos ressaltar aqui.

Lembramos, porém, que não é nosso intuito traçar a origem histórica da palavra, mas estabelecer referências conceituais que permitam guiar nosso esforço de construir uma formulação mais rica e enraizada da cidadania no contexto estudado.

Guarinello (2005) constata que é um equívoco pensar a cidadania por meio da conjuntura política e social do passado, como a realidade greco-romano, por exemplo.

Podemos inspirar-nos em sua filosofia e seus ideais de democracia, participação popular nos destinos da coletividade, soberania do povo e de liberdade do indivíduo, sem perder de vista que são ideais concebidos de formas distintas e por isso vividos de um modo que hoje nos dão a impressão de falsos e idealizados.

O autor esclarece que o termo cidade-estado não pode ser confundido com nossa compreensão atual de cidade. Argumenta que eram associações de proprietários privados de terra que, unidos, formavam comunidades camponesas. Resultaram do fechamento gradual de territórios agrícolas que se estruturaram paulatinamente como comunidades que defendem coletivamente suas terras, excluindo a participação dos estrangeiros - definidos como aqueles que não têm acesso a terra - e por isso, não-membros. Conseqüentemente, a cidadania antiga era estabelecida por posse de terras e passada de geração em geração através de vínculos de sangue e nada tem a ver com a integração ao espaço público da cidade.

Veremos mais adiante como o senso de pertencimento da comunidade continua sendo uma base importante da cidadania. No entanto, hoje esta se pauta principalmente na qualidade de se sentir útil e importante através da contribuição às pessoas e ao mundo. O pertencimento à comunidade distingue-se, por isso, desta cidadania, vista como privilégio, zelada por meio de registros escritos e na qual se encontravam somente os indivíduos considerados plenos e livres, detentores de direitos e garantias sobre sua pessoa e seus bens. Certamente a percepção de pertencimento comunitário e de cidadania seguiram diferentes rumos desde então. Resta assinalar que o desenvolvimento de formas mais abertas de participação no poder - denominadas pelos antigos de *democracia* - também eram discriminatórias, pois se voltavam apenas para a população masculina cidadã. Sabemos que representou, tanto quanto a noção de cidadania, uma experiência importante de participação direta no poder das diferentes camadas sociais, independente da riqueza ou posição social, porém com a ressalva de que ainda deve ser considerada uma participação restrita e excludente.

Com relação a essa visão, Zeron (2005) reforça que o direito equivalia a um patrimônio pessoal. Era, deste modo, uma posse assentada em três fontes de direitos válidos somente para os homens - no masculino, são elas: a liberdade, a cidade (conseqüentemente a cidadania) e a família. Assim, cidadania reporta-se à condição reservada de quem pertence a uma cidade e sobre ela tem direitos.

O conceito constituiu-se, assim, dentro de regras de pertencimento legítimo a uma “comunidade cidadã”. Forjou-se num processo brutal de exclusão interna, principalmente à medida que crescia a complexidade da organização social. Desta vivência de cidadania nasceu a distinção entre cidadãos comuns¹² (povo) e cidadãos plenos¹³ (patrícios/oligarcas/aristocratas/elites). Pressupõe a existência de um corpo originário de cidadãos juntamente com aqueles membros honorários - cidadania concedida como homenagem a um personagem de destaque ou retribuição de um favor feito para a coletividade - em oposição a estes, os estrangeiros domiciliados, escravos e outros indivíduos que compunham as comunidades subalternas. Os subalternos, em um primeiro momento, participavam da sociedade com seu trabalho e recursos, mas não se integravam ao grupo de cidadãos (população não-cidadã). Ao se tornarem cidadãos comuns, passaram a ter acesso aos direitos garantidos pela lei, mas na prática estavam destituídos do exercício de alguns direitos, que se tornaram privilégios restritos à elite. Carvalho (2004), entre outros autores, utiliza-se da designação de cidadania “incompleta” para se referir àqueles que não são titulares de todos os direitos. Guarinello (2005) e Karnal (2005, p.144) assinalam que:

o termo cidadania foi criado em meio a um processo de exclusão. Dizer quem era cidadão - ao contrário de hoje, em que supomos tratar da maioria - era uma maneira de eliminar a possibilidade de a maior participar, e garantir os privilégios de uma minoria. Admitir o conceito de cidadania como um processo de inclusão total é uma leitura contemporânea.

Esta observação só vem reforçar a coexistência da idéia de cidadania como um dos direitos universais - estabelecida com a criação moderna dos Estados-nação - com a cidadania como pertencimento a grupos de elite estabelecidos nos limites de um Estado em contraposição a grupos estigmatizados (etnia, raça, classe, gênero, etc.), isto é, uma concepção discriminatória, que denuncia a existência da *subcidadania*; emprestando o termo de Souza (2003). Para nós, significa que o discurso predominante de direitos universais não tem uma proposta de concretização efetiva enquanto seus valores não forem vividos e enraizados no cotidiano.

¹² Cidadãos comuns são considerados detentores dos direitos básicos: direito de recorrer dos abusos de autoridade e amplo acesso à informação dos direitos.

¹³ A cidadania plena, ou cidadania estendida (GOHN, 2003) vista como o conjunto da liberdade, participação e igualdade é um ideal desenvolvido no mundo Ocidental. Alguns autores, como Carvalho (2004) e Vieira (2001), defendem que não se pode negar que esta continua servindo de referencial para analisar a qualidade da cidadania de um país.

3.1.2 Cidadania vista como direito

A noção moderna de cidadania universal como um direito adquirido no nascimento dentro das fronteiras nacionais mantém suas raízes na noção de pertencimento. Pertencer a uma determinada nacionalidade garante ao indivíduo uma cidadania, ou seja, o exercício de direitos civis, sociais, políticos. A diferença é que estes, a princípio, garantiriam a todos os seres humanos a democracia e a participação dos indivíduos na riqueza coletiva (Pinsky, 2005a).

Um autor de referência no trato do conceito de cidadania vinculado à conquista de direitos é o sociólogo inglês T.H. Marshall. Este teórico observou em sua obra *Cidadania e classe social*, o desenvolvimento dos direitos e obrigações de participação na vida pública ligado à condição de cidadão na Inglaterra a partir do século XVIII e estabeleceu o surgimento dos direitos em uma seqüência cronológica fixa. Com uma tipologia dos direitos de cidadania do século XVIII até o século XX, Marshall delineia três gerações de direito de cidadania: civis, políticos e sociais em um modelo evolucionista. Primeiro surgem os direitos civis (direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade perante a lei), depois os políticos (possibilidade de participar do governo da sociedade, o seu foco está no direito de voto) e finalmente o que ele chama de sociais (participação na riqueza coletiva: educação, trabalho, salário justo, saúde, entre outros, como garantia da redução do excesso de desigualdade). Sua visão pauta-se no enfoque estatal da esfera pública, no qual a cidadania cumpre o papel de elemento de mudança social. “A expansão de direitos corresponderia primeiramente ao fortalecimento de direitos previamente adquiridos, e também à incorporação de novos grupos ao Estado” (Vieira, 2001, p.42).

Esta concepção tornou-se exemplar no trato do tema da cidadania. A acepção moderna continua a retirar dela inspiração ao designar cidadania como o conjunto de membros da sociedade que têm direitos e têm a obrigação de seguir as práticas legais constituídas. Nela, encontramos ainda o caráter exclusivista de cidadania assentado na idéia de concidadãos do mesmo Estado, distinguindo cidadania como status legal. Cabe aqui o seguinte questionamento: se existe um modelo único no qual podemos espelhar a categoria da cidadania dos Estados, sem nos restringir à definição de discrepâncias fundamentais do desenvolvimento das etapas do modelo proposto por Marshall, por que existem tantas (in)definições da própria categoria *cidadania*? Será que essa referência seqüencial criada na

Inglaterra não resultou da determinação de uma lógica própria à natureza do processo histórico inglês, e, portanto, incapaz de falar da cidadania praticada em outros lugares do mundo? Acreditamos que a identificação do processo histórico pode ser feita como o conhecimento da história de um país, sem o reducionismo de uma análise comparativa da “evolução” desta com o modelo inglês, mas alicerçado na observação interessada da vida cotidiana da população desta nação. Para nós, é fundamental o estudo de pequenas dimensões da construção da cidadania, como o caso da favela Estrela do Norte. Essa perspectiva nos permite ver que não existe tipificação única do cidadão. Na verdade, o que encontramos é uma diversidade de cidadãos brasileiros que carregam imaginários distintos do que seja cidadania e suas práticas no país.

O universo de significação dos moradores com quem conversamos parece se constituir com base no preceito do direito. A indicação da cidadania como conjunto de direitos e deveres é reiterada em diversos momentos pelas observações de Marcos, João Paulo, Marta, Aninha, Ricardo e Vicente. Marta disse em dado momento que para ela é “ter dignidade, direito de ir e vir, poder estudar. É ter uma profissão legal e dar o melhor para os meus filhos. É conseguir conquistar meus sonhos. Para mim isso é [o que significa] essa palavra que você falou [demonstrando uma dificuldade em pronunciar a palavra cidadania - quem sabe pelo pouco uso desta.]”. Em outro depoimento, ouvimos de Aninha que:

cidadania, para mim, é eu me impor na sociedade, ter os meus direitos, ver respeitados os meus direitos e ver que eu sou uma cidadã. Isso é cidadania. Mas, para muitos, está passando despercebida essa questão de cidadania, de saber o que é cidadão, quais são os seus direitos e quais são seus deveres dentro da sociedade.

João Paulo atesta que não é uma resposta fácil de responder, mas afirma, em seguida que “cidadania é você saber que tem regras, tem leis e também saber que você tem direitos. É você saber o que você tem de direito e saber o que tem de dever”. Deve-se sempre ter em mente que a cidadania desenvolveu-se até o momento dentro do fenômeno histórico denominado Estado-nação, como uma conquista de uma luta política nacional. Nesse contexto, o sentimento de cidadania é construído à medida que os indivíduos se sentem integrados ao seu Estado. Nota-se que o motivo que leva as pessoas a se sentirem integradas é variável, o que não retira a importância do sentimento de vínculo. Muito embora a cidadania enquanto direito esteja contemplada no Estado-nação, é preciso ressaltar que essa forma de organização política e social implicou em restrição do espaço público como espaço de participação. O enfraquecimento ou, em alguns casos, desaparecimento da participação

política foi uma decorrência desta restrição, provocando mudanças no caráter da cidadania. O estatuto de cidadão deixou de ser fonte potencial de reivindicações para ser apenas fonte de direitos a serem exigidos em função do pertencimento a um território geográfico de um Estado (esta caracterização de cidadania implica em diferentes políticas de imigração - *jus soli* e a *jus sanguinis*).

As palavras de Ricardo ainda fazem uma crítica à falta de compreensão dos direitos e um enfoque apenas nos deveres, denunciando a existência de uma educação nos deveres:

É mostrar para o 'cara' [a pessoa] os direitos e os deveres que ele tem como cidadão. O direito de cobrar, o direito de seguir algumas coisas que estão escritas que realmente são para serem seguidas. Mas que o mais importante de tudo é você ver os seus direitos, que é onde mais se peca. A gente aprende muito o dever. O dever a gente aprende. [...] Agora, se um policial te aborda e te trata mal, você nunca sabe os seus direitos. Quando eu fui abordado - faz tempo que não acontece, mas uma vez aconteceu assim: o cara meteu a mão na minha mochila e foi abrindo. Eu falei para ele: 'Não, se o senhor quer que eu abra a mochila e mostre para o senhor, eu mostro, mas não mete a mão na minha mochila porque o senhor não está me pegando fazendo nada de errado'. Por incrível que pareça, ele aceitou - eram sete horas da noite, não era de madrugada. [Se fosse] de madrugada eu não sei se eu iria querer ver tanto os meus direitos. Você sabe que de madrugada o negócio é mais feio.

Então, do exposto acima, depreende-se que há uma valorização do direito no discurso, mas na prática é mais difícil manter-se firme à defesa desses direitos, principalmente quando se trata da coletividade. Além disso, há o reforço da lógica individualista que nos ensina a cuidar de nossas vidas, excluindo dela os laços de organização coletiva, e a usar o direito em benefício particular. Nessa percepção, esquece-se muitas vezes da dependência mútua e do senso de responsabilidade pelo outro. Retomando o exemplo de Ricardo, ser tratado como alguém que está à margem dos direitos humanos certamente não contribui para a mudança social, uma vez que leva à inferiorização e humilhação do ser humano.

Hannah Arendt (1995, citado por Vieira, 2001) nos adverte que a perda do espaço público e, conseqüentemente, da associação política, e a preocupação com a coisa pública (*res publica*) é uma das maiores características de nosso tempo, associadas ao domínio do mercado e do interesse econômico individual. A autora identifica neste processo de oclusão do político, uma transformação do espaço público no qual os indivíduos não mais agem como seres políticos dotados da capacidade de interferir no destino comum para se comportar como produtores, consumidores e moradores urbanos.

O descrédito no poder e na autonomia dos indivíduos ganha voz com Ricardo: “A grande maioria aceita [a situação das coisas]. Dizem: ‘isso sempre foi assim e você não vai mudar nada rapaz; não dá’. Eu acredito que dá para mudar, porque muitos jovens estão mudando. Muita coisa está sendo mudada”. Ao mesmo tempo em que toca na questão da falta de reconhecimento do poder de mudança de alguns, ele defende a força presente em muitas atitudes, principalmente dos jovens. Sua crença nas pessoas é reforçada pela percepção de que existe esse movimento de resistência no mundo. A questão da participação é intrínseca à existência humana - demonstra que as pessoas sozinhas não se bastam (SENNETT, 1978) e que são todas imprescindíveis ao mundo. Por outro lado, nossa cultura política nos afasta dos espaços públicos de poder e decisão. Não apenas pela sua estrutura e forma de funcionamento, mas também por passar-nos a imagem de não sermos “capacitados” o suficiente para integrar esses circuitos do poder. Muitas vezes, a descrença na potencialidade individual e o medo de um possível “vexame” são confundidos com desinteresse. Isso não significa que o descaso inexista. No entanto, é alarmante ver, como na entrevista de Vera, que existe medo de tomar parte em ações políticas: “o povo pode ir ao Congresso. O povo pode visitá-lo a hora que quer. O povo tem direito de ir lá. O povo não vai. O povo tem medo”. Quando lhe perguntamos a que tipo de medo ela se referia, sua resposta foi sincera e desconcertante ao retratar o sentimento de humilhação que comumente perpassa a pobreza: “sei lá. Muita gente se sente humilhado, se sente pequeno para eles [os governantes]. A força estaria, segundo Vera, na ação coletiva. Ressalta, porém, que para a mobilização comunitária aconteça é preciso que as pessoas passem a acreditar no seu potencial de transformação. Só assim elas podem caminhar em conjunto:

Eu não me sinto adequada. Eu não sei o que eu vou resolver lá. O que vou fazer lá? Escutar eles falarem e decidirem coisa errada e não poder opinar, não poder fazer nada? Se você der alguma opinião é arriscado ser expulsa de lá; como acontece com vários estudantes e com várias pessoas quando começam a correr atrás de algo que querem. É por isso que eu não vou. Eu acho que a palavra é do povo, quando se é um grupo grande, eles escutam mais do que a palavra de uma ou duas pessoas. Então, tem que ter aquele grupo que corre atrás. Você não está indo atrás do que é deles. Mas até todo mundo acreditar nisso, até eu mesma... Tem hora que eu desacredito [ela que se vê como pessoa otimista e batalhadora], imagine as outras pessoas!

Quando perguntamos sobre a possibilidade das pessoas auxiliarem o trabalho do governo, apenas Vera e Sr. José Evandro demonstraram incredulidade. Para Vera, ao pagarmos nossos impostos já estamos dando nossa contribuição. Além disso, constata - apoiando-se em um ditado popular - que “o povo, por mexer muito, vai acabar destruindo. Dizem que panela em que muito se mexe, acaba não prestando. É por isso que está desse jeito.

Porque tem muita gente mexendo e poucos fazendo”. Sr. José Evandro complementa que, além dos impostos, o povo ajuda com seu trabalho - às vezes insuficiente para aplacar a fome - e, portanto é o governo que tem que ajudar.

Não pode [ajudar] porque aqui a turma ganha pouco. O salário é mais baixo. A gente já paga conta de luz, de água; já faz compras. Então, eles já tiram o imposto da gente. E a gente ganha pouco. Se ficar gastando é ruim para o peão, ele vai ficar passando mais fome ainda. O governo é que tem que ajudar a gente. Ajudar com emprego; dando mais emprego para quem precisa. Tem muita gente desempregada. E quando se aposentar [também] deve dar um ajuda.

Quando não tem governo para ajudar, “só Deus”, diz o morador, revelando a importância da fé como força e guia em sua vida. Além da fé, o pé firme no trabalho aparece novamente como meio de contribuir para a sociedade.

A idéia do governo como fonte geradora de trabalho está presente nas falas de Dona Ana, Joana e Marta. Esta última afirma que “se eles [os governantes] dessem mais oportunidade para o povo... Tem tanta gente desempregada, cada um sabe fazer alguma coisa. Se tivessem mais oportunidades, eu acho que daria para todo mundo fazer algo para ajudar o próprio país”. A fala de Dona Ana aponta para o trabalho como instrumento de troca entre o governo e o povo brasileiro, os primeiros receberiam auxílio para desempenhar suas atividades enquanto a população se beneficiaria recebendo recursos para se sustentar; ou apenas recebendo a oportunidade de fazer trabalho voluntário.

Se o governo abrisse, por exemplo, uma escola aqui na Estrela do Norte e dissesse ‘preciso de voluntários para trabalhar nessa escola e vou dar uma cesta básica, ou então um salário mínimo’. Porque a pessoa também tem que comer e viver. Eu acho que ia ter espaço para as pessoas e para quem quer ajudar também [voluntariamente].

Santos (2005) fala-nos sobre a complexa relação entre subjetividade, cidadania e emancipação. Segundo a sua análise, apresentou-se no fim do século XX, para a sociedade ocidental como um todo, uma ideologia baseada no princípio da subjetividade respaldada pela teoria liberal. Inscreve-se, a partir de então, a visão de liberdade e autonomia dos indivíduos pautada exatamente no fato de estarem isentos da participação nas atividades do Estado. Nesse sentido, a participação política restringe-se ao ato de votar e a cidadania torna-se um elemento regulador e estatizante da modernidade, ou seja, engloba a cidadania civil e política no exercício do voto, excluindo outras formas de participação.

Ruscheinsky (1999) compartilha dessa imagem ao definir o presente momento histórico como um período em que se verifica um *refluxo de direitos sociais e de reversão de cidadania*, expresso especialmente através das reformas sociais. Segundo o autor, os anos de lutas e conquistas parecem dissipar-se em uma sociedade guiada pelo ideário liberal em detrimento da ótica da participação, cidadania, identidade e memória. Acreditamos que não é possível fazer uma aplicação da sua análise teórica sem comprometer a nossa perspectiva da diversidade de produção da noção de cidadania realizada em conjunto pelas diferentes práticas sociais. É desconsiderar a cidadania como elemento integrante da formação da identidade social e retirar seu alicerce nas atividades referentes à construção do espaço social compartilhado.

3.2 Cidadania, na teoria e na prática

Para uma crítica da atuação da sociedade civil em favor de uma cidadania política ativa é interessante perceber que a concepção participativa volta a ser apreciada como um dos princípios basilares da cidadania, ao lado do direito. Desde o século XVIII, com os iluministas, retomou-se o ideal de cidadania participativa assentada na noção de responsabilidades comuns. Difunde-se a crença no valor da sociedade civil - principalmente depois da revolução francesa e independência americana - como protagonista da solução dos problemas sociais.

A perspectiva do ser humano como dotado do poder de modificar a sua vida e a sua realidade através da educação veio com o racionalismo no século XVIII e com ela modificou-se a concepção do que é ser cidadão. Passa a ser uma qualidade adquirida por meio da consciência. Tal mudança suscitou a possibilidade da população ser considerada como sujeito político relevante.

Vemos então, outra faceta desenhada pela liberdade e autonomia conquistada pelos indivíduos de nosso tempo: a afirmação do valor intrínseco da participação política na esfera pública como fonte transformadora de virtudes democráticas e de civilidade. Ao lado do distanciamento do espaço público percebemos uma renovação da cultura solidária e da dedicação a questões referentes ao bem comum. Esta passa a conviver em embate constante com a lógica capitalista.

O poder humano de provocar mudanças é reconhecido tanto na figura dos sujeitos individuais quanto nas coletividades. O curso da modernidade atribui este poder aos atores sociais inseridos na sociedade civil ou nas instituições sociais, recuperando a perspectiva da participação popular e da cidadania. Cenário oposto às costumeiras formas privadas de sociabilidade - como clientelismo e o mandonismo - modelo de construção de relações desiguais, principalmente no Brasil.

O exercício da cidadania relaciona-se com um projeto democratizador e modernizador da sociedade, com uma maneira de compreender o mundo, julgar os atores em conflito, analisar o perfil das lutas sociais, criticar os empreendimentos equivocados, aceitar ou recusar as instituições políticas e sociais (RUSCHEINSKY, 1999, p.7).

Para elucidar a visão da cidadania participativa, faz-se necessária uma compreensão viva, colhida nas conversas com os entrevistados. Nestas, a cidadania aparece fortemente como sinônimo de ajuda e união; a possibilidade de poder contar com o apoio do próximo. Este aspecto foi ressaltado tanto por Adriana, Dona Marlene, Vera, Sr. José Evandro, quanto por Vicente, Marcos e Joana. Transcrevemos aqui trechos desses depoimentos:

“Cidadania” - diz Adriana – “é a pessoa fazer um pouco por ela e pelos outros. Ajudar as pessoas, mas sem invadir o espaço delas. Respeitar cada um do jeito que é e tentar ajudar. Hoje, as pessoas não querem ajudar, elas tentam te mudar. Querem porque querem que você faça o que ela faz. Seja o que ela é.”

“Cidadania” - afirma Joana – “é, para mim, a pessoa trabalhar em conjunto com outras pessoas, [incluir] mais idéias ali, passar as suas idéias para outras pessoas.”

“Eu me acho uma pessoa cidadã” – conclui Vicente. “Não na questão de cumprir leis e ordens, mas nesse fato de ajudar ao meu próximo. Já é fazer cidadania.”

Note-se que a acepção dos depoentes remete à construção coletiva da cultura solidária. Viver e aprender em conjunto, seja através de gestos cotidianos ou movimentos sociais organizados, e dessa forma ser co-partícipe da história da comunidade.

É oportuno frisar que esta concepção de cidadania está arraigada nas práticas de cooperação, como demonstra Dona Marlene:

A cidadania é isso que eu vejo nas nossas reuniões [da comissão de moradores], é ‘um’ se preocupando com a dificuldade do ‘outro’. Se eu não posso ajudar, eu tenho condições de achar outra pessoa que pode me ajudar a ajudar aquela pessoa. Então, ‘um’ vai comunicando para o ‘outro’.

Essa compreensão é reforçada por Sr. José Evandro: “a cidadania é o povo ter união. Os moradores daqui têm cidadania, têm união com os outros moradores, com quem chega

aqui e com quem aqui passa. Sabem acolher a pessoa, sabem defendê-la. É, cidadania, lógico”. O depoente ensina que a prática da cidadania é uma forma de valorização do espaço de habitação e das pessoas com quem convivemos. É também o estabelecimento de laços de amizade: “porque dá valor para o lugar em que a gente mora. A união é uma pessoa estar com a outra, ter amizade, ajudar nas coisas que precisam: a fazer as pinturas, cortar o mato... É assim.”

A condição solidária da cidadania, que nos leva a incluir um olhar para o próximo é um trabalho em constante elaboração e sempre requer dedicação e aperfeiçoamento. Há muito a se fazer nessa direção. Talvez seja isso que Marcos queira dizer quando afirma:

Eu acho que é por falta da cidadania que a cidade está do jeito que está. Hoje se a gente vê uma pessoa caída no meio da rua, a gente pensa... ‘alguém vai passar e ajudar, mas eu vou passar direto’. A grande maioria pensa assim, e é por isso que está do jeito que está.

Ao perguntarmos sobre seu conceito de cidadania, o morador remete à comunhão entre os homens e à boa convivência em sociedade. No entanto, não deixa de associar a idéia de cidadania também à noção de direitos, ao rememorar uma injustiça sofrida:

Eu perdi o documento da minha sogra uma vez e eu fui à delegacia para fazer o boletim de ocorrência. Parecia que eu era o bandido. Trataram-me super mal. Se eu tivesse o direito de reclamar, eles não fariam isso comigo. O pessoal fala muito na televisão que “se você não votar, você não pode reclamar”. Isso é conversa fiada. Quem vota é que não pode reclamar. Quem não vota é porque já está revoltado de tanto reclamar. Isso é conversa, eles não me enganam com esse papo. [...] Mas a gente tem que fazer a nossa parte, esperar só pelo governo não dá. Aí é que está, se a cidadania das pessoas existisse, a gente estaria bem melhor do que estamos quando esperamos pelo governo. Bem melhor.

Sua fala revela muitas nuances da percepção de cidadania: algo construído coletivamente na voz do “nós”, mas que transcorre em paralelo com ações individuais na pessoa “eu”. Uma conquista que está vinculada ao trabalho do governo, mas que demanda participação dos cidadãos; uma participação que não se delimita à escolha de um candidato na época das eleições. Podemos perceber que a cidadania apresenta articulações de sentido no plural - por meio de ações coletivas - e no singular com práticas individuais, movimentos que se entrelaçam na prática.

O retorno às formas de organização solidária e participativa se deu principalmente pelo fracasso do projeto do estado do Bem-Estar Social e a crise dos Estados-nação (CARVALHO, 2004; GOHN, 2003 e 2005; NAVES, 2005; VIEIRA, 2001; entre outros). Um movimento que

retoma o significado e valores da coisa pública, estruturando novos espaços de participação popular na gestão da coisa pública em diversos municípios brasileiros. Para Gohn (2003, p.18), isso representa “ensaio de transformações na cultura política vigente, e na relação Estado-cidadão”. O surgimento de espaços de participação do poder decorrente da crise da representatividade do poder estatal é preenchido por indivíduos e entidades relativamente autônomas organizadas sob a denominação de ‘sociedade civil’. Quando a política deixa de ser o caminho para os direitos, é natural que surjam novas formas de organização na sociedade civil que dêem conta dos interesses da população em busca de respostas às questões sociais específicas. A cooperação social dentro de uma cultura solidária surge, nesse contexto mais amplo do capitalismo global e do Estado mínimo, como uma alternativa e, ao mesmo tempo, como uma semente de esperança de futuro mais humanizado.

Essas mudanças na estrutura de participação do espaço público são percebidas também pelos cidadãos. Ricardo observa que a ineficiência do Estado está abrindo espaço para a sociedade civil: “a cidadania que eu vejo são os direitos básicos do cidadão de comer, ter educação e saúde. Eu acho que como o Estado não consegue fazer esse papel, cabe a nós, a sociedade civil, tomar a frente e contribuir com algo para o nosso povo. Acho que a cidadania é isso”.

Quando existe um, projeto ético, uma convicção moral, o envolvimento deixa de ser apolítico, consolidando-se como forma de construção da própria sociedade, num espaço de ausência do Estado, bem como quando uma nova racionalidade se inventa (RUSCHEINSKY, 1999, p.221).

Nesse contexto, apontamos também para o fortalecimento dos vínculos religiosos como origem do sentimento de pertencimento e de necessidade de participação social. A religião, juntamente com as organizações baseadas no parentesco e nos laços comunitários, é denominada de forma tradicional de ajuda e pólo de união social. Hoornaert (2005) sugere o cristianismo como articulador da cidadania, uma vez que o concebe como um elemento de participação e integração humana. As comunidades cristãs criaram uma rede associativa entre as populações marginalizadas desde os primeiros séculos do império romano. Na época representavam uma luta organizada pela cidadania *avant la lettre* dentro da sociedade romana. As leis romanas permitiam que formassem associações, denominadas colégios, confraria ou confraternitas, corpos fundamentalmente democráticos no seio de uma sociedade patriarcal e piramidal. O caminho era formar grupos capazes de disseminar uma nova forma de pensar baseada na lógica comunitária e solidária. Os cristãos começaram pelo serviço de

hospitalidade aos estrangeiros, enterro de falecidos, apoio em caso de doenças, serviço de visitas aos presos - trabalhos que se realizam dentro de um imaginário religioso a favor da cidadania. “No mundo escuro em que vive o escravo, a religião é a única luz, a última trincheira de luta, o último recanto da identidade” (idem, p.91), a partir do qual nasce o sentimento de pertença, dignidade, identidade social e cidadania.

Avritzer, Recamán e Venturini (2004) estabelecem uma divisão entre as modalidades de associações na cidade de São Paulo: as de cunho religioso e as populares. 51% dos participantes ativos paulistanos estão vinculados a organizações religiosas. Essa demarcação é decorrente da predominância de objetivos religiosos na participação social. De acordo com os autores, este é um elemento característico do associativismo no Brasil. A predominância do associativismo religioso é explicada por diversos fatores. Dentre eles, destaca-se a capacidade de mobilização de recursos dessas entidades e a motivação espiritual na integração ao trabalho. Grande parte dos entrevistados na pesquisa realizada pelos autores afirma que é uma forma de expressar sua espiritualidade e se aproximar de Deus. Apesar do objetivo declarado da grande maioria ser trazer benefícios para a comunidade, a religião é um meio para que este objetivo se realize. Um ponto em comum encontrado também em alguns de nossos depoimentos.

Ao discorrer sobre quais seriam os deveres do cidadão, Aninha volta-se para a religião. “Vou lá para a religião: respeito ao próximo, ajudar o próximo, compartilhar com o próximo. Esses são os deveres”. Agora, em relação aos direitos, ela cita: “ser atendido pelo próximo, ser ouvido pelo próximo. Ser notado dentro da sociedade como ser humano e não só como mais uma peça do jogo de xadrez”. Notamos que a sua concepção de direitos não inclui uma visão de cidadania como mercadoria, mas como um resultado da ação humana solidária. Não apenas no que tange aos direitos, mas aos deveres.

Naves (2005) acredita que dificilmente retornaremos à antiga concepção do Estado como provedor de grande parte dos serviços e políticas públicas por meio de serviços contratados. Mas para o autor, isso não significa que o poder público deixe de ser responsável pela vigência dos direitos elementares da cidadania.

Inspirando-se em Durkheim, Vieira (2001) defende que a cidadania não se limita somente a sanção de leis, mas centra-se na *virtude cívica*. Nesta percepção, o espaço de

virtude cívica torna-se terreno fértil para o surgimento da sociedade civil. É nela que buscamos conhecer o dia-a-dia da vida solidária e cidadã em contraposição à referência de sociedade civil formulada por alguns autores, entre os quais citamos Gramsci como figura fundamental, na qual esta tem o papel de proteger os indivíduos dos abusos estatais e do mercado capitalista.

Essa nova relação Estado-cidadão, no qual o indivíduo se vê imbuído do poder e da responsabilidade de ajudar nas tarefas voltadas para o bem público é evidenciada nas narrativas dos moradores da Estrela do Norte. Uma entrevistada ligava a ajuda ao governo à questão da preservação do espaço público e à atitude de buscar soluções comunitárias para algumas questões locais:

No caso da prefeitura, se eles têm algo, vamos supor esse prédio. Ele é público. Então, o que tem que fazer? Não podemos quebrar aquilo, porque é o governo que está ali. Mas ele não está olhando só para ele, ele está governando tudo; o todo. Então, a população tem que fazer o quê? Ajudar. Como ajudar? Não estragar aquilo que já existe. Vamos conservar? Vamos. Eu acho [que podemos convidar as pessoas] ‘vamos fazer o mutirão para fazer tal coisa’ - senão vai estragar até [o poder público conseguir] chegar aqui. Antes que isso aconteça, se a gente pode ajudar, vamos ajudar também.

A fala de Marcos complementa a visão de Dona Marlene apresentada acima, quando este nos diz:

As pessoas podem se ajudar. As pessoas, ao se ajudarem, já ajudam muito o governo. Se eu posso fazer alguma coisa junto com a comunidade, eu não preciso esperar o governo. O resultado é melhor, é rápido e bem mais prático. [Por exemplo] uma lixeira: ‘jogam tanto lixo ali, vamos ligar lá na prefeitura para mandar um caminhão’. A prefeitura manda o sub-prefeito, o sub-prefeito manda [fulano de tal] e tal, tal, tal. Tem todo esse processo que demora às vezes cinco anos. Em vez de ligar para prefeitura, vamos pegar umas quinze, vinte, trinta famílias, ou o que seja. Cada um dá dez reais. Vamos comprar o cimento, o bloco. ‘Ah, o seu Zé sabe fazer’, ele vem e faz. Pronto. Faz-se ali uma lixeira e não precisamos do governo. As pessoas sabem que ali é lixeira, vão jogar [seu detrito] lá. Acabou. Não tem dor de cabeça. Se a comunidade se ajudasse mais, com certeza ajudaria mais o governo.

Sabemos que o caminho não é tão simples assim. Se fosse, o lixo não seria uma questão preocupante na comunidade¹⁴. No entanto, a proposta de associação coletiva na realização de melhorias continua válida e merece ser edificada com determinação. É um convite que deve ser reforçado a cada momento, embora esbarre no constante entrave da situação financeira, material e, às vezes, humana.

¹⁴ A respeito desse assunto, ver capítulo 2.

A concepção dominante de participação cidadã ou cidadania participativa traduzida nos relatos dos moradores pode ser identificada nas palavras de Vieira (2001, p.73):

A prática da cidadania depende de fato da reativação da esfera pública, em que os indivíduos podem agir coletivamente e se empenhar em deliberações comuns sobre todos os assuntos que afetam a comunidade política. Em segundo lugar, a prática da cidadania é essencial para a constituição da identidade política baseada em valores de solidariedade, autonomia e do reconhecimento da diferença. Cidadania participativa é também essencial para a obtenção da ação política efetiva, desde que habilite cada indivíduo para ter algum impacto nas decisões que afetam o bem-estar da comunidade.

3.2.1 Cidadania e a criação de um espaço público de participação política

No Brasil, cidadania aparece como um dos empenhos realizados para a reconstrução da democracia brasileira com o término da ditadura militar, uma palavra que “substituiu o próprio povo na retórica política” (CARVALHO, 2004, p.7). Nesse sentido, cidadania transformou-se em sinônimo de gente. O auge deste movimento é simbolizado pela nomeação da Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 1988 de constituição cidadã. A cidadania encontra-se logo no primeiro artigo deste documento, que trata dos princípios fundamentais do país. Por conseguinte, é considerada um fundamento do nosso estado democrático de direito, juntamente com a soberania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, e o pluralismo político.

Entretanto, a confiança na democratização das instituições e na reconquista dos direitos como forma de garantir a participação, segurança, liberdade e justiça social foi abalada com o passar dos anos, uma vez que as mudanças ansiadas não se revelavam na prática. O sistema representativo no Brasil abriu espaço para a mobilização da sociedade civil com o intuito de garantir os direitos distribuídos pelo Estado como privilégios. Segundo Carvalho (2004), os benefícios sociais não são tratados como direitos de todos, mas como objeto de negociação de cada organização representante de categorias sociais específicas (saúde, fome, etc.) com o governo desde a sua instituição em políticas governamentais pelo presidente Vargas. Criou-se, dessa forma, uma cultura corporativista do interesse coletivo, arrefecendo a crença na democracia política para resolver as questões da pobreza e desigualdade.

Singer (2005) corrobora as considerações de Carvalho ao afirmar que, com o domínio do neoliberalismo, os valores individualistas passaram a predominar na concepção de direitos; estes se tornaram regalias de certos grupos. Assegura, no entanto, que a acepção privada do direito não eliminou conquistas adquiridas, mas dificulta a conquista de novos. O associativismo cresceu como resposta a esse contexto de retrocesso da conquista dos direitos, permitindo que a vida coletiva fosse cultivada nas comunidades a partir de suas identidades sociais. Sua proposta era romper com o assistencialismo e outras formas de cooperação com o governo. As associações voluntárias vincularam-se a questões de cidadania buscando promover uma sociabilidade solidária com atividades de fins coletivos, passando para a esfera da *prática participativa*. Por isso, os anos 1980 são definidos como a *Era da participação*, isto é, momento que se centralizava na questão dos novos movimentos sociais, com atenção especial para os movimentos sociais populares urbanos (GOHN, 2003, 2005). Na década de 1990 estas passaram a dispor de apoio financeiro da cooperação internacional, organizando-se em ONGs. Nela, vemos a criação de novos espaços de interlocução e de relações entre o Estado e mercado. Segundo a autora, este quadro traz reflexos positivos na cultura política do Brasil, uma vez que coloca a solidariedade “como grande eixo articulatório das ações sociais” (p.9).

Habermas (1976, citado por GOHN, 2003) define os movimentos sociais como espaço para pensarmos as transformações sociais em termos de poder político e estrutura. Gohn (2003) parte desse pressuposto para afirmar que todo esse processo de mudanças experimentado nos movimentos sociais e as relações sociais envolvidas desde os anos 1970 refletem o fenômeno de substituição de ações estruturadas e organizadas em movimentos sociais por redes de parcerias mediadas por ONGs.

A cidadania nos anos 90 foi incorporada nos discursos oficiais e ressignificada na direção próxima à idéia de participação civil, de exercício da civilidade, de responsabilidade social dos cidadãos como um todo, porque ela trata não apenas dos direitos, mas também de deveres [...]. Estes deveres envolvem a tentativa de responsabilização dos cidadãos em arenas públicas, via parceria com as políticas sociais governamentais (GOHN, 2005, p.53).

Tais ações coletivas cooperadas acabam por resgatar trajetórias de outras lutas coletivas. São formas de atuação social que se baseiam na cultura e nas tradições, amálgamas de novos processos e possibilidades, buscando uma redefinição que leva em conta a conjuntura atual, conjugada ao que já foi realizado na história das lutas sociais.

“As associações e os movimentos sociais ampliam o espectro do político, incorporando novos temas na agenda política, desempenhando, assim, papel fundamental na construção do espaço público” (VIEIRA, 2001, p.73). Sua atuação revela o desafio de conceber comunidade política de forma compatível com a democracia moderna e o pluralismo.

Valeria a pena retomar a conceituação de cidadania ativa e passiva, salientada por diversos autores, nesse olhar da cidadania como prática política. A primeira refere-se à possibilidade de atuação política dos homens ou nos seus direitos e deveres ativos capazes de influenciar o poder político em busca da “boa sociedade”, enquanto a cidadania passiva trata dos direitos e deveres legalmente delimitados; constitui uma aceitação passiva dos direitos sem o exercício ativo de responsabilidades e virtudes cívicas. Assim, Janoski (1998, citado por VIEIRA, 2001) realiza um esforço em agrupar as principais perspectivas veiculadas nos dicionários de ciências sociais para chegar à seguinte formulação a respeito da cidadania: “cidadania é a pertença passiva e ativa de indivíduos em um Estado-nação com certos direitos e obrigações universais em um específico nível de igualdade”. Lembramos, no entanto, que a idéia de igualdade como formalidade jurídica ou moral é incompleta; pressupõe um equilíbrio entre direitos e práticas cotidianas. Nesse sentido, igualdade formal pode acabar criando uma desigualdade substantiva. A equidade deve levar em consideração a heterogeneidade e a multiplicidade de visões de mundo.

A partir desses atributos, Gohn (2005, p.30) afirma que se pode distinguir o conceito de cidadania passiva e ativa “numa perspectiva processual e não atribuída, dada *a priori*, naturalizada pelos códigos legislativos”. A definição do conceito se daria, de acordo com a autora, por meio do processo das redes de relações e práticas sociais (econômicas, políticas e culturais) que se articulam e elaboram continuamente suas relações com o Estado e o espaço público.

Vemos, então, a cidadania passiva associada à imagem do habitante da cidade, em outras palavras, aqueles indivíduos que não se envolvem em trabalhos ou ações ligadas a projetos coletivos de transformação do mundo. Ou, como descreve Dona Ana:

Qualquer cidadão que passa na rua. Uma pessoa qualquer. Porque para mim a cidadania... Eu não sei o que é cidadania. Eu acho que é, por exemplo, um amigo que passou ali [passante da viela visto pela janela de sua cozinha]. Ele é um cidadão.

Acreditamos que cidadania não é um termo claro para todos os entrevistados. Houve quem respondeu que os moradores da Estrela do Norte são cidadãos, pois são “todas boas pessoas”. Verifica-se, por essas falas, que a idéia de cidadania não está diretamente associada com o adjetivo cidadão ou cidadã. Além das contradições dentro da teoria e das acepções da palavra, existe, também, uma dificuldade dos sujeitos em reconhecer práticas cidadãs. É surpreendente constatar, inspirando-se em Sandrinha, que há uma dissociação entre a história de quem tem uma participação engajada na comunidade com a autodenominação *cidadão*. A entrevistada assegura que os moradores da Estrela do Norte são cidadãos apesar de não se sentirem assim. “Muitos não se sentem. Para mim todos são. Mas eu noto que as pessoas não se sentem cidadãs”, afirma. Em outro trecho ainda falando sobre o sentimento de cidadania dos moradores, ela revela que “muitos ficam desmotivados, sem saber qual é o seu papel na sociedade” em decorrência da falta da auto-percepção de cidadão como co-responsável pela história do mundo.

Não podemos deixar de mencionar uma faceta de tensão desenhada na questão da cidadania no momento em que indagamos se as pessoas da comunidade podem ser vistas como cidadãs, no sentido atribuído por eles. Muitos defendem que a maioria da população é, apesar de reconhecerem que não se pode generalizar isso. É o caso de Dona Marlene e Marta. Esta última, afirma:

Pelo que eu vejo, sim. Elas lutam pelo seu sonho. Todo mundo aqui. A maioria das pessoas que eu conheço. Eu vejo que lutam pelo sonho. A comunidade é muito boa, mas as pessoas não querem parar aqui na comunidade. Elas estão indo além, estão buscando crescer também. Para um dia poder sair da comunidade e morar num lugar melhor, é lógico. Todo mundo quer isso. Não é só pela comunidade. Então eu creio que todos buscam.

Há de se considerar que muitos buscam a melhoria das condições da comunidade, o que não implica necessariamente desejo de viver ali toda sua vida. A narrativa de Marta nos ajuda a observar melhor essa questão. Outros moradores acreditam que são, mas no passado era uma qualidade mais forte, como Marcos e Adriana.

“Já foram. Antigamente elas eram mais. Hoje em dia, eu acho que as pessoas, ao invés de ajudarem, elas cuidam da vida das [outras] pessoas, comentam [suas vidas]. Não sei se é por maldade. Ao invés delas ajudarem você, elas preferem comentar sobre você a te ajudar. Não vejo mais como era antigamente. Eu acho que antigamente as pessoas eram mais amorosas umas com as outras. Sentavam, conversavam. Hoje em dia já acho que não, hoje em dia cada um aqui faz por si”, conta Adriana.

Essas experiências passadas de união e participação da vizinhança são um fator de referência na fala dos depoentes e mostram uma semelhança com os relatos trazidos por Maria Paula Crepaldi Ferreira (2007, p.39). A pesquisadora conta que os moradores mais antigos do cortiço de Santos “guardam na memória histórias carregadas de emoção vivenciadas ao lado de pessoas ainda presentes no bairro e em suas vidas, e isso confere ao espaço uma carga emotiva forte”. A autora alerta também para os riscos da nostalgia dos momentos de companheirismo e solidariedade vividos resultarem na não identificação com os novos moradores. Essa atitude foi encontrada em diversos momentos, demonstrando aspectos do processo de mudança da comunidade e como a entrada de novos integrantes precisa ser trabalhada pelo grupo. Do contrário, contribuirão para a desintegração dos laços comunitários e o fortalecimento da cultura individualista. A fragilidade dessas relações é exposta nas queixas de que os moradores atualmente são pouco voltados para a comunidade.

“Porque eles esperam muito. Eles poderiam doar mais deles. Tem vezes em que tem tanto homem - quando você passa aí nas portas de bar - tem tanto homem que, se cada um deles fizesse algo por alguém; “Olha, eu posso fazer isso, ou posso trabalhar, dar um dia para ser voluntário na Estrela do Norte, dando um dia para capinar aquele mato que está grande”. Eu acho que isso sim [faria a diferença]. Mas, eles querem muito para eles”, reclama Vera.

Vicente sustenta em acréscimo que “são somente algumas. Cinquenta por cento são cidadãs em relação à solidariedade e aos amigos. E os outros são aqueles famosos “narizes-empinados”, que só pensam neles, só olham para frente, não olham para quem está atrás - mesmo que eles estejam trabalhando numa ONG.

Essas constatações nos fazem pensar a cidadania mais como uma construção intelectual dos estudiosos acadêmicos do que uma intitulação utilizada e reconhecida pelos indivíduos. Não é algo sobre o qual as pessoas comumente refletem, complementa Marcos: “eu escuto tanto essa palavra e nunca parei para pensar nisso. O quê é, para mim, cidadania [então se põe a pensar por um instante]?”.

Isso não significa que não exista uma vivência da cidadania, ao contrário. Muito do que se ouviu e se percebeu durante a pesquisa indica que ela se faz presente na vida cotidiana da população e está integrada à sua cultura. Daí a necessidade de olhar para além da definição dada pelos moradores e mostrar a dificuldade que sentem para expressá-la no campo das práticas sociais. Uma constatação reiterada pelo fato de que todos os depoentes que compartilharam sua definição do termo *cidadania* conosco defenderam, por motivos

diferentes, sua importância na vida das pessoas. Adriana, Joana e Sr. José Evandro remetem à contribuição da cidadania para a construção de boas relações entre os homens. Sr. José Evandro acredita que a cidadania possibilita viver em um “lugar de amizade”. Citou-se também a questão da troca de aprendizado nas relações sociais, como na visão de Adriana.

As pessoas conversando umas com as outras, se entendendo, olhando o problema da outra pessoa, sem fazer um comentário maldoso. Procurando conversar com a pessoa para saber qual é o problema, por que existe, o que acontece na vida da pessoa para chegar naquele problema.

A cidadania como alicerce para o conhecimento dos direitos dos indivíduos e inserção no mundo é retratada na fala de João Paulo: “imagine a pessoa não ter conhecimento que ela tem direito. Ela é bicho do mato para mim. É a mesma coisa que eu morar lá no meio da serra e não saber de nada. É a mesma coisa que me fechar no meu mundinho”. O exemplo dele ilustra bem como a cidadania também é vista como conhecimento para a vida, noutras palavras, como uma formação do indivíduo. Marta diz que é importante “para todos. Para poder escolher o que é bom para si”. A moradora lembra que não se restringe como algo apenas para si, mas para o mundo onde vivemos: “eu creio que tem que fazer parte mesmo da nossa vida, porque a gente já luta tanto para ter um pouco. Então a cidadania faz com que a gente possa ter o direito de votar, ter o direito de escolher e ter uma opinião. Assim, para a cidade mesmo”. Além das qualificações observadas até aqui, é importante reiterar a conceituação de ser cidadão como forma de solidariedade.

“É muito importante. Porque a gente precisa um do outro. Não só fisicamente, mas espiritualmente. Você precisa do outro. Às vezes a pessoa fala assim ‘mas eu tenho tão pouco’, mas esse pouco é muito para aquele outro lá. Esse pouco quando está lá se torna muito valioso para aquela pessoa. Eu vejo a cidadania como uma coisa importante por isso”, esclarece Dona Marlene.

Eis uma preciosa lição: a abertura à cidadania pressupõe uma articulação criativa e emancipadora entre as diversas práticas, saberes e orientações que coexistem nos indivíduos e nas diferentes manifestações culturais. Mais que isso: requer uma disposição para promover, dentro da sua própria experiência de vida cotidiana, uma responsabilidade com o mundo por meio da participação social e política, chamada por nós de participação social cidadã. Para concretizar esse projeto de cidadania é preciso pensar a conquista da cidadania como tarefa coletiva, que se constrói a partir do envolvimento pessoal e coletivo, guiado por um ideal de futuro que se quer.

Na Estrela do Norte, notamos o envolvimento da comunidade na constituição da comissão dos moradores ou então da organização dos mutirões. Ambas são apontadas como

sendo atividades comunitárias, junto com a organização de eventos festivos, isto é, atividades feitas pela comunidade que almejam o bem comum. Verificamos que são múltiplos os entendimentos do que vem a ser a comissão de moradores e qual o seu papel na comunidade. Até mesmo a composição de seus integrantes não é algo certo e definido. Nem mesmo para aqueles que são representantes ativos da comissão, como por exemplo, Dona Ana.

A gente se reúne, existe uma comissão de moradores. Nós somos em cinco, seis, oito pessoas da comissão. Então a gente se reúne e convida a população. A gente discute o que é melhor e o que não é. Como agora, a gente discutiu e chegou à conclusão de que a gente teria que fazer um abaixo-assinado para levar até a Eletropaulo [para conseguir luz na área pública] da favela. A gente está nessa luta agora.

Pela sua fala é possível perceber que é difícil até para quem participa da comissão de moradores citar todos que fazem parte do grupo e que este grupo não pode ser visto como um grupo fixo e nem mesmo constante. Algumas pessoas contribuem para as tarefas que surgem, mas não se definem como membros da comissão, como no caso do Sr. Pedro.

Os depoentes membros da comissão e os “não-participantes” trazem diferentes idéias do que seria o papel da comissão. O ponto em comum colocado por eles é a vontade de ajudar ao próximo, noutras palavras, de estender nosso olhar para além das nossas próprias necessidades e nossos problemas.

“O papel da comissão é, por exemplo, existe a ‘Espaço Centro Social’. Ele é um ponto de encontro para fazer uma reunião de políticos, é um lugar onde a gente faz festinha para as crianças, onde os meninos querem se reunir para o negócio de futebol... O papel da comissão é agendar tudo isso. Existe uma organização para isso. Ali fazemos festa, até velório [...] Mas também há o lado de ser ponto de apoio para a comunidade, a gente se reúne para tentar resolver o problema daquele outro. Por exemplo, se tem uma família passando necessidade, a gente vai se reunir para ver o quê que ela está passando e o que a gente pode fazer por aquela família. A gente vai arrecadar cesta básica, tudo, para ajudar aquela família. Se existe uma pessoa doente, a gente vai se reunir para poder lutar e ajudar aquela pessoa”, relata Dona Ana.

Não se pode supor que exista uma imagem conjunta em torno do trabalho da comissão de moradores. Além disso, a complexidade inerente ao seu trabalho se manifesta na dificuldade de se reconhecer quem impulsionou o começo desse grupo, se foi uma iniciativa dos moradores ou fruto de um acordo com a Associação Comunitária Estrela do Norte. Todos os depoentes já ouviram falar da comissão de moradores. Alguns se referem a ela como algo do passado, como Adriana, enquanto outros afirmam não ter certeza se esta continua atuante, como o caso de João Paulo e Sr. Pedro. Sandrinha, Dona Marlene, Ricardo e Raquel reconhecem a existência da comissão, mas admitem - quase em tom de confissão - que não

têm informação do que ela tem feito. Talvez seja uma demonstração da necessidade de fazer uma reflexão acerca da imagem e do papel do grupo.

Marta é um exemplo de quem sabe que há uma comissão, mas não tem noção do que lhe compete. Joana, juntamente com Raquel, Ricardo e João Vitor nunca procuraram participar das suas atividades.

Vicente e Adriana se envolveram na criação de uma comissão jovem dos moradores. Esta nasceu da vontade de atuar com mais força na comunidade e tentar preencher o lugar deixado pela antiga comissão dos moradores, ou, nas palavras de Vicente em uma reunião desta comissão com a Associação, de “dar vara e ajudar as pessoas a pescar ao invés de simplesmente entregar o peixe”.

Nesse encontro marcado entre os jovens e dois membros representantes da Associação, presenciamos a discussão em torno da situação de precariedade da estrutura das casas de madeira. Decidiu-se que cada integrante deveria apadrinhar uma família para descobrir suas condições de vida para posteriormente trazer ao grupo um retrato de suas reais necessidades. Este movimento favorece a aproximação entre os moradores e estimula a confiança, além da identificação dos potenciais reais de ajuda ao próximo. Soubemos mais tarde que esta iniciativa acabou perdendo força e se dissolvendo na medida em que seus membros tiveram que buscar trabalho para sobreviver e também porque encontraram dificuldades para implementar suas idéias. Sem ter mais tempo para se dedicar aos projetos e desanimados com os problemas, acabaram por deixar de lado o grupo. Mais uma prova de que o cultivo da cultura cidadã e solidária é de fato um trabalho árduo que requer persistência; não se estabelece de uma hora para outra. Convidamos à escuta da narrativa de Adriana, que começa explicando o motivo da sua integração à comissão.

Porque tinha uma comissão de moradores e ela foi se acabando aos poucos. As pessoas mais velhas tinham outras coisas para fazer. E a gente resolveu fazer porque a gente tinha um tempo livre e gostaria de ajudar as pessoas na medida do possível, na medida em que não atrapalhasse a vida da gente. E como os meninos [que queriam organizar a comissão jovem] estavam andando com a gente, eles me chamaram para participar.

Ao buscar compreender o que aconteceu para que a comissão jovem não se consolidasse, Adriana explica:

A gente tem força de vontade, mas não tem recurso, não tem quem ajude a gente. Não adianta a gente fazer a reunião se nós não temos como ajudar as pessoas.

Os mais velhos não, eles tinham mais contatos, eles tinham como ajudar melhor. E a gente não. E aí... Foi dispersando as pessoas. Cada um foi procurar um rumo, alguma coisa para seguir. Imagina a gente fazer reunião sem ter como ajudar. Saturou tudo.

Vicente arremata, demonstrando que este impulso, mesmo que adormecido, continua vivo no seu desejo de dar continuidade às atividades da comissão jovem:

A gente tentou fazer uma comissão jovem, mas com esse problema das pessoas estarem trabalhando, elas acabaram se afastando da comissão. Tínhamos o projeto “A Cor da Vida” e o projeto de esporte, dança e percussão. Esse último projeto não deu certo junto com a UNESCO e a gente tentou algumas outras coisas. Mas algumas pessoas acabaram se desinteressando e aí parou.

O ato de vincular-se ao compromisso da participação depende de acordos celebrados dentro do grupo. Um grupo formado por pessoas da comunidade. Marcos enfatiza que para fazer parte “tem que ser morador daqui. E conhecer bem aqui. Conhecer as pessoas”. Um reconhecimento da importância da convivência e a sociabilidade dentro do trabalho comunitário. É acolher o lugar onde se vive e integrá-lo (e as pessoas que dele fazem parte) à sua vida.

A comissão, pelo o que eu sei dela - uma vez eu participei, uma não, acho que duas vezes eu participei de uma reunião dessa comissão - a comissão é para quem realmente mora na comunidade. Eu fui chamado algumas vezes para explicar sobre o meu trabalho e outras vezes a gente ia participar porque ia utilizar algum espaço lá e a gente conversou com eles. A iniciativa é boa. Eles trazem pontos importantes, por exemplo, a falta de alimentos. [Nesses casos] eles fazem uma vaquinha, todo mundo, para ajudar a pessoas. Recolhem alimentos e eles também são as pessoas que organizam o mutirão. Acho que essa comissão tem a obrigação de manter a ordem da favela.

No entanto, a participação não é fechada e há outras maneiras de contribuir com as ações da comissão. Os entrevistados reconhecem que existe uma parceria entre a comissão e a Associação. O grupo dos moradores encaminha as situações que não consegue resolver para uma reunião com a ONG, buscando apoio para encontrar soluções conjuntas.

“Eu acho que a comissão de moradores traz muita coisa para a melhoria da favela. Se tiver algum problema, eles tentam resolver. Se eles não conseguem resolver, eles levam para a nossa reunião da [associação] Estrela do Norte. Para ver no que a gente pode ajudar. Eu sinto que eles tentam resolver as coisas, vão atrás das coisas. Até resolvê-la. Eu sinto que eles têm um trabalho muito grande e eu acho que a comissão de moradores é um ser muito importante dentro da comunidade. Eles tentam ajudar a comunidade inteira. Tem muitas coisas que eles têm que resolver; tentam ajudar, tentam conversar. Eles tentam ajudar com o que podem, o que eles não podem, eles encaminham. Esse trabalho que existe aqui dentro é muito importante”, conta Joana.

A cooperação existente entre a comissão e a Associação faz com que muitos moradores confundam suas atividades. Vera faz questão de ressaltar que “a comissão de

moradores é uma e a associação comunitária é outra”. E explica: “Olha, a gente faz coisas separadas. A reunião é separada, a nossa decisão é separada. O nosso trabalho é separado”.

João Paulo reforça a dependência do apoio externo: “eles [pessoas da comissão] reúnem todas as necessidades da comunidade e levam ou para a prefeitura, ou então à ONG. Eles procuram pegar todos os problemas e dividir com alguém que possa solucioná-los”.

Apesar do empenho ressaltado por alguns moradores, existem incômodos e reclamações importantes por outros entrevistados. Marta fala que tentou participar do grupo, mas “não vi nada de uma opinião construtiva. É só crítica, é só fofoca e não fazem nada para melhorar. Foi uma vez e só. Nunca mais. Então não quis nem saber”. Adriana assinala outra dificuldade: a gestão financeira dos recursos.

Quando a gente tinha a comissão de jovens, a gente procurava ajudar as pessoas que mais precisavam - com a ajuda da associação Estrela do Norte. A gente dava fruta, a gente ia visitar, almoçar. Hoje em dia - que eu saiba - não tem mais nada. Eu acho que quando você trabalha com algo que envolve dinheiro, é complicado. Uma pessoa passa por cima da outra. É complicado. Eu acho que na outra comissão eles trabalhavam mais com dinheiro. Eles tinham uma lista para juntar dinheiro, e as pessoas acabavam passando uma por cima da outra. Uma queria cuidar mais do que a outra, mesmo o dinheiro não sendo dela. Acabou gerando conflito. Acho que as pessoas começam a ser manipuladas pelo dinheiro. Não dá certo. Quando se trabalha com dinheiro, não dá certo.

O imaginário em torno deste processo específico de participação social é uma expressão de que a construção da cultura solidária e cidadã é um percurso que está sempre a nos desafiar, a questionar nosso acomodamento e nossas convicções. Como persistir sem sucumbir ao desalento e ao descrédito para com os rumos dos indivíduos, da comunidade e do mundo? (OLIVEIRA, P.S., 2001, 2007).

Sem ser nenhum demérito, isso antes é uma demonstração de que não é fácil nem rápido incorporar uma vida cooperante, solidária e cidadã. Um desafio que ainda precisa de muito diálogo entre aqueles que se dirigem para esforços coletivos de transformação social cidadã. No entanto, não podemos perder de vista que “a vida pode ser fascinante justamente por sempre nos renovar desafios, que julgamos acima de nossas possibilidades” (p.56).

3.2.2 Educação para a cidadania

Vale a pena aqui se ocupar com a percepção dos moradores sobre as formas de aprendizagem da cidadania. Através da pesquisa, ficou-se conhecendo que é possível aprender a ser cidadão através de diversas iniciativas, dependendo do tipo de cidadania que almejamos.

A cidadania vista pela ótica do conhecimento dos direitos e deveres pode ser aprendida principalmente nas escolas, locus privilegiado para receber informação. “Tem pessoas muito mal-informadas. Através da escola as crianças já crescem sabendo que elas são cidadãs e por que são cidadãs”, explana Sandrinha. Alguns depoentes constataam que conversas em grupo sobre o tema cidadania como fonte de conhecimento, como é o caso de Joana. As narrativas indicam o imaginário de que a pessoa bem informada, que conhece seus direitos é capaz de fazer “as melhores escolhas”.

A importância de um sistema educativo formal voltado para a formação intelectual e moral de cidadãos responsáveis é reforçado também por estudiosos da cidadania (VIEIRA, 2001). Nessa perspectiva, a educação popular é um requisito para o desenvolvimento e a expansão dos outros direitos, uma vez que permite a tomada de consciência a respeito dos direitos e da luta pelos mesmos. Seguindo esse pensamento, Carvalho (2004, p.11) defende que “a ausência de uma população educada tem sido sempre um dos principais obstáculos à construção da cidadania civil e política”. Bonin (1999) traz o argumento de que o processo educacional contínuo é fundamental para garantir a cidadania. No entanto, enfatiza a importância da consciência a respeito dos valores da cidadania, pois esta inclui não apenas o conhecimento dos direitos e deveres a elas associados, mas também envolve formas de agir e de ser críticas da sociedade e da cultura. O autor admite ainda que a cidadania é um conceito complexo principalmente em sociedades como a brasileira, onde as necessidades básicas dificilmente são satisfeitas.

Existe também essa percepção por parte de João Paulo. A diferença é que este não acredita que o aprendizado esteja restrito aos muros das escolas, mas advém da compreensão das atividades humanas obtidas pela experiência e observação do mundo:

Correndo atrás, se informado. As escolas aprimorando cada vez mais o seu ensino, que é muito fraco. Por incrível que pareça é começar desde pequeno. Começar desde seis aninhos a “sacar” [perceber] um pouco mais as coisas e falar: ‘olha, é assim, assim ou assado. Você tem que fazer isso para não acontecer aquilo’. Começa assim. Todo mundo deve ter iniciativa.

Vicente alia, na sua apreensão da questão, os estudos à educação na convivência, isto é, uma educação nas coisas (OLIVEIRA, P.S., 1999) e não somente ‘nas letras’. “Hoje você estuda não só para você ser um profissional, é para você ser uma pessoa disciplinada e passar educação para os seus filhos e para os seus próximos. Estar sempre ajudando uns aos outros”. Algo parecido parece se dá com Vera, para quem a vida é um movimento eterno de ensinar e aprender juntos. Tornamo-nos cidadãos através da ação recíproca; transformando e sendo transformado em nossas relações com as pessoas e com meio ambiente em que vivemos. Essa reflexão sugere, recorrendo a João Guimarães Rosa, que “a vida é um mutirão de todos por todos, remexida e temperada”.

“Buscando. Estudando, aprendendo. Porque a gente fala que trabalhando com o povo, a gente ensina. Quer dizer, eu trabalho na urbanização, eu sou professora. Eu tenho que aprender também com os alunos, porque, se eu não aprender, como é que eu faço? Da onde eu vou buscar inspiração para mais para frente? Como é que eu vou passar a entender cada uma das pessoas? Eu acho que é isso. Somos professoras e alunas. Ensinando e aprendendo o tempo inteiro. Não sei ler. Eu sei de cabeça. Leio muito pouco, o básico, e sei assinar muito pouco, mas eu sei mais fazer do que escrever”, conta rindo.

Uma observação importante é lembrada por Joana ao sublinhar o aprendizado através das trocas, noutras palavras, por meio das relações. O campo das trocas intersubjetivas deve ser considerado uma qualidade da cidadania, bem como uma forma de se aprendê-la. Crê-se, com base nesses pressupostos, que a cidadania seja um elemento que introduz os indivíduos na teia das relações sociais, uma inserção na cultura solidária baseada no apoio intersubjetivo. As trocas são infinitas, assim como a possibilidade de encontro dos diferentes, das inúmeras alteridades existentes no mundo - tanto no campo das relações informais/pessoais, quanto naquelas organizadas pela participação em grupos e movimentos por uma causa comum. Sr. José Evandro relata que a integração em associações ensina aos homens, na prática, o que é cidadania. O que nos faz lembrar Arendt quando esta defende que a exposição do sujeito a outrem e ao mundo gera impulsos de ação neste. Essa exposição é uma característica fundamental da condição humana - ser um ser simbólico que alarga a sua experiência no contato entre os homens e com a natureza e cultura, parceiros da interação humana.

Rusckeinsky (1999) reforça o aspecto da contribuição das mobilizações sociais para o processo pedagógico do ser humano, afetando diretamente a percepção e o entendimento da cidadania. O autor sustenta que

o processo de mobilização proporcionado por movimentos sociais pode conter aspectos relevantes de educação para a cidadania, mesmo que seja na fluidez

e no âmbito da sua informalidade. A luta social alicerçada sobre questões de necessidades básicas ou interesses no campo econômico podem desenvolver atividades políticas que venham a incidir sobre o ordenamento jurídico da sociedade (p.201).

Nesse sentido, queremos trazer uma compreensão das experiências compartilhadas e comunicadas socialmente com suas negociações de valores, regras e caminhos a seguir sem o determinismo de um modelo único de participação subjacente à prática. É um movimento que leva em consideração, também, os acordos intersubjetivos existentes em cada agrupamento social, todos pautados em princípios socialmente aprovados no interior do grupo. Resta assinalar que a postura ética implica uma construção intersubjetiva da consciência, reflexão que prima pela consideração do outro como um par para diálogo na pluralidade, apesar das diferenças. Ou, nas palavras de Zaluar (1994, p.24), “no plano da cultura, é o acordo dialógico que faz dela uma unidade aberta, não coagida pela força, nem reproduzida pelo hábito automaticamente”.

Conhecimento e democracia são apontados como recursos para a cidadania “ativa” (SANTOS ET AL, 2005), o que implica reconhecer que grupos cujos interesses são afetados devem estar representados nos processos de tomada de decisão em seus diferentes níveis, local, nacional e global. Por certo, a produção participativa do conhecimento permite dar lugar às várias vozes presentes, realçando a natureza polifônica da construção da imagem da cidadania sem a redução da coexistência a uma só perspectiva. A discussão pública abre as portas para a regulação de uma cidadania ativa, seja na participação pontual, consultiva ou deliberativa. Diferentes concepções de participação em uma visão de cidadania que pressupõe a integração livre e espontânea do ser humano.

Verdade que, mesmo almejando a cidadania participativa, como um comportamento político, é preciso ter cuidado para não caminharmos na direção de uma *tiranía da participação* (COOKE E KOTHARI, 2001, citado por SANTOS ET AL, 2005); momento em que a participação passa a não mais ser um direito, mas uma obrigação a cumprir dentro do modelo ideal de organização social. A tirania compromete a legitimidade e a força de transformação da ação coletiva, assim como retira a seiva de solidariedade que a alimenta.

Na sociedade em que vivemos, parece razoável admitir casos em que a dimensão coletiva não é completamente aderida. Esse comportamento demonstra que esta dimensão é

ainda uma conquista a realizar. Nessa perspectiva, Zaluar (1994) fala-nos da importância do cultivo de uma nova cultura política na socialização dos jovens que os prepare para a cidadania responsável e participativa em defesa de seus direitos e na luta contra os abusos do mercado. Com a ressalva de que o termo *cidadão* não pode ser utilizado quando se refere às crianças, pois carrega consigo responsabilidades e um amadurecimento enquanto integrante da sociedade possível aos adultos. O autor defende que a cidadania seja algo que as crianças possam desenvolver durante a sua caminhada em direção a se tornarem adultas, pois resulta de um processo educativo no qual o indivíduo adquire um entendimento da importância da participação política (enquanto esforço em conjunto com base em cooperação) e do acesso à justiça como condição de efetivação dos direitos sociais. Então, a cidadania não é uma qualidade humana que nasce pronta com os indivíduos, mas se forma junto com eles e é também, assim como os seres humanos, inacabada e incompleta, sempre à espera de ser criada e reelaborada.

Falamos de uma cidadania também como forma de socialização para uma sociedade democrática, ao contrário da socialização desagregadora e desmoralizadora que educa as crianças como consumidores de bens e serviços. Desse ponto de vista, o cidadão passa a ser visto como sujeito e não apenas “consumidor de um serviço público”, com a excessiva ênfase nos deveres a serem cumpridos.

A formação para o exercício de cidadania nos parece indissociável da observação detalhada sobre o contexto em que se vive, daí a busca por remontar o quebra-cabeça do cotidiano. Essa busca é fundada na premissa de que o fator associativo educa a capacidade de atuar e de influenciar no dimensionamento dos problemas que afetam diretamente os integrantes na política local. A busca por relatar os vários olhares que temos sobre o cotidiano foi uma das atividades mais marcantes nesse trabalho. No nosso entendimento, ao narrarmos as diferentes perspectivas, não apenas oferecemos informação ao outro, como também aprendemos um olhar mais crítico e aprofundado sobre a nossa própria vida.

É certo que a cidadania é uma formação humana na cultura solidária, um processo que se inicia desde o nascimento e não tem fim. O que mobiliza as pessoas para práticas cidadãs? Tudo leva a crer que a resposta a esta pergunta não é fácil, única e imutável. Acreditamos, porém, que todos podem contribuir para a sua construção em atividades do dia-a-dia, em seu

mundo de convivência, nos menores gestos e palavras; assim como em práticas cujo alcance despreza as fronteiras locais e nacionais para então se aliar a pessoas do mundo todo.

3.2.3 Alicerces globais da cidadania

A Declaração Universal dos Direitos Humanos e do cidadão defende que todos os homens nascem iguais - sem exceção ou distinção. Assinada em 1948, após a Revolução Francesa, é um marco de referência para a busca dos direitos fundamentais do ser humano por sua pretensão de alcançar a humanidade como um todo. Atrelado a ela aparece a cidadania, ambas consideradas conquistas respeitáveis do século XX.

Alguns vieses da concepção de cidadania se tornam impróprios para olhar um mundo atual, mais integrado e com suas fronteiras mais fragilizadas. Uma nova ordem global nos indica a impossibilidade de associação do termo à idéia de localidade restrita. É preciso levar em conta as interinfluências das esferas local, nacional e internacionais. No entanto, vale ressaltar que a cidadania deve ser válida para perto, como prática cotidiana e não somente para longe, como uma ação desenraizada e sem sentido real, que parte do olhar ao próximo nas atividades cotidianas, para então enxergar mais longe, para a humanidade.

As transformações da ordem mundial nos últimos vinte anos, marcadas pela crise do poder do Estado-nação e da valorização dos direitos universais dos seres humanos tornaram problemáticas as definições de termos como *cidadania*, uma vez que os acontecimentos e tendências ainda estão em curso. As forças sociais de pressão interna dos países perderam lugar para os interesses das grandes corporações transnacionais. A expansão da consciência cidadã originou o sentimento amplo de *cidadania global* expresso nas ações dos cidadãos do mundo, ligados em grandes redes internacionais de movimentos ecológicos e sociais. O impacto dessa integração cidadã vai para além da sua inserção local no mundo, gerando o que Naves (2005) chama de *circuitos de cooperação global*. O autor destaca ainda que essas organizações representam uma visão participativa da cidadania e reforçam a importância da formação de entidades e debates em escala planetária. O sociólogo brasileiro Octavio Ianni (1997) já afirmava que diversas instâncias do pensamento político e social sofrem efeitos diferentes do impacto da globalização, entre elas, a sociedade civil, o Estado, movimentos sociais, classes sociais e cidadania.

Gohn (2005) parte do pressuposto de que a sociedade civil tornou-se protagonista dos impulsos de inovações e transformações sociais no plano nacional e internacional, fazendo com que surjam os “atores sócio-políticos como sujeitos de poder”. No entanto, ela ressalta que

para se entender o protagonismo de algo deve-se ter como referência quem são os atores envolvidos, como se transformam em sujeitos políticos, que forças sociopolíticas expressam, qual o projeto de sociedade que estão construindo ou abraçam, qual a cultura política que fundamenta seus discursos e práticas, que redes criam e se articulam, quais suas relações com conjuntos sócio-políticos maiores, etc (p.10).

Deduz-se que das formas locais de cidadania se tem uma visão mais abrangente da comunidade de atuação. Vieira (2001) percebe uma ligação estreita entre o declínio da cidadania nacional e a mudança do papel do Estado moderno. “A despeito de sua tendência ao declínio, o Estado-nação não estaria desaparecendo; antes, sua estrutura é essencial para a garantia da cidadania nacional ou pós-nacional” (p.47). Nesse contexto, devemos estabelecer diálogo entre as diversas gradações de cidadania existentes - das pequenas comunidades locais à escala global. Baseada nessas considerações, cidadania passa a ser definida como um trabalho coletivo de incorporação de indivíduos e grupo ao seu contexto social e não como direitos formais. É, portanto, uma demonstração do nascimento de uma compreensão da cidadania como preocupação e compromisso com o outro e com o mundo.

O importante é reconhecer que há uma descentralização do indivíduo simultaneamente com um enfoque para a cidadania de grupos coletivos que compartilham condições similares e que pressionam o Estado pela regulamentação, implementação e aplicabilidade dos direitos. Todas se referem ao cidadão cosmopolita no cenário da sociedade internacional, imbuído da defesa dos valores universais de ser humano.

Habermas (1995, citado por VIEIRA, 2001, p.91) fala-nos de uma cidadania mundial, já visível no horizonte. “O advento da cidadania mundial não é mais mera fantasia, embora estejamos ainda longe de alcançá-la. A cidadania nacional e a cidadania mundial formam um *continuum*, cujos contornos já podem ser vislumbrados no horizonte”. Vieira (2001) afirma que é possível encontrar “formas embrionárias de cidadania mundial ou cidadania cosmopolita”, como, por exemplo, o surgimento da cidadania européia supranacional e dos direitos humanos internacionais, migrações em massa e a globalização; estes são alguns

elementos que apontam para uma visão de cidadania não mais confinada às fronteiras nacionais. O autor traz ainda imagens do cidadão global, reforçando que este está associado ao sentimento de unidade da experiência humana e não mais à idéia de Estado-nação, ou seja, ao poder do Estado em um território demarcado - concepção dominante desde Rousseau. Deixa-se para trás a perspectiva do Estado nacional como o “lar da cidadania”, lar do exercício de direitos, para dirigir-se a uma concepção mais expandida desta.

As características deste novo cidadão global, segundo Vieira, são: sujeito desterritorializado, sem vínculos com um Estado específico, mas associado à condição humana; atua em favor da humanidade, em particular aos mais desfavorecidos; raio de atuação é transnacional; possui um senso cívico global de responsabilidade; geralmente é funcionário internacional, trabalhando para o surgimento de uma consciência política supranacional e a formação de blocos regionais.

Dentro desse quadro, Waldman (2005) distingue um novo conceito, a cidadania ambiental. A inclusão do ambientalismo na pauta de outros movimentos sociais é vista como forma de reconhecimento do vínculo orgânico das reivindicações ambientalistas com outras causas denominadas sociais. O meio ambiente passa ser um bem coletivo, uma responsabilidade mundial. “Dessa forma, nada mais coerente do que uma visão abrangente de cidadania configurada em responsabilidades compartilhadas difundidas nos mais diversos recortes sociais, políticos e econômicos” (p.555).

A sobrevivência da humanidade, segundo autores como Vieira (2001), Habermas (1995, citado por VIEIRA, 2001), Gohn (2003; 2005) e outros, requer o nascimento deste cidadão global, capaz de participar da arena política internacional, elaborando novas escolhas políticas que considerem o bem comum, irradiando múltiplas ações solidárias. A sociedade civil global é assegurada pela cidadania global que repousa

na noção de sustentabilidade, fundada na solidariedade, na diversidade, na democracia e nos direitos humanos, em escala planetária. Com raízes locais e consciência global, as organizações transnacionais da sociedade civil emergem no cenário internacional como novos atores políticos, atuando, em nome do interesse público e da cidadania mundial, no sentido de construir uma esfera pública transnacional fertilizada pelos valores da democracia cosmopolita. (VIEIRA, 2001, p.253).

Isto posto, trazemos a crítica à ética individualista vivida pelos homens de nossa época que nos separa da responsabilidade por acontecimentos globais, criando um impasse ético que

demanda uma *macroética* (SANTOS, 2005), ou seja, a capacidade de conceber a responsabilidade da humanidade pelas conseqüências de suas ações coletivas nos diferentes planos de abrangência de sua ação - desde o local até o mundial - alcançando, quem sabe, uma solidariedade planetária. Trata-se de consolidar interações sociais solidárias de forma local e cotidiana, vislumbrando as expressões de alcance nacional e internacional. Observa-se que a solidariedade, do ponto de vista que aqui se assume, exige de nós um projeto compartilhado de sociedade mais igualitária e fraterna em escala global.

Amparando-se nas reflexões de Falk (1994a citado por VIEIRA, 2001, p.253), Vieira alerta-nos para os riscos da cidadania se tornar uma conquista simbólica: “se a cidadania global for concebida apenas como aspiração ideal, sobreposta mecanicamente à realidade geopolítica atual, torna-se uma noção absurda, puramente sentimental”. No entanto, o autor faz a ressalva de que: “se, porém, for concebida como projeto político, associado com a possibilidade de uma comunidade política global futura, a cidadania global assume, então, um caráter político constitutivo e desafiador”.

Boaventura (2005) identifica a cidadania global como uma única utopia realista no final do século XX. Ele nos explica que ela é realista por ter um princípio de realidade compartilhado: a utopia ecológica e democrática. Ecológica, pela urgência de acontecer uma transformação global do modo de produção, dos universos simbólicos até das formas de sociabilidade, culminando numa nova relação com a natureza diferente daquela da época moderna. Democrática, pois pretende uma “repolitização da realidade e o exercício radical da cidadania individual e coletiva, incluindo nela a carta de direitos humanos da natureza” (idem, p.44). Na visão do autor, os protagonistas desta utopia são as pessoas que tem a consciência de que a sua vida atualmente é determinada pelo poder de outrem, isto é, a consciência da opressão. Já autores como Guarinelo (2005) questionam esse imperativo da aliança global e deixam-nos, a título de reflexão, a seguinte pergunta: “como construir, sem perder a capacidade de ação coletiva, uma cidadania global? Será esta possível ou mesmo desejável?” (p.46). Perguntas que certamente merecem uma investigação mais aprofundada.

3.3 Uma proposta de participação social cidadã

O sociólogo alemão Claus Offe (1998, citado por NAVES, 2005) defende que a democracia só funciona quando os cidadãos sentem que sua participação é útil, seu voto é importante e que podem decidir o destino de sua comunidade, cidade, país e mundo. Nesse sentido, Weil (1979) ressalta a importância do trabalho comum, do sentimento de participar e assim integrar a vida coletiva dentro do ambiente de trabalho. Nós desejamos ampliar seu olhar para a vida na comunidade. Compartilhamos da crença da autora de que a participação faz nascer, nesses contextos, o sentimento de indispensabilidade.

O caminho para a democratização da esfera pública nos obriga a colocar em evidência a participação sob a ótica da construção coletiva da vida almejada no lugar da postura de submissão. Observamos uma possibilidade de saída da democracia representativa caminhando para a democracia participativa ou participação direta, onde os cidadãos passam a partilhar do poder de decisão. Por certo, um sinal de co-responsabilidade na atuação e interação das diferentes áreas: administração pública, sociedade e indivíduo cidadão, uma articulação máxima entre as diferentes esferas de cooperação para a formação da cidadania política. Porém, uma política pensada como adesão verdadeira às pessoas e um despertar das nossas infinitas potencialidades cotidianamente, individualmente e em nossas relações sociais.

Entendemos que há muito mais do que a questão da precariedade das condições materiais no sofrimento vivido pelas classes oprimidas. Este não se restringe à insuficiência financeira, mas abrange a desestruturação da rede social dos sujeitos através da migração de familiares, violência e redução da participação social (e conseqüente vínculo de pertença), entre outros. Os quadros dirigentes da sociedade podem - como coloca Weil (1979) em sua fala proferida a operários em 1937 sobre a racionalização da vida nas fábricas - ditar alguns padrões de existência por causa da arbitrariedade patronal. No entanto, existem formas distintas de se conquistar direitos de cidadania que dependem do nascimento de novas relações recíprocas entre os homens.

Reconhecemos a cidadania como forma de atuação responsável no mundo em que se vive em contraposição à idéia da ação livre e descomprometida veiculada na modernidade traduzida na obra de Berman (2002). Em um mundo em que nos curvamos ao encanto do capital e suas práticas de propriedade, as ações solidárias como a partilha, o empréstimo, a

construção coletiva de comunitários e a construção de bens públicos-coletivos surgem como contraponto. Responsabilidade implica perceber que seus gestos não são só seus, são sociais; são também um compromisso com o porvir. Posto isto, indagamos: como podemos assumir a responsabilidade pelo mundo? Arendt (1987) ajuda a encaminhar uma resposta ao afirmar que é pela construção política dos sujeitos. Defende que a boa vida está associada à participação na pólis, uma conexão política no espaço público em meio aos homens e livre das necessidades. Assinala que a maior virtude política é a amizade; isto é, considerar a opinião do outro com base nas relações horizontais (não-hierárquicas), uma possibilidade de não servir, mas acolher o outro. A prática da amizade é uma força para lutar contra a tirania e a servidão.

La Boétie (1982) vai à mesma direção da perspectiva de Arendt, argumentando que a responsabilidade social se constrói na possibilidade de estabelecer relações de amizade e solidariedade baseadas no bem e na ajuda do outro entre os homens, e não de tirania. Segundo o autor, esquecemo-nos do sentido da liberdade quando perdemos de vista o valor da amizade e interiorizamos a submissão. A confiança deixa de existir em locais onde não há laços de amizade, isto significa que “se penso responsabilmente, penso no outro, o levo em consideração” (CARDÚS, 2006). Estabelece-se a dependência do outro, considerado um companheiro de jornada ao invés de uma ameaça. Apresentamos, então, o sentido político da amizade: estímulo da solidariedade através de laços afetivos, admitindo-se que haja no potencial de vínculo da amizade a possibilidade do inesperado.

Tal posicionamento nos conduz a Weil e sua interpretação de que existe um motor que impulsiona os homens para a ação, para tomar parte de algo, participar. “Toda ação humana requer um motivo que forneça a energia necessária para ser cumprida, e ela é boa ou má na dependência de o motivo ser elevado ou baixo.” (1979, p.164). Um dos estímulos mais “poderosos”, na visão da autora, é o sentimento de que há algo para fazer na vida, um esforço que pode ser cumprido e que seu ato tem sentido não apenas para si. É saber que está contribuindo no ambiente de trabalho e na sociedade. É, utilizando a expressão cunhada pela própria autora, a “consciência orgulhosa de ser útil” (idem, p.235).

Esta constatação instigou-nos a buscar conhecer mais profundamente o que leva as pessoas a se envolverem em atividades para o desenvolvimento de sua comunidade, dito de outro modo, o que motiva as pessoas a participarem de projetos coletivos, a serem cidadãos?

As falas de Dona Ana, Marta, Sr. José Evandro e Aninha remetem à associação de sentido entre participação e necessidade.

“Eu acho que é a necessidade”, opina Dona Ana. “Eu acho que é a necessidade, porque, quando eu vim morar aqui, era tudo barraco de madeira. Tinha mato, tinha um monte de coisa. Se a gente não se unisse, não se envolvesse, como é que isso aqui estaria hoje? Poderia estar do mesmo jeito. Ou pior. Eu acho que a gente se envolveu mais com a Associação, com as pessoas que tinham mais vínculos aqui dentro para melhorar. Foi isso que levou à melhoria daqui.”

“Eu acho que são as necessidades”, responde Marta. “Algumas pessoas sempre vão atrás, outras não. Mas eu acho que quando algumas pessoas montam um grupo e vão atrás de melhorias de alguma coisa, para uma ajuda, eu acho que sempre conseguem.”

Mas não é tudo, os seres humanos não podem ser reduzidos às suas necessidades. Isso seria uma definição deteriorada da vida humana. Reflexões de Asch (1977), Arendt (1987), Paulo de Salles Oliveira (2007) dão conta de proporcionar o reconhecimento de que os homens são seres para além de meras necessidades externas; são mobilizados também por princípios, valores e sentimentos.

Os depoentes que tivemos oportunidade de ouvir mostram que as pessoas participam por que existe uma troca e todos estamos de alguma forma interligados e interdependentes. Diz-nos Vera: “Eu acho que leva a fazer o bem”, enfatizando que “nada é em vão. A gente faz isso aqui porque a gente precisa ser ajudada também”. A noção de troca se articula com a noção de amor pelo próximo na fala de Dona Marlene:

É o amor. Em primeiro lugar você tem que ter amor e ver que, quanto mais você ajuda, mais você é ajudado. É uma troca. Eu cuidei duma menina deficiente e eu aprendi muito com ela. É uma troca que a gente tem. O carinho, a compreensão. É ser humilde também. Nada da gente pensar: ‘porque eu estou fazendo isso, eu sou alguma coisa’, não. Faça com amor, que tudo dá certo. O amor fala mais alto.

As origens religiosas dessas trocas se inscrevem nos dizeres de outra entrevistada: “eu acho que muitas pessoas vêm aqui, vem ao mundo para cumprir uma missão. Talvez a missão delas seja essa, talvez elas tenham vindo para realmente ajudar”. Diversas narrativas também tratam do fato de não estarmos voltados apenas para nós mesmos, como o de Adriana. “Eu acho que é você ver o que a pessoa passa, o que a pessoa sente, como ela é”. Equivale a dizer que existe um “interesse pelo outro”, apontado por Raquel. Segundo a moradora, se este existe então será possível encontrar soluções em conjunto para os desafios no cotidiano. “Deixa viver o dia-a-dia. A cada dia vão surgindo coisa novas, na medida em que você vai vivendo, vivenciando o trabalho das pessoas dentro de você, surgem idéias novas. Você pode fazer alguma coisa, pode formar um grupo e tentar montar algo”, ensina.

A vontade de ajudar e acreditar no poder de mudança que vive em cada ser humano é uma constante na fala de Marcos: “é vontade de ajudar o próximo mesmo, a sociedade. Acreditar. Saber que a pessoa pode, ela é capaz. Acho que o que motiva as pessoas é justamente essa vontade. Foi o que fez a Dona Regina, a fundadora da Associação. Ela acreditou na comunidade e deu no que deu. Deu certo”. Ricardo fala-nos também que a mobilização coletiva é uma forma de valorizar a cultura local e reforçar a capacidade de cada um de contribuir com seu esforço e resistir à visão individualista e consumista do mundo moderno: “Eu acredito que a gente tem que valorizar o que é nosso, e acreditar mesmo em nós, e que a gente é capaz de não depender tanto do que está lá fora [da comunidade]”.

Estes aprendizados estão inscritos de alguma forma nas vidas dos moradores, pois também aparecem na voz dos jovens. “Porque já cresceram vendo isso. Sempre existiu essa coisa de ajudar. Se não for a gente, quem vai ajudar por nós? Temos essa consciência. É claro que tem aqueles vizinhos que não estão nem aí. Tem essas pessoas. Mas a grande maioria ajuda”, afirma João Paulo. Um exemplo que serve de guia - uma estrela guia - para todos, como reforça Vicente, jovem da comunidade:

É aquilo: onde tem fumaça, tem fogo. Tudo que você quer que cresça tem que partir de você mesmo. Se você quer montar um time de futebol, você vai à quadra, no campo ou num lugar qualquer e começa a jogar bola. E isso vai crescendo, porque as pessoas vão se interessando, vão criando curiosidade, ‘Poxa, aquela pessoa está todo dia ali jogando bola. Só duas? Mas um time de futebol não é com duas pessoas. Pode ser com três?’. Aí vai crescendo.

Para nós, estes são testemunhos de cultura cidadã e solidária, força de camaradagem rara em nosso mundo, que subsiste com e apesar da opressão e das necessidades. Não se quer aqui menosprezar as condições de escassez de recursos financeiros, mas ressaltar que estas não podem ser vistas como obstáculos, mas como desafios da participação social.

3.3.1 Caminhos de participação

Além do trabalho da comissão de moradores, no qual “todo mundo tem essa oportunidade de levar idéias e trazer idéias e [...] colocar dentro da cabeça das outras pessoas que nós precisamos aprender a olhar com nossos olhos, pensar com nossa cabeça, andar com nossos pés”, como diz Dona Marlene, o mutirão pode ser considerado uma forte expressão da

articulação social solidária. Percebemos sua importância em diferentes aspectos da vida da população da Estrela do Norte. Um deles é a sua capacidade de ajudar as pessoas a atribuírem sentido ao mundo através da sua integração à ação comunitária.

Na comunidade Estrela do Norte, a participação se reflete de forma mais organizada na imagem da comissão de moradores (e na tentativa de estabelecer a comissão jovem de moradores) e no histórico de mutirões. Acrescentamos que, além da confiança no poder pessoal de contribuição, existe a importância de ser um momento de observação e conhecimento das pessoas que formam a comum-idade. Um espaço para surpresas e descobertas, como relata Sandrinha:

Já participei de uma organização. Foi muito legal. Você vê uma força muito... Você olha para as pessoas que você normalmente fala ‘ele nunca vai ajudar’. Ou que você olha e fala assim: ‘nossa! Essa pessoa é muito má’. E na hora de fazer a reunião elas estão aqui e vira uma coisa muito gostosa. Mexer na massa, carregar blocos. Você vê que tem aquela força, uma união das pessoas.

Todos os depoentes, sem exceção, já ouviram falar dos mutirões. No entanto, nem todos fizeram parte dessa atividade por motivos diversos. Reconhecemos a existência de dois tipos de mutirões: um mais freqüente, que é o de limpeza da favela e outro, pontual, organizado em decorrência de alguma necessidade local, entre os quais citamos os mutirões da urbanização e os mutirões para ajudar vizinhos em dificuldade. Muitos moradores percebem o mutirão como manifestação do passado ou então afirmam que hoje quase não ouvem falar em mutirões.

A iniciativa dos mutirões de limpeza é atribuída às vezes aos moradores e muitas vezes à Associação Comunitária Estrela do Norte. Os conflitos existentes nas falas sobre quem é responsável pela limpeza e como esta acontece na prática nos permitiu entender que a limpeza é um elemento ambíguo na vida dos moradores¹⁵. Para nossa pesquisa, interessa perceber que o impulso cidadão está presente, embora tenha dificuldades e contradições. Se o mutirão é visto como uma forma de incentivo à participação, como disse Joana, sabemos que o esforço de promover este impulso é árduo e desafiador. Escutemos a voz de Marta: “a gente sempre chamava morador para participar, mas um vinha, outro vinha, e o resto ficava olhando da janela. É complicado”. A depoente Adriana acredita que a dificuldade em se dedicar ao cuidado com a coisa pública, compartilhada, está ligado à falta de cuidado que as pessoas têm consigo mesmo.

¹⁵ A respeito do assunto, ver capítulo 2.

Eu não posso falar por eles. Mas eu acho que do jeito que você é com você, você é com sua casa. Tem pessoas que saem na rua com o cabelo dessa altura [levanta as mãos acima da cabeça fazendo um grande arco], imagina como que é a casa da pessoa. Se você não está nem aí para você, para como as pessoas te vêem, imagina para onde as pessoas não vêem, que é dentro da sua casa, aonde as pessoas não vão? Se eles não fazem por eles, por que eles vão fazer pelos outros?

A entrevista acima aponta um aspecto importante, o de que a mudança deve partir dos sujeitos e ser incorporada às suas vidas. Mas também é preciso trabalhar para que esta cultura solidária de participação cidadã não se perca, ou nas palavras de Marcos, cultivar essa imagem para que as pessoas a carreguem dentro delas. Valeria a pena aqui retomar a ponderação sensível de Marcos:

[Antigamente,] tinha um rapaz, o Manuel - ele é até falecido - que estava à frente, era morador também aqui, ele estava à frente desse projeto [de urbanização]. No dia de fazer a galeria, para a água passar por dentro [da terra] e para encher a laje foi [feito] um mutirão. Um mutirão bem grande mesmo. Eu estava no dia, mas eu trabalhava ao sábado, então eu não participei. Eu trabalhava numa livraria na época. Mas eu passei, eu lembro que o pessoal estava com carrinho para cá [e para lá]... Era uma coisa muito forte aqui dentro da favela. Quando tinha alguma casa para reformar, ou então algum barraco que caiu em um dia de chuva, toda favela ia para casa daquela pessoa e ajudava. Todo mundo ia. No outro dia estavam lá, crianças, adultos, velhos - se agüentassem um tijolo, pegavam um tijolo - e assim ia embora. É isso que é gostoso da comunidade. Lá fora não tem. Quando o meu pai foi reformar aqui onde é hoje - aqui você não compra material ou ferramenta, sempre tem um vizinho que tem para te emprestar. Eu fui construir um quarto fora [na sua casa atual fora da favela] e tive que comprar tudo. O que eu não comprei eu vim aqui pegar emprestado, porque lá não se consegue. Ninguém empresta... Nada. Não tem jeito. Hoje em dia não vejo tanto mutirão. Antigamente as pessoas eram nascidas e criadas aqui. Todo mundo tinha uma mesma visão. Agora tem muita gente nova. Chegou muito morador novo. Ela não tem 'aquilo' dentro dela por isso hoje tem menos. Quando se faz um mutirão hoje, as pessoas que mais vão são as pessoas antigas. As pessoas que estão chegando precisam ser educadas nesse sentido.

Dona Ana nos explica que se perdeu a força do mutirão, principalmente depois da canalização do córrego: “Existia mais quando o córrego era a céu aberto, a gente ia fazer os mutirões para limpeza do córrego, aí fazia limpeza de tudo”, conta ela. Ressaltamos, no entanto, que a limpeza da favela ainda é uma necessidade presente e é reconhecida por alguns moradores. O que se vê hoje é uma maior dificuldade de reunir a população em uma ação para esta questão. Talvez seja necessária uma discussão acerca do significado atribuído ao lixo e da importância de manter o exercício da cidadania e da co-responsabilidade, mesmo com o projeto de urbanização pronto. Essa conquista não deve representar o desfecho da ação comunitária da Estrela do Norte, mas um reconhecimento do valor da mobilização social.

Na época em que residíamos na Estrela do Norte, tivemos a oportunidade de acompanhar a divulgação de um mutirão de limpeza preparada pela comissão jovem dos

moradores. A divulgação foi feita através do rádio da comunidade, panfletos e boca-a-boca, como de costume.

“Tem um rádio. Tem uns alto-falantes por aqui, espalhados, lá pra baixo, aqui. A gente falava pelo alto-falante, pelo rádio que tem aqui na Estrela do Norte, e aí as pessoas ficavam sabendo. A gente avisa, todo dia a gente falava na rádio, todo dia a gente ia falando, falando. A gente dava papelzinho, as pessoas falavam de boca em boca”, esclarece Adriana.

Anunciaram o convite durante a semana que antecedeu o sábado do mutirão. No dia da atividade comunitária, o movimento era composto principalmente pelos integrantes da comissão jovem e de seus irmãos menores. As crianças eram as mais animadas e, com alegria, mostravam que ajudar na limpeza não era um fardo pesado que se deva carregar com tristeza e costas curvadas, desanimadas. Certamente, “a presença de crianças por perto traz, com certeza, esperanças multiplicadas” (OLIVEIRA, P.S., 1999, p.20). Um exemplo que chamou a atenção não só da pesquisadora presente, mas também dos adultos fechados em suas casas.

Alguns poucos adultos se juntaram na medida em que a poeira ia sendo levantada pelos mais jovens. O trabalho se estendeu até o final da tarde e foi encerrado com um “churrasquinho e muita música”, segundo nos contou Vicente. Um ritual herdado de práticas de mutirões passados. Olhando de perto, percebemos que este aspecto da experiência do convívio social reflete a imagem do *homo festivus* (SILVA, 1982) - presente em toda cultura - que não nega o sofrimento, a dureza do trabalho (não é alienante), mas cria raízes. Abre o caminho para a esperança e é a resistência para não se entregar ao cansaço, ao sofrimento e ao desespero. Sofrimento e festa estão unidos num movimento de contrapartida ao desgastante trabalho cotidiano.

Não deixa de ser comovente o esforço de manter viva a cultura de ajuda comunitária construída em mutirões. Uma referência que apesar de fraca nas práticas atuais, subsiste, principalmente na memória dos habitantes locais mais antigos:

“Eram bons”, conta Joana. “Eu gosto muito quando tem mutirão, quando a gente consegue fazer. Sinto muita falta porque não é como aqueles mutirões de antigamente. No tempo antigo ia todo mundo mesmo. Agora não. Antigamente a gente saía falando ‘vai ter mutirão’. Nós nem tínhamos papel. Agora é bonitinho, quando a gente chega, tem um papelzinho lá escrito: ‘tem mutirão’. Antigamente era de porta em porta: ‘hoje tem mutirão’ e a gente se reunia dizia: ‘hoje a gente vai fazer isso, vamos limpar o córrego’. A gente entrava e limpava o córrego. Deixava o córrego limpinho. Mas tinham aqueles que a gente via que no outro dia já tinham jogado sacos de lixo. Tinham alguns que jogavam dentro do córrego que era mais perto do que levar na lixeira. Uma Comissão fazia um lanchinho - que nos ajudava - levava água, algum suco. Se não podia ajudar, trazia alguma coisa para as pessoas [que estavam trabalhando]”.

“Faziam uma reunião e pegavam o nome das pessoas que iam participar”, descreve Dona Ana com atenção. “Por exemplo, se eu não podia ir, eu tinha que mandar alguém no meu lugar, ou então, eu já participava oferecendo café, bolo, pão, para quem estivesse lá, trabalhando. Mesmo que eu não pudesse ir ‘pegar no pesado’, eu ia servir alguma coisa para quem estava trabalhando. Funcionava. Funcionava e bem mesmo”.

“A gente fez um barracão de madeira para guardar o material da urbanização”, relembra Vera. “Quando chegava de manhã, eu abria o barracão - às sete horas da manhã! Aí tocava uma sirene, para avisar aos moradores que [o barracão] já estava aberto e os esperava. Muita gente não podia trabalhar, mas ajudava com alimento, com suco, com refrigerante. Enquanto o pessoal estava trabalhando, um chegava com um refrigerante, outros com aqueles pratinhos de salgado, com sanduíche. Isso era muito bom, trabalhar em conjunto, trabalhar assim. Isso eu adoro!”

Examiná-los permite, talvez, rever e completar as leituras que foram propostas por Paulo de Salles Oliveira (1999; 2007) quando este nos fala das experiências de pessoas que buscam formas alternativas de sustento, sem esquecer-se de celebrar a convivência em grupo e vislumbrar a possibilidade de encontrar uma mão estendida em caso de necessidade. Admitindo-se que, como bem definiu Erico Veríssimo, “o oposto do amor, não é o ódio, mas a indiferença”.

A qualidade humana da união e do acolhimento é encontrada por Raquel na Estrela do Norte como uma lição importante aprendida na sua convivência na comunidade. A recém moradora pondera que nunca antes havia ouvido falar em mutirões. Foi depois de se mudar para Estrela do Norte que conheceu essa forma de cooperação em comunidade. A oportunidade de viver na comunidade ensejou que fosse possível aprender sobre mobilizações solidárias em forma de mutirões, o que não significa que esta seja uma especificidade encontrada somente ali. Na verdade, sublinha somente que este é um local em que, em alguns momentos de sua história, assume a mútua dependência entre os companheiros e, assim, reconhece que vivemos em comunhão entre homens. Sennett (1995, in OLIVEIRA, P.S., 2007, p.21) identifica claramente que a ‘a vergonha da dependência tem uma consequência prática. Corrói a confiança e o compromisso mútuos e a ausência desses laços ameaça o funcionamento de qualquer empreendimento coletivo’. Essa reflexão sugere que o encorajamento para uma autonomia e independência completa dos outros homens abala o vínculo com a sociedade e com a interdependência humana (BERMAN, 2002).

Divisamos a empatia, igualdade e democracia como os princípios norteadores da cultura solidária. A primeira implica o esforço de levar em consideração o outro em nossas

ações e pensamentos, enquanto a segunda possibilita a justiça e o respeito pela diversidade (dentro do espectro das infinitas individualidades). A democracia garante as práticas de cidadania bem como os direitos dos indivíduos.

Do ponto de vista de uma teoria da emancipação social, interessa-nos destacar a apropriação da noção de participação como ação de tomar parte em algo como origem do sentimento de pertencimento e vínculos de enraizamento. Pertencimento por meio de cidadania, experimentação direta da vida pela participação no seio da comunidade - pontos em comum com outros homens. Sobre a relação entre comunidade e cidadania, Guarinello (2005, p.46) avalia que:

Há, certamente, na história, comunidades sem cidadania, mas só há cidadania efetiva no seio de uma comunidade concreta, que pode ser definida de diferentes maneiras, mas que é sempre um espaço privilegiado para a ação coletiva e para construção de projetos para o futuro.

Sandrinha traz um sentido mais complexo, aliando a imagem da cidadania com a de identidade e pertencimento a um mundo local e ao mesmo tempo global:

[...] Porque aí [a pessoa] tem a sua identidade. Tempos atrás poucas pessoas eram consideradas cidadãs, pessoas que participavam da cidadania. Muitas pessoas eram excluídas, às vezes até por seu poder aquisitivo. Hoje em dia a cidadania tem alcançado muito status dentro da globalização, do mundo, da sociedade.

É nessa concepção que queremos nos aprofundar, cidadania democrática e participativa - modo de legitimação e como meio de integração social, status igualitário de direitos e deveres dos membros da comunidade política e identidade coletiva baseada no pertencimento e vínculos comunitários. Uma união - como já apontou Weil (1979) - pelos laços reais do trabalho e não do vínculo imaginário das opiniões.

4º capítulo

Raízes identitárias da cidadania

Todas as pessoas estão capturadas em uma rede inescapável de mutualidade, ligadas por um único tecido do destino. O que quer que afete um diretamente, afeta a todos indiretamente. Eu nunca poderei ser o que devo ser até que você seja o que deve ser. E você nunca poderá o que deve ser até que eu seja o que devo ser.

Martin Luther King

4.1 - Identidade em perspectiva

4.1.1 Facetas da identidade: entre possibilidades e desafios

A identidade se constituiu historicamente como um dos conceitos teóricos mais fascinantes do século XX e que continua instigando os estudiosos e pesquisadores das ciências humanas e sociais. Não é à toa que em seu livro dedicado à questão, Bauman (2005, p.16) a define como “um tema de graves preocupações e agitadas controvérsias” que irrompeu na consciência coletiva há pouco, saindo do reduto da meditação filosófica de grupos dedicados ao tema para integrar a vida comum dos indivíduos.

Na década de 1930, o termo era empregado no domínio criminalista como sinônimo de impressão digital de um indivíduo (GLEASON, 1983). Sua conotação psicológica emergiu somente mais tarde - na década 60 - com os estudos de Erikson (1968) sobre as “crises de identidade”, populares no período do pós-guerra e a ascensão da mudança de valores nos Estados Unidos da América. Desde então, a tentativa do pensamento científico de se aproximar de um conhecimento sobre o *self*, a personalidade, o eu, o então chamado caráter, subsidiaram o que alcançamos hoje por identidade. Muitos autores, entre eles Bauman (2005), Paiva (texto digitado, 2006) e Sawaia (1999) defendem que a noção da identidade - como se

conhece atualmente - adquiriu relevância somente na primeira metade do século XX e paulatinamente se tornou um “imperativo da modernidade”.

Identidade, portanto, revela-se inicialmente como um conceito explicativo, um constructo teórico formulado por filósofos e outros estudiosos das ciências humanas que paulatinamente se integrou à vida societária. Ao afirmarmos a identidade como um conceito relacionado à teoria - da palavra grega *teorem*, que significa olhar - queremos apontar a qualidade de instrumento para ajudar os homens a compreenderem sua inserção no mundo e seu papel na construção da história humana. Dito de outro modo, é uma forma de olhar a si mesmo e o mundo e não um conceito meramente descritivo das características dos sujeitos ou então de suas interações sociais (considerando, no caso, a identidade social). Serve como um ponto de referência da nossa atuação no mundo.

Entretanto, é importante reiterar que, pela variação histórica do termo *identidade*, esta não pode ser vista como um conceito definitivo ou completo (BAUMEISTER, 1987). Pode-se bem divisar a identidade como o retrato de uma época e suas expressões compartilhadas, o que implica reconhecer a natureza social da identidade.

Paiva (texto digitado, 2006, p.02) ressalta que os estudos de identidade feitos até o momento referem-se aos “estratos abastados da sociedade ocidental” e defende que “estes, contudo, seriam os precursores da humanidade futura e essa condição otimista justificaria o questionamento da utilidade do conceito de identidade ou, ao menos, exigiria a remodelação fundamental desse conceito”. O autor entende que sempre houve questionamentos em busca de uma consciência acerca do eu. A época moderna apenas trouxe legitimação à sua existência. Antigamente as reflexões mais profundas eram reprimidas pela religião e pelo poder político e, portanto, não tinham espaço na vida pessoal e tampouco na vida coletiva. No mundo atual, não é só legítimo, mas é desejável que cada pessoa tenha suas próprias idéias, em contraposição a uma inserção automática em um grupo social e conseqüente adesão cega às crenças grupais. O que não significa que os homens estejam livres da força de dominação da opinião e do comportamento de coletividades, como bem demonstrou os estudos de Asch (1977) e Elias (2000), entre outros.

Dentro das pesquisas acadêmicas, o termo *identidade* compreende significados conceituais que muitas vezes carregam sutis semelhanças e diferenças de acordo com sua

abordagem e decorrentes tentativas de tradução para outros idiomas. A existência teórica da identidade permite-nos observá-la por diversos ângulos, de acordo com o recorte e a dimensão focada. Na psicologia da personalidade, fala-se de identidade voltada para a dinâmica do indivíduo. A ênfase encontra-se na observação da continuidade dos indivíduos sob a ótica das mudanças. Na perspectiva da psicologia social, a ênfase se dá na modificação do mesmo indivíduo segundo as mudanças sociais, externas a ele. Nesta perspectiva, a relação é idiossincrática, uma vez que as pessoas se relacionam com a pertença grupal de forma peculiar, noutras palavras, é sempre um processo pessoal. Trata-se de uma forma de autoconstrução realizada a partir da auto-avaliação dos sujeitos inseridos em uma teia social.

Segundo Geraldo J. de Paiva (texto digitado, 2006), a discussão contemporânea da identidade social rompe a dialética da noção permanência-semelhança e dinâmico-metamórfico da identidade, suscitando a reflexão acerca de outros elementos constitutivos fundamentais, como a questão do vínculo e do pertencimento. Sawaia (1999, p.121) lembra, a propósito, que:

Numa visão aparential, a explicação dos paradoxos pode estar na existência de duas concepções antagônicas de identidade: a identidade transformação/multiplicidade e a identidade permanência/unicidade e na concepção de que um é modelo de normalidade e outro de patologia. Ledo engano. Uma concepção não anula a outra, e uma não é melhor que outra, ao contrário, a tensão entre ambas permite conceber identidade como ‘identificações em curso’, isto é, identidade que, ao mesmo tempo que se transforma, afirma um ‘modo de ser’.

O texto de Sawaia contribui para expor a utilidade do enfoque da identidade como recurso explicativo a fim de evitar as ideologias separatistas, pois ela afasta e inclui parcelas da população dos direitos de cidadania, fluidificando as fronteiras da permanência e da transformação na atualidade.

Encontramos, então, uma conceituação dinâmica e mutável de identidade, que deve vir acompanhada de uma dimensão histórica. Registra-se ainda que nenhum dos autores estudados afirma que as suas categorias de análise se aplicam para todos os seres humanos ou até mesmo para a maioria. É grande a lista de autores que chamam a atenção para a multiplicidade de possibilidades de identidades, constatando que estas não são fixas, mas nem por isso deixam de serem referências estáveis a indivíduos e coletividades. Falamos da noção de identidade nesse sentido: termo que guarda relações com a idéia de constância, uma vez que, se levarmos a transitoriedade ao extremo, deixaremos de falar em identidade, e esta perderia sua função de referência a indivíduos e grupos. Vale lembrar aqui, como afirma

Bauman (2005), que a identidade é algo a ser inventado e não descoberto. É um esforço humano construído a partir das inúmeras e diversas alternativas existentes e que requer trabalho permanente tanto na sua construção quanto na manutenção e reelaboração.

A importância das múltiplas possibilidades de identidade adquiridas na modernidade transparece na reavaliação do que as pessoas têm direito de ser e na maior autonomia conferida aos sujeitos no processo de construção identitária. Com esta mudança no pensamento social, surgiu uma modificação na “oferta” de possibilidades e na diversidade de elaboração de categorias identitárias. Basta observar a questão dos vínculos afetivos, ou então a questão de gênero e seus respectivos papéis. Com efeito, é importante destacar que a pluralidade de identidades é fonte tanto de infinitas possibilidades de construção do ser humano como também de tensão e contradição na auto-representação e na ação social dos sujeitos. Esta carrega em si forças ambíguas, com as quais os indivíduos, invariavelmente, têm que se confrontar.

A idéia moderna de igualdade entre todos os homens é complementar à de individualidade, já que cada indivíduo é igual na sua essência humana e na possibilidade de ser único, na forma como se organiza para constituir uma biografia pessoal dentro de um contexto social e histórico. Assim, Sílvia Leser de Mello (1983) distingue personalidade do conceito de identidade, em virtude do último ser um conceito dinâmico passível de ser inserido no estudo do processo de socialização.

Tentemos agora retomar essa questão por outro viés, partindo do pressuposto que mesmo a construção “individualista” ou “subjéitiva” da identidade requer a participação do coletivo para sua constituição. A presença do outro, especialmente do grupo, é fundamental para reconhecer e legitimar as identidades em construção. Isto porque o grupo social traz instrumentos preciosos que contribuem para a elaboração da identidade pelo indivíduo, tais como: visões de mundo, preferências, modos de vida, etc. Ruscheinsky (1999) busca mostrar que a possibilidade de acesso à identidade depende fundamentalmente da presença da alteridade, isto é, do outro “ator” social. Este representa uma possibilidade real de confronto e de complementaridade na vida cotidiana - campo, por excelência, de definição da identidade.

Nesta visão, a reflexão sobre a própria identidade depende do fato de um grupo ou movimento social poder questionar a si mesmo, criticar e rever suas estratégias e relações, e, desta forma, caminhar sobre diferentes territórios. O simbólico constitui elemento importante na construção de uma identidade reconhecida e demonstrada na esfera pública da vida humana. Ou, como constata o psicólogo social Solomon Asch (1977), num entendimento mais amplo da questão, precisamos observar as relações presentes nos fenômenos, suas fontes e ligações. Nesse sentido, destacamos que “a maior parte dos atos sociais precisa ser compreendida no seu contexto; isoladamente, deixa de ter sentido” (p.80). A esse respeito o autor afirma a importância de observar as situações de vida, as ações, e relacioná-las com a experiência interior do indivíduo. Isso significa voltar-se para o conteúdo de suas crenças, atitudes e valores, isto é, encontrar a compreensão da ação humana no campo social.

A ação social não é um esquema condicionado a reações mecânicas de estímulo e resposta. Ela se manifesta mais como decorrência de pensamentos e emoções advindas do modo pelo qual uma pessoa enxerga o mundo e se relaciona com o mesmo. Assim, a experiência do senso comum contribui com o reconhecimento do conteúdo de consciência presente no cotidiano do conhecimento social. Como diz Asch (idem, p.190),

de acordo com o senso comum, as ações exprimem o conteúdo interno da experiência da pessoa: apreender a qualidade de uma ação da pessoa é conseguir também a qualidade de suas lutas e de seus pensamentos. O senso comum incorpora, implicitamente, uma concepção da relação entre as ações e as experiências interiores conscientes que as acompanham, ou da relação entre ‘corpo e alma’.

As reflexões expressas acima indicam que a identidade não pode ser colocada no âmbito abstrato, pelo simples fato desta se constituir nas relações estabelecidas entre os homens, em outras palavras, nas relações concretas. Arendt (1987) também aponta na mesma direção ao postular que nossas vidas estão entrelaçadas por nossas relações sociais, e são estas que dão sentido à existência de cada indivíduo. Reconhecemos, portanto, um substrato social da identidade, e é para ela que queremos voltar nosso olhar; mais especificamente para o campo dos grupos sociais.

4.1.2 Redefinindo identidades

O domínio social da identidade passa a constituir um elemento de referência num momento em que indivíduos, coletividades e territorialidades estão se redefinindo

rapidamente (ERIKSON, 1968; IANNI, 1996 citado por SAWAIA, 1999; SANTOS, 2005). A mobilidade tende a individualizar as funções, tornando difícil a consciência de si e, principalmente do grupo, daí a importância do enraizamento. Pesquisas voltadas para o fenômeno dos grupos de resistência enfocam a manutenção ou o aumento da importância da identidade como referência estável às coletividades e, conseqüentemente, como forma de encontrar um lugar no mundo. Chamamos a atenção para o termo inglês *social group memberships* como um esforço para retratar a valorização da pertença grupal e o campo compartilhado de interação e trocas sociais. Asch (1977) coloca em evidência a força social na mobilização dos indivíduos, tanto no sentido do apoio quanto no sentido da coerção. Para nós, é importante reconhecer que

em sociedade, tornamo-nos dependentes dos outros para a compreensão, o sentimento e a expansão do sentido da realidade. Mas esta relação faz uma exigência específica aos participantes da ação social. Para que nossa dependência e nossa confiança tenham uma base sólida, para chegar a um consenso válido, cada um precisa contribuir com a própria compreensão e o próprio sentimento (p.201).

Este aspecto ajuda a entender a avaliação de Bauman (2005), para quem a questão da identidade nasceu como um problema e como uma tarefa, em resposta à “crise do pertencimento” vivido pelos homens do mundo contemporâneo. O autor associa o fenômeno da busca pela identidade ao desejo pela segurança e amparo encontrados tanto na identidade quanto nas comunidades. Adverte que em nossa época “líquido-moderna”, o mundo encontra-se repartido em fragmentos e as existências individuais estão talhadas em uma sucessão de episódios conectados de modo frágil e instável. Daí a impossibilidade de manter a consistência e continuidade da nossa identidade na passagem do tempo. “As ‘identidades’ flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas” (p.19).

A probabilidade é que haja desentendimentos e negociações permanentes nessa batalha. Erikson (1968) já advertia nesse sentido ao afirmar que estamos num fluxo rápido e contínuo de pertenças, o que gera sentimento de crise, desconforto e ambigüidade cristalizados no seguinte questionamento: a qual grupo pertencemos?

Paiva (texto digitado, 2006) ajuda a encaminhar uma resposta para a dimensão “flutuante” da pertença grupal. O autor afirma que dificilmente alguém terá sua identidade pessoal completamente definida e associada ao pertencimento grupal. Propõe que a identidade

seja entendida levando-se em conta os elementos de cognição, afeto e ação da pessoa, bem como a sua adesão a um grupo.

Só a coerência entre os elementos de ordem pessoal e a vinculação ao grupo parece atender igualmente à dimensão psicossocial e à dimensão pessoal do processo de constituição da identidade. É no acompanhamento da construção dessa coerência da ordem cognitiva com a ordem grupal que se torna possível entender a dinâmica variável dos diversos graus de identidade pessoal e psicossocial, étnica, profissional, religiosa ou outra qualquer (p.6).

O autor defende que, muitas vezes, é possível encontrar uma convergência dos processos de formação pessoal e psicossocial da identidade. Bauman (2005, p.17) apresenta uma visão parecida:

tornamo-nos conscientes de que o ‘pertencimento’ e a ‘identidade’ não tem a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age - e a determinação de se manter firme a tudo isso - são fatores cruciais tanto para o ‘pertencimento’ quanto para a ‘identidade’.

Não queremos negar a existência de identidades impostas e às quais muitos indivíduos se ressentem de carregar, mas não sabem como se desassociar, e tampouco não deixamos de perceber as identidades que estereotipam, humilham, desumanizam, estigmatizam, como, por exemplo, a da pobreza. Identidades designadas *legitimadoras* (CASTELLS, 2006) se inserem na esfera social pelas instituições dominantes para expandir e racionalizar sua existência. No entanto, não nos compete aqui discutir todas as suas facetas, mas apontar a sua presença no campo de formação da identidade.

Para nós importa o acesso à escolha e construção da identidade até a sua manifestação, e como essa percepção pode gerar uma consciência da responsabilidade individual e coletiva pelas identidades existentes. Conforme proposto por Sawaia (1999), a identidade é uma ferramenta explicativa que contém a possibilidade de escapar das “metanarrativas homogeneizadoras” e do relativismo absoluto. Pode ser pensada de forma a considerar a defesa do respeito à alteridade (dentro da visão democrática), ao estranho, e atuando como forma de legitimar práticas consideradas muitas vezes marginalizadoras.

A forma mais habitual de auto-identidade é através do nome pessoal (atribuição que nos torna diferente dos demais) e o da família da qual herdamos nosso sobrenome (que nos torna iguais dentro de determinado grupo). “Sucessivamente, vamos nos diferenciando e nos igualando conforme os vários grupos sociais de que fazemos parte” (CIAMPA, 1999, p.63).

Desta forma, os diferentes grupos sociais possibilitam que haja um reconhecimento recíproco por sua história, tradição e interesses, que ajudam no conhecimento que cada um tem de si, o que não implica numa identificação completa dos indivíduos com os substantivos com os quais se descrevem, como se houvesse uma manifestação idêntica destes. O grupo, por sua vez, só existe objetivamente por meio das relações estabelecidas entre seus membros e entre estes e com o meio onde vivem, ou seja, mais especificamente pela prática social dos sujeitos.

Gubritz retoma a abordagem de Pichon-Rivière a respeito dos grupos operativos e a relação com o conceito de pertença. Pichon (1986, citado por GUBRITZ, 2000, p.82) verifica que a pertença é um “sentimento de integrar um grupo, de se identificar com os acontecimentos e vicissitudes do mesmo, seus integrantes se visualizam como tais, sentem os demais membros incluídos em seu mundo interno, internalizando-os”. É através destas características que a pertença permite estabelecer a identidade de um indivíduo e do grupo. A família, principalmente os pais, seriam o *locus* de aprendizagem do que o autor chamou de papéis biológicos bem como das funções sociais, tornando-se base pelo qual as crianças elaboram, suas representações de si e de si com o mundo. Muitos psicólogos sociais tratam da contribuição da influência do contexto familiar para a formação da identidade, como Erikson (1968), mas todos admitem que esta extrapola os limites do contexto da família para abarcar a relação social dos indivíduos no decorrer de suas trajetórias de vida. A partir desse momento, passa a importar o critério de agrupamento - pertença (intragrupo ou endogrupo - em inglês: *in group*) e não pertença a um grupo (extragrupo ou exogrupo do inglês *outgroup*) - na qual “a percepção social consiste em ‘categorizar, ou agrupar em categorias’, pessoas possuidoras de características não possuídas por outras” (Paiva, em vias de publicação, p.4).

ELIAS (2000) abre uma perspectiva sobre a vida social pelo viés das múltiplas tensões entre os habitantes estabelecidos (*establishment* local) e os forasteiros *outsiders*, ou estrangeiros. Estes últimos são definidos como um conjunto de indivíduos percebidos como estranhos que não partilham dos valores e modos de vidas existentes. Uma visão compartilhada pelo imaginário da população da Estrela do Norte que, como vimos nos capítulos precedentes, fazem questão de reforçar a distinção da vida e das pessoas que fazem parte da comunidade e das pessoas que não integram essa vivência, expressa na relação “aqui dentro” e “lá fora”.

Entre as diversas tentativas de determinar os elementos que orientam o sentimento de enraizamento dentro do cotidiano das relações sociais, sublinhamos o trabalho dos estudiosos Theodor Sarbin, Henri Tajfel, do seu discípulo John C. Turner. O ponto em comum no pensamento dos autores que nos interessa nesse trabalho é a referência do pertencimento a um grupo na constituição da identidade e a importância da dimensão subjetiva e motivacional de pertencimento e não pertencimento. “A pertença a um grupo pode resultar da escolha da pessoa, mas também de imposição externa ou do acaso. O importante é a percepção de pertença. Relevante para a pertença é o elemento motivacional” (PAIVA, texto digitado, p.4).

Guiados por esta concepção de identidade, buscamos reconhecer a identidade pessoal dos moradores a partir de seu sentimento de ligação à vida e à história da Estrela do Norte e como este apoio social do grupo é relevante em suas vidas. Observamos os elementos formadores da identidade dos sujeitos a partir de seu sentimento de pertencimento aos grupos sociais ou comunidades¹⁶. Relembrando aqui que o pertencimento é um vínculo e um empenho ligado a uma identidade enraizada.

Recorremos então, às paisagens de vida dos moradores, dando a palavra a vozes muitas vezes silenciadas, como a dos recordadores paulistas com quem Ecléa Bosi (1979) pôde desvendar novos horizontes a partir do trabalho com a lembrança. Como porta-vozes da vivência particular dessas pessoas, compartilhamos da visão de Bosi de que é impossível estudar a questão da identidade sem percorrer os meandros da memória. O conceito de narrativa é realçado também por Frable (1997) como uma forma significativa de construção e compreensão de aspectos psicológicos. Esta, juntamente com a geografia, a religião, biologia, entre outros, compõe a “matéria-prima” (CASTELLS, 2006) da qual o homem se vale para construir sua identidade.

¹⁶ Reiterando que o conceito de comunidade abordado por nós não é oposto ao de sociedade, mas complementar ao mesmo. É uma forma de nomeação de um grupo que proporciona ao mesmo tempo um sistema de valores, código moral e senso de identidade que é reconstruído e ressignificado constantemente. Defendemos que a base da comunidade está no espírito de reciprocidade, solidariedade e cooperação, como aparece em Roberto Putman (1996, citado por GOHN, 2005, p.56), que coloca a sua definição de comunidade cívica como “cidadãos atuantes e imbuídos de espírito público, por relações políticas igualitárias, por uma estrutura social firmada na confiança e colaboração”.

4.1.3 Identidade no contexto da favela

Ao entrevistarmos os moradores da Estrela do Norte, buscamos saber se eles se sentiam parte da comunidade. A resposta foi positiva na maioria dos relatos, sendo que registramos muitas confirmações exaltadas, enfatizadas pelas palavras “com certeza!”. Houve quem dissesse que não, mas sem deixar de sublinhar que talvez fosse uma decorrência do fato de morar há pouco tempo ali e não ficar muito tempo em casa.

Na conversa com Sr. José Evandro, se deduz que houve confusão entre a idéia da comunidade com a associação comunitária, pois o morador fez questão de afirmar que ele apenas ajudava, mas não fazia parte. Outro morador reconhece que passou uma época em que sofreu com a pressão da discriminação e se sentia deslocado na comunidade. Conta-nos que: “nessa minha fase eu passei por uma etapa muito difícil, com muita fofoca. Foi um vendaval na minha vida. Nesta época eu não queria participar daqui, não queria morar aqui, eu não queria conhecer ninguém daqui”. Mas garante que isso é coisa do passado, “passou”, e que hoje

sentir-se pertencente à comunidade é muito importante porque eu faço parte daqui, eu nasci aqui, cresci aqui, vi tudo evoluindo. Não tem como eu virar as costas e falar; ‘eu não vi nada disso, eu não sou nada nisto tudo’. Eu participei. O peixe sem escama não será mais peixe, não vai ter toda proteção que ele teria. Então, eu faço parte. Aqui dentro eu sou super protegido. Me sinto em um casulo.

No gesto e na fala de João Paulo, temos a impressão de que “as escamas” são desenvolvidas nas trilhas por onde se expressa a democracia e a cidadania, isto é pela aceitação do outro e pelo respeito que este faz por merecer como pessoa. É uma manifestação individual de perceber-se único, distinto e simultaneamente partícipe de uma vida compartilhada.

Não podemos deixar de fazer menção ao conceito de *identidade de resistência*, estabelecida por Castells (2006). As identidades de resistência, segundo o autor, são elaboradas por sujeitos oprimidos, desvalorizados e estigmatizados pela lógica dominante, construindo “trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostas a estes últimos” (p.24). Apesar de reconhecermos a existência de um projeto de resistência levado adiante no desdobrar do dia-a-dia da população local, que de alguma forma se vê obrigada a se confrontar com o estereótipo da pobreza e de “favelado”, é possível notas distintas origens para a visão da

identidade, a partir, principalmente, do pertencimento revelado na discussão em torno do significado de se sentir parte da comunidade.

A narrativa de Sr. Pedro é significativa nesse sentido, pois revela o sentimento de lealdade enraizado na integração da biografia pessoal do morador e da biografia do local onde mora: “a gente faz parte, porque a gente é o mais velho daqui. Tem que fazer parte, não pode falar mal se você mora aqui”. O entrevistado também faz alusão à responsabilidade de zelar pela imagem da comunidade da qual faz parte, principalmente se você é uma figura de referência, um dos “mais velhos” e, portanto, depositário da memória coletiva. Algo parecido parece dar-se com Marcos. Ele tece uma relação da sua pertença com a história da Estrela do Norte. A comunidade é vista com um espaço de vida e experiência: “a história daqui. Ter aprendido tanta coisa. Foi tão bom para mim”. O entrevistado reforça ainda a importância deste enraizamento na sua vida:

[É] muito importante. Muito importante. Tanto que meu e-mail é ‘marcos estrela do norte’. Porque eu sempre falo muito bem daqui. Quando a pessoa chega aqui, fala ‘poxa, você tinha me falado daqui, mas é melhor’. Por isso que eu sou Estrela do Norte mesmo - como dizem - ‘até o osso’. Eu gosto mesmo daqui. Meus amigos estão aqui, minha família está aqui. É tudo aqui.

Ao se referir ao vínculo que o une com a comunidade foi possível perceber a dificuldade de Marcos em aceitar ter sua moradia localizada longe de toda a história e de seus conhecidos, expresso no esforço de estar presente sempre que possível.

O pensamento de Muzafer Sherif (2005) e Cristoph Dejours (1992) leva-nos ao encontro da influência de um objetivo comum na união de grupos, especialmente grupos conflitantes ou que compartilham de um sofrimento coletivo, no caso de Dejours. Em situação de conflito ou ameaça, na qual a necessidade de sobrevivência é reconhecida pelos indivíduos ou grupos, há uma convergência de identidades dos mesmos. A dificuldade e a necessidade funcionam como pólos de adesão a grupos e configuram, portanto, uma estratégia de defesa grupal. Apesar de poderem constituir a origem da composição de alguns grupos, defendemos que, após a formação da coletividade, os problemas ou tampouco a necessidade podem ser identificados como o elo que a mantém unida. Vínculos fortes e significativos não se sustentam apenas nas necessidades físicas e materiais. Estas são insuficientes para constituir encontros que proporcionam renovação pessoal dos membros e, numa esfera maior, a renovação social. Para isso, há a necessidade de acolhimento e modificação das permutas presentes na vida partilhada. Trata-se de um intercâmbio de aprendizagens na convivência,

com aquisições assimiladas e transformadas pelos sujeitos em sua atividade de criar e recriar seu cotidiano e suas identidades (OLIVEIRA, P.S., 1999).

Se olharmos para as iniciativas com o ideal de participação dos habitantes de comunidades de baixa renda e de favelas e para o campo tenso das redes de solidariedade e sistemas de reciprocidade em contextos de violência e precariedade, vemos muitas vezes como características fundamentais para a valorização da cultura popular, da participação democrática e da formação de uma comunidade. As noções de participação e democracia favorecem a identificação grupal. Nelas, a condição de ‘morador’ é revalorizada como ponto de apoio legitimador da ação cidadã. Alimenta-se, assim, uma noção de equivalência social que se produz a partir do próprio sujeito, não sendo “recebida de um agente exterior” (MAFRA, 2006, p.286).

A condição de residente não pode ser vista apenas em seu aspecto de grupos territoriais (SUTTLES, 1974; ALVITO, 2006). Não queremos com isso negar a relevância da inserção espacial na formação de grupos sociais, mas trazer luz a outras qualidades presentes no conceito ‘morador’, aproximando-nos da noção de transformadores sociais, ou então “empreendedores do próprio caminho”, retomando a fala de Paulo de Salles Oliveira (1999). Essa distinção é importante para olhar a mobilização social como ponto de concordância na biografia dos indivíduos. Isso não significa a ausência de conflitos, mas a superação destes em função de um consenso maior na teia das relações sociais.

Talvez seja isso o que Joana queira dizer quando associa sua pertença à comunidade à sua contribuição enquanto ser humano e profissional. A depoente menciona o valor solidário presente nas dicas profissionais e na capacidade de dar atenção ao próximo quando este lhe procura para conversar:

eu sinto que eu faço parte principalmente da área da saúde. Quando eu trabalho até tarde eu vou para casa cansada. Mas eu sinto que o que eu sei, eu passei para aquela pessoa que estava precisando e que aquela pessoa saiu daqui [do ambulatório] mais feliz. Só de a gente conversar, de atender [os pacientes], eu sinto que a gente está ajudando aquelas pessoas.

Certamente é o que encontramos no gesto de Dona Marlene que ajudou a vizinha, Dona Josefina, a arrumar sua casa, que, segundo a depoente, estava praticamente desmoronando:

Eu nunca passava na casa dela, apesar de ser tão perto daqui. Quando foi um dia - quando chovia ela sempre reclamava ‘ai meu Deus, minha casa está caindo’, e ela sempre estava com os pés cheio de barro - eu falei: ‘deixa eu ver como é que está a casa dessa Josefina’. Eu fui lá. Realmente. Era um monte de tábuas, com plantas subindo e já fazendo parte do telhado dela. Eu falei ‘nossa! Meu Deus!’. Através da reunião [da comissão de moradores], hoje ela tem a casa dela. Eu conversei com todo mundo lá dentro.

Apesar de “ter recebido muito não”, como ela mesmo falou, a moradora persistiu na luta para dar condições mais dignas para a vizinha. Sua recompensa é ver que pôde contribuir para a melhoria da vida de alguém “porque hoje eu vejo a Josefina limpinha, sequinha; o pezinho dela não tem mais barro, a casinha dela tem banheiro, tem chuveiro, ela tem tanque, ela tem a torneira dela...”.

Pudemos experimentar um pouco da doçura do acolhimento dessa senhora, que em um ato de solidariedade nos lembrou que “às vezes, somos nós que temos que dar chance para nós mesmos” ao invés de esperar pela ajuda alheia, mas, para isso “não podemos falar ‘não podemos’, ‘não conseguiremos’, ou ‘nunca’, [pois] pode demorar muito tempo, mas sempre há possibilidade”. Uma demonstração de que é possível alcançar o coração das pessoas nos menores gestos e palavras e que a educação é mesmo uma oferenda de uma pessoa para a outra em um movimento de reciprocidade nas atividades ou tarefas constantes de criar e recriar seu cotidiano (OLIVEIRA, P.S., 1999). Uma lição que está ao alcance dos homens em cada momento de sua existência. Cabe a eles o esforço de ir nessa direção, como se deduz da fala de João Paulo ao falar da motivação que leva as pessoas a realizarem trabalhos sociais:

a vontade de mudar, vontade de ver crescer, de mudar o mundo, ver alguma coisa melhor, vontade de evoluir. Chega desta coisa de ficar parado, chega de viver apenas a minha vida! Acho que é isso aí: vontade de mudar, não só a si mesmo, mas os outros como um todo. Todo ser humano é capaz, basta querer.

4.2 – Identidade enraizada na participação social

4.2.1 Enraizamento e identidade

Durante o nosso estudo descobrimos que o critério para categorizar o grupo de pertença não pode ser reduzido apenas a um único elemento, como a classe social. A situação de fragmentação atual leva à suposição de existirem outros critérios ao invés de um critério geral capaz de orientar a dinâmica psicossocial dos indivíduos. Nossa experiência de campo, juntamente com o diálogo teórico, nos ajudou a distinguir alguns desses elementos.

Se perceber como participante de uma comunidade pela relevância social de sua ação na vida comunitária é reforçado pela trajetória pessoal e coletiva dos moradores. Uma qualidade que alimenta a alma e o espírito dos homens. Adriana faz questão de enfatizar que: “é bom se sentir importante. Se você parar para pensar, às vezes você acha que não pode fazer nada e um pouquinho só que você faz já é muita coisa para a outra pessoa. Quanto mais você faz o bem, mais do bem você tem”. Na sua avaliação, as pessoas que se dedicam à ajuda voluntária, o fazem, provavelmente, por ser uma “missão de vida”, enquanto a maioria das pessoas só pode contribuir dentro das limitações da vida pessoal.

É preciso voltar nosso olhar para a distinção entre a concepção de pertença baseada no que denominamos de *pertencer-por-nascimento* e a concepção enraizada na noção de *pertencer-por-integrar* a história coletiva. A primeira tem sua função delimitada, serve como base de referência espacial no mundo. No entanto, acreditamos que as raízes dos homens se solidificam apenas quando os indivíduos passam a tomar parte ativa do mundo. Voltamo-nos aqui para a valorização das raízes como fonte de fortalecimento da identidade dos sujeitos, baseando-nos na aceção de enraizamento nas visões de Simone Weil (1979) e Ecléa Bosi (1979, 2002, 2003).

O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana e uma das mais difíceis de definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro (WEIL, 1979, p.347)

Fundada nas premissas acima, Weil procura mostrar como a nossa capacidade de convivência entre homens nos permite atribuir sentido ao mundo e, sobretudo, à nossa existência. Completamos sua fala com a visão de Xidieh (1972, citado por OLIVEIRA, P.S., 1999): enraizamento é uma auto-afirmação daquilo que você é, aquilo que você vive. As percepções de Dona Marlene, Adriana e Sandrinha enfatizam a participação como elemento-chave para compreensão do sentimento de pertença. Joana discorre emocionada sobre seu trabalho voluntário no grupo de alcoólatras da Igreja Apostólica que frequenta. Para ela, poder retribuir a ajuda que recebeu é uma força que a mantém no grupo, além do respaldo religioso.

Eu acho muito importante a gente passar o que a gente sabe, alguma coisa que está dentro da gente e que a gente pode passar para essa pessoa. Quando eu fui para esse grupo, eu estava mal mesmo. [...] Quando eu cheguei lá, uma pessoa falou para mim: ‘você vai conseguir. Você vai conseguir sair dessa, porque eu consegui’. Eu voltei para casa pensando nessas palavras que ela falou. Com o tempo eu fui conseguindo me recuperar, me habituar a essa situação. Aceitar que era uma doença do meu marido. E eu tinha que aceitar ele do jeito que ele era. Agora eu sinto que eu

já estou preparada para ajudar outras pessoas. É essa troca. Eu acho que é muito importante esse trabalho voluntário. É importante porque é um trabalho rico e sai de dentro da gente. Sai de dentro da gente e eu mesma, quando eu faço isso, tem vezes que eu chego na sala, eu chego tão cansada, tão cansada, mas com uma palavra que eu falo lá eu venho para casa me sentindo muito bem. Eu me sinto muito feliz. Eu sinto que Deus está me dando uma força para eu fazer esse trabalho.

Vera faz alusão ao reconhecimento da sua participação na luta por uma vida mais digna para a população da comunidade: “por causa da luta que tinha. Eu me sinto importante. Eu me sinto importante por ter feito muita coisa por muita gente, mesmo que no fim não o fiz por mim mesma”.

Nem todos os moradores se dispõem a integrar a rede de trocas e participação solidária, no entanto alguns não conseguem dissociá-los de suas atividades cotidianas, como, por exemplo, Dona Marlene, Dona Ana ou Sr. José Evandro. Este último começa citando o fato de morar perto dos filhos como sendo a motivação principal para se sentir parte da comunidade, mas depois reforça o papel do apoio mútuo encontrado na população local, que acaba integrando - de diferentes formas - sua família.

Porque os meus filhos moram aqui. Todo mundo conhece um ao outro: quando alguém fica doente, alguém socorre. Se não tiver gente em casa, qualquer um o leva para o hospital. As pessoas fazem favores. Se não pode levar, fazem uma ligação para a família. Por isso que aqui é bom, por causa disso é que eu gosto daqui. Os meninos foram todos criados aqui.

A fala de Sandrinha perpassa a questão de ser habitante, isto é, a importância de viver no lugar, mas remete também a outras questões, como a amizade e a vontade de ver o crescimento das crianças:

Por ser moradora ou participar de algumas coisas que acontecem aqui. Pela amizade, pelas pessoas e pelas crianças que eu cuidei. Eu quero ver o desenvolvimento, o crescimento delas. Agora eu estou devendo, pois estou fazendo faculdade e não estou participando mais [da comissão].

Em obra de Ecléa Bosi (2003, p.178), a definição de enraizamento elaborada por Weil, é aprofundada para concluir que “o desenraizamento é a mais perigosa doença que atinge a cultura”. A palavra “perigosa” é empregada para reforçar o poder do enraizamento no destino humano como forma de pertencer ao mundo, revelando-se criativa, e ativamente em contraposição à cultura capitalista desenraizada, repetitiva e estreita em possibilidades. O impacto desse confinamento da disposição de projetar um futuro leva a uma crise da cultura. O termo ‘enraizamento’ abriga, na interpretação da autora, qualidades preciosas: “a possibilidade de estar junto, essa quebra do isolamento, são um bem em si, e talvez o maior

dos bens” (idem, p.180). Quando a vida biográfica deixa de ser mediada pelas instâncias segregadoras do sistema capitalista - como vida profissional, vida pessoal, esfera pública e privada, interesse particular e coletivo, casa e vizinhança - tornam-se vivas as motivações enraizadoras e estas começam a aflorar e a expressar seus significados. A vida aparece como um conjunto e não mais dividida em categorias, passa a ser um campo promissor de reflexão e atenção sobre o destino humano. A autora vê na ação conjunta a força para resistir a esta crise e evidenciar o destino político dos homens.

Através de suas raízes, os homens não se sentem mais exilados em sua própria terra e tem uma chance de perceber que a vida não pode ser consumida, apenas vivida. A partir das raízes na cultura de um povo se resgata o sentido perdido do cotidiano - hoje visto como pesado e mortificante. Por isso, discordamos de Richard Baxter (s.d, citado por BAUMAN, 2005, p.37), sugere que ao invés de buscarmos identidades mais arraigadas e fixas, deveríamos portar identidades como um “manto leve e pronto a ser despido a qualquer momento”.

Assinalamos que com o resgate do significado das raízes da participação na vida cotidiana, há a possibilidade do homem voltar a ser consciente da essência humana e se sentir responsável pelos outros homens. Para Karl Marx (2004), a responsabilidade pela espécie humana em nosso mundo é sobreposta pela preocupação com a sobrevivência individual. Ele coloca-nos o desafio de incorporar novas formas de pensar e agir que levem em consideração o outro em cada ação e decisão de nossas vidas. O que vale dizer, se deixar guiar por uma nova orientação solidária apontando para novos horizontes, um exercício diário de renovar a opção solidária e seus desafios (OLIVEIRA, P.S., 2007).

Convidamos à leitura dos entrevistados para descortinar a representação existente em torno do trabalho voluntário e sua relação com a vivência de práticas cidadãs e fraternas entre os moradores. Em nossas conversas notamos que estes estabelecem uma separação entre o voluntariado e a participação comunitária. Estes não se percebem como trabalhadores voluntários quando o assunto é o envolvimento em questões relacionadas ao desenvolvimento da Estrela do Norte. Em geral, associam a sua contribuição não remunerada apenas a participação em eventos ou atividades religiosas, como o caso de Marcos. Ele acredita que o trabalho voluntário é

muito válido. Acho que pessoas assim [voluntários] estão de parabéns. Quem acredita, quem não tem preconceito. Eu tenho uma opinião assim: quem ajuda o próximo é mais feliz. Quem tem vontade de ensinar, de fazer com que a outra pessoa cresça, só tende a crescer cada dia mais.

Com os moradores, pudemos compreender melhor que o trabalho voluntário é concebido como tornar-se membro de uma associação ou uma instituição com o intuito de ajudar o próximo; uma atividade pontual na vida dos indivíduos e não um prolongamento de suas vidas cotidianas. Por isso, o voluntário é sempre o “outro”, geralmente não morador da comunidade. Porém, a prática se mostra muito diferente do discurso. Estamos convencidos de que ainda há pontos que merecem reflexão no que tange à questão da participação. Os depoentes mais engajados nas atividades comunitárias afirmaram não realizar trabalhos voluntários, demonstrando a dificuldade de reconhecer o valor da participação individual. Dona Ana, responsável por colher as assinaturas do abaixo-assinado para conseguir iluminação pública na favela, faz questão de enfatizar a relevância do trabalho voluntário:

o voluntário está mostrando que ele tem vontade de mudar alguma coisa, que ele tem vontade de ajudar. Eu não participo de trabalho voluntário porque eu não tenho saúde nem para arrumar a minha casa. Estou desde manhã cedo lutando e ainda não arrumei a casa. Fui levar as crianças na escola e eu estou aqui ainda, embolada.

O mais interessante é que ela nega que já tenha feito trabalho voluntário, explica que “não tenho tempo para ir lá. Se eu tivesse, eu também iria. Vontade eu tenho. Quando eu podia, quando eu tinha saúde para isso, eu trabalhava e não tinha tempo”. Podemos deduzir da sua narrativa a crença de que a vontade de mudar o mundo demanda um tempo reservado exclusivamente para ele na vida dos sujeitos em contraposição a concepção de uma prática cidadã incorporada na vida diária dos sujeitos. O que Dona Ana e alguns outros depoentes não conseguem perceber claramente é que sua integração na construção social da comunidade constitui um movimento emancipatório de recusa à opressão e resgate da dignidade, retomando Paulo de Salles Oliveira (1999, p.32), que “faz-se acompanhar de uma proposta de reconstrução do real, com base em outros fundamentos, reabilitadores da humanização. [...] Uma riqueza que cifra alguma é capaz de traduzir. Nela o que conta é o enraizamento”.

Procuramos reencontrar a crença de que tomar parte ativa no mundo não é uma ação à parte das outras atividades da nossa vida cotidiana, mas uma forma de inserção solidária e cidadã que, como bem colocou João Paulo, “engrandece muito as pessoas, traz muita experiência para nossa alma, para nosso corpo, é muito aprendizado. Por mais que você não esteja ganhando, você está crescendo como pessoa”. Para isso é preciso superar a concepção,

identificada aqui na voz de Ricardo, de ajuda voluntária como um “um dia de ação [no qual] você está se dando para aquelas pessoas, contribuindo algo para a vida delas”. Só assim poderemos abrir um espaço para educação compartilhada no dia-a-dia dos homens e redescobrir o sentido da coexistência na responsabilidade e compromisso com o impacto de nossa ação no mundo.

As experiências comunicadas nas entrevistas revelam a possibilidade de fazer parte de trabalhos voluntários como elemento de crescimento individual e coletivo, uma vez que contribui como oportunidade de valorizar a grandeza da experiência das trocas sociais. Uma qualidade ressaltada por quase todos com quem conversamos e que deve ser retomada como elemento integrante da vida dos homens. Em um momento de sua entrevista, Ricardo assevera a riqueza das trocas presente nas relações fundadas na cultura solidária:

Eu acho que é assim, quando você se sente à vontade para fazer um trabalho voluntário, você soma. Você vai perceber que houve uma mudança e pensar: “que bacana”, você trouxe seu conhecimento para algumas pessoas que iam demorar muito para alcançar esse conhecimento. Eu digo no sentido das pessoas da classe média alta que procuram favelas para desenvolverem trabalhos. Eu acho isso muito bacana. Porque a pessoa se sentiu à vontade, acho que se sentiu um pouco: ‘para que todo esse conteúdo se eu não vou dividi-lo com ninguém? Eu paguei para ter esse conteúdo. Mas, e aquelas pessoas que não têm condições de pagar? Será que eu não posso me doar uma vez por semana, uma hora, sei lá, duas horas?’

Mesmo apontando uma troca classista do conhecimento, Ricardo estabelece uma relação da participação voluntária com os prazeres da vida dele e dos jovens com quem trabalha: “acho que não tem prazer maior. Porque quando você ajuda o próximo, você se ajuda. É legal. E para o jovem, eu acredito nisso também, porque você vê exemplos vivos de pessoas lutando”. Ele faz questão de lembrar ainda que a vontade de contribuir deve ser genuína e não um falso pretexto para *marketing social* ou até mesmo *marketing pessoal*. A partir de sua reflexão, gostaríamos de reconhecer a crítica de Gohn¹⁷ ao plano de estruturação de carreiras dentro das empresas que considera o engajamento dos funcionários em ações sociais como critério de avaliação e qualificação profissional. Entendemos, assim como Gohn, que este movimento - juntamente com muitos outros de cunho social e responsável - resulta em uma forma coercitiva de promover a participação social que desqualifica todo o propósito de envolvimento e reconhecimento da causa, levando a práticas sociais desenraizadas e inadequadas para alicerçar cultura solidária

¹⁷ Informação recebida na conferência intitulada *Movimentos sociais: um balanço sobre as teorias na contemporaneidade* apresentada no Seminário de comemoração de 20 anos do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais (NEMOS) realizado na PUC-SP nos dias 08 de Novembro de 2007.

eu acho que quando é assim, ‘a minha firma, a empresa da qual eu sou dono ou sou diretor, é localizada ao lado de uma favela. Então para que eles não me roubem, ou para conseguir moral perante essa comunidade, eu vou fazer um trabalho voluntário lá, a gente vai doar cesta básica e tal’. É muito superficial. Normalmente eles doam cesta básica, chegam no dia das crianças, dão alguns brinquedinhos mixurucas ou dão uma cestinha de final de ano. Isso realmente pega as pessoas porque todo mundo fica feliz se alguém te dá um prato de comida. Se você não tem condições de ter uma coisa, você fica feliz quando alguém te dá o que você deseja. Esse eu descarto, esse cara é de má fé.

Seguramente não podemos chamar estas formas de participação de “movimentos efetivos que deixariam sua marca no mundo” (WEIL, 1979, p.276), uma vez que são destituídos do espírito com anseio de forjar um destino da vida pessoal e coletiva com as próprias mãos. Weil ressalta que é preciso transformar a relação de submissão cega do indivíduo ao meio social, que representa, segundo ela, uma “máquina de partir os corações, de esmagar os espíritos (...) de fabricar inconsciência, tolice, corrupção, desfibramento e, sobretudo vertigem” (idem, p.293). Para isso exige-se um reequilíbrio da vida humana onde tudo está na medida do homem e não das coisas quantificadas. O homem não pode deixar de considerar sua humanidade, principalmente não pode deixar de lado o esforço do pensamento. Este, aliado ao que a autora chama de *cooperação metódica de todos*, representa a possibilidade de salvação da opressão¹⁸. Do contrário, é impossível conceber uma sociedade onde não domine a dependência cega da máquina social burocrática e centralizada. Tal importância pode ser visualizada tanto a partir da dominação quanto da violência. Não podemos deixar de lembrar aqui que “a violência irrompe toda vez que tratamos os seres humanos como coisas, ou nas palavras de Ecléa Bosi, a cada instante em que um grupo social se relaciona com outro enquanto predador e presa” (OLIVEIRA, P.S., 2006, p.41).

Posto isso, indicamos a importância do resgate da consciência e da prática da cooperação solidária, muito esvanecida em nossos dias. Um trabalho realizado tanto pelos moradores da Estrela do Norte quanto por outros voluntários; que apesar de serem vistos separadamente pelos depoentes, devem ser consideradas pessoas “que estão tentando mudar alguma coisa no mundo”, pois percebem que “esse mundo ficou muito disperso, as pessoas pensam mais nelas e não pensam nas outras. Acho que essas pessoas que fazem trabalho voluntário [ou engajamento comunitário, acrescentamos nós] o pouco que elas fazem pode

¹⁸ É importante frisar que compartilhamos da visão do pedagogo brasileiro Paulo Freire (1975) sobre a opressão como uma internalização em um de nós do opressor que tolhe a voz, a palavra, a ação autônoma e a liberdade aos homens.

virar muita coisa depois, mais para frente”, pondera Adriana, mostrando sensibilidade com a questão. Uma visão coerente com a idéia de participação elaborada por Gohn (2005, p.30):

um processo de vivência que imprime sentido e significado a um grupo ou movimento social, tornando-o protagonista de sua história, desenvolvendo uma consciência crítica desalienadora agregando força sociopolítica a esse grupo ou ação coletiva, e gerando novos valores, uma cultura política nova.

Trata-se, portanto, de uma participação que conduz a transformações sociais, ou como coloca Oliveira (1999), “ações embutidas de aspiração por mudança”. Não podemos esquecer o sentido de transformação que se quer enfatizar aqui: movimento que se dá no decorrer da interação social considerando o caminhar social sob o ponto de vista dialético; uma renovação com bases assentadas no “fio da tradição” (ARENDT, 1992). É, portanto uma transformação enraizada, que não implica a aniquilação completa do passado. Apesar de ser confundida com o passado, a tradição é, na verdade, o veículo de transmissão da herança humana; é ela quem liga o nosso passado ao presente. Diferentemente de um desejo nostálgico de retornar às origens, é um modo de resgatar conteúdos importantes, nos impulsionar e nos guiar para a transformação do mundo. É por meio dela que o conteúdo da memória e do enraizamento ecoa para o mundo. Tradição, nesse sentido explicitado aqui, é uma herança social e, portanto, humana, que nos permite fazer sentido no lugar onde vivemos.

Valeria a pena aqui retomar a conceituação de “participação natural” emprestada de Simone Weil, como aquela que vem automaticamente do nascimento do ser humano, da sua profissão, do ambiente em que vive. Uma participação que supõe um enraizamento. Um enraizamento, que por sua vez retoma a noção de comum-idade como algo que une os homens e que em diversos momentos de suas trajetórias fizeram nascer neles o sentimento de ser “como-um”. Olhando para as auto-representações dos indivíduos que se identificam pelo pertencimento à Estrela do Norte, refletida nas “imagens de nós” (ELIAS, 2000, p.13), é possível verificar uma identidade que reside na comunidade. As pessoas voltam a se instalar como sujeitos da sua ação e nesse trajeto são capazes de retomar o cultivo da comunhão entre os homens. Não é uma garantia, mas um esforço - ainda que pouco consciente para seus sujeitos - de se aventurar nessa busca. Nesta, existe a possibilidade latente de que a realização dos princípios e das metas esbarre nas contradições inerentes à condição humana. Por isso, afirmarmos que a transformação das práticas cotidianas em busca de princípios mais humanos pressupõe luta e ásperas tensões com as contradições, além do desafio em descobrir como lidar com as contradições que permeiam aqueles que buscam viver em comunidades. Para

Paulo de Salles Oliveira, o trabalho realizado por um conjunto de pessoas através de ações coletivas requer acordos e propostas formuladas a partir de um olhar sobre o bem comum, no qual “seus componentes conseguem traduzir na prática uma vida em comunidade, uma proposta de interações o mais possível igualitária e justa” (OLIVEIRA, 2001, p.44). Pressupostos para o surgimento das comunidades políticas, como veremos logo adiante.

4.2.2 Cidadania e laços identitários

A partir da discussão colocada até o momento, atentamos para formações identitárias com base no princípio da criatividade e das responsabilidades dos indivíduos. Nosso olhar parte das trajetórias e experiências de vida de moradores de dado grupo social para defesa de interesses coletivos, para então reconhecer a presença do que Castells (2006) denominou de *identidade de projeto*. Identidades construídas a partir da cultura dos indivíduos, ajudando-os a redefinir sua posição social, bem como auxiliar na busca da transformação da sociedade em que vivem. E, por fim, a identidade de projetos produz sujeitos, no sentido de agentes sociais coletivos que buscam um “projeto de uma vida diferente (...) expandindo-se no sentido da transformação da sociedade como prolongamento desse projeto de identidade” (p.26).

Talvez seja possível supor que a identidade de projeto, com suas diferentes facetas, contornos e nuances, só pode expressar-se na esfera da ação acompanhada da fala humana. Nessa perspectiva, a identidade é revelada no agir e no discurso. Dito de outro modo ela se manifesta na atividade humana da atuação e da palavra proferida. Definir quem alguém é - como ensina Hannah Arendt (1987) - pode ser um equívoco que nos leva somente a uma mera descrição de um personagem. Concordamos com autora de que é no âmbito da ação e discurso que os homens mostram quem realmente são. Embora apareçam de modo claro e inconfundível para os outros, o “quem” permanece invisível para a própria pessoa, daí a qualidade reveladora do discurso e da ação, que ocorre no âmbito da convivência humana. A autora defende ainda que é inerente à dignidade humana a possibilidade de revelar-se através do discurso e da ação. O que acontece em um mundo onde delegamos nosso poder de fala e ação a terceiros? Esta é uma pergunta importante. A resposta encaminhada em sua obra aponta para a criação de um mundo dominado pela confusão e opressão. Certamente encontramos ressonância de suas palavras nas obras de Weil (1979), La Boétie (1982), Paulo de Salles Oliveira (2007) e também de Ecléa Bosi (2002).

Partimos do pressuposto de que a identidade forjada pelos indivíduos é um labor individual a partir da inserção no mundo e, portanto, prescinde dos vínculos sociais. Lembramos a designação do termo *eu* ou *auto-identidade* de Giddens (2002) para reforçar que esta não pode ser considerada uma entidade passiva, determinada por elementos externos. Os indivíduos são responsáveis por tecerem suas identidades dentro de contextos específicos de ação, levando em consideração as inter-influências sociais globais. Para isso contam com a “reflexividade do eu”, um projeto de construção pessoal que depende de um processo da auto-percepção para conectar mudança pessoal e social na trajetória dos indivíduos. Na visão do autor, “não somos o que somos, mas o que fazemos de nós mesmos” (p.74), reconhecendo que há uma implicação de envolvimento e auto-entendimento na construção e reconstrução dos sentidos de identidade. O autor esclarece que a auto-identidade supõe a narrativa e a biografia individual como bases de sustentação do sentido do *eu* e, dessa forma, de singularizar as experiências humanas. Um diálogo encontrado também em Ciampa, para quem “a história é a progressiva e contínua hominização do Homem” (1999, p.68), isto é da autoprodução humana. O autor brasileiro traz a análise da identidade sob o tripé: identidade-atividade-consciência e assim,

alarga a construção da identidade até os limites do humano, apontando como singularmente importante, frente à definição de outras identidades, o definir-se alguém como ser humano. Essa definição, cuja necessidade não é habitualmente destacada pelos estudiosos de psicologia a não ser em estados de intensa degradação das pessoas, é para o autor uma definição indispensável, uma vez que contemporaneamente, todos, ricos e pobres, estão alienados de si mesmos e reduzidos à condição de objeto, frente ao único sujeito, o Capital (PAIVA, texto digitado, p.5).

Ciampa trabalha com a noção de identidade fazendo um paralelo com os elementos personagens e autores de histórias para então defender a idéia de que todos somos autores e personagem das histórias que vivemos. As nossas histórias são criadas e nós somos os personagens da narrativa. No entanto, ressalta que para além da história pessoal, somos autores coletivos da história. Pautada nessa acepção, Gohn (2005, p.34) traça a relação ente a identidade e suas raízes políticas cidadãs como sendo:

o conjunto de percepções e de visões de mundo que um grupo constrói no processo de experiência histórica ao atuarem coletivamente, aliado às representações simbólicas que também constroem ou adotam, são parte mais relevante da cultura política de um grupo porque é a partir destes elementos que o grupo constrói sua identidade.

Para Gohn, com a identidade cidadã dá-se início ao processo de transformação dos indivíduos em sujeitos, em autores de ações históricas e as suas ações possuem sentido, isto é,

possuem uma orientação com fim de obter os desdobramentos desejados. Nesse sentido, a autora aproxima-se da noção de *mobilização consciente* encontrada em Vidal (1988).

Para que um indivíduo ou um grupo possa dar sentido à sua participação numa ação social, ele tem que decodificar o significado do que está em tela, em termos do conteúdo das mensagens implícitas, determinar quem é o emissor e o receptor, que universos simbólicos contêm, que valores defendem ou rejeitam. De posse desse acervo de informações, este indivíduo o confronta com seu universo referencial. (...) Quando os significados são desvelados, eles produzem estímulos e geram respostas discursivas ou ações gestuais, ou ações coletivas e movimentos; criam-se processos identitários, individuais e coletivos (GOHN, 2005, p.31).

A noção de pessoa enquanto ser psicológico na categoria do *eu* é alcançada no homem dotado de consciência, conduta e ação. Conseqüentemente, a consciência da própria individualidade respaldou a concepção de uma identidade social (COSTA, 1983). Esse passo redimensionou a visão de homem e de mundo, além de lançar um novo olhar sobre a dicotomia entre indivíduo e sociedade. Dicotomia esta que “faz com que cada indivíduo não reconheça o outro como ser humano e, conseqüentemente, não se reconheça a si próprio como humano” (CIAMPA, 1999, p.73). Se perdemos de vista a humanidade que vive em cada ser humano, admitiremos que não existe mais espaço para a ação como um ensejo de um projeto político.

Vale ressaltar que alguns autores, como Gubritz (2000), concebem identidade sob uma perspectiva dialética como uma categoria na interseção dos grupos de consciência, atividade (ação) e sentimento. Essa reflexão sugere que o sentimento não seja tolhido da compreensão da identidade. Podemos estabelecer uma ponte entre esse pensamento e a perspectiva da motivação da ação humana, uma vez que o ser humano não é movido somente pela razão, mas também pela emoção. Como vimos ao longo deste trabalho, a alegria, a compaixão, a satisfação em ajudar o próximo, a empatia, a solidariedade, o orgulho de poder contribuir para o crescimento da comunidade são apenas alguns sentimentos constituintes da identidade cidadã que podemos elencar. Expressão encontrada na narrativa de Vera, quando esta nos conta, com orgulho, do contrato com a prefeitura que contém a sua assinatura - documento importante para selar o projeto de urbanização - que ainda guarda consigo como testemunha da iniciativa dos moradores da Estrela do Norte.

Os moradores foram buscar. Eu tenho até um papel, que eu assinei na época, com a assinatura do contrato. A assinatura da minuta, do contrato, do pedido da urbanização. Eu ainda a guardo. Tenho aqui comigo. Eu assinei, vários moradores assinaram. As pessoas que foram buscar [pela urbanização] eram responsáveis.

Roman (1996, p.26) aponta para o vínculo social como uma questão a ser pensada juntamente com a cidadania e nos coloca a seguinte questão: “como fundar o vínculo social com base na cidadania, quer dizer, como partir desse fato que parece conquistado, isto é, do fato que no âmbito jurídico-político somos todos cidadãos, uma vez que isso não cria vínculo? E como fazer vínculo a partir daí?”. Propomos que a resposta não se encontra no discurso acerca do significado, mas principalmente nas práticas solidárias cotidianas. A solidariedade surge nesse contexto construindo laços de identidade e pertencimento a partir de interesses comuns, situando-a no projeto de emancipação social, assim como a categoria resistência.

O teste de uma verdadeira humanidade universal é a capacidade dos homens darem espaço ao pluralismo das formas de vida humana e permitir que este sirva à causa da humanidade, encorajando-a e viabilizando-a (BAUMAN, 2005).

Toqueville (1998, citado por GOHN, 2005) traz uma abordagem centrada na cidadania como uma forma de comunitarismo, ou seja, a comunidade é o eixo principal que desenvolve e sustenta a ação de grupos e por isso torna-se pilar para a manutenção da sociedade. No seio das comunidades é que a cidadania torna-se uma “virtude a ser conquistada no exercício de práticas identitárias; é uma prática em busca do bem comum” (GOHN, 2005, p.23). Uma comunidade, “na qual todos, enraizados na realidade, aprendem uns dos outros, ensinam uns aos outros e se fazem parceiros na construção coletiva da história” (BOFF, 1992), norteando a vida de seus integrantes. Esta noção é explicitada quando Marta fala da importância de se sentir integrada em uma comunidade. Na visão da depoente, a comunidade cuidada e construída em conjunto é um cálice para a educação dos filhos.

É [um lugar onde] posso passar para os meus filhos coisas boas. Crescendo e vivendo num lado bom. Claro que ele vai conhecer o lado obscuro. Todo mundo tem oportunidades de ver os outros lados. Mas aqui ele tem uma chance de escolher o que ele quer. Ele vai saber o que é certo e o que é errado. Aqui ele tem uma chance de saber se ele vai querer o errado ou o certo.

A idéia de identidade cidadã retoma o conceito de cidadania no sentido ‘arendtiano’, noutras palavras, ela está assentada em sentidos políticos, pois advém da preocupação com o mundo e está arrolada na experiência comunitária. O homem passa a ser instigado à ação por motivos políticos, desenvolvendo um senso e consciência diferenciados de si próprio e dos interesses da vida pessoal. É na esfera pública que aprendemos a pensar coletivamente, para além dos próprios interesses. Quando nossa preocupação conhece o problema de outros indivíduos, experimenta a alteridade e passa a ser dotada de um cunho moral e espiritual no termo político.

Seguindo as trilhas de Giddens (2002) encontramos o surgimento da *política-vida* em contraposição às políticas públicas emancipatórias. Estas últimas seriam uma política da oportunidade de vida, já a política-vida é uma política de escolha do modo de vida, “uma política de auto-realização num ambiente reflexivamente organizado” (p.197). Aqui, elementos globais penetram no projeto reflexivo do *eu*, ao mesmo tempo em que os processos de auto-realização encontram ressonância nas estruturas globalizante, afirmando a interdependência no mundo. Trata-se de uma política de decisões e planejamento de vida no qual as identidades estão ancoradas no domínio público e não apenas no âmbito privado-íntimo. Falamos, portanto, de planos de vida. Uma visão que também se inscreve no pensamento de Ciampa. Mantém uma relação direta entre a questão da identidade e a realização de um projeto político. Sustenta que “o futuro se coloca como contínua e progressiva realização da humanidade” (CIAMPA, 1999, p.73) e esta é uma tarefa inescapável do ser humano. Trata-se de superar a dialética do homem como consciência e subjetividade e homem como condição material, *coisificado* e que contempla inerte o desenrolar da sua história. Fala da identidade como instrumento de se engajar em projetos de coexistência humana que possibilitam um sentido da história como a realização de um porvir a ser feito com os outros. Para que o projeto de identidade se realize para a hominização do homem, ele deverá ser desenvolvido de forma coletiva e democrática. Equivale a dizer que a identidade cidadã se aprende e se conquista. É uma construção fundada em valores solidários da organização social que acontece dentro da dinâmica individual e coletiva.

Vale ressaltar que o projeto é algo dinâmico e histórico. As práticas da vida cotidiana podem modificar o conteúdo desse projeto, porém o projeto político como um projeto democrático não pode perder de vista a perspectiva do outro e do universal (GOHN, 2005). Gohn não define o que seria o universal, mas afirma que é um projeto que não está confinado aos interesses particulares de um coletivo, organização ou movimento, e tem um papel pedagógico dentro da construção da cultura política de determinado grupo social.

Entendemos como projeto sóciopolítico e cultural de um grupo, organização ou movimento social, o conjunto de crenças, valores, ideologias, formas de conceber e de fazer as ações sociais coletivas concretas. Este conjunto é compartilhado por todos os membros no que tange a seus valores principais. O conteúdo desse conjunto, principalmente no que se refere às crenças, usualmente é anterior à existência do grupo, extrapola seus limites e fronteiras (p.35).

Falamos de um agir político que se realiza em alianças e parcerias e que expõe a cada instante as bases do projeto político no qual se fundamenta: o bem comum. Pedro Demo

(2002) insere a idéia de desenvolvimento humano como oportunidade política com a ressalva de que o trabalho coletivo depende acima de tudo da realização da cidadania. Segundo o autor, esta é capaz de combater as pretensões assistencialistas e fazer com que este sistema de seguridade social trabalhe a favor da emancipação dos sujeitos pobres ao invés de tentar simplesmente ajustá-los às condições materiais.

O “déficit” de cidadania é atualmente assinalado pela ONU como o obstáculo para que os homens se tornem sujeitos de sua história. José Moura Gonçalves Filho¹⁹ retrata a experiência de participação interrompida como origens da humilhação social. A impossibilidade de participar das ações sociais e políticas para promover mudanças na sua situação de vida é uma forma de rebaixamento. Para ele, o rebaixamento cancela a possibilidade de igualdade política entre os homens. Isso nos leva a reconhecer outra forma de pobreza aviltante que aparece sob a forma de dominação política e moral. Esta nunca pode ser vista como mera experiência de falta de objetos econômicos. É, sobretudo, humilhação, noutras palavras, uma falta de igualdade entre os seres humanos.

É fundamental que se escape da instalação perene das pessoas no assistencialismo, criando o que se chama de armadilha da pobreza (tradução nossa do termo inglês *poverty trap* elaborada por MERRIEN, 1996, citado por DEMO, 2002). Nesse contexto, a identidade cidadã aparece como um extraordinário recurso político. Hannah Arendt diz que os homens não nascem iguais, tornam-se iguais por conquista política. A igualdade não significa não-discriminação com base nas diferenças, e sim ser tratado como igual em nossa humanidade, reconhecendo as particularidades de cada um. Os mecanismos de participação social garantem esses espaços de conexão entre os homens, estabelecendo relação entre as demandas da vida cotidiana dos cidadãos e das atividades do poder público.

A perspectiva que parte da sociedade civil - na esfera do público não-estatal - determina duas dimensões da ação política: a política de influência (da sociedade civil sobre a comunidade política) e a política de identidade, voltada para a autonomia, identidade e democratização das relações sociais.

¹⁹ Informações recebidas na disciplina *Humilhação Social: alguns elementos para o exame psicológico de um sofrimento político* em 2006.

Não se trata apenas de pressionar o Estado para reivindicar direitos, mas de modernizar a própria sociedade civil, transformando as estruturas tradicionais de dominação, exclusão e desigualdade que, fora do aparelho de Estado, se encontram enraizadas nas instituições, normas, valores e identidades coletivas, baseadas em preconceitos de raça, classe, gênero, configurando o que Foucault denominou ‘micropoderes’ (VIEIRA, 2001, p.79).

4.3 O espelho da cidadania

A interação humana é a base dos acontecimentos sociais. A partir disso, acreditamos que “cada pessoa é uma origem e um centro de efeitos psicológicos que se expande para o interior da vida de outros” (ASCH, 1977, p.168). Noutras palavras, cada pessoa carrega consigo a força de influenciar o movimento psicológico e social dos outros seres humanos dentro de seus círculos de convivência. Por isso é significativa a imagem do espelho.

O espelho reflete, mas não nos vê; só outra pessoa pode ser um verdadeiro espelho para um ser humano; somente as pessoas podem nos responder com sentimentos e compreensão, com irritação ou admiração, com ajuda ou competição (idem, p.171).

As experiências humanas são espelhadas e representadas em cada um dos participantes e a visão dos indivíduos é interdependente das outras pessoas que compartilharam dos acontecimentos sociais. Por isso, só o homem é capaz, no processo de interação social, de considerar as emoções e pensamentos dos outros. Verifica-se, por esse conceito, a existência de processos de compreensão mútua que devem levar em consideração a diversidade de individualidades integradas na ação social.

Esta discussão geralmente se volta para a pesquisa no âmbito do “poder da exemplaridade” (NAVES, 2005). A alusão à questão do exemplo para a criação e constituição da cultura solidária e cidadã é enfatizada em diferentes momentos das entrevistas dos moradores. Nesse sentido, o exemplo serve como código para a conduta humana. Naves fala-nos da linha de ação da exemplaridade especificamente nas organizações de destaque na área de responsabilidade sócio-ambiental. O autor defende que estas engendram a possibilidade de incentivar a multiplicação de projetos sociais e ambientais sustentáveis bem-sucedidos e influenciar políticas públicas através do seu prestígio e credibilidade. O nosso estudo distingue-se da abordagem de Naves ao voltar-se para a problematização do exemplo nos eixos da cooperação vicinal solidária. As narrativas indicam que os exemplos das práticas de

cidadania em situações do cotidiano permitem a criação de um solo fértil para alianças solidárias no sonho de constituir uma nova forma de se viver em sociedade.

O imaginário em torno das formas que possibilitam a aprendizagem da cidadania nos conduz à idéia de espelho. O cidadão surge como depositário do poder de influenciar o cenário social servindo de testemunha viva dos conceitos de solidariedade, responsabilidade e participação social cidadã. Ouvir a fala dos moradores é ser chamado a refletir sobre nosso papel de educador em nossas atividades do dia-a-dia. Convidamos os leitores a essa reflexão:

“Eu vejo como se fosse uma coisa de cada pessoa. Se ela tiver uma oportunidade de ter um bom espelho, uma coisa para ela [se basear], uma mentalidade diferente para ela vislumbrar... Porque, às vezes, não é que a pessoa tenha sua mentalidade pequeninha, mas se ela ver o outro lado, pode acrescentar para essa mentalidade, com outros valores. Ela precisa disso”, afirma Dona Marlene.

Vicente indica, em certo momento, que a escola não pode ser vista como lócus do aprendizado da cidadania. A convivência aparece em sua fala como lugar privilegiado de vivência e assimilação de novos valores:

Não [se aprende] com a escola. Eu acho que na convivência com as outras pessoas mesmo [...] Conforme vai vendo as outras pessoas evoluindo, vai dando um *click* na cabeça. Você pensa: eu também posso ser assim e então vai procurando melhorar cada vez mais. E tem também as pessoas que te puxam consigo. Você conhece algo novo e acha legal esse mundo de poder crescer um pouco.

O morador ainda faz menção ao espelho da educação na prática cotidiana, de como a disposição cooperante pode ser traduzida em práticas pedagógicas para as crianças. Lembrando-nos da contribuição da leitura de Gandhi em defesa da prática do *svadeshi*, o serviço fraterno e responsável, ao próximo e ao mundo, feita por Ecléa Bosi (2002). Ambos defendem o não abandono da defesa e responsabilidade pelo mundo no cotidiano. Para a autora, “uma revolução que não comece e não acabe transformando o cotidiano não merece nosso empenho” (idem, p.168), uma idéia que se coloca em consonância com a frase “devemos ser a mudança que queremos ver no mundo”, proferida por Gandhi. Talvez uma sabedoria esquecida pelos homens e que necessita ser resgatada por cada um de nós.

“Se uma criança de cinco, seis, sete anos vê que eu estou ajudando uma pessoa, de qualquer forma que seja, e a própria criança vê que a esta pessoa está conseguindo desenvolver alguma produtividade, que ela está aprendendo alguma coisa; esta criança vai ter curiosidade de olhar o que eu estou fazendo e querer fazer igual, ou até melhor. Isso vai servir de espelho”, explica Vicente.

Ressoam aqui pertinentes as palavras de alguns entrevistados que consideram o diálogo um grande aliado na dinâmica da participação cidadã que, juntamente com o exemplo,

é uma porta de entrada para a experiência da consciência. Através da abertura ao diálogo encontramos um ensejo para olhar o mundo de outra perspectiva, que permite aos homens uma postura crítica em relação à conduta individual e coletiva. Transcrevemos aqui o trecho do depoimento de Dona Marlene, no qual ela expõe a importância do diálogo ao falar sobre os modos pelos quais as pessoas podem auxiliar as atividades do governo:

A própria população, infelizmente, deixa a desejar em muitas coisas. Eu, por exemplo, eu não entendo [algumas coisas], não tenho leitura, não tenho cultura, mas entendo que a gente precisa ajudar. Por exemplo, eu fico “pê da vida” [muito brava] quando eu estou na fila [esperando] o ônibus e passa uma perua ou um ônibus e o pessoal que está dentro joga papel de bala, chiclete, o frasquinho de qualquer coisa que está tomando, na rua. Quando vem a chuva, todo mundo chora, porque [o resultado] é enchente, é gente que morre, é coisa que desaba, porque talvez [o rio] tenha enchido muito de água. Se eu fosse uma pessoa que tivesse estudo as pessoas não iriam gostar de mim, porque eu tenho que ajudar. Eu, por exemplo, se eu como alguma coisa na rua, eu tenho um saquinho dentro da minha bolsa e eu coloco ali dentro. Eu ensino meus netos a fazerem isso, meus filhos fazem isso. Um dia eu falei com Murilo [seu neto de 6 anos] e ele me disse: ‘vó, mas todo mundo faz [isso]’. Eu lhe disse: ‘filho, todo mundo joga, mas se você não jogar vai ser uma pessoa a menos a jogar’. Então, eu falei para ele: ‘você nunca jogue, sempre ande com um bolso; se é uma bala, um chiclete; guarda o papelzinho da bala e ponha no bolso, quando você terminar, enrola e põe, porque não vai estragar a sua roupa. Não jogue.’ Ele tentou dizer, mas ‘se o meu colega...’, eu falei: “você conversa com ele, se ele se alterar, se quiser brigar, não briga. Deixa que ele jogue no chão, o problema é ele. Deixa ele e a consciência dele, mas você sempre, com educação, fale, sem brigar. Se a pessoa quiser te agredir, deixa para lá, mas você não faça”. Eu acho que se todo mundo usasse aquilo de bom que tem no pensamento para pôr em prática para o bem, seria bem melhor, mas infelizmente não é assim.

A narrativa da moradora desponta para muitas nuances da questão do exemplo. Trata da indignação com relação ao que se vive atualmente; no caso o desrespeito ao mundo compartilhado pelas pessoas que irresponsavelmente jogam seus detritos ao chão e, a partir de uma percepção de cidadania política engajada, da vontade de mudar através de atos e palavras. Como não reencontrar em suas palavras a expressão do exercício da esperança? Um exercício que se realiza apesar da opressão e da percepção de ser destituída de cultura. Talvez não tenha uma educação nas letras, mas certamente tem muito a ensinar na cultura solidária.

Marcos discorre orgulhoso do seu poder de cultivar formas alternativas de sociabilidade que destoam dos modos individualistas e competitivos consagrados de interação social. Para o depoente, a prática da vida política e cidadã é um ensinamento diário, nas pequenas coisas:

Eu tenho três sobrinhos e eu tento passar isso para eles. Meu sobrinho, por exemplo, o pai dele conseguiu dar um videogame para ele. Outro dia eu fui ao quarto dele, e só ele estava jogando e os amiguinhos dele assistiam. Ensinei para ele que não era daquele jeito, e [que ele não podia agir assim só porque] tinha algo que os outros não têm e falei que ele tinha que compartilhar. Mesmo que todo mundo brincasse um pouco. O menino tem o sonho de brincar com aquilo. E aí ele deu

oportunidade para todos brincarem. Saíram daqui todos contentes. Mesmo que tenha sido um jogo de apenas dez minutinhos para cada um. Eu acho que é importante ensinar a compartilhar, a ser mais humano com o outro. Isso é importante.

Queremos colocar em evidência que as entrevistas revelam o papel essencial das palavras, assim como da ação humana, como espelhos da cidadania. Ecléa Bosi (2003, p.168) considera de fundamental importância o estabelecimento da coerência entre o discurso e a ação humana, do contrário: “o que poderá mudar enquanto a criança escuta discursos igualitários na sala, mas observa na cozinha e nos fundos da casa o sacrifício constante dos velhos e empregados?”.

Se em alguns casos, como os citados acima, este aspecto se mostra mais claramente apreensível em ações individuais, nem por isso está ausente nos esforços coletivos, como apontado por outros com quem estivemos. Sinal de que a cultura da participação deve estar enraizada tanto no singular quanto no plural. Pensando com João Paulo, entendemos a importância da imagem da comunidade como uma conquista compartilhada. Para ele, as melhorias na comunidade:

Foram conquistas das pessoas daqui. Eu acho que todos que estão aqui, que moram aqui no bairro lutaram muito por isso. Pela canalização do córrego, por uma educação melhor, lutaram muito por esse crescimento. Buscaram ajuda, sempre conversando e tendo apoio da associação. Mas foi do próprio esforço dos moradores, através de abaixo assinado, contribuindo com o outro, sempre ‘uma mão lavando a outra’. É muito legal. Foi bem isso que ajudou a comunidade a crescer. A canalização do córrego foi um grande mutirão. Claro que teve o apoio do governo para comprar materiais. Mas a montagem mesmo, a construção, a obra, foi tudo feito pelos moradores. Os moradores faziam mutirões, se juntavam e construíam. Se a casa de fulano estava caindo ou precisando de um conserto, os moradores se juntavam e arrumavam ou construíam. Sempre tem esses mutirões. Todo mundo se unindo, para poder deixar o ambiente melhor. Todo mundo participava, desde criancinhas de dois aninhos de idade com um pincelzinho na mão até os mais velhos, os mais idosos. É esse o espírito que vai cativando as pessoas.

O morador reconhece e valoriza o apoio externo, mas trata de reforçar o significado da participação e integração comunitária. Estes representam um exemplo para a população local e uma força de conhecer o seu poder de influir nas mudanças do mundo em que vivem. Há também quem fale do papel do líder comunitário como exemplo, principalmente os jovens. A imagem de Manuel é forte na vida tanto de João Paulo, quanto de Vicente e de Marcos. João Paulo relata que, quando era criança, Manuel o pegou ateando fogo em um carro velho e abandonado, que estava estacionado na comunidade, e o entregou aos seus pais. Reconhece hoje que, graças a Manuel, ele levou “a maior surra” de sua vida, mas, entendeu que o que ele

fez com o carro poderia ter prejudicado os outros que estavam ao seu redor e também se espalhar para a comunidade.

Em uma passagem de sua entrevista, Ricardo não esconde seus sentimentos em relação à importância da comunidade como fonte de referência para os habitantes, sobretudo através da figura do líder:

Acho que a comunidade sempre é interessante. A vida em comunidade é muito importante. Tome exemplo dos índios, eles já viviam em comunidades. Existia um líder, que tinha mais conhecimento, tinha mais vivência e ele passava para os outros e o bacana é que as crianças sempre tinham um espelho nesse pajé, nessa pessoa com mais vivência. Eu vejo assim também na comunidade hoje em dia, nas favelas. Por isso que a gente tem que tomar muito cuidado com as más influências. Porque do mesmo jeito que o pajé influencia o menino com o lado bom, o líder comunitário pode influenciar o lado bom se ele for um cara bom, mas também pode influenciar o lado ruim. O cara está olhando para ele, achando ele bacana e não sabe [que aquela não é uma boa referência].

O depoente não esconde sua participação nesse elemento identitário do exemplo quando afirma que: “a luta do trabalho social nas comunidades é essa, é você ser o espelho para a sua molecada”. Ele faz questão de reafirmar isso também em outro momento de sua fala, quando revela a preocupação em vigiar seu comportamento para não dar um exemplo errado aos jovens, que o vêem como amigo, professor e modelo de conduta.

É bom reconhecer que a educação construída na convivência é uma porta sempre aberta na cultura popular. Como diz Ecléa Bosi (2003, p.158): “se existem duas culturas, a erudita terá que aprender muito da popular: a consciência do grupo e a responsabilidade que advém dela, a referência constante à práxis e, afinal, a universalidade”. Nesse entendimento, a cultura carrega consigo interesses e conteúdos seculares que não pertencem ao processo de consumo. Arendt (1992) e Alfredo Bosi (1987) acreditam que pertencem sim à esfera do trabalho, lembrando que cultura é uma palavra e um conceito de origem romana, *colere*, que designa cultivar, habitar, tomar conta, criar e preservar. Referia-se naquela época à relação do homem com a natureza, ao cuidado para que esta estivesse pronta para ser semeada. Arendt defende que “indica uma atitude de carinhoso cuidado e se coloca em aguda oposição a todo esforço de sujeitar a natureza à dominação do homem. Em decorrência, não se aplica apenas ao tamanho do solo, mas pode designar, outrossim, o ‘culto’ aos deuses, o cuidado com aquilo que lhes pertence” (1992, p.256). Revela uma definição de cultura a partir da concepção de homem como ser imbricado nas teias de significação que ele mesmo construiu (GEERTZ, 1978).

A mudança de cultura e de valores não pode ser imposta, mas descoberta na vivência do processo de reeducação. Reconhecemos que a mudança de cultura é necessária para orientar o pensamento e esse processo é realizado através da aquisição de novos valores e crenças. No entanto, não é apenas um processo racional, argumentativo. Depende, sobretudo, da alteração da percepção social, da mudança de superego e da formação de uma nova consciência acompanhada da mudança de sentimento. Dito isso, ela só é possível a partir do envolvimento com as questões e os problemas que requerem transformações (LEWIN, 2001). Para Paulo de Salles Oliveira (1999, p.24), o processo de educar e reeducar é uma forma de socialização mediante “relações recíprocas, num movimento que a todo instante constrói ou redefine a feição dos sujeitos, física e simbolicamente”.

Uma mediação importante - indicada por Rocher (1968) - é feita por Max Weber, ao sublinhar que os valores adquiridos no processo de socialização podem influir nas mudanças sociais. O surgimento de iniciativas de cunho solidário como forma de recusa de situações de discriminação, privilégio, desigualdade têm uma base cultural, daí a importância de se falar em uma cultura solidária e cidadã.

É importante reiterar aqui o caminho da educação dos filhos para a conexão política - para a atividade cívica - como promessa de constituir um futuro sustentado em práticas e princípios solidários e democráticos. Trata-se de

um caminho possível, construído a partir de práticas desenvolvidas *em comum*. Define-se simultaneamente como um projeto e um processo, que apontam para uma prática política de transformação. Importante é que, sem a adesão coletiva, não se pode realizar. Sedimentar essa construção coletiva de modo a desenvolver e cultivar a solidariedade no dia-a-dia, fazendo da vida de todos uma vida cooperante, é talvez o desafio maior deste projeto (OLIVEIRA, P.S., 2001, p.55).

Não parece tarefa fácil, tampouco sujeita a receitas ou fórmulas esquemáticas; mas uma tarefa que precisa do compromisso e do esforço para sair de si e ir em direção ao outro como proposta de educação dos seres humanos (LEWIN, 2001). No entanto, como conseguimos aceitação e cordialidade diante de novos valores? Pela livre expressão dos indivíduos e pelo apoio do grupo solidário, examina Lewin, ao ressaltar que nesse movimento, a ligação com um grupo específico ou autoridade socialmente reconhecida é imprescindível para haver mudança real de conduta.

4.4 - Emancipação e resistência: projetos coletivos de transformação social

O poder humano de provocar mudanças reside tanto nos sujeitos individuais quanto nas coletividades. O curso da modernidade atribui este poder aos atores sociais inseridos na sociedade civil ou nas instituições, recuperando a perspectiva da participação popular e da cidadania.

“O exercício da cidadania relaciona-se com um projeto democratizador e modernizador da sociedade, com uma maneira de compreender o mundo, julgar os atores em conflito, analisar o perfil das lutas sociais, criticar os empreendimentos equivocados, aceitar ou recusar as instituições políticas e sociais” (OLIVEIRA, P.S., 1999, p.7).

O caminho para democratização da esfera pública nos obriga a colocar em evidência a participação sob a ótica da construção coletiva da vida almejada no lugar da postura de submissão.

Os projetos coletivos de transformação social pressupõem a existência da ação recíproca dos homens entre si e sobre o mundo em um movimento dialético de transformar e ser transformado. O que nos faz rememorar Paulo Freire (2006): “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho. Os homens se libertam em comunhão”. Os projetos de cidadania, assim como seus autores, são inacabados e estão sempre à espera de serem reinventados. E nesse movimento de construção e ressignificação sem fim, os homens podem - e devem - contar com a ajuda de outros homens. O caminho começa nos indivíduos, mas se realiza somente na conexão com seus semelhantes. Seguindo o argumento de Arendt (2004, p.217)

só podemos escapar dessa responsabilidade política e estritamente coletiva abandonando a comunidade, e como nenhum homem pode viver sem pertencer a alguma comunidade, isso significaria simplesmente trocar uma comunidade por outra, e assim um tipo de responsabilidade por outro.

Este é um ponto importante, digno de ser reforçado em voz alta. Este exercício não se realiza isoladamente, é preciso reconhecer a possibilidade recíproca de crescimento e mudança latente na natureza humana.

Nenhum de nós se humaniza sozinho; necessita da presença dos outros, que com suas peculiaridades, oferecem testemunho vivo de nosso inacabamento. São portadores de aspectos muitas vezes inusitados, desafiadores, a questionar nosso acomodamento, a rechaçar nossas certezas, a fazer-nos divisar novos horizontes. Eis por que Paulo Freire enfatiza a importância da comunhão no processo de educar, mostrando que, longe de ser prática solitária, ‘os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo’ (OLIVEIRA, P.S., 1999, p.22).

Visto dessa forma, parece-nos uma tarefa na qual os homens se colocam de forma solidária, ajudando uns aos outros, dentro das possibilidades e singularidade do caminho de cada um. Diríamos que, aqui, a opção individualista perde espaço para a opção solidária e cidadã. De fato, uma opção nem sempre possível ou fácil de realizar. Mas que por si só já denota novos horizontes, nascidos das práticas sociais, que aparecem na explicação apresentada pelos depoentes à nossa indagação: as pessoas, sozinhas, são capazes de mudar suas vidas? A resposta de Ricardo é veemente:

Não. É impossível. A gente não consegue fazer nada sozinho. A gente sempre vai precisar de alguém, sempre vai se escorar em alguém. Escorar pode ser no sentido de uma conversa que eu tenho com você, e que já trouxe coisa que somou com uma idéia minha. Surgiu uma idéia, mas se eu for fazer essa idéia sozinho? Se eu fracassar? Eu posso dividir, compartilhar essa idéia com outras pessoas e várias cabeças pensando junto vai ser melhor. Vai somar.

Algo parecido se nota entre os demais entrevistados, como Sr. Pedro, Marta, Joana entre outros. Transcrevemos alguns fragmentos que consideramos importantes:

“Não. Não consegue. É como a força do braço; às vezes seu próprio braço sozinho pode fazer alguma coisa, mas vai ter hora em que, para fazer essa mesma tarefa, você vai precisar do outro braço, da outra mão. Ou, se não for de outra mão, ou outro braço, você vai precisar de uma mente que pensa com você, que te dá uma opinião diferente. De repente você está dando toda a sua força para fazer aquilo e com uma simples palavra [de outra pessoa], você vê que não precisava desse esforço todo, e essa palavra que você ouviu já te ajudou. Já tem essa leveza”, explica Dona Marlene.

“Eu acho que não. Eu acho que a pessoa sozinha ela não muda a própria vida, se mudasse eu tinha mudado a minha. Eu luto sozinha. Eu luto sozinha. A minha casa está caindo. Olha ali [aponta para a parede atrás da pesquisadora]. Você está vendo aquele pano ali? Ele está tapando um rachado. O banheiro aqui [agora aponta para a porta à sua frente], ele está cheio de papel ali para que o vizinho de lá não veja quem está no banheiro. A laje está toda desse jeito aí. Se eu tivesse quem me ajudasse, eu estava desse jeito? De jeito nenhum. Eu acho que não muda não”, confessa Dona Ana.

Os entrevistados destacam que a ajuda pode se dar de inúmeras maneiras, como sustenta Vera:

Eu acho que você tem que ter um apoio, sabe? De alguma forma, nem que seja psicológico, ou outra forma, quando você não pode ajudar uma pessoa com dinheiro. Só de você chegar, dar uma palavra. Não é também só alimento. Porque a vida não é só dar [coisas materiais]. Mas uma palavra, um conforto, um abraço, atenção, eu acho que é muito importante.

Adriana discorre sobre a necessidade da cooperação humana como fonte de respostas para os problemas individuais, lembrando-nos que vivemos entre homens e somos essencialmente seres sociais, “somos seres por aliança” (FILHO, 2008).

Se você é uma pessoa sozinha, tudo o que você tem para pensar e para falar só vai poder falar para você mesma. Às vezes a gente precisa da resposta de outra pessoa, mesmo que essa resposta seja dura. E nós precisamos disso, porque quem está de fora é quem enxerga direito. Se você está ali [dentro da situação], você enxerga de um jeito, quem está de fora enxerga de outro. E você precisa de uma resposta. Mesmo que seja dura, difícil, mas você precisa daquela resposta para dar um passo para frente ou decidir continuar na mesma.

Houve quem dissesse sim à pergunta “se os homens conseguem mudar suas vidas sozinhos”, mas a resposta era sempre acompanhada da ressalva de que são necessárias a ajuda e colaboração de outros homens em determinados momentos da trajetória humana. Como o caso de Sr. José Evandro, que afirmou: as pessoas “podem, mas, tem que ter uma força, uma ajuda, um empurrão”. Ou, então, Marcos, que admite a coexistência da força pessoal e solidária:

Eu acredito que sim, acredito que eu consiga [mudar sozinho]. Agora, sozinho é complicado, porque eu vou precisar de oportunidade. Quem está me dando oportunidade? Eu já não posso contar que eu estou sozinho. Eu preciso de alguém. A minha opinião é que eu mordo [a oportunidade] e vou atrás. Eu acredito que sim. No primeiro momento, claro que, lá na frente, a gente vai sempre precisar de uma força. Não tem jeito.

Com a fala de Sandrinha pudemos observar o papel do ser humano como catalisador de mudanças recíprocas, principalmente através dos exemplos:

Sim, conseguem [mudar suas vidas sozinhas]. Só que elas necessitam de ajuda, ajuda que vem de fora. Mas tem que começar a partir de si. A vontade está dentro de nós, essa vontade de querer mudar. Mas a gente necessita, às vezes, de ser estimulado. Tem pessoas que precisam ser estimuladas. Elas têm uma vontade adormecida que uma pessoa de fora pode puxar essa energia para o mundo. Às vezes a pessoa não tem essa vontade tão forte de querer crescer, de fazer alguma coisa. Mas, através de exemplos, ela acorda para vida e vai atrás.

Somente um depoente expressou que a vontade individual basta para realizar as mudanças desejadas. “É do pouco que a gente começa. Do primeiro degrau. Não dá para subir todos de uma vez. Eu sozinho consigo mudar minha vida. Se eu quiser, eu mudo minha vida. Basta querer”, constata João Paulo. No entanto, ele não deixa enfatizado que isso não se aplica ao contexto de mudanças comunitárias. Admite que uma pessoa sozinha talvez consiga, “mas com muita batalha”.

De ninguém ouvimos que as práticas cidadãs de transformação social ocorrem pelas forças de um indivíduo exclusivamente. Este pode empreender uma iniciativa, mas, em algum momento vai precisar do apoio comunitário, como na imagem descrita por João Paulo: “quando você vai ao teatro sempre tem aquele que bate palmas primeiro e todo os outros vão

por embalo. Se tiver alguém forte, com a mente ali, martelando naquela tecla, acho que consegue vir essa força de todo mundo”.

Neste exercício de passagem da democracia representativa caminhando para a democracia participativa ou participação direta, os homens distinguem seu poder de decisão e influência no projeto de cidadania pessoal e grupal, entrevêm a possibilidade de se articular com um objetivo comum ao invés de cruzar os braços diante do mundo. De alguma forma procuram não se eximir da responsabilidade para com a vida e, nesse movimento, encontram suporte nos vínculos sociais solidários.

Heller (2004) acredita na realidade das alternativas históricas e que sempre é possível decidir e mudar o desenvolvimento social da forma como está configurado. O homem possui a capacidade de produzir possibilidades a partir da sua essência. E assim dar sentidos diferentes à sua história pessoal e à história coletiva. É uma questão que remete às escolhas praticadas na vida cotidiana. Para Heller, as escolhas mais valiosas são aquelas que permitem uma maior quantidade de valores de se realizarem e quanto mais intensa é a esfera de possibilidade desta realização. Vista dessa forma, a história é composta por um processo de construção e deterioração de um valor social. O valor, por sua vez, é entendido como aquilo que integra o ser *genérico do homem*, isto é, a essência humana formada pela “realização gradual e contínua das possibilidades imanentes à humanidade” (HELLER, 2004, p.04). Tudo aquilo que contribui para essa realização social, esse desenvolvimento social, é considerado valor. E tudo que vá contra esse movimento é tido como *desvalor*. O movimento de constituição, desaparecimento e ressurgimento de valores é resultante das relações e situações sociais, e está acima dos indivíduos.

Valemo-nos da idéia de que todo indivíduo pode apropriar-se de valores e realizá-los. Contudo, para isso, os valores devem estar fortemente arraigados nas identidades individuais e - num plano maior - coletivas. Vale lembrar que, antes de tudo, a identidade dos homens está ligada a uma disposição de sentido de vida e este sentido é uma elaboração das pessoas na seqüência de acontecimentos que compõem sua história (OLIVEIRA, P.S., 1999, 2007).

Ao pensarmos sobre o desenvolvimento da sociedade nos últimos séculos, é possível ver que neste processo há a possibilidade do nascimento de uma “humanidade para-nós” (HELLER, 2004, p.7). Dito de outra forma, uma humanidade autoconsciente da existência de

uma história humana universal. A autora o identifica como um momento de grande valor, sem deixar de considerar, por outro lado, os efeitos da solidão humana, da perda da base comunitária e da submissão dos homens aos mecanismos sociais como desvalorizações, como ameaças à sua concretização.

Marx (2004), afirma que a realidade deve tender para a consciência nos revelando que através de sua consciência enquanto espécie humana o homem se sente responsável pelos outros homens e pelo mundo. A partir desse sentimento de responsabilidade, o homem supera sua preocupação com a sobrevivência individual e reconhece a importância de contribuir para a humanização do homem alienado. Heller (2004) também coloca em evidência o que designa de *invencibilidade da substância humana*, algo que só poderá sucumbir com o desaparecimento da própria humanidade e de sua história. Esta visão baseia-se ademais na importância dos valores humanos. Considera-se que nenhum valor conquistado pela humanidade se perde de modo absoluto. Oswaldo Elias Xidieh (1972) trata dessa percepção ao conceber cultura como uma manifestação humana permeada de resistência e que está em reelaboração constante. Estes entendimentos da cultura humana sugerem que a cidadania e o resgate da solidariedade devam ser pensados também como prática de valores sociais.

Sem dúvida, o ser humano apresenta, desde o seu nascimento, um potencial infinitamente rico e criativo. “A partir do momento em que o homem produziu as possibilidades de sua própria essência, ao elevar-se através da hominização acima do reino animal, pode realizar apenas precisamente essas possibilidades” (HELLER, 2004, p.15). Sabemos que vivemos em uma sociedade que esvazia seu tempo de experiências significativas e que precisa reencontrar os valores das virtudes cooperativas que possibilitam parcerias, associações, além do estabelecimento de vínculos fortes e estáveis entre os membros da sociedade.

Não é possível conhecer a meta ou a necessidade da história. No entanto, podemos determinar os valores que desejamos desenvolver no mundo a partir da imagem do mundo que queremos. Apoiar tal projeto significa “emprestar um sentido à nossa história” (idem, p.15). Para que isso aconteça devemos nutrir a representação do vir-a-ser do mundo, buscado socialmente, para impulsionar nossos projetos de vida cotidianamente. Deve existir uma coerência entre a compreensão do momento presente e a construção da vontade do futuro. Essa é a base de constituição de um ato político (SANTOS, 2005). Marx atribuiu a construção

da vontade política como instrumento da transformação para alcançar uma sociedade mais livre, mais igual, mais justa e mais humana. “Ensinou-nos a ler o real existente segundo uma hermenêutica de suspeição e ensinou-nos a ler os sinais de futuro segundo uma hermenêutica da adesão” (p.43). Um aprendizado que reafirma a relevância da utopia, elemento imprescindível para a vida humana, como “do pão para a boca” (idem, p.43).

A utopia não se opõe à realidade, antes pertence a ela, porque esta não é feita apenas por aquilo que é dado, mas por aquilo que é potencial e que pode um dia se transformar em dado. A utopia nasce deste transfundo de virtualidades presentes na história e em cada pessoa. O filósofo Ernst Bloch cunhou a expressão princípio-esperança. Por princípio-esperança que é mais que a virtude da esperança, ele entende o inesgotável potencial da existência humana e da história que permite dizer não a qualquer realidade concreta, às limitações espaço-temporais, aos modelos políticos e às barreiras que cerceiam o viver, o saber, o querer e o amar” (BOFF, 2008).

Não podemos continuar absortos e anestesiados no fluxo do movimento impresso pelo capitalismo; precisamos, sim, voltar a olhar para as estrelas. Afinal, como nos recorda o poeta Mario Quintana: “se as coisas são intangíveis... Ora! Não é motivo para não querê-las... Que tristes os caminhos, se não fora a presença mágica das estrelas!”. A ação cidadã, o *empowerment* dos sujeitos, nasce da vontade humana que têm à frente a estrela-guia da esperança de um mundo mais digno para todos. Nesse sentido, a política retoma seu significado verdadeiro, apontado por Alfredo Bosi (1998, p.42) de “arte que pratica a virtude da esperança”, já que seus militantes, em seu caminhar, estão fazendo cultura. Um trabalho que depende da coexistência de projetos pessoais e coletivos de mudança e do diálogo constante entre seus autores cidadãos. Ter as raízes no presente com um olhar em conjunto para o futuro foi uma necessidade reconhecida por um depoente. Para João Paulo, a falta de uma visão inovadora que lança um olhar sobre o futuro do país faz com que a situação política do Brasil se agrave: “ninguém pensa como será daqui para frente. Ninguém vê que, a cada década, as coisas mudam. A década que eu vivi na minha infância é diferente da de hoje. Eles não vêem isso, eles [os governantes] não querem evoluir junto”.

Simone Weil (1979) é movida pela convicção de que existe um sentido para a sua vida, assim como ocorre com a figura de Fausto na interpretação de Berman (2002). Ambos os autores encerram em seus textos a idéia de que temos que assumir a responsabilidade pelo desenvolvimento do mundo, ao invés de delegarmos o nosso poder aos especialistas do conhecimento. Para Berman (p.84), “em matéria de desenvolvimento, todos somos *experts*”. Ao passo que, Weil (1979) defende que para sair definitivamente da escravidão é preciso participar ativamente das reivindicações e não delegá-las aos militantes sindicalizados.

Podemos traçar um paralelo entre o pensamento dos autores e o argumento de La Boétie (1982), segundo o qual ceder nosso poder à alguém - seja da área científica ou da área política (vista como profissão) - é uma forma de submissão voluntária, isto é, consentida, construída na própria relação, pois é alimentada por nós mesmos.

Deduzimos disso que qualquer projeto de transformação social e político respira na existência da liberdade cidadã (FUNARI, 2005). *Ciuis* quer dizer ser humano livre em latim, conseqüentemente as palavras *ciutas* e cidadão têm em seu cerne a idéia de liberdade. A liberdade aparece como o fundamento essencial da cidadania, já que nenhum indivíduo sob o domínio de outrem é capaz de agir segundo o seu próprio juízo. A ação compartilhada não pode se apoiar na supressão voluntária ou involuntária da experiência individual, correndo o risco de ser um processo social nocivo.

A vida social nos faz uma dupla exigência; confiar nas outras pessoas e, ao mesmo tempo, ser indivíduos capazes de afirmar a própria verdade. O esforço primário dos seres humanos na sociedade é a procura tanto da confiança quanto da independência; esta é a relação que todos procuram realizar. Com isto, podem desenvolver-se no mundo social (ASCH, 1977, p.257).

A emancipação real é proativa e construída diariamente na interação com outros em vista da autonomia dos sujeitos nas suas ações. A autonomia é concebida como a capacidade de ser um sujeito histórico, que tem a preocupação e as condições de ler, interpretar e re-interpretar o mundo em que vive. Essa reflexão é possível através da construção de um campo onde o indivíduo possa se expressar em liberdade, pautado na justiça e na ética, sempre levando em consideração a qualidade das suas relações sociais. Somente os valores livremente escolhidos criam a abertura necessária para assumir-se solidário e fundar comunidades cívicas autônomas para agir.

Considerações Finais

Mãos dadas

*Não serei o poeta de um mundo caduco.
Também não cantarei o mundo futuro.
Estou preso à vida e olho meus companheiros
Estão taciturnos, mas nutrem grandes esperanças.
Entre eles, considere a enorme realidade.
O presente é tão grande, não nos afastemos.
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.
Não serei o cantor de uma mulher, de uma história.
Não direi suspiros ao anoitecer, a paisagem vista na janela.
Não distribuirei entorpecentes ou cartas de suicida.
Não fugirei para ilhas nem serei raptado por serafins.
O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes,
a vida presente.*

Carlos Drummond de Andrade

Pesquisadores do Observatório Urbano da ONU advertem que em 2020 a pobreza nas cidades alcançará 45% ou 50% do total de moradores em escala mundial. Por enquanto, o campo ainda será o local que conterà a maioria dos pobres do mundo, mas a previsão é de uma alteração drástica desse quadro e as comunidades informais, conhecidas como favelas, serão os bolsões da pobreza, onde estimados dois bilhões de pessoas passarão a viver. Este fenômeno é denominado de por alguns autores de “*big bang* da pobreza urbana” (DAVIS, p.156). Em contraste com a previsão das gerações anteriores de urbanistas marcada pelo predomínio de cidades modernas e arrojadas, compostas de arranha-céus construídos com tecnologia de ponta em vidro e aço, “boa parte do mundo urbano do século XXI instala-se na miséria, cercada de poluição, excrementos e deterioração” (idem, p.29). Não acreditamos que o mundo deva ser uma maquete neutra e fria de prédios altos de vidros espelhados, no entanto, tampouco a visão de um mundo dominado pela precariedade e miséria é confortante e desejável, uma vez que ambos se afastam da dimensão do que é humano.

No entanto, reconhecemos que a constituição de um horizonte mais promissor fundado em valores solidários e justos é um processo vivo de mudanças que pressupõe práticas políticas e sociais cooperantes de implicações recíprocas. Isto é, ações que engendrem

possibilidade de crescimento e mudança enraizados na ajuda mútua. Falamos do cultivo de formas alternativas de sociabilidade e de organização, em embate com as maneiras consagradas de interação social mais individualistas e competitivas. Tratam-se de adesões coletivas que ultrapassam o âmbito individual de decisão - diálogo, acordos e práticas sociais que reúnem os homens em torno de um interesse comum. Aliados no sonho de construir outra sociedade, os seres humanos percebem seu poder de promover um ambiente culturalmente cidadão e responsável na ética da convivência.

Pode nos parecer que a saída só poderá ser encontrada em incursões solitárias na vida privada, uma vez que a vida pública tornou-se mera formalidade, como nos lembra Sennett (1978), e conseqüentemente perde-se o valor dos vínculos de *compromisso mútuo*, que estão para além dos laços de sangue da família ou da relação íntima. Não podemos perder de vista, contudo, os espaços sociais compartilhados que permitem que afluam a sociabilidade e a amizade entre os homens, proporcionando o encontro de respostas coletivas a partir da experiência comunitária. Iluminando, assim, as origens coletivistas e solidárias da vida humana, dentro de um mundo que proporciona um horizonte cada vez mais ameaçador, poderíamos ter alternativa à sociabilidade capitalista, individualista e tecnicista, inábil no cultivo da solidariedade, capaz de massacrar a dimensão humana que vive em cada um de nós.

Em nossa proposta de buscar conhecer o elemento da renovação e das surpresas dentro do contexto de participação social na Estrela do Norte, realizamos o exercício de não reproduzir o estereótipo presente no Brasil em torno do imaginário da favela, mas aderir humildemente ao mundo - como ensina Ecléa Bosi (1979). Se os sujeitos perdem sua disposição para a *colheita perceptiva*, e adquirem o que Vidal (1998) chama de *insensibilidade induzida*, tornam-se incapazes de manifestar incômodo ou estranheza em relação ao mundo. Com a capacidade de percepção bloqueada, estarão mais propensos a serem dominados pelos padrões correntes, perdendo-se o rumo à consciência e vivendo-se no mundo sem estabelecer nenhuma relação com as coisas e com as pessoas que ultrapasse o limite da descrição e da classificação. Dessa forma, ficaríamos “imunes à experiência”, ainda segundo as palavras de Ecléa Bosi, e presos a uma falsa percepção social. Encerrar-se-ia, assim, a possibilidade do encontro de novas significações. A aventura do pensamento e da imaginação traz em si o elemento do desconhecido, do novo. É preciso conservar a capacidade humana da estranheza diante do novo, sem impedir que suas contradições se revelem. Em suma, “o espírito não deve imobilizar-se nem na aceitação, nem na negação, mas

tem que se empenhar numa vontade de consciência total e prática” (idem, p.125). É uma proposta de conversão, onde o coração está presente e requer o envolvimento compartilhado com o mundo e com as pessoas.

Esse caminho, contudo, tem limites, não podemos viver a condição dos oprimidos, podemos apenas “estar com eles” (idem, p.XXVI) e, juntos, contribuir para a formação de uma *comunidade de destino*. Construir uma comunidade dessa natureza significa ‘sofrer de maneira irreversível, sem possibilidade de retorno à antiga condição, o destino do sujeito observado’ (idem). Esse foi o esforço do nosso percurso interpretativo nessa pesquisa: estabelecer uma aliança entre a reflexão profunda sobre a matéria da experiência vivida na perspectiva de nascimento de uma nova condição humana.

Aprendemos a olhar o pulsar dos projetos de cidadania dos moradores, que em sua luta cotidiana conseguem preservar o valor comunitário, não obstante as dificuldades e desafios impressos pelas condições de vida. São exemplos de que há sempre a possibilidade de fazer florescer novamente em nossa história formas e concepções distintas de comunidade, com novas variações e novos membros e também uma demonstração de que “comunidade” compõe um valor humano e solidário sempre reavivado e reatualizado pelos homens. “Em torno destas figuras, constitui-se um processo de co-educação, com influências e modificações recíprocas, movimento longo, cujo fim não se vê” (OLIVEIRA, P.S., 1999, p.309). Assim, como Oliveira, nós também fomos incluídos neste passeio, tivemos a oportunidade de aprender, transformar e ser transformado. É preciso dizer que nós também, de alguma forma, fomos re-educados e esperamos que a leitura deste trabalho possa tocar outros homens e instigá-los a se integrarem à vida solidária, buscando o cotidiano como solo fértil para transformação.

Não é uma tarefa fácil esta de “tomar consciência do sofrimento do outro e de nossas próprias limitações (...). Vive-se o duro aprendizado do curvar-se às circunstâncias” (OLIVEIRA, P.S., p.263) e muitas vezes somos obrigados a olhar para fatos que nos incomodam e que por isso os evitamos ou ignoramos. Nas duras revelações dos dramas vividos, partilhamos momentos de alegria e esperança, mas também de dor e impotência, ocasiões para nós desnorteantes. Aprendemos que perder o rumo, às vezes, pode ser a melhor maneira de encontrar respostas, não aquelas esperadas, mas aquelas apresentadas pelas histórias vividas. Esse é o movimento que coloca para todos nós o desafio de incorporar

novos contornos em nosso pensar e agir, que levem em consideração a presença da alteridade e o exercício diário de renovar a opção solidária e cidadã, sem nunca perder de vista que estamos sempre sujeitos a conflitos e contradições. “A multiplicidade de obstáculos para que uma vida cooperante ganhe viço quase nos inclina a pensar que esta é uma tarefa não somente povoada de incertezas, mas representa uma atividade vã porque frágil, sonhadora, efêmera, difícil de enraizar”, alerta-nos Paulo de Salles Oliveira (2007, p.22).

Por isso, o desafio de tornar-se cidadão demanda tempo e persistência. Um projeto de cidadania parte de uma cultura participativa e cooperante e, por isso, é resultado de um esforço comum - como demonstram as narrativas aqui registradas - e não um conjunto de informações ou conhecimento adquiridos pelo consumo e muito menos um direito adquirido com o nascimento. Ocorre apenas, emprestando palavras de Ecléa Bosi (2003, p.156) no “desabrochar da pessoa na vida social”. A luta pelas reivindicações de condições de vida mais dignas e humanas deve ser considerada uma fonte de cultura, pois é também “terra de encontro de outros homens” (idem, p.158) em que é possível vislumbrar práticas de convivência na diversidade.

Nesse contexto, os grandes grupos de pertencimento auxiliam os homens na sua tarefa de humanização das relações sociais. É fundamentalmente uma empreitada que nos leva ao reencontro do sentido da nossa própria existência, uma compreensão renovada da nossa história e suas raízes. Ao reconhecer-se nesse movimento o homem deixa de habitar as margens de sua própria história para tornar-se sujeito e autor. Sujeito no singular (eu) e também no plural (nós - coletivo), contribuindo na redefinição das relações entre os homens e na ampliação de horizontes futuros menos sombrios.

Para tanto, precisamos nos alimentar dos fragmentos, das brechas. Sem isso nos anularíamos como sujeitos e nos entregariamos ao desalento. Temos que ver as possibilidades de redescobrir o sentido da coexistência e da co-responsabilidade. A exigüidade de recursos da classe social estudada não pode ser explicação em si para o descompromisso e a não-participação em atividades sociais.

Não se trata de viver uma ilusão ingênua, mas, ao contrário, de buscar atingir um ideal concebido, mesmo sabendo que atingiremos algo um tanto imperfeito. O ideal significa, na verdade, o valor guia para a ação humana. Este posicionamento baseia-se, ademais, no

juízo de Weil (1979) que ressalta que o ideal relaciona-se com a realidade na medida em que, na qualidade de limite, nos ajuda a organizar as situações cotidianas em uma escala de maior ou menor valor. É, portanto, uma referência da conduta humana, ou usando os termos de Paulo de Salles Oliveira (2007), *orientador da ação*.

Vale ressaltar, no entanto, a importância da aliança coerente dos ideais com a ação humana. Nossos gestos só poderão ter uma consequência profunda e transformadora se existirem laços entre o pensar e o fazer, uma vez que as falas desenraizadas das práticas levam somente ao caos e à incoerência. Contrariando a afirmação corrente de que “os fins justificam os meios”, defendemos que os meios devem servir ao fim e, portanto, devem ser compatíveis com os mesmos. Nesse sentido, os princípios-guias adquirem aqui um caráter flexível, como balizas que não podem ser aplicadas nos moldes das fórmulas matemáticas, esquemáticas a toda e qualquer situação, evitando o risco de incidir no reducionismo e perder de vista a diversidade humana.

Heller (2004) acredita que sobre a circunstância histórica age a vontade humana. Daí a importância de se extrair da vida cotidiana a seiva dos elementos solidários, cidadãos e responsáveis que ajudem o homem a sair da inconsistência do discurso e fazer valer a vontade de agir pelo bem comum. A busca do herói é a busca de si mesmo. Todo homem tem a potencialidade de ser herói, isto é, ser altruísta e fazer ações que não visem algum benefício próprio, mas que caminhem na direção de contribuir para a construção do *mundo que se quer*, através da ajuda ao próximo. Weil (1979) defende que os homens são capazes de forjar seu destino com as próprias mãos, caso seus esforços se cumpram de forma consciente e metódica. O ato exclusivo do pensamento dirigindo a criação das condições materiais da existência humana transformaria o homem no autor de sua própria vida como o equivalente humano do Deus dos teólogos. Para a autora, como para nós, essa é a visão da verdadeira liberdade. A consciência conquistada em liberdade se levanta através da história, dos valores e persevera em diferentes expressões humanas, ainda que haja derrota em algumas batalhas. Não podemos nos esquecer de que cada sol é uma oportunidade de se vencer a opressão (BENJAMIM, 1996).

A visão tradicional da construção da democracia como uma relação entre Estado e sociedade está sendo suplantada por uma nova dimensão quantitativa e qualitativa das associações e outras organizações da sociedade civil, revelando que o processo de

democratização é, na verdade, um processo de construção da cultura política e das ações sociais coletivas. Significa reconhecer a importância da questão da ética pública e a valorização da cidadania enquanto características coletivas e não mais ditadas pelo Estado. A cidadania, na acepção presente neste trabalho, dá margem ‘à compreensão do nexo de solidariedade que mantém o conjunto social (...). A ética da solidariedade aproxima, desperta, aquece, incita e constrói relacionamentos, num exercício permanente de desenvolvimento de capacidades para a emergência de novos sujeitos’ (JANOSKI 2001, citado por GOHN, 2005, p.243), sujeitos solidários e cidadãos, acrescentamos nós.

A construção de idéias e práticas fraternas não pode prescindir nem dos direitos humanos e nem de seu sustentáculo que é a democracia. Equivale a dizer que democracia, virtude ética e ação política não podem existir de formas separadas. Apesar de nosso enfoque estar voltado para a construção da cidadania em uma favela na cidade de São Paulo, não queremos dizer com isso que exista uma dimensão classista de cultura solidária. Não existe pobreza no que tange a oportunidade de atuação social (DEMO, 2006). A solidariedade é um caminho aberto e possível para todos, mas para tanto, é preciso dar-nos as mãos.

Não se trata de negar que estas interações sociais alargadas pelas práticas cotidianas da cultura cidadã comportem conflitos, divergências e competições, mas ressaltar a rica manifestação das individualidades em um contexto de apreço mútuo e aceitação da interdependência entre os seres humanos. De mãos dadas, revelamo-nos incompletos, sempre dependentes da experiência coletiva, da vida societária capaz de nos dar liberdade para ação; uma liberdade guiada pela responsabilidade e ética em nossas práticas cotidianas. Uma relação com os homens e com o mundo que expresse claramente *implicações recíprocas*. Inspirando-se ainda em Oliveira: “difícil imaginar alguma proposta no âmbito de uma cultura solidária que deixe de se banhar nas águas da ética (...) vista como educação da vontade pela razão para a vida justa, bela e feliz, à qual, por natureza, todos estamos destinados.” (2007, p.36). É justamente por isso que ressaltamos a importância de voltar-se solidariamente ao próximo. Nesse mover-se dos homens:

O grande desafio atual é conferir centralidade ao que é mais ancestral em nós, o afeto e a sensibilidade. Numa palavra, importa resgatar o coração. Nele está o nosso centro, nossa capacidade de sentir em profundidade, a sede dos afetos e o nicho dos valores. Com isso não desbancamos a razão, mas a incorporamos como imprescindível para o discernimento e a priorização dos afetos, sem substituí-los (BOFF, 2007).

As narrativas dos moradores da Estrela do Norte desvelaram o que Heller já afirmava: existem alternativas históricas infinitas. As vivências partilhadas possuem sua construção de sentido aberto, que será interpretado e reinterpretado no movimento dinâmico de construção dos sujeitos sociais e políticos. Sua história traz experiências profundas, mas por se tratar de uma conversa evocativa, está aberta a diversas leituras. Sua força reside no fato de instigar outros olhares e mais perguntas. Como bem colocou Ecléa Bosi, “uma boa pergunta não deve ter resposta”²⁰, pois a resposta representa a morte das perguntas. Para nós, uma boa pergunta deve suscitar outras perguntas, além de despertar uma emotividade até então adormecida nos interlocutores, uma sensação de um grande encontro consigo mesmo e com o mundo.

Pensando nisso, defendemos que não existem respostas corretas ou tampouco determinadas, mas caminhos possíveis para a cultura solidária e cidadã. “Os projetos do indivíduo transcendem o intervalo físico de sua existência: ele nunca morre tendo explicitado todas as suas possibilidades. Antes, morre na véspera e alguém deve realizar suas possibilidades que ficaram latentes, para que se complete o desenho de sua vida” (BOSI, E., p.33). Porém, para existirem, esses projetos precisam da iniciativa dos indivíduos e podem brotar de várias fontes, da vontade pessoal, dos exemplos de vida que nos circundam, da reunião por interesses comuns, etc.

Assumir projetos de cidadania como um guia pessoal de responsabilidade social é um convite para superar o individualismo, a fragmentação e incluir a alteridade no horizonte da ação humana. Trata-se inicialmente de uma elaboração pessoal de onde podemos extrair compromissos diários, mas que encontra intersecções com projetos coletivos de participação e organização social. É também um entendimento de que podemos semear ideais no encanto do dia-a-dia como um modo de vida que exige atenção e cuidado contínuo para inserir essa luta dentro de nós, enraizá-la na nossa história, em nossa identidade e transformá-la em um projeto de vida.

²⁰ Informação recebida na disciplina: *Cultura e memória social: a história oral* em 2007.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Orais

Quatorze entrevistas na favela Estrela do Norte gravadas em 2005-2006, que resultaram em 189 páginas digitadas em formato *Times New Roman*, 12.

Registros de observação

Um caderno de campo com o registro das observações de todas as visitas realizadas entre 2005 e 2006.

Bibliografia Consultada

AUGÉ, Marc. *Por uma antropologia dos mundos contemporâneos*. Trad. Clarisse Meireles e Leneide Duarte. Rio de Janeiro: Dertrand Brasil, 1997.

BARBETTA, Pedro Alberto. *Estatística aplicada às ciências sociais*. Santa Catarina: UFSC, 2001.

BENJAMIM, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1996.

_____. *Cultura de massas e cultura popular. Leituras de operárias*. In: OLIVEIRA, Paulo de Salles (Org.). *Metodologia das ciências humanas*. São Paulo: UNESP, 1998.

CARDÚS, Salvador. *Elogio de las convenciones*. In: _____. *Bien educados. Una defensa útil de las convenciones, el civismo y la autoridad*. Trad. M. Florenciano. Barcelona: Piados, 2006.

DEMO, Pedro. *Metodologia científica em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 1995.

FÉRREZ. *Coração de mãe*. In: Nelson de Oliveira (Org). *Cenas da favela: as melhores histórias da periferia brasileira*. Rio de Janeiro: Geração Editorial, 2007.

FROMM, Erich. *O conceito marxista do homem*. Trad. Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1970.

GRYNSZPAN, Mario e PANDOLFI, Dulce Chaves (Orgs.) *A favela fala*. São Paulo: FGV, 2003.

GRUBITS, Sonia. *Identidade, identificação: construção do ser social e da cidadania*. PSIC, v. 1, nº 3, jul.2000.

GUIMARÃES, Juarez. *As culturas brasileiras da participação democrática*. IN: AVRITZER, Leonardo (Org.). *A participação em São Paulo*. São Paulo, UNESP, 2004.

HOUTZAGER, Peter P.; LAVALLE, Adrián Gurza e ACHARYA, Arnab. *Atores da sociedade civil e atores políticos: participação nas novas políticas democráticas em São Paulo*. IN: AVRITZER, Leonardo (Org.). *A participação em São Paulo*. São Paulo, UNESP, 2004.

JODELET, Denise. *Os processos psicossociais da exclusão*. In: SAWAIA, Bader (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis, Vozes, 1999.

KARNAL, Leandro. *Estados Unidos, liberdade e cidadania*. IN: PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2005.

MONDAINI, Marco. *O respeito aos direitos dos indivíduos*. IN: PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). *História da cidadania*. São Paulo, Contexto, 2005.

NUNES, Guida. *Rio, metrópole de 300 favelas*. Petrópolis, Vozes, 1976.

_____. *Favela: Resistência pelo direito de viver*. Petrópolis, Vozes, 1980.

ODALIA, Nilo. *A liberdade como meta coletiva*. IN: PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2005.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. *Raízes solidárias: a economia, a cultura e as pessoas*. IN: BRUHNS, Heloísa Turini; e Gutierrez, Luis Gustavo (Orgs.). *Representações do lúdico: II ciclo de debates "lazer e motricidade"*. Campinas, Autores Associados/Comissão de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Unicamp, 2001.

PAUGAM, Serge. *O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais: um a dimensão essencial do processo de desqualificação social*. In: SAWAIA, Bader. (Org). *As artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 1999.

PINHEIRO, Paulo Sérgio e DAHER, Marcelo. *Apresentação*. In: SALLA, Fernando e DAHER, Marcelo. *Relatório de Cidadania II de 200: os jovens, a escola e os direitos humanos*. Núcleo de estudos da violência da Universidade de São Paulo. Projeto Rede de Observatórios de direitos humanos, 2002.

SILVA, Maria Lúcia Carvalho da; WANDERLEY, Mariângela Belfiore; PAZ, Rosangela Dias Oliveira da. *Fóruns e movimentos sociais na cidade de São Paulo*. São Paulo: Instituto Polis; PUC-SP, 2006.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Sistema integrado de Bibliotecas. Grupo DiTesis. Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP: documento eletrônico e impresso. São Paulo: SIBI-USP, 2004.

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ. PRÓ-REITORIA DO ENSINO. Elaboração de trabalhos acadêmico-científicos [recurso eletrônico]. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2006 – (Cadernos de ensino. Formação continuada. Ensino Superior; ano 2, no. 4).

Bibliografia Utilizada

ALVITO, Marcos. *Um bicho-de-sete-cabeças*. IN: ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (Orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

_____. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____. *Responsabilidade e julgamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ASCH, Solomon. *Psicologia Social*. Trad. Dante Moreira Leite e Lílían Moreira Leite. São Paulo: Nacional, 1977.

AVRITZER, Leonardo; RECAMÁN, Marisol e VENTURI, Gustavo. *O associativismo na cidade de São Paulo*. IN: AVRITZER, Leonardo (Org). *A participação em São Paulo*. São Paulo: UNESP, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BAUMEISTER, Roy F. *How the self became a problem: a psychological review of historical research*. Journal of Personality and Social Psychology, v. 52, nº 1, 163-176, 1987.

BERMAN, Marshall. *O fausto de Goethe: a tragédia do desenvolvimento*. In: _____. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

BOFF, Leonardo. *Prefácio*. In: *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. Artigo *Resgatar o coração* divulgado pela rede virtual “Movimento Mulheres pela P@Z”. Disponível em: www.leonardoboff.com.br. Acesso em 29 de julh. de 2007.

_____. Artigo *Resgate da utopia* divulgado pela rede virtual “Movimento Mulheres pela P@Z”. Disponível em: www.leonardoboff.com.br. Acesso em 24 de fev. de 2008.

BONIN, Luiz Fernando Rolim. *Educação, consciência e cidadania*. In: SILVEIRA, Andréia F. et alii (Org.). *Cidadania e participação social*. Porto Alegre: ABRAPSOSUL, 1999.

BÓGUS, Lucia, YAZBEK, Maria Carmelita e BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela. *Apresentação*. IN: CASTEL, Robert, WANDERLEY, Luiz Eduardo W.; BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela. *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: EDUC, 2004.

BOSI, Alfredo. *Cultura como tradição*. In: Bornheim, Gerd et alii. *Cultura brasileira, tradição/contradição*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/Funarte, 1987.

_____. *Cultura Brasileira*. In: Mendes, Dumerval trigueiro (org). *Filosofia da educação brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

BOSI, Ecléa. *Apontamentos sobre a cultura das classes pobres*. In: BOSI, Ecléa. *Entre a opinião e o estereótipo*. Novos estudos CEBRAP. São Paulo: no. 32, 1992.

_____. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê editorial, 2002.

_____. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979. São Paulo: Ateliê, 2003.

BOSI, Viviana. Psicologia USP/ Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. – vol 19, n.1 (2008).

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CASTEL, Robert. *As armadilhas da exclusão*. IN: CASTEL, Robert, WANDERLEY, Luiz Eduardo W.; BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela. *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: EDUC, 2004.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CIAMPA, Antônio da Costa. *Identidade* In: LANE, S.T.M, CODO, W. (Orgs). *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

CÔRTEZ, Vinícius de Menezes. *Favelas*. Departamento de Imprensa Nacional Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação, 1959. (Coleção Aspectos).

COSTA, Márcia Regina da. *A elaboração da identidade social: algumas questões para a reflexão*. In: MALUFE, José Roberto (Apres.) *Anais do encontro interdisciplinar sobre identidade*. São Paulo: PUCSP, 1983.

DAVIS, Mike. *Planeta favela*. Trad. Deatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

DEJOURS, Cristophe. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. Trad. Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.

DEMO, Pedro. *Charme da exclusão social*. Campinas: Autores Associados, 2002 (Coleção Polêmicas do nosso tempo; 61).

_____. *Pobreza Política: a pobreza mais intensa da pobreza brasileira*. Campinas: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2006.

ELIAS, Nobert e SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Trad. Vera Ribeiro; trad. do posfácio à edição alemã de Pedro Süsskind; apresentação e revisão técnica por Frederico Neiburg. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ERIKSON, Eric.H. *Identity, psychosocial*. Em D.L.Sills (ed), *Internacional Encyclopedia of Social Sciences*. New York: The Macmill Company and the Free Press, vol. 7, 1968.

FERREIRA, A. B. H. *Aurélio século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, Maria Paula Crepaldi. *Em busca do sujeito: um estudo com moradores de cortiços em Santos*. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de concentração: Psicologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo – São Paulo, 2007.

FILHO, José Moura Gonçalves. Anotações da disciplina *Humilhação Social: alguns elementos para o exame psicológico de um sofrimento político* oferecida pelo Programa de pós-graduação em Psicologia Social do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho - Instituto de Psicologia – da Universidade de São Paulo em 2006.

_____. Psicologia USP/ Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. – vol 19, n.1 (2008).

FRABLE, Deborah E. S. *Gender, racial, ethnic, sexual, and class identities*. Annual Review of Psychology, vol. 48, 1997.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo. *A cidadania entre os romanos*. IN: PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2005.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Trad. Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIACOMINI, Mara Rita; HAYASHI, Maria e Pinheiro, de A. Pinheiro Susie. *Trabalho social em favela: o método da convivência*. São Paulo: Cortez Editora, 1983.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GLEASON, Philip. *Identifying identity: a semantic history*. Journal of American History, v. 69, nº 4, mar.1983.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. *Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização*. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Seminário de comemoração de 20 anos do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais (NEMOS). 08 de nov. 2007, anfiteatro do TUCA, PUC-SP.

GOMES, Livia Godinho Nery. *Semântica da amizade e suas implicações políticas: familismo e alteridade entre amigos nas classes populares*. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de concentração: Psicologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo – São Paulo, 2005.

GUARINELLO, Noberto Luiz. *Cidade-estado na Antiguidade Clássica*. IN: PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2005.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

HOORNAERT, Eduardo. *As comunidades cristãs dos primeiros séculos*. IN: PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2005.

IANNI, Octavio. *A política mudou de lugar*. Revista São Paulo em Perspectiva – Revista Fundação Seade, vol. 13, no. 3, jul/set 1997.

_____. *Pensamento social no Brasil*. Bauru: EDUSC, 2004.

KAPLAN, Allan. *Artistas do invisível*. Trad. Ana Paula Pacheco Chaves Giogi. Rio de Janeiro: Fundação Peirópolis, 2005.

LA BOËTIE, Etienne. *Discurso da servidão voluntária*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LEWIN, Kurt. *Conduta, conhecimento e aceitação de novos valores*. In: OLIVEIRA, Paulo de Salles (Org.). *O lúdico na cultura solidária*. São Paulo: HUCITEC/UNESP, 2001.

MAFRA, Clara. *Drogas e símbolos: redes de solidariedade em contextos de violência*. IN: ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (Orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MANNHEIN, Karl. *Sociologia da cultura*, Trad. Roberto Gambini. São Paulo: Perspectiva/EDUSP, 1974.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Trad. Ranieri Jesus. São Paulo: Boitempo, 2004.

MELLO, Sílvia Leser. *A identidade: uma tentativa de aproximação*. In: MALUFE, José Roberto (Apres.) *Anais do encontro interdisciplinar sobre identidade*. São Paulo: PUCSP, 1983.

NAVES, Rubens. *Novas possibilidades para o exercício da cidadania*. IN: PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2005.

OLIVEIRA, Nelson de. *Apresentação*. IN: _____ (Org). *Cenas da favela: as melhores histórias da periferia brasileira*. Rio de Janeiro: Geração Editorial, 2007.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. *Vidas compartilhadas: cultura e co-educação de gerações na vida cotidiana*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 1999.

_____. *Cultura solidária, feições lúdicas*. In: OLIVEIRA, Paulo de Salles (Org.). *O lúdico na cultura solidária*. São Paulo, UNESP, 2001.

_____. *Cultura solidária em cooperativas: projetos coletivos de mudança de vida*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

PAIVA, Geraldo José de. *Identidade psicossocial e pessoal como questão contemporânea*. 2006 (não publicado).

PINSKY, Jaime. *Introdução* IN: PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2005a.

_____. *Os profetas sociais e o deus da cidadania*. IN: PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2005b.

READ, Herbert. *A redenção do robô. Meu encontro com a educação através da arte*. Trad. F. Nuno. São Paulo: Summus, 1986.

ROCHER, Guy. *Le Changement Social*. Paris: HMH, 1968.

ROMAN, Joel. *Cidadania e vínculo social*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 96, fev.1996.

RUSCHEINSKY, Aloísio. *Metamorfoses da cidadania: sujeitos sociais, cultura política e institucionalidade*. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES, Maria Paula G. de, NUNES, João Arriscado. *Introdução: para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo*. IN: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org). *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SAWAIA, Bader B. *Identidade - uma ideologia separatista?*. In: _____ (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 1999.

SENNET, Richard. *The fall of public man*. Londres: Penguin Books, 1978.

SHERIF, Muzafer, BRANNIGAN, Augustine. *Social interaction*. New Jersey: Transaction Pub, 2005.

SILVA, Candido Costa e. *Roteiro de vida e da morte: um estudo do catolicismo no sertão da Bahia*. São Paulo: Ática, 1982.

SINGER, Paul. *A cidadania para todos*. IN: PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2005.

SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte, Ed. UFMG; Rio de Janeiro, Ed. IUPERJ, 2003.

SUTTLES, Gerald D. *The social order of the slum: ethnicity and territory in the inner city*. Gerald D. Suttles. Chicago: The University of Chicago Press Chicago, 1974.

VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VELHO, Gilberto. *Decifrando a favela*. IN: VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VIDAL, José Bautista. *De estado servil a nação soberana: por uma civilização solidária nos trópicos*. Petrópolis: Vozes, 1988.

VIEIRA, Liszt. *Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

WALDMAN, Maurício. *Natureza e sociedade como espaço de cidadania*. IN: PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2005.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. *A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho*. IN: CASTEL, Robert, WANDERLEY, Luiz Eduardo W.; BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela. *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: EDUC, 2004.

WEIL, Simone. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

XIDIEH, Oswaldo Elias. *Semana santa cabloca*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1972.

_____. *Anexins em contramão*. Estudos Avançados. São Paulo: IEA/USP, v.13, no.35, jan/abr, 1999.

ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos. *Introdução*. IN: ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (Orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ZALUAR, Alba. *Crime, medo e política*. IN: ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (Orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

APÊNDICES

Anexo 1- Roteiro de entrevista para os moradores

Formulamos as perguntas em linguagem coloquial com o intuito de facilitar o entendimento das questões por parte dos entrevistados.

Apresentação do morador

- 1) Apresentação do entrevistado (dados pessoais): Nome completo, local de nascimento (onde), data (quando), profissão (o que faz), escolaridade (estuda, ou estudou).
- 2) Há quanto tempo mora aqui? **para quem não nasceu na Estrela do Norte.*

Imagem da Favela e seus modos de vida

- 3) **Para quem nasceu na Estrela do Norte:* Tem alguma recordação de infância da sua vida na comunidade que você gostaria de compartilhar comigo? Para quem é migrante: você tem alguma imagem da sua vida quando chegou à comunidade?
- 4) Qual é a imagem que te vem em mente quando se fala comunidade Estrela do Norte? (observar como costuma denominar Estrela do Norte: de bairro, comunidade, favela ou outro termo e qual o significado que este carrega).
- 5) Você pode me contar como é a vida na comunidade Estrela do Norte?
- 6) Tem algo que você mais gosta da comunidade?
- 7) Tem algo que você menos gosta da comunidade?
- 8) Isso pode ser mudado? O que poderia ser feito para mudar? (*descobrir de onde vem a força para mudança*)
- 9) Você conhece o trabalho da associação comunitária Estrela do Norte? Houve alguma coisa que foi feita e lhe chamou a atenção? (Se sim) o quê?
- 10) Existe algum trabalho feito pela comunidade para a comunidade? (*podemos observar algum objetivo comunitário?*)
- 11) Você notou mudanças na comunidade desde que mora aqui? Se sim, você pode citar alguma que te chamou a atenção? Quem fez? Como foi?

- 12) Em sua opinião, existe diferença entre a sua comunidade e as comunidades vizinhas? *Se sim*, no que ela é diferente? O que isso (de ser diferente) significa para você?
- 13) Existe alguém responsável pela limpeza da comunidade? Você já ouviu falar do mutirão de limpeza aqui na comunidade? (Se sim), você lembra como ficou sabendo? Você participou? A comunidade é convidada para participar dessas ações? O que você acha do mutirão?
- 14) Existe algum grande problema da vida nas cidades grandes que você percebe também na Estrela do Norte?

Um retrato da Participação social e da cidadania

- 15) Você acha importante viver em comunidade?
- 16) Se você tivesse que escolher um motivo importante de se viver em comunidade, qual seria?
- 17) Você se sente parte da comunidade Estrela do Norte? O que te faz sentir parte da comunidade? Se sentir parte da comunidade é importante para você? Por quê?
- 18) Em sua opinião, o que leva as pessoas a se envolverem em atividades para o desenvolvimento da sua comunidade?
- 19) Você acredita que as pessoas, sozinhas, conseguem mudar sua própria vida?
- 20) Você se lembra de ter ouvido falar em uma comissão de moradores aqui na comunidade? Se sim, o que ela faz? Em sua opinião, o que ela traz para a comunidade?
- 21) Você desenvolve algum trabalho voluntário? Se sim, há quanto tempo? Como é isso para você?
- 22) Qual a sua opinião a respeito da participação das pessoas em trabalhos voluntários?
- 23) Hoje em dia escutamos muito a palavra cidadania. O que é, para você, cidadania? Você acha que a cidadania é importante para a vida das pessoas? Por quê?
- 24) Segundo a sua visão, as pessoas da comunidade Estrela do Norte são cidadãs (dessa forma como você a enxerga)?
- 25) Você acha que é possível aprender a cidadania? Como?
- 26) Para você, qual é o papel do governo na vida das pessoas? Por quê?
- 27) Em sua opinião, as pessoas podem contribuir para as atividades do governo? Como?

Anexo 2- Roteiro de Observação de campo

- 1) Descrição do ambiente externo. Atentar para os seguintes detalhes do ambiente: cor, iluminação, cheiros, limpeza e relação com espaço público. Observar o tipo de matéria-prima que compõe a paisagem da Estrela do Norte.
- 2) Descrição do ambiente interno das casas- um olhar sobre as condições de moradia locais.
- 2) Como é o cenário das ruas, o som mais freqüente?
- 3) Relação da estrutura da favela com o modo de vida. Como é o modo de viver (maneira como as pessoas se portam; suas expressões durante as interações com a pesquisadora e entre amigos, vizinhos e familiares) e como se dão as relações entre aqueles que ali vivem (forma de tratamento, hábitos de convivência).
- 4) Como é o ritmo do dia-a-dia da Estrela do Norte? Como este se transforma no fim de semana? Que qualidades ele têm na vida dos moradores?
- 5) Como se configura a rede de parentesco e vizinhança?
- 6) Existe alguma liderança local (a imagem dela está vinculada a associação? - Verificar se existe uma autoridade local apartada da identidade da associação, se existe, quando se distinguem e quando se aproximam)? Qual a imagem que o líder transmite com o seu papel dentro da comunidade?
- 7) Existe um jogo interno de dependências e independências entre as atividades desenvolvidas pela comunidade (comissão de moradores, comissão de jovens, etc.) e a associação. Como percebem a ajuda recebida da associação e do governo (qualidade da influência e da interação na rede de campos da organização comunitária)?